Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Gisele Cristina Cipriani de Almeida

Um aspirante a conselheiro imperial:
Varnhagen nos bastidores da administração pública

Rio de Janeiro
2021

Gisele Cristina Cipriani de Almeida

Um aspirante a conselheiro imperial:
Varnhagen nos bastidores da administração pública

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Prof.ª Dra. Lúcia Maria Paschoal Guimarães

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

V319 Almeida, Gisele Cristina Cipriani de.
Um aspirante a conselheiro imperial: Varnhagen nos bastidores da administração pública / Gisele Cristina Cipriani de Almeida. – 2021.
272 f.

Orientadora: Lucia Maria Paschoal Guimarães.
Tese (Doutorado)– Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Varnhagen, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro, 1816-1878 – Teses. 2. Historiografia – Teses. 3. Brasil – História – II Reinado, 1840-1889 – Teses. 4. Administração pública – Teses. 5. Diplomacia – Teses. I. Guimarães, Lucia Maria Paschoal, 1946-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 930.2

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____
Assinatura Data

Gisele Cristina Cipriani de Almeida

Um aspirante a conselheiro imperial:

Varnhagen nos bastidores da administração pública

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 26 de novembro de 2021.

Banca Examinadora:

_____

Profª. Drª. Lucia Maria Paschoal Guimarães (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

_____

Profª. Drª. Marcia de Almeida Gonçalves
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

_____

Prof. Dr. Arno Wehling
Universidade Federal do Rio de Janeiro

_____

Prof. Drª. Raquel Glezer
Universidade de São Paulo

Rio de Janeiro

2021

AGRADECIMENTOS

Tenho uma longa jornada de estudos sobre o Visconde de Porto Seguro. Meu primeiro deslumbramento aconteceu numa aula de Teoria da História da professora Dra. Raquel Glezer. Lembro-me como se fosse hoje daquele dia. Pensar na construção de uma história pátria no século XIX, como um projeto do Estado, foi algo que me inspirou muitos questionamentos ainda nos tempos da graduação na USP. Entender o impacto desse projeto no nosso conhecimento histórico por tantos anos, despertou em mim uma vontade grande de buscar maior conhecimento.

Como uma excelente inspiradora de pesquisadores, a professora abriu as portas da pesquisa histórica para mim. O que foi uma grande novidade já que o que me motivou a fazer o curso de história foi ser professora e não pesquisadora. Lembro-me dos primeiros passos da pesquisa que ela me ensinou. Até o fim da elaboração desta tese usei minhas anotações que estão no meu primeiro caderno de pesquisa. Aprendi com ela a pesquisar e a entrar no mundo dos arquivos históricos. Os ensinamentos foram desde anotar tudo num caderno até levar cortesias para os arquivistas. Então, me vi encantada pelo Arquivo Histórico e o que ele podia revelar que ainda não havia sido revelado.

Fiz iniciação científica sob a orientação da mesma e após a graduação ansiava por seguir no mestrado. Ainda sob sua orientação, segui pesquisando em arquivos e fazendo leituras e fichamentos com o objetivo de encontrar a minha pesquisa. Em 2011, fiz uma visita ao Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio e me afundei na Coleção particular do Francisco Adolfo de Varnhagen. Anotei manuscrito por manuscrito que vi pela primeira vez até encontrar um manuscrito extenso sobre administração pública. O tema não me chamou muito atenção à época, pois acreditava que minha pesquisa me direcionasse mais para a relação de Varnhagen com o imperador. Mal sabia o quanto uma estava ligada a outra. Consegui fotografar a obra e sob a orientação da professora Raquel e comecei a pensar sobre meu mestrado. Foi quando me deparei com a primeira dificuldade de pesquisador de manuscritos antigos: a leitura paleográfica. Por sugestão dela, fiz cursos de paleografia em várias instituições e embarquei numa viagem para Portugal, em janeiro de 2012. Lá fiz um estágio de paleografia e diplomacia no Arquivo Histórico Ultramarino. Além disso, pude me aventurar em vários arquivos históricos que pudessem ter manuscritos de Varnhagen. Encontrei muita novidade e pude utilizar na minha dissertação de mestrado, bem como na elaboração desta tese.

Tive minha dissertação aprovada pela USP em 2015, quando já havia me mudado com meu marido para a cidade do Rio de Janeiro, minha cidade de coração. Estar mais próxima do Arquivo Histórico do Itamaraty só deixou a cidade ainda mais encantadora. Já pensava seguir meus estudos no doutorado sobre a *Memória da Administração Pública*. Difícil é mudar de Instituição. Me graduei e me tornei mestre na Universidade de São Paulo. A escolha pela UERJ foi fácil, pois imaginava que a aproximação com a professora Dra. Lúcia Guimarães, que fez parte da minha banca de defesa do mestrado, poderia ser de grande contribuição para minha pesquisa. Escolha acertada.

Na UERJ, vivi uma experiência única que me colocou em contato com professores maravilhosos e colegas inspiradores que puderam me ajudar ainda mais a me formar pesquisadora. Tive aulas com debates incríveis sob a supervisão das professoras Dra. Lúcia Bastos e Dra. Lúcia Guimarães. Fui muito bem acolhida pela UERJ e só tenho a agradecer a oportunidade dada pela Instituição e pelos professores.

Ainda no início do meu doutorado, descobri que estava grávida de minha primeira filha, a Sarah. Foi uma alegria muito grande, mas ao mesmo tempo um receio de como lidaria com uma gestação e o doutorado. A professora Dra. Lúcia Guimarães me acolheu grávida e conseguiu me inspirar ainda mais na minha pesquisa. Com ela, aprendi a ver mais do que o manuscrito estava me dizendo. Aprendi a enxergar um lado do Varnhagen que ia além do que vinha sendo trabalhado na historiografia. Voltei algumas vezes ao Arquivo Histórico do Itamaraty, bem como em outros sob sua orientação. Li uma diversidade de autores que trouxeram outras inquietações.

Em 2018, tive mais uma mudança na minha vida ao ter que retornar com a família para São Paulo. Mesmo distante, tive todo o apoio da professora para a continuidade do meu doutorado. Em 2019, fiquei grávida da minha segunda filha, a Lyra. Novamente, o receio de uma segunda gestação me fez temer conseguir chegar até pelo menos minha qualificação. Novamente, tive total apoio da minha orientadora para conseguir chegar até a qualificação e continuei a ter muita inspiração pela motivação que ela me passava constantemente em relação ao meu trabalho.

Em 2020, com duas filhas pequenas, a Sarah com 3 anos e a Lyra com alguns meses, vivemos o início do mundo pandêmico. As escolas fecharam. Os avós e toda a comunidade necessária para que uma mãe pudesse ser não só mãe, mas profissional se esvaziou por meses. O medo da morte dos nossos entes queridos e a responsabilidade de se manter vivo para criar as filhas, fez com que eu e meu marido fizéssemos um isolamento social bem rígido. Conclusão, por meses, tive que deixar de lado meu

doutorado atrasando muito sua conclusão. Tive total compreensão por parte da Instituição e da minha orientadora.

Em 2021, comecei o ano inspirada para concluir minha tese. Animação não faltava. A vacina tornou-se um alento. Alguns apoios de avós voltaram a fazer parte da nossa rotina. As escolas voltaram a funcionar e tudo parecia voltar à uma normalidade, com muito cuidado. Em maio de 2021, descobri que estava grávida da minha terceira filha, Ayla. Novamente, tive total apoio da minha orientadora para seguir meus estudos e conclusões dos capítulos. Não foi um doutorado fácil, já que vivi uma pandemia com crianças pequenas e três gestações ao longo dele. Mas se eu cheguei até aqui, com certeza foi por conta de todo o suporte que tive da professora Dra. Lúcia Guimarães. Só tenho gratidão por tê-la como orientadora durante períodos tão desafiadores na minha vida.

Então, gostaria de agradecer primeiramente a minha orientadora, professora Dra. Lúcia Guimarães por tanta paciência, zelo, carinho e apoio ao longo dessa minha jornada. Obrigada pelas sugestões e orientações que levaram ao melhor êxito desta tese. Saio dessa experiência muito mais madura como historiadora e devo isso a ela. Gostaria de agradecer a professora Dra. Raquel Glezer, por ter me levado até o Varnhagen e, principalmente, por ter despertado em mim o amor pela pesquisa histórica e o encantamento pelos arquivos históricos.

Gostaria de agradecer aos meus colegas da pós na UERJ que muito me ajudaram nos debates nas aulas, nos trabalhos, na pesquisa e nas constantes dúvidas pelo *WhatsApp*, em especial o José Lúcio Nascimento Júnior (in memoriam) e a Mariana Carvalho. Também agradeço aos meus colegas do grupo de historiografia de São Paulo (grupo de ex-orientandos da professora Dra. Raquel Glezer que frequentavam a sala I-2) que sempre me apoiaram na tese e me ajudaram com dúvidas, bibliografia e pesquisa, em especial a professora mestre Marly Spacachieri e a Dra. Lorena Leite.

Agradeço imensamente o professor Dr. Arno Wehling pelas sugestões de leitura e questionamentos levantados na minha qualificação que me levaram ao melhor caminho para elaboração desta tese. Já tinha profunda admiração pelo professor por conta de tamanha contribuição para o estudo do Visconde. Agradeço também pelo presente que recebi na minha qualificação, uma de suas obras, que muito me foi útil para me aprofundar ainda mais no conhecimento sobre o historicismo.

Gostaria também de agradecer a professora Dra. Márcia de Almeida Gonçalves pelas sugestões e leituras indicadas na minha qualificação que também vieram a

engrandecer esta tese. Sem dúvida, sempre que pensar em autobiografia lembrarei de seus comentários.

Obrigada à minha prima e comadre, Dra. Marcela Rufine, que com toda a sua experiência como orientadora e educadora universitária, mesmo que da área da saúde, pode me ajudar nesta última etapa com sugestões e muito interesse na minha tese.

Por fim, gostaria de agradecer àqueles que sempre foram o meu chão durante todo o doutorado, meus pais, Carlos Henrique e Lúcia Elena, e meu marido, Daniel Giuliano. Obrigada pai e mãe por sempre me apoiarem em minhas escolhas mesmo não fazendo ideia do que se trata a minha tese. Agradeço por constantemente me orientarem a me dedicar à conclusão da tese e também por terem se dedicado, apesar dos riscos do Covid, a cuidar das meninas com tanto amor e dedicação para que eu ficasse tranquila e pudesse conclui-la. Ao meu marido, Daniel, só tenho a agradecer a paciência e apoio durante toda a gestação desta tese. Obrigada por sempre acreditar em mim e no meu potencial como historiadora. Obrigada por ouvir tanto sobre minha pesquisa e mostrar interesse mesmo sendo uma área tão distante da sua. Agradeço também por me ajudar na formatação da minha tese e na resolução de problemas que apareceram na reta final. Às minhas filhas, Sarah e Lyra, agradeço por conseguirem se distrair e brincar enquanto eu fazia os ajustes finais da tese.

RESUMO

ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani de. *Um aspirante a Conselheiro Imperial:* Varnhagen nos bastidores da administração pública. 2021. 272 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), o Visconde de Porto Seguro, notabilizou-se por suas contribuições à historiografia, considerado o "pai da história brasileira". Porém, Varnhagen não se dedicou apenas aos domínios da história e ao campo das letras. Pertenceu aos quadros da burocracia imperial, onde fez carreira como diplomata, atuou em importantes comissões no Ministério dos Negócios Estrangeiros e foi ministro residente do Império em diversos países. Funcionário do alto escalão do aparato de Estado, Varnhagen privou da intimidade do Imperador D. Pedro II, com quem se correspondeu por décadas. A análise das cartas de Varnhagen para o Imperador, bem como das monografias "Memória da Administração Pública", "Memorial Orgânico" e "A questão da capital: marítima ou interior?" evidenciam a ambição do Visconde de participar de maneira mais efetiva da gestão do Estado, talvez até como uma espécie de conselheiro particular do Imperador. Esta tese tem por objetivo evidenciar algumas iniciativas do Visconde que ultrapassam as dimensões do ofício de diplomata e a atuação como homem de letras.

Palavras-chave: Francisco Adolfo de Varnhagen. Burocracia Imperial. Historiografia. Administração Pública. Segundo Reinado. Diplomacia.

ABSTRACT

ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani de. An aspiring Imperial Councilor: Varnhagen behind the scenes of public administration. 2021. 272 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), the Viscount of Porto Seguro, was notable for his contributions to historiography, considered the "father of Brazilian history". However, Varnhagen was not dedicated only to the domains of history and the field of letters. He belonged to the imperial bureaucracy, where he made a career as a diplomat, served on important commissions at the Ministry of Foreign Affairs and was resident minister of the Empire in several countries. with whom he corresponded for decades. The analysis of Varnhagen's letters to the Emperor, as well as the monographs "Memory of Public Administration", "Organic Memorial" and "The question of the capital: maritime or interior?" they show the Viscount's ambition to participate more effectively in the administration of the State, perhaps even as a kind of private adviser to the Emperor. This thesis aims to highlight some of the Viscount's initiatives that go beyond the dimensions of the diplomat's office and acting as a man of letters.

Keywords: Francisco Adolfo de Varnhagen. Imperial Bureaucracy. Historiography. Public Administration. Brazilian Second Empire. Diplomacy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 10
1 **VARNHAGEN, O BUROCRATA**..... 17
1.1 **Visconde de Porto Seguro, natural do Brasil e cidadão do mundo**..... 17
1.1.1 Tal pai, tal filho?..... 17
1.1.2 Um patriota na historiografia brasileira..... 22
1.1.3 Fiel a qual coroa?..... 29
1.1.4 O "pai da historiografia brasileira" 33
1.1.5 Fortuna Crítica de Varnhagen..... 42
1.2 **Entre a história e a diplomacia: as ambições de um funcionário do Império**..... 54
1.2.1 Um olhar através dos documentos..... 59
1.2.2 Varnhagen diplomata: .os ofícios de Lisboa e Madri..... 64
2 **A BUSCA DE UM ESPAÇO PRIVILEGIADO NA CORTE TROPICAL**..... 74
2.1 **Uma sociedade de corte no trópico**..... 74
2.2 **As influências da Europa na sociedade de corte**..... 81
2.3 **A correspondência para o imperador e as ambições de Varnhagen**..... 90
3 **A MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO CONTEXTO OITOCENTISTA**..... 133
3.1 **O diálogo entre os limites da liberdade nos regimes constitucionais na Europa da Primavera dos Povos**..... 133
3.2 **Memória da Administração Pública: apresentação da obra**..... 152
3.3 **Memória da Administração Pública: centralizar ou descentralizar?**..... 158
4 **VARNHAGEN, O PUBLICISTA**..... 193
4.1 **Memorial Orgânico, Memória da Administração Pública e Questão da Capital: marítima ou interior? O conjunto dessas obras formava um programa de Estado?**... 194
4.2 **Varnhagen: liberal ou conservador?**..... 222
4.3 **Varnhagen e Guizot: cruzando trajetórias de publicistas consagrados como historiadores**..... 240
CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 249
REFERÊNCIAS..... 254
APÊNDICE – Fontes Manuscritas 263

INTRODUÇÃO

A História não é como estatística que,
devidamente manipulada, diz o que queremos.
Mesmo assim há quem insista em torturá-la,
exigindo que ela confesse crimes que não cometeu.[1]

Francisco Adolfo de Varnhagen foi uma figura um tanto peculiar na corte de D. Pedro II. É quase impossível o pesquisador não se distrair com a leitura de suas correspondências particulares e ofícios de chancelaria. Varnhagen não media suas palavras e foi sim um polemista[2]. Construiu uma rede de sociabilidade que ia desde admiradores e bajuladores até críticos ferrenhos. Acima de sua personalidade irreverente, trouxe para si a responsabilidade de edificar a Nação através da escrita da história. A vasta e diversificada bibliografia por ele deixada revela os traços característicos de um intelectual do seu tempo, preocupado em formar e civilizar essa nação através do conhecimento e da instrução pública. Esse projeto de construção da Nação foi muito incentivado pelos Estados inspirados pelo nacionalismo. O homem de letras preocupado em formar essas nações produzia desde obras enciclopédicas de história e literatura até obras sobre administração pública e limites da liberdade em governos constitucionais. Varnhagen não foi diferente de muitos de seus contemporâneos ao chamar para si tamanha responsabilidade e empreender com tanta dedicação tamanha produção historiográfica. É no exercício dessa função que Varnhagen criou uma rede de sociabilidade na corte imperial que compreendia inclusive a troca de missivas com o imperador. Num século em que tivemos, de uma certa forma, rompimentos com a herança do Antigo Regime, refletida nos regimes constitucionais, e a abertura de novas perspectivas e possibilidades, Varnhagen almejou ir além da burocracia imperial. E é esta a hipótese que desenvolveremos nesta tese. Para isso, recorreremos a um conjunto de documentos inéditos, bem como de obras já publicadas para entendermos a complexidade de um burocrata da corte imperial.

---

[1] PINSKY, Jaime. *Porque gostamos de História.* São Paulo: Contexto, 2013, p. 18.
[2] Sobre o Varnhagen polemista, ver: NEVES, Victor Hugo Baptista. Tese de doutorado sob o título "A pena em riste: erudição e polêmica na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen (1838-1858)." Orientação: Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política, 2018.

Entre esses documentos destaca-se, A *Memória da Administração Pública*, escrita pelo Visconde e não publicada, cujo manuscrito se encontra na Coleção Francisco Adolfo de Varnhagen, Lata 352, Maço I, no Arquivo Histórico do Itamaraty. Na minha dissertação de mestrado[3] fiz a transcrição paleográfica do inédito e atribuo como título do manuscrito, *Memória da Administração Pública de Francisco Adolfo de Varnhagen.*

A *Memória* constitui uma espécie de compêndio de administração pública do Império. O autor aponta várias sugestões de como a política imperial deveria ser tratada tanto internamente quanto externamente. Ele debate temas que foram exaustivamente debatidos pelos políticos e intelectuais, principalmente, na década de 1860. Desde discussões sobre a centralização ou não do poder nas mãos do imperador, até quais exemplos de governo seguir, seja um modelo constitucional ou não. A obra, sem dúvida, traz um Varnhagen publicista, lado esse destacado já por Arno Wehling em diversas contribuições e muito pouco trabalhado pela historiografia que tende a destacar o Varnhagen historiador.

Varnhagen foi um publicista, diplomata de carreira e sua extensa bibliografia o deixou como um cânone da nossa historiografia. Sua contribuição é muito importante para a historiografia nacional que estava nascendo no Brasil do século XIX. Porém, o personagem histórico está bem longe de ser reduzido ao seu papel na historiografia.

Neste trabalho, proponho trazer uma nova imagem de Varnhagen, diferente daquela figura pública de primeiro historiador brasileiro a escrever uma *História Geral do Brasil*, pioneiro da historiografia brasileira e se destacando como o "historiador da pátria"[4]. O intelectual também fora estudado em sua atuação na diplomacia[5], carreira que lhe rendeu a estabilidade de um funcionário do Império. E não podemos deixar de destacar os estudos acerca de suas polêmicas com seus pares, como o do Victor Neves[6]. Também historiadores renomados destacaram as relações de sociabilidade, como a de Rivara com

---

[3] ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani de. *"Memória da Administração Pública"* de Francisco Adolfo de Varnhagen. Edição de Texto. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências (História) sob orientação da Dra. Raquel Glezer. São Paulo, 2015.

[4] ABREU, Capistrano. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. ---------. *Ensaios e Estudos* (Crítica e História). Liv. Briguiet, 1931.

[5] RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil.* 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1978.

[6] NEVES, Victor Hugo Baptista. Tese de doutorado sob o título "A pena em riste: erudição e polêmica na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen (1838-1858)." Orientação: Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política, 2018.

Varnhagen[7], num período precoce em sua carreira em que ambos se dedicavam na exploração de arquivos e bibliotecas na busca de material inédito para pesquisa histórica. Ou seja, proponho aqui neste trabalho pensarmos em um Varnhagen diferente, não como um polêmico intelectual brasileiro que vivia fora do país e avesso a críticas[8], nem como um publicista brasileiro no Segundo Reinado[9], muito menos como um "historiador-monumento"[10], mas como um funcionário público, ou melhor, como um burocrata que aspirava galgar os mais altos escalões do aparato de Estado Imperial, provavelmente, no desempenho de funções compatíveis com as de um conselheiro do Imperador. Essa proposta de desconstrução da imagem de "pai da historiografia" de Varnhagen já foi ventilada por Manoel Luís Salgado Guimarães quando destaca que:

> "sua designação de pai da historiografia brasileira e como aquele que concebeu um monumento da historiografia brasileira compartilha estereótipos generalizados. Essa percepção de Varnhagen deve ser desconstruída pela historiografia brasileira, até para que uma análise menos tendenciosa de sua obra e sua trajetória, possa trazer novas interpretações e questionamentos".[11]

Os vestígios deixados por Varnhagen em seu arquivo pessoal que se encontra no Arquivo Histórico do Itamaraty servem de base para esta pesquisa. Outras fontes também serão utilizadas, como: o *Memorial Orgânico*, publicado em 1849[12], e as correspondências trocadas com o imperador D. Pedro II, boa parte das quais foi publicada Clado Lessa em 1961[13].

---

[7] GLEZER, Raquel." 'Amicíssimo': cartas entre Varnhagen e Cunha Rivara (1839- 1849)." pp. 26-54. In: Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Raquel Glezer (orgs.), *Varnhagen no caleidoscópio.* Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013, p. 53 e 54.
[8] Idem, p. 53 e 54.
[9] WEHLING, Arno. *O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político.* IN: Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Raquel Glezer (orgs.), *Varnhagen no caleidoscópio*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.
[10] RIBEIRO, Renilson Rosa. *"Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade."* Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da ideia de Brasil Colônia no Brasil Império. Orientador: Dr. Paulo Celso Miceli. UNICAMP, 2009.
[11] GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil 1838-1857.* Tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2011.
[12] O Memorial Orgânico (primeira e segunda parte) foi publicado recentemente por Arno Wehling e será utilizado como fonte para esta pesquisa. WEHLING, Arno. *O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político.* IN: Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Raquel Glezer (orgs.), *Varnhagen no caleidoscópio.* Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.
[13] A correspondência impressa por Clado Ribeiro de Lessa apresenta algumas disparidades de transcrição, particularmente no caso das correspondências trocadas com Pedro II, de acordo com pesquisa que realizei no Arquivo Histórico do Museu Imperial. Ver: ALMEIDA, Gisele Cipriani de "Correspondência Ativa de Varnhagen – Análise da Edição". *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP.* São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

No Arquivo Histórico do Itamaraty, na “Coleção Francisco Adolfo de Varnhagen” há a Lata 352 que conserva documentos relativos à temática da administração pública. Nesta lata, há dois documentos importantes para esta pesquisa: o "Tratado de Administração Pública"[14] e o "Formulário para cartas do gabinete"[15]. A *Memória de Administração Pública*[16] é uma espécie de Tratado de Administração Pública que analisa administrações de outras nações e coloca os modelos que devem ser seguidos, como o francês, por exemplo, e os modelos que devem ser refutados, como o norte-americano. Essa memória não foi publicada e há somente um rascunho no arquivo. Acredito que a *Memória* constitui um trabalho que complementa o *Memorial Orgânico* que diferentemente dela fora publicado. Ambos abordam de questões que visam aprimorar a administração pública no Império de D. Pedro II, posicionando Varnhagen como um publicista, mas também como uma aspirante a conselheiro imperial.

Ao longo das cartas para o imperador podemos observar a preocupação de Varnhagen em aconselhar o mesmo em diversos temas**,** o que reforça novamente a hipótese de que ambicionava ou mesmo julgava-se capaz de desempenhar as funções de conselheiro do Imperador, ou talvez de exercer influência nas suas decisões, uma eminência parda, por assim dizer.

O *Breviário de Cartas para Gabinete*[17] operacionaliza a *Administração Pública*, justamente no âmbito de sua atuação como diplomata. Trata-se de um manual de etiqueta de correspondência oficial e de protocolos a serem seguidos no tratamento com governos de outras nações, sejam monárquicos ou republicanos. Esta obra de alguma forma pode contribuir para reforçarmos a hipótese de que Varnhagen, como burocrata imperial, almejava ser um conselheiro imperial.

Considero fundamental para esta tese as duas obras que se complementam e fazem parte de sua bibliografia publicada em vida: o *Memorial Orgânico* parte 1 e parte 2 e *A Questão da Capital: marítima ou do interior?* As duas contribuições também deixam transparecer as ambições de Varnhagen, para além dos estudos históricos. Do mesmo modo que a correspondência dirigida pelo futuro visconde ao Imperador D. Pedro II. Também mostram essa ambição de Varnhagen em relação ao imperador.

---

[14] Título atribuído pelo Arquivo.
[15] Título atribuído pelo Arquivo.
[16] Título que atribuo em minha dissertação de mestrado.
[17] Título que atribuo nesta tese.

A obra de Hans Horch no livro *Francisco Adolfo de Varnhagen: Subsídios para uma bibliografia* oferece algumas pistas a respeito das origens da *Memória da Administração Pública*. O bibliógrafo identificou entre os papéis de Varnhagen, no Arquivo Histórico do Itamaraty, um manuscrito de próprio punho, sem data, com um inventário de títulos publicados pelo historiador que se encontrariam à venda em determinada loja, bem como a informação de que na mesma livraria "se recebem assinaturas para as seguintes obras do mesmo autor", com a indicação de sete trabalhos inéditos, para os quais Varnhagen pedia assinaturas dos futuros leitores. Nesta última lista consta o título *Ciência da Administração e a necessidade que tem o Brasil de reformas administrativas em harmonia com os princípios da mesma ciência.* Segundo hipótese de Horch, de acordo com a cronologia das publicações arroladas, a relação manuscrita foi produzida provavelmente na primeira metade da década de 1850, pois nela não consta a *História geral do Brasil* (1854-57), entre outros livros.

Ora, os assuntos privilegiados no manuscrito a que demos o título de *Memória da Administração Pública*, se aproximam bastante do que poderia ser tratado na *Ciência da Administração e a necessidade que tem o Brasil de reformas administrativas em harmonia com os princípios da mesma ciência*, o que nos leva a supor que a *Memória* seja o rascunho desta última obra. Ademais, vale lembrar que Varnhagen já havia externado a sua preocupação com a problemática a respeito da organização do Estado imperial, nas duas partes do *Memorial Orgânico* (1849-1850).

Até onde se sabe, este trabalho não fora publicado pelo historiador. Uma explicação plausível é que ele não tenha angariado as assinaturas necessárias para custear as despesas com a impressão. Nem pôde empenhar-se para tal, pois nesta ocasião foi nomeado novamente para a missão no estrangeiro. Logo, o manuscrito precede a publicação do *Ensaio sobre o direito administrativo*, do Visconde do Uruguai, cuja primeira edição é de 1862.

No século XIX, vários intelectuais se dedicaram a tratar assuntos político-administrativos tal como a aludida, escrita por Varnhagen. As publicações europeias são anteriores à data que acreditamos ter sido escrita a *Memória.* Porém, vários trabalhos como do Visconde do Uruguai foram publicados no Brasil na década de 1850 e de 1860. Vamos nos ater nesta tese somente às obras europeias que puderam de alguma forma influenciar as leituras do futuro visconde, já que as publicações nacionais são datadas de fins de 1850 e na década de 1860.

Essa tese está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo dedica-se ao

exame da trajetória de Varnhagen, desde suas influências familiares, seu dilema em relação à sua nacionalidade, o seu lado polemista, a construção do cânone, bem como sua forte contribuição como secretário adido de Primeira Classe em Lisboa e encarregado de negócios em Madri. Procuro neste capítulo romper com a tradição da historiografia de valorizar apenas seu papel de historiador e trago reflexões sobre como há ambiguidades no personagem histórico que dialogava com várias áreas.

O segundo capítulo discute o lugar social que Varnhagen buscava na Corte de D. Pedro II. Mostro como funcionava a sociedade da corte oitocentista no Brasil, herança europeia, e como Varnhagen ambicionava ocupar um lugar social de prestígio através das cartas enviadas para o imperador. E trago também à luz o *Breviário de Cartas para Gabinete* que se encontra na mesma lata da *Memória* no Arquivo Histórico do Itamaraty como mencionado acima.

No terceiro capítulo trabalho a *Memória da Administração Pública* no seu tempo. Faço um estudo sobre as discussões em torno dos limites da liberdade na Europa**,** da Primavera dos Povos, apoiada nas ideias de vários publicistas da época. Apresento a obra *Memória da Administração Pública.* E trago a questão levantada na mesma por Varnhagen sobre a conveniência de centralizar ou descentralizar o governo, comparando com o que outras publicações da sua época pensam a respeito.

No capítulo quatro, trabalho com a hipótese de que em que medida as obras que colocavam Varnhagen como um publicista não podiam fazer parte de um programa de Estado idealizado por ele. Em seguida, faço uma análise sobre Varnhagen ser considerado um liberal ou conservador que vai muito além disso, já que tratamos aqui das suas influências europeias. Também, faço um paralelo entre as trajetórias de Varnhagen e Guizot, com o intuito de mostrar similaridades de personagens históricos contemporâneos, bem como as suas diferenças.

Nas considerações finais, concluo a tese reforçando a ideia de que estes documentos inéditos, junto aos já publicados e a sugestão do historiador na *Memória* da criação de um corpo consultivo no Império mostram que ele, como um homem do seu tempo, almejava ocupar um posto de maior prestígio na burocracia imperial, ou talvez exercer o papel de conselheiro particular do Imperador, quem sabe uma eminência parda do Segundo Reinado. Todavia, o Visconde conseguiu em vida alguns desafetos, uma carreira na diplomacia que lhe rendeu os títulos tão almejados, bem como deixou uma vasta bibliografia colocando-o como um cânone da historiografia brasileira oitocentista. Para além de historiador de méritos inquestionáveis, Varnhagen foi um burocrata do

Segundo Reinado, que exerceu cargos importantes na diplomacia imperial, agraciado com o título de barão e depois visconde de Porto Seguro. Ele se preparou para o exercício de postos nos escalões mais elevados da burocracia imperial, como atestam a *Memória da Administração Pública*, o *Memorial Orgânico* e o *Breviário*. Contudo, não conseguiu concretizar suas aspirações. Ele privou da intimidade do Imperador, mas que não conseguiu conquistar o posto de conselheiro particular de Sua Majestade, talvez sua maior ambição.

1 VARNHAGEN, O BUROCRATA

1.1 Visconde de Porto Seguro, natural do Brasil e cidadão do mundo[18]

1.1.1 Tal pai, tal filho?

A trajetória de Varnhagen diz muito sobre as influências familiares que recebeu ao longo de sua formação. A influência de seu pai está muito presente na fase inicial de sua trajetória visto que seguiu os passos iniciais na carreira militar, tal como seu pai. Pensando nisso, é interessante entendermos a trajetória do pai e refletir o quanto que ela trouxe de influências na do filho.

Friderico Luiz Guilherme de Varnhagen, pai de Francisco Adolfo de Varnhagen, era o "segundo filho legítimo do matrimônio de João Adolfo Theodoro Luiz Varnhagen, Doutor de Capello e Conselheiro ao Serviço do Príncipe Regente de Waldeck na Alemanha, e da sua mulher Dona Luiza Schwalbach."[19] Nasceu no dia 24 de fevereiro de 1783 na Freguesia de Wetterburgo, próxima a cidade de Arolsen, Corte do Príncipe de Waldeck.

Formou-se no ensino básico em várias línguas e ao completar quinze anos assentou praça de Cadete de Mineiros no Serviço do Elector de Hesse Cassel. Na Academia de Cassel, frequentou os cursos de matemática, arquitetura civil e militar, física, química e mineralogia. Depois, frequentou a Universidade de Gottinguen e seguiu viagem para estudar os trabalhos de diferentes Fundições, Minas, Fábricas de Metal na Alemanha. Em 1802, foi um dos três especialistas em fundir ferro escolhido num contrato entre o Ministro Plenipotenciário em Berlim com o príncipe regente de Portugal, D. João VI. Em 1803, foi incumbido de dirigir os trabalhos de construção da Fábrica de Ferro Figueiró dos Vinhos, como diretor. Em 1806, fundiu o primeiro ferro nesta fábrica e casou-se com a Dona Maria Flavia de Sá Magalhães, natural de Figueiró dos Vinhos.[20]

---

[18] Adaptado do capítulo de minha autoria que ainda está no prelo: ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani de. *Visconde de Porto Seguro, natural do Brasil e cidadão do mundo.* IN: Hausser, Christian e POETTERING, Jorun. Encontros e desencontros da historiografia brasileiro-alemã. Representações oitocentistas do passado brasileiro e também fora adaptado de ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani de. *"Memória da Administração Pública"* de Francisco Adolfo de Varnhagen. Edição de Texto. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências (História) sob orientação da Dra. Raquel Glezer. São Paulo, 2015.

[19] Arquivo Histórico Militar de Lisboa, Processo nº 1443. Processo de Friderico Luiz Guilherme de Varnhagen, 26/02/1825. fl. 1.

[20] Figueiró dos Vinhos é uma vila portuguesa que fica no Distrito de Leiria.

Em 1807, sentou praça de Primeiro Tenente do Corpo de Mineiros no Regimento de Artilharia nº. 1º. junto com a administração da Fábrica de Ferro. Em 1808, trabalhou na Restauração e foi agregado como "Tenente no Regimento de Artilharia nº. 4. até depois da Capitulação dos Franceses."[21] Em janeiro de 1809, foi nomeado Ajudante de Ordens do Brigadeiro Barão de Wiederhold que era o Comandante da 2ª. Divisão do Exército Português. Em junho de 1809, recebeu a ordem do príncipe regente que fosse para o Rio de Janeiro para ser o encarregado em estabelecer Fundições de Ferro. Partiu de Lisboa em 9 de outubro de 1809 e chegou ao Rio de Janeiro em 23 de dezembro do mesmo ano. Foi encarregado de trabalhar na Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, em Sorocaba, estado de São Paulo. Em 1814, foi indicado para substituir Herdberg na diretoria da Fábrica de Ipanema. "Venceu e assegurou com provas contra os seus antagonistas a resolução do problema da possibilidade do uso dos fornos altos em países quentes."[22] "Varnhagen encontrou, ao lado da fábrica, um tipo de arenito que pensou em usar como refratário."[23] Esta foi a solução que o alemão encontrou, um material refratário que revestia os fornos e suportava altas temperaturas e ainda não gerava altos custos por ter sido encontrado disponível ao lado da fábrica. Até 1895, data do seu fechamento, a fábrica nunca precisou importar materiais para revestir os fornos.

Apesar do sucesso na construção dos altos fornos, a fábrica na direção de Varnhagen não teve todo o retorno esperado e sofreu muitas críticas. Em 1822, quando o Brasil se tornou independente, ofereceram a ele o posto de Coronel caso ficasse no Brasil. Não aceitou e através de uma carta enviada ao Ministro da Marinha de Portugal, Joaquim Jozé Monteiro Torres, explicou as razões que não o prenderam no Brasil.

> Penso que S. Majestade não tem vassalo mais leal e mais amigo de Sua Augusta Pessoa, de que eu me posso gloriar de ser e de que tenho dado tantas provas; e por isso jamais quis jurar Constituição, declarando-me abertamente contra o tal sistema; por isso abandonei os meus interesses no Brasil. [24]

Por fidelidade ao Reino de Portugal, Varnhagen não aceitou permanecer no Brasil, mesmo diante de propostas interessantes para seu futuro. Pediu licença por um ano e foi

---

[21] Idem, fl. 2.
[22] *Necrologia de Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen*. Diário do Governo (1842), pp. 1359-1360.
[23] HAAG, Carlos. *A ferro e fogo*. Revista FAPESP, nº 202, (2012), pp.79.
[24] Arquivo Histórico Militar. Processo nº 1443. Processo de Friderico Luiz Guilherme de Varnhagen, 09/08/1825. fl. 2.

para a região da atual Alemanha encontrar seus pais, levando consigo seu filho primogênito, Thimoteo de Varnhagen, para educá-lo em sua terra natal. Em 1823, ao retornar para Portugal, D. João VI ofereceu-lhe o emprego de Administrador Geral das Matas do Reino o qual aceitou e trabalhou até os últimos dias de sua vida.

Em março de 1825, o Ministro dos Negócios do Império do Brasil, Estevão Ribeiro de Resende, futuro Marquês de Valença, enviou uma carta ao mineralogista convidando-o para retornar ao Brasil, no intuito de contribuir novamente com seus conhecimentos de fundição. Naquela mesma carta enviada ao Ministro da Marinha, ele comenta sobre as propostas que tinha recebido do Brasil e que não tinha interesse em aceitá-las. Porém expôs seus problemas financeiros causados pelo custo que teve com a viagem de retorno de sua família do Brasil para Lisboa[25], pediu ajuda para solucionar estas questões e em seguida respondeu ao Brasil que não aceitaria as propostas.

Após 1825, quando já empregado como administrador geral das matas do Reino de Portugal, fez inúmeros pedidos através de requerimentos e ofícios a Coroa para lhe concederem a promoção de Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros para Coronel. O posto de Tenente Coronel foi conquistado com os sucessos em Ipanema em 1818 e assim permaneceu, alegando em muitos destes documentos que estava sendo preterido em favor de outro tenente coronel pelo Ministério da Marinha. Outra reclamação constante nestes documentos era o alto custo de vida que tinha, por sustentar sua família em Lisboa e manter-se no interior devido seu trabalho na Administração das Matas do Reino. Constantemente, se justificava nos gastos e dívidas, pedindo o auxílio necessário ao seu sustento. Serviu a Coroa no mesmo posto militar quase até o fim da sua vida, conseguindo a promoção antes de morrer e como administrador geral das matas até sua morte em 16 de novembro de 1842.

Partindo da biografia do seu pai, Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen, pude compreender algumas escolhas do Visconde de Porto Seguro ao longo de sua trajetória. É interessante notar que o historiador e seu pai viveram num período histórico de formação das Nações e, portanto, a questão da nacionalidade se apresenta ao longo de suas trajetórias como algo que se queira bem definido, mas que de fato não é. Varnhagen pai nasceu em uma pequena Freguesia de Wetterburgo na Alemanha que ainda em 1783

[25] Em um requerimento sem data que encontrei no Processo de Friderico Luiz Guilherme de Varnhagen, no Arquivo Histórico Militar, o alemão pede a ajuda dos custos do traslado de sua família do Brasil para Portugal, lembrando que em seu contrato estava acertado que estas despesas seriam pagas pela Coroa Portuguesa. Não encontrei registros que indiquem que este valor foi pago pela Coroa.

estava em processo de unificação que perduraria até 1870. Ou seja, a definição em relação a uma nacionalidade não estava bem clara, se pensarmos nos nacionalismos do século XIX. Porém, Frederico Varnhagen não vivia ainda sob esse pensamento do século XIX que permeava as discussões sobre a nacionalidade. Em 1802, parte para Portugal sob um contrato de trabalho para construir fundições. Surge a ameaça napoleônica, partida da família real portuguesa para o Brasil e Frederico Varnhagen segue para o Brasil com sua família para trabalhar nas Fundições de Ferro em Ipanema. Vive aqui por 13 anos e volta para Alemanha por um ano. Da lá, por motivos políticos, volta para Portugal e não para o Brasil e vive lá até a sua morte. Apesar de ter vivido grande parte de sua vida fora da Alemanha a serviço da Coroa Portuguesa, Varnhagen pai nunca quis naturalizar-se português. Mas lutou ao lado do Príncipe Regente D. João VI, defendendo assim as armas portuguesas.

O alemão poderia ter escolhido permanecer no Brasil, ou mesmo voltar ao Brasil quando convidado, em que poderia ter tido oportunidades melhores das que teve em Portugal nos últimos anos de sua vida. Ou ainda poderia ir com sua família para Alemanha. Mas pela fidelidade a Coroa Portuguesa, não optou pela melhor condição de vida e sim pelos seus princípios e valores ligados a Casa de Bragança em Portugal. Ele dedicou quarenta anos de sua vida ao país sem ter conseguido ter uma carreira militar de grande destaque chegando a passar dificuldade com os altos custos de vida em Portugal. Acredito que sua experiência de vida com a corte portuguesa foi fundamental para algumas escolhas que Francisco Adolfo de Varnhagen fez durante sua trajetória.

Francisco Adolfo de Varnhagen nasceu em 17 de fevereiro de 1816 nas Instalações da Fábrica de Ferro de São João de Ipanema que seu pai era já diretor à época. A Fábrica de Ferro de Ipanema situa-se no morro de Araçoiaba próximo a cidade paulista de Sorocaba. Viveu lá até 1822, quando seu pai foi para Alemanha e sua mãe, Dona Maria Flavia de Sá Magalhães, se mudou com os filhos para o Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, teve os primeiros estudos básicos. E em 1823, mudou-se com sua mãe e irmãos para Lisboa. Acredito que esse retorno para Portugal está totalmente ligado à fidelidade do pai com a coroa portuguesa como vimos acima. Em 1825, ele ingressa no Real Colégio Militar da Luz. Varnhagen tinha dois irmãos e três irmãs. Ele era o caçula dos meninos. Em 1831, um dos seus irmãos morre da queda de um cavalo e em 1832, seu irmão mais velho morre lutando pelo exército germânico. Então, em 1833, Varnhagen era o único filho homem de um militar alemão a serviço da coroa portuguesa. Ao se formar no Colégio, “foi admitido na Academia da Marinha. Engajado no 2º. Batalhão de Artilharia,

sob as ordens do Marquês de Sá Bandeira, aderiu à causa de Pedro I, do Brasil, na disputa pela coroa de Portugal com o príncipe D. Miguel."[26] É interessante destacar o que Varnhagen defende como inspiração para seu alistamento português. De acordo com o historiador, foi em uma visita que fez com seu pai a D. Pedro I que o fez seguir a carreira militar portuguesa, que defende que não tinha interesse algum até aquele momento.

> Lembro-me que o imperador me mediu com os olhos, e disse: <<Já é mais alto que o pai: isso é do sangue paulista.>> - As aulas se acabavam de fechar quando eu me alistei; e como tinha alguns estudos, e a campanha se abriu com vantagem, fui eleito oficial artilheiro no fim dos três meses de praça.[27]

A justificativa de Varnhagen do seu engajamento nas forças liberais é que depois da insinuação de D. Pedro I a seu pai, não havia outra escolha, sendo único filho homem. Além do mais, o havia elogiado como um paulista, brasileiro, cativando-o, talvez.

Em 1834, concluiu seus estudos militares na Academia de Fortificações. "Estudioso da poesia medieval lusitana, frequentador das rodas literárias lisboetas, aproximou-se do historiador Alexandre Herculano e do cardeal d. Francisco de São Luís, o que lhe valeu uma recomendação para ter acesso aos arquivos da Torre do Tombo."[28] Entre muitas pesquisas e descobertas na Torre do Tombo, as mais importantes foram a "revelação da identidade do autor (Gabriel Soares de Sousa) do Roteiro do Brasil, a principal descrição dos domínios portugueses na América no século XVI"[29] e também "desvendou o mistério que envolvia os restos mortais de Pedro Álvares Cabral, ao encontrar seu túmulo no Convento da Graça, em Santarém."[30] Em 1838, apresentou seu primeiro trabalho à Academia de Ciências de Lisboa e em seguida foi nomeado sócio desta instituição, ao mesmo tempo que terminava seus estudos de engenharia concluídos em 1839.

---

[26] GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. "Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878)" IN: PARADA, Maurício e RODRIGUES, Henrique Estrada (orgs.). *Os historiadores: clássicos da história do Brasil, vol. 4: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues.* Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2018, p. 47.

[27] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Réplica Apologética de um escritor calumniado e juízo final de um plagiário difamador que se intitula general,* Madrid: Na Imprensa da viúva de R. J. Domingues, 1846, p. 5.

[28] GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal e GLEZER, Raquel (org.). *Varnhagen no caleidoscópio...op.cit.,* p. 16.

[29] Idem, p. 16.

[30] Idem, p. 16.

1.1.2 Um patriota na historiografia brasileira

Em 1840, Varnhagen pediu licença militar em Portugal e fez uma viagem ao Brasil às próprias custas. Em diversas biografias contemporâneas a viagem do historiador para o Brasil é justificada como uma demonstração de patriotismo. Para melhor compreendermos a construção patriota um tanto romanceada da biografia do historiador, separei alguns trechos de autores de diferentes épocas que até nossos dias colocam o patriotismo do historiador como justificativa de tudo grandioso que este tenha feito durante sua trajetória.

O primeiro autor a tratar da defesa do patriotismo de Varnhagen e da sua escolha em detrimento da nacionalidade portuguesa foi Vasconcelos de Drummond em uma carta no dia 14 de dezembro de 1839 ao ministro de Assuntos Estrangeiros do Brasil, Caetano Maria Lopes de Gama (1795-1862):

> Recusa também qualquer emprego português, procura o Brasil, sua pátria de nascimento, por amor e porque promete engrandecimento e elevação. É por isso que emprega seu talento em coisas de interesse do Império. E ninguém melhor do que ele está em circunstância de prestar importantes serviços neste gênero histórico e geográfico, não só pelas relações íntimas que tem com os empregados dos arquivos e bibliotecas deste Reino e da Academia Real de Ciências, de que é membro, mas também porque conhece praticamente tudo quanto existe acerca do Brasil, de que faz seu particular estudo em qualquer parte deste Reino...Pretende ser empregado no serviço do Brasil, sua pátria de nascimento, e nós ganharíamos com isso, suponho eu, mormente se ele fosse empregado com o título de adido a esta Legação, com encargo especial de coligir documentos e diplomas para a História do Brasil e diplomática, coordená-los e analisá-los de modo que verifique datas e acontecimentos e apure a verdade do fabuloso que abunda nas relações daquele tempo de propensão maravilhosa."[31]

Nesta carta de Drummond, ele indicou os serviços de Varnhagen já reconhecido pela Academia de Ciências de Lisboa para trabalhar com a investigação de documentos

[31] Sobre a carta de Drummond ver: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (1952-1910), *Historiografia e Nação no Brasil:1837-1857*, Rio de Janeiro: Ed. UERJ; ANPUH, 2011, pp. 186.

da História do Brasil em acervos europeus da História do Brasil. Ele ofereceu seus serviços para a Legação do Brasil. Varnhagen em uma carta ao General Francisco José de Sousa Soares de Andreia, depois Barão de Caçapava, informou-o a respeito de seus estudos e dos serviços militares prestados em Portugal, fazendo sua primeira autobiografia em 16 de fevereiro de 1843.

> Entretanto as minhas aplicações e afeições eram de tal modo para o Brasil que em princípio de 1840, sabendo que se discutia nas Câmaras a Lei para chamar novamente ao Brasil todos os filhos dele, deixei Portugal, tomando sucessivamente licenças por mais de ano e meio (registradas) para nessa Corte, onde logo me apresentei, me poder sem demora aproveitar das suas disposições benéficas, sem de todo sacrificar a minha segurança de posição social, porém sucedendo não passar ainda tal lei, aproveitei o tempo para uma viagem ao interior do Império, a qual não só me prestou muitos conhecimentos naturais, como de novo me arraigou sentimentos de patriotismo ao ver os meus lares e amigos de infância.[32]

Não só Drummond, mas também o próprio historiador coloca o amor à pátria como principal norteador da sua empreitada para conquistar seus direitos de cidadão brasileiro. Porém, nesta primeira autobiografia, ele justifica o fato de ter pedido uma licença e não a demissão, “sem sacrificar”[33] a sua “segurança de poder social”[34]. Ele faz essa viagem para averiguar as reais possibilidades que teria de conseguir sua cidadania renovada, mas sem abrir mão da sua segurança no posto militar em Portugal. Devemos tomar o cuidado ao tratarmos autobiografia de Varnhagen, pois não necessariamente o que ele escreve, é o que de fato aconteceu e por ser uma autobiografia, há uma intenção. A intenção do personagem histórico acaba se sobrepondo à contribuição de fato para a posteridade de sua biografia. Para Koselleck, o tempo histórico está vinculado "à ação social e política, a homens concretos que agem e sofrem as consequências de ações, a suas instituições e organizações"[35]. Ou seja, não podemos deixar de compreender o contexto das autobiografias de Varnhagen, pois elas foram escritas e publicadas pelo

---

[32] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência Ativa coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa...op.cit.*, p. 100.
[33] Idem, p. 100.
[34] Idem, p. 100.
[35] KOSELLECK, REINHART. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos...op.cit.*, p. 14.

mesmo carregadas de uma intenção e com a expectativa de provocarem reações entre os seus contemporâneos. Porém, as autobiografias podem também trazer uma reflexão sobre a imagem que não só a historiografia reforçou e ainda reforça, mas também a imagem que ele mesmo quis deixar sobre seu patriotismo para a história. Ainda no Brasil, em 1840, sem resolver sua questão da nacionalidade brasileira, entrega ao Ministro do Império, Antônio Carlos, um requerimento sobre o assunto.

> Senhor, Francisco Adolfo de Varnhagen, nascido na Província de São Paulo e filho, hoje único, do Coronel Varnhagen, antigo diretor das fábricas de São João de Ipanema, havendo aos oito anos de idade sido levado a estudar á Europa, empregou o tempo até agora decorrido habilitando-se para servir melhor a Vossa Majestade Imperial. O Suplicante senhor, por enquanto é menor; e como tal nem pode dispor de si, nem entrou ainda no gozo de servir as ordens do Augusto Pai de V. M. I. se alistou sob suas bandeiras, e quis a sorte que havendo-o favorecido a guerra e os estudos, se achará hoje considerado em proposta para capitão do Exército português. Mas o suplicante vendo aproximar-se o termo de sua menoridade, decidiu vir aos pés de V. M. I., á custa de Deus sabe de que sacrifícios, incluindo o de ausentar-se de seu velho pai enfermo, optar decididamente pela nacionalidade de nascimento com preferência à de domicílio. Obrigado a voltar á Europa pode ser que aí continue a servir, e que a sorte não lhe permita mais o tornar a ver a sua terra natal. Mas o suplicante nasceu brasileiro e brasileiro quer morrer: deseja conservar os foros, a que seu nascimento e sua opção lhe dão direitos: - embora residente em terras do velho mundo, ser americano. Talvez, senhor, (...) conceda licença para que ao dever entrar, pela idade, no gozo dos direitos civis, não seja considerado excluído deles, por se achar em serviço estrangeiro.[36]

Neste requerimento, o historiador coloca claramente sua escolha pela nacionalidade brasileira e pede para que tenha este direito garantido pelo Império do Brasil. Nas palavras de Rodolpho Garcia, no ensaio biobibliográfico na terceira edição integral do *História Geral do Brasil* a respeito da viagem do historiador:

---

[36] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Réplica Apologética de um escritor calumniado e juízo final de um plagiário difamador que se intitula general,* Madrid: Na Imprensa da viúva de R. J. Domingues, 1846, p. 6.

> Por esse tempo surgiram acerca da nacionalidade de Varnhagen algumas dúvidas, que procrastinaram as propostas do Drummond, em seu ofício ao Ministro dos Estrangeiros do Brasil. Concluídos os estudos, veio Varnhagen á pátria, a fim de solver de uma vez aquelas dúvidas.[37]

No Ensaio biobibliográfico de Garcia, ele acrescenta que o historiador quis resolver sua questão da nacionalidade na viagem ao Brasil, por se preocupar que isso atrapalhasse a sua possibilidade de ingresso na Legação Imperial do Brasil, indicação anterior de Drummond. Será que Varnhagen teria pensado em resolver sua nacionalidade brasileira ou não, se não tivesse sido oferecido a ele uma carreira na diplomacia brasileira? Clado Ribeiro de Lessa procurou esclarecer esse assunto, afirmando que Varnhagen abriu mão de uma carreira brilhante como tutor dos filhos de D. Fernando para retomar sua nacionalidade brasileira que foi intuito de sua viagem ao Brasil.

> "A Pátria e o assunto atraíam-no irresistivelmente. Por isso, uma vez terminado o curso de Engenharia, rejeitando a oferta do rei D. Fernando, que se propunha manda-lo estudar na Alemanha para vir a ser professor dos príncipes seus filhos, dando de mão a uma brilhante carreira militar já auspiciosamente começada, tratou de, em princípios de 1840, com os próprios recursos, vir ao Brasil aproveitar-se das vantagens da lei que sabia estarem as nossas câmaras legislativas discutindo, com a finalidade de chamar à pátria seus filhos de cidadania duvidosa, por terem entrado ao serviço de outra nação. (...) como a prudência aconselhava, para não sacrificar sem remédio a situação que já possuía não pediu logo demissão do exército português e sim licença por alguns meses, que alargou com prorrogações sucessivas por mais de ano e meio. O patriotismo não excluía o bom senso e as precauções."[38]

Para Lessa, "o patriotismo não excluía o bom senso e as precauções"[39] de Varnhagen. O historiador veio ao Brasil com o intuito de verificar se conseguiria seus direitos de cidadania, mas não abriu mão do que lhe era seguro em Portugal. Ou ele procurou precaver-se por não ter a certeza de que este era o melhor passo em sua carreira.

---

[37] GARCIA, Rodolpho. *Ensaio Biobibliográfico sobre Francisco Adolfo de Varnhagen.* IN: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal.* 3 ed. Integral. Volume 2. São Paulo: Companhia melhoramentos de São Paulo, 1927, p. 440.
[38] LESSA, Clado Ribeiro de. *Formação de Varnhagen 1816-1841.* Separata do Vol. 186 da revista do IHGB. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p.18.
[39] Idem, p. 18.

Varnhagen queria entrar na diplomacia brasileira, mas precisava ter a certeza de que isso seria possível e antes de ir embora, não conseguindo esta resposta, deixou aquele requerimento como última tentativa. Renato Sêneca Fleury publica uma pequena biografia sobre o historiador, elevando esta atitude de Varnhagen ao optar pela nacionalidade brasileira.

> Era brasileiro, muito brasileiro, e queria que a questão se esclarecesse de uma vez. Pediu, ao governo imperial, um decreto que o declarasse cidadão brasileiro. Esse decreto foi publicado com data de 24 de setembro de 1841, e lhe concedia, com o reconhecimento de sua qualidade de cidadão brasileiro, o gozo de todos os direitos e garantias de sua legítima nacionalidade. Mas os bons brasileiros, esses tiveram motivos de júbilo e nobre orgulho.[40]

Para Fleury, o historiador tornar-se cidadão brasileiro seria motivo de muito orgulho para toda a Nação. Ele, provavelmente, se refere a sua monumental obra de história. Em seguida, comenta que Varnhagen tornou-se um "belo exemplo de amor à pátria e de tenacidade no trabalho"[41] Capistrano de Abreu no Necrológio de Varnhagen em 1878 diz quando Varnhagen viaja pelo Brasil "não é só sentimentalismo que lhe guia os passos na peregrinação: é a sina de historiador que investiga cartórios, compulsa as bibliotecas e mosteiros, examina os padrões das outras eras, colhe glossários e tradições (...)"[42]. É interessante destacar a percepção que Capistrano tem do historiador, ele não desfaz do patriotismo do visconde, mas coloca a investigação histórica como principal norteador de sua viagem. Quebrando um pouco a tradição de valorização patriótica do futuro visconde feita pela historiografia.

Varnhagen trocou cartas com Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, principalmente nos primeiros anos de sua formação.[43] Em carta de 25 de abril de 1840, Varnhagen escreve para Rivara sobre sua viagem ao Brasil. "O meu anterior destino era uma viagem à Alemanha, porém repentinamente mudei-o inteiramente. Vou ver os

---

[40] FLEURY, Renato Sêneca. *Varnhagen O Visconde de Porto Seguro,* São Paulo: Edições Melhoramentos, s.d, p. 20.
[41] Idem, p. 23.
[42] ABREU, Capistrano. *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro*. Ensaios e Estudos (Crítica e História). Liv. Briguiet, (1931), p. 129.
[43] Sobre a relação entre Varnhagen e Rivara através de suas correspondências ler: GLEZER, Raquel. *"Amicíssimo": cartas entre Varnhagen e Cunha Rivara (1839-1849)*. p. 26-54. In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal e GLEZER, Raquel (org.). *Varnhagen no caleidoscópio...op.cit.*

bosques virgens da América Meridional, e partirei até 5 do mês que vem."[44] O historiador fala que seus planos envolviam a ida para Alemanha, talvez aquela oportunidade que D. Fernando o havia oferecido. Mas, "repentinamente"[45] muda para o Brasil. Ele não explica para o amigo, mas podemos entender que a proposta de Drummond de fins de 1939 podia estar em seus planos, ou seja, um futuro na diplomacia brasileira. Em carta de 31 de julho de 1841, já em Lisboa, ele comenta sobre essa viagem. "Muito ganhei para a minha instrução na extensa viagem que fiz em tão pouco tempo. Resolvi, porém, por enquanto nada publicar, não só porque ainda não sei se me demorarei muito em Portugal."[46] A viagem foi de grande importância para o historiador no que diz respeito a investigação histórica. Assim como, também para estreitar seu laço com Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no qual se tornou sócio correspondente, passando a contribuir com inúmeras doações de cópias de documentos relativos à história colonial, biografias e ensaios. Neste trecho da carta, Varnhagen deixa implícito que tem pretensões de afastar-se de Portugal, talvez só estivesse a esperar a permissão para ingressar na diplomacia brasileira. Talvez não soubesse que a chance era de começar na Legação brasileira em Lisboa, como de fato aconteceu. Paulo da Silveira Santos, no seu texto *Varnhagen e as fontes históricas*, exalta o patriotismo de Varnhagen na escolha da nacionalidade brasileira.

> Nesse mesmo ano de 1840 vem ao Brasil, aguilhoado pela saudade do berço natal e também para a providenciar a obtenção da cidadania brasileira, o que, pouco depois consegue, e de que muito se orgulhará...Passe a ser então, como se intitulava, o paulista de Sorocaba.[47]

É interessante notar que como Fleury, Santos também usa as referências do visconde a partir de suas obras. Varnhagen se assinava "Paulista de Sorocaba" ou "Natural de Sorocaba", principalmente quando publicava em anonimato. Santos chega a atrelar sentimentos ao próprio historiador, o que mostra como a ideia do orgulho patriótico do historiador desde quando tentava reaver sua cidadania está muito forte na historiografia brasileira que aborda sua trajetória.

---

[44] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência Ativa coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa...op.cit.*, p. 47.
[45] Idem, p. 47.
[46] Idem, p. 64.
[47] SANTOS, Paulo da Silveira. *Varnhagen e as fontes da história.* Separata Memórias I Semana da História. (1979) p. 488.

José Carlos Rodrigues, redator da *Revista o Novo Mundo*, fez um breve esboço biográfico do Barão de Porto Seguro, à época, no qual aborda também a questão da nacionalidade quando viajou ao Brasil. Importante destacar aqui novamente que essa biografia do redator também está carregada de uma intenção. Varnhagen ainda em vida autorizou a publicação dessa biografia e provavelmente teve acesso à mesma antes de sua publicação, visto a relação próximo do redator com o Barão, à época.

> Surgiram algumas dificuldades acerca da nacionalidade a que pertencia o Sr. Varnhagen; apenas, pois, concluiu os seus estudos seguiu para o Brasil, afim de solvê-las de uma vez. Chegando aí, porém, achou, o espírito público muito comovido com a revolução que arrastou a maioridade (...) do Senhor D. Pedro II; e não sendo a ocasião oportuna, seguiu para o interior, onde se achava em 1841 quando, tendo notícia de que seu pai se achava perigosamente doente na Europa, apressou-se a partir para lá.[48]

O editor trocou correspondência com o historiador nos últimos anos de sua vida e algumas delas encontram-se na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. Varnhagen aproveitou-se da amizade com o redator e fez publicar em 1873 essa biografia que em teor é muito elogiosa sobre a trajetória do historiador.

Portanto, o que gostaria de destacar aqui é que ainda em vida, o historiador autorizou biografias, como essa que tratamos acima, com o objetivo de destacar o patriotismo do mesmo ao escolher sua cidadania brasileira. E a historiografia também destacou sua dedicação à causa pátria. Imagine que um diplomata brasileiro, cânone da historiografia brasileira oitocentista jamais poderia ficar na história como um ambicioso que seguiu o caminho menos tortuoso. Somente o patriotismo do historiador poderia fazer justiça à sua obra e ao historiador-monumento, como reflete Ribeiro:

> essas narrativas procuraram estabelecer um sentido, uma lógica, uma consistência e uma constância por meio do estabelecimento de relações, colhendo fragmentos para o desenho de um retrato do morto Varnhagen, o historiador-monumento. Ele não mais se configuraria como sujeito, mas sim objeto dos discursos que o

[48] RODRIGUES, José Carlos. *Francisco Adolfo de Varnhagen*. Periódico Ilustrado do Progresso da Edade O Novo Mundo. Vol.III, Nº. 31, (1873), p. 2.

> fabricaram. Varnhagen passa a ser uma invenção, o discurso de uma causa, de um projeto, dos poderes instituídos. [49]

Ou seja, para Ribeiro, esse historiador-monumento passa a colocar Varnhagen como um objeto histórico que justifica um discurso da história pátria. E a sua trajetória, na escolha da cidadania, reforça esse discurso. Suas obras legitimam esse discurso, enquanto temos um personagem histórico na sua contemporaneidade, com suas escolhas, dilemas, influências e principalmente com o seu propósito de vida que reflete constantemente o interesse do indivíduo diante de suas pluralidades, e não do historiador-monumento ornamentado pela historiografia.

Nilo Odália faz uma crítica à construção desse historiador-monumento a reflete sobre a questão da nacionalidade dizendo que

> É paradoxal o fato de que o historiador considerado por muitos o verdadeiro fundador da História do Brasil seja um brasileiro por "nascimento e adoção" e cuja nacionalidade só tenha sido confirmada, por decreto real, em 24 de setembro de 1841.[50]

Portanto, fica aqui a reflexão sobre o quanto a historiografia construiu o historiador-monumento com o objetivo de criar a narrativa da construção nacional no século XIX. Somente um historiador brasileiro patriota poderia carregar o mérito da publicação da primeira grande obra sobre a nossa história. Sem dúvida, o interesse do historiador não estava tão somente vinculado à conquista de um direito de nascença por si só ou mesmo por patriotismo, mas sim, por serem às perspectivas de carreira na diplomacia que se apresentavam como a escolha mais apropriada, justamente fora do Brasil, na Europa, território muito mais familiar ao mesmo.

1.1.3 Fiel a qual coroa?[51]

---

[49] RIBEIRO, Renilson Rosa. "Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade." Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da ideia de Brasil Colônia no Brasil Império...op. cit., p. 33.

[50] ODÁLIA, Nilo (org.). FERNANDES, Florestan (coordenador). *Varnhagen*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Nº. 9. São Paulo: Ática, 1979, p. 07.

[51] Sobre o reconhecimento de Varnhagen e sua obra em Portugal: "Francisco Adolfo de Varnhagen pertence pelo seu nascimento e pela especialização dos seus estudos ao Brasil, pertence bem a Portugal pela sua formação intelectual desde bem moço até a publicação dos seus trabalhos históricos, da mais profunda e completa investigação no Arquivo Nacional." *O historiador brasileiro Varnhagen na Academia e na Torre do Tombo*. Comunicação à Classe de Letras, (1949), p. 81.

Varnhagen viajou para o Brasil com o objetivo de resolver a questão da cidadania. Voltou para Portugal ainda sem uma resposta. Diante deste cenário, em Portugal, ainda tentou resolver seu futuro na carreira militar. No Arquivo Histórico Militar de Lisboa encontram-se alguns documentos interessantes que mostram uma última tentativa do historiador de permanecer em Portugal após sua viagem ao Brasil. Veja-se, por exemplo, a petição que ele dirigiu a rainha de Portugal, em 22 de junho de 1841. Francisco Adolfo de Varnhagen, naquele momento Tenente do Estado Maior de Artilharia, expõe todas as razões pelas quais acredita que precisa ser promovido. Primeiramente, destaca que a prova da sua fidelidade a D. Pedro I em detrimento de outros soldados que se renderam aos miguelistas. Menciona um colega seu que havia sido promovido a 1º. Tenente junto com Varnhagen e que "agora este foi promovido e o Suplicante deixa de ser capitão só por não ter querido servir o tirano de Portugal, e o Usurpador do trono de Vossa Majestade."[52]Ao longo da carta, defende-se de todas as injustiças que estava sofrendo e que não aceitaria ficar subordinado ao seu colega. E por último o suplicante fala sobre sua viagem ao Brasil em 1841.

> Acresce que tendo o Suplicante há pouco voltado de uma viagem feita ao Brasil, para própria instrução científica as expensas suas, julga-se habilitado a fazer serviços á Nação nas colônias da África, ao que se propõem; porém cônscio dos seus direitos ao posto de capitão em Portugal, não se pode resolver, para adquirir, a utilizar-se das garantias, que têm os que vão para o Ultramar. O Suplicante confia que a declaração franca destas suas intenções (ainda subordinadas á vontade de Vossa Majestade), não hão de servir de impedimento á justiça.[53]

Nesta carta, Varnhagen deixa claro que está à disposição da coroa portuguesa para os serviços nas colônias africanas. Ele pede que seja promovido ao posto de capitão e julga ter sido preterido em relação a promoção de um outro colega. Na edição de Lessa da correspondência do historiador, existe uma carta ao Cônego Januário da Cunha Barbosa, Secretário do IHGB, naquele momento, que data de seis de janeiro de 1841, em Santos. O seu requerimento ao Ministro do Império, Antônio Carlos, em que pede seus direitos de cidadania brasileira renovados com data de fins de 1840, de acordo com o

[52] Arquivo Histórico Militar, Processo nº1134. Processo de Francisco Adolfo de Varnhagen, 22/06/1841. fl. 1-1v.
[53] Idem, fl. 2.

próprio historiador na sua *Réplica Apologética*. A próxima carta seria, novamente ao Cônego, mas que data de oito de julho de 1841. Entre seis de janeiro de 1841, data que talvez seja a mais próxima da sua viagem de retorno para Lisboa até o dia 22 de junho de 1841, não encontramos cartas dele. A viagem de retorno não durou seis meses. Varnhagen, por cerca de seis meses fica, provavelmente em Portugal, na espera de uma definição em sua vida? Somente no dia 31 de julho de 1841, retoma seu contato com seu amigo Rivara, em que fala sobre sua viagem e que não ficará, provavelmente, muito tempo em Portugal. Acredito que em junho não tinha talvez tanta esperança de que sua situação fosse resolvida no Brasil, e decide pedir a coroa portuguesa sua merecida, ao seu ver, promoção, assim como pede que possa usar seus serviços nas colônias africanas. Ao escrever para Rivara, é provável que já tivesse algum retorno sobre a possibilidade de conseguir seu ingresso na Legação Imperial do Brasil, ou talvez, estivesse se referindo a uma viagem para a África. Em 24 de setembro de 1841, finalmente, sai o decreto que lhe garante seus direitos civis e políticos como brasileiro. Pouco tempo depois, Varnhagen não consegue "conter a felicidade" de se juntar à diplomacia brasileira como um súdito brasileiro:

> Apesar do mau som que produziu em meus ouvidos, ainda inocentes á política, o termo anistia, não hesitei um instante. Rompi por tudo: resignei os cargos que me ofereciam uma brilhante carreira, (...) e me fui apresentar á nossa Legação em Lisboa, como súbdito brasileiro, em fevereiro de 1842 (...).[54]

Varnhagen observa que se resignou de todos os cargos que "ofereciam uma brilhante carreira"[55] como no caso da oferta de D. Fernando para ser tutor de seus filhos. Porém se olharmos para a documentação existente do historiador destes seis meses que tratamos, não há aparentemente uma carreira brilhante que estaria abrindo mão como ele sugere. Há ainda em seus documentos militares, uma carta para a rainha de Portugal, sem data, informando que recebeu o Despacho pelo qual a rainha "declarou inoportunas as pretensões do suplicante ao posto imediato"[56]. Nesta carta, destaca que só "lhe resta para distrair a pena que sofre vendo-se detido na carreira que prosseguia com honra e dedicação, pelo único motivo de não ter querido deixar de ser leal e fiel a Vossa

---

[54] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Réplica Apologética de um escritor calumniado e juízo final de um plagiário difamador que se intitula general...op.cit*, p. 7.
[55] Idem, p. 7.
[56] Arquivo Histórico Militar. Processo nº 1134. Processo de Francisco Adolfo de Varnhagen, fl. 1.

Majestade."[57] Em seguida, fala que "para o suplicante consiste em ceder o campo, e procurar de outra forma ser útil a Vossa Majestade: consiste em pedir a exoneração do posto com que V. Majestade se dignou honrá-lo."[58] Varnhagen não concordou com a negação de sua promoção à capitão. Escreve a rainha oferecendo seus serviços de outra forma que não fosse ao posto que tinha e pede sua exoneração. E em outro documento, datado de 1º. de outubro de 1841, Varnhagen pede a rainha que lhe conceda a demissão do posto militar. Ainda em outro documento, datado de 14 de fevereiro de 1842, pede a Rainha que lhe conceda a demissão do posto de 1º. Tenente de Artilharia. "Há de saber que finalmente me concederam a demissão, e que, portanto, estou na resolução de me passar ao Brasil, conforme aqui conversávamos."[59]O futuro Visconde passou de 1º. de outubro de 1841 até fevereiro de 1842 a espera de sua demissão do posto militar. Em fevereiro de 1842, se apresenta a Legação brasileira em Lisboa, como "súbdito brasileiro". Ou seja, conseguiu a demissão do seu posto militar português e pôde arriscar a sorte na carreira diplomática brasileira. Apenas em 19 de maio de 1842 que Varnhagen foi oficialmente adido à 1ª. classe da Legação Brasileira em Lisboa.

Ele, como seu pai, jurou lealdade a rainha e pediu a promoção que se achava de direito. Mas, diferentemente, de seu pai, não abriu mão de uma possível carreira no Brasil. O historiador, em suas biografias em vida, procurou justificar o alistamento voluntário que fez ainda menor de idade no exército português de algumas formas: era o único filho homem e resolveu seguir os desejos do pai, aderiu a justa causa de D. Pedro I contra o usurpador, engajou-se na luta pela campanha constitucional de D. Pedro I e nas questões políticas à época da Revolução do Porto. Varnhagen era um rapaz de apenas de 17 anos e seguiu os passos do pai, alistou-se voluntariamente no exército de D. Pedro I na luta contra D. Miguel, sem imaginar que ao lutar em favor de outra nação corria o risco de perder seus direitos de cidadão brasileiro. Mas, diferentemente do que afirma em todas as suas biografias em vida e as que foram reproduzidas depois não era somente o amor à pátria que o fez optar pela renovação de seus direitos de súbdito brasileiro. "Não é preciso insistir no evidente trabalho de valorização das disposições afetivas em relação ao Brasil

[57] Idem, fl. 1v.
[58] Idem, fl. 1v.
[59] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência Ativa coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa...op.cit.*, p. 73.

e do perfil de abnegado que Varnhagen procura delinear."[60] E este perfil foi se repetindo por muitos historiadores que o seguiram ao tratarem de sua trajetória.

Varnhagen sabia de toda a dificuldade que seu pai teve ao se manter fiel a coroa portuguesa. Ele sabia que seu pai abriu mão de uma carreira muito melhor no Brasil e não hesitou em aproveitar-se deste decreto de 1841. Porém, antes mesmo de ter esta opção concretizada não deixou de tentar a promoção ao posto militar em Portugal. A verdade é que ele estava com 25 anos de idade e, provavelmente, via que sua vida precisava de uma direção na carreira. Ao olharmos a carreira do pai de Varnhagen, vemos que não lhe havia trazido tantos benefícios já que chegou a passar por momentos de dificuldades financeiras. Além deste exemplo, a possiblidade de uma carreira diplomática lhe faria viajar pelo mundo e fazer aquilo que lhe dava maior prazer, a investigação histórica. Portanto, apesar de tentar ainda em Portugal a carreira militar, o historiador, paralelamente, também tentou a carreira diplomática no Brasil e até mesmo teve a oportunidade de ir para a Alemanha estudar às custas de D. Fernando para ser tutor de seus filhos. "Varnhagen, penso eu, tentava resolver sua vida, de um lado do Atlântico ou do outro."[61] Sem dúvida, a carreira que lhe trouxe os melhores resultados foi a da chancelaria ligada à sua pátria de nascimento em terras estrangeiras.

1.1.4 O "pai da historiografia brasileira"[62]

Em julho de 1842, Varnhagen fez uma viagem para a Marinha Grande para visitar seu pai enfermo, já adido à Legação do Brasil e adiou sua visita ao amigo Rivara em Évora. Em carta para Rivara de 10 de dezembro de 1842, comenta ter acabado de voltar de Leiria, onde havia negócios urgentes de família em que teve que tomar parte. Provavelmente, como único filho homem, tenha ido resolver os detalhes sobre o falecimento de seu pai e possíveis documentações de casamento dos pais em Figueiró dos Vinhos, distrito de Leiria.

---

[60] CÉSAR, Temístocles. *Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência.* Topoi, v. 8, n. 15, (2007), p. 169.
[61] Idem, p. 169
[62] Nas palavras de Manoel Luís Salgado Guimarães em Historiografia e Nação no Brasil 1838-1857. Tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça-Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2011, pág. 222: "A classificação de Varnhagen como "pai da historiografia brasileira" já era adotada por seus contemporâneos, como se deduz da manifestação do historiador João Francisco Lisboa em sua carta a Varnhagen de 9 de maio de 1856. Ele se manifestou nos seguintes termos sobre Varnhagen: "Ao partir do Rio de Janeiro para esta Capital, vinha já com o propósito de dirigir-me a v.e., a quem respeitava e estimava já como incansável e erudito investigador das cousas pátrias, e ultimamente como pai da nossa história...". Carta de João Francisco Lisboa a Francisco Adolfo de Varnhagen de Lisboa de 9 de maio de 1856. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo. Os índios bravos e o Sr. Lisboa. Lima: Imprensa Liberal, 1867, p. 67.

Ainda em 1842 fora "agraciado com as honras de outra carreira[63]", fora alistado ao Exército Imperial no posto de 2º. Tenente. Ele agradeceu as honras, mas aponta que é "levado por outras ocupações"[64], das quais se julga "estar prestando melhor serviço ao Império"[65], pois se

> "acha encarregado (sem faltar aos deveres que me impõe o Cargo da Legação) de examinar para bem do conhecimento da História e Legislação do nosso país, os arquivos em tais documentos mais ricos da Europa (para o que tenho os necessários estudos paleográficos que só para esse fim cursei)."

Se achava mais útil ao serviço de examinar arquivos e documentos na Europa para o conhecimento da História e Legislação do Brasil. É interessante notar que o historiador examina os documentos históricos "sem faltar aos deveres que lhe impõem o Cargo da Legação", ou seja, apesar de estar escrevendo para o comandante do Imperial Corpo de Engenheiros à época, tomou o cuidado de não demonstrar um tempo dedicado à História que pudesse prejudicar seu serviço na Legação. Como muitas vezes demonstrou em suas cartas e ofícios, sua maior aptidão era a investigação histórica e o resultado de tanta pesquisa acabou o colocando como cânone da historiografia brasileira por vasta bibliografia. E foi na diplomacia que conseguiu se dedicar a investigação histórica, como destaca Lúcia Guimarães: "A diplomacia foi antes um meio eficiente para se dedicar aos estudos históricos, pois lhe propiciou o prazer de compulsar arquivos, descobrir manuscritos originais, além de frequentar bibliotecas e museus".[66]

Ele viajou por todo o Reino de Portugal na busca de documentos históricos nos arquivos europeus, enquanto trabalhava para a Legação do Brasil em Lisboa. "Em 1846 esteve investigando em arquivos espanhóis (Madri, Simancas e Sevilha), em missão oficial, documentos referentes às questões de limites do Império com as repúblicas vizinhas e as Guianas Europeias, (...)"[67]Ele pesquisou e escreveu alguns textos sobre as questões de fronteira entre o Brasil e as Repúblicas do Pacífico. Uma extensa documentação que Varnhagen copiou do Arquivo das Simancas se encontra no Arquivo

---

[63] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência Ativa coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa...op.cit.*, p. 98.
[64] Idem, p. 101.
[65] Idem, p. 101.
[66] GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. "Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878)", *op. cit.*, 2018, p. 48.
[67] LESSA, Clado Ribeiro. *Correspondência Ativa* de Francisco Adolfo de Varnhagen, *coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa...op.cit.*, p. 83.

Histórico do Itamaraty, na Lata 355. Nas palavras de Lúcia Guimarães: "Preparou numerosos pareceres, relatórios e informes para o governo imperial, sobretudo no que diz respeito às negociações de limites do Brasil com as repúblicas hispano-americanas e as guianas."[68]

"Em 1847, promovido ao posto de primeiro-secretário da Legação brasileira, é transferido para Madri.[69]" Em uma carta ao Visconde de Sá Nogueira de Figueiredo, de Madri, Varnhagen fala sobre sua viagem pela Europa. "V. Exª saberá que eu fiz esta primavera uma bonita excursão, não só vendo no melhor tempo as duas Cortes Britânica e Francesa, (...)"[70] E continua contando ao Visconde sobre os lugares que visitou, "Colonia, Bonn, Coblentz, Neuwied, Ehrenbreitstein, (...)."[71] Também passou por "Liège, Louvain, Bruxellas, Gand, Bruges, (...)"[72] Na Espanha, conheceu "Cadiz, Sevilha, Córdova, (...)"[73]Varnhagen também visitou "Toledo, Ávila, Valladolid, (...)"[74] E termina dizendo que tem por todo a parte conhecidos para o caso de ser necessário para alguma coisa do Império.

No período compreendido entre 16 de maio de 1850 e 10 de abril de 1851, não há, nem em seu arquivo pessoal no Itamaraty e nem na obra de Lessa, cartas de Varnhagen. Na primeira data, ele se encontrava em Madri e na segunda, ele estava de volta em Lisboa. Lessa destaca que "removido como secretário para a Legação Imperial em Madri, aí continuou seus estudos, que deram em resultado a publicação de muitos trabalhos históricos."[75]Porém, Lessa não especifica qual foi a data desta remoção. Mas, como destaca Lúcia Guimarães, entre as obras que se dedicou e publicou nessa época está o *Memorial Orgânico*:

> Escreveu e publicou o *Memorial Orgânico* (1849-1850), obra que se assemelha a um projeto de Estado. Adepto da monarquia constitucional e representativa, Varnhagen faz um inventário metódico dos principais problemas que afetavam a modernização do país a partir das perspectivas

---

[68] GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. "Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878)"...*op. cit.*, 2018, p. 48.
[69] CÉSAR, Temístocles. *Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência....*, p. 170.
[70] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência Ativa coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa...op.cit.*, p. 152.
[71] Idem, p. 152.
[72] Idem, p. 153.
[73] Idem, p. 153.
[74] Idem, p. 153.
[75] LESSA, Clado Ribeiro de. *Correspondência Ativa* de Francisco Adolfo de Varnhagen, *coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa...op.cit.*, p. 84.

> geopolíticas e econômicas atendo-se também a aspectos sociais, em particular as questões da escravidão, dos inídgenas e da imigração.[76]

Em 22 de abril de 1851, escreve a bordo do Vapor Teviot, em Porto Grande de São Vicente, para o Visconde de Sá da Bandeira. Próximo ao dia 15 de dezembro de 1851, escreve um Memorial ao Ministro do Império, no qual pede a graça de uma condecoração. No Memorial, Varnhagen elenca todos os trabalhos que fez até aquele momento em benefício do Império. Alega ter realizado com louvor os trabalhos que lhe foram designados na Legação; prestou serviços sobre os limites do Brasil; entregou "uma composição em que ideou simbolizar no feito de Amador Bueno a unidade do Império"[77]; escreveu o *Florilégio da Poesia Brasileira*; "entregou-se a escrever biografias dos falecidos brasileiros"[78] publicados pela Revista do IHGB; escreveu *Épicos Brasileiros*; escreveu em 1849 "uma memória propondo no nosso exército a introdução do novo sistema espanhol de artilharia de montanha"[79]; escreveu vários textos sobre os Índios e a Colonização; "entregou-os finalmente a meditar sobre outros pontos de nossa pública administração, e a dizer por escrito ao país muitas verdades em vez de o adular;"[80] este escrito ao qual se refere é o *Memorial* Orgânico, e continua a falar sobre suas contribuições:

> O Suplicante se abstém de fazer menção do quanto havia já trabalhado anteriormente a ser condecorado com o hábito de Cristo, e do serviço que acaba de prestar na organização da Secretaria e arquivo da biblioteca do Insituto, e no que está prestando com o escrever a História do Brasil para oferecer a S. Majestade.[81]

Chama a atenção como Varnhagen nesta carta valoriza sua trajetória para justificar a condecoração. Como um diplomata e historiador, contribuiu não somente na chancelaria, mas também com a publicação de obras e artigos sobre a nossa história e também sobre os limites do Brasil com seus vizinhos. Almejou, como podemos observar,

---

[76] GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. "Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878)"...op.cit.., p. 48 e 49.
[77] Idem, p. 166.
[78] Idem, p. 167.
[79] Idem, p. 168.
[80] Idem, p. 168.
[81] Idem, p. 168.

o reconhecimento em forma de títulos, o que não é de se espantar de um intelectual que vivia à época da corte imperial.

Entre 1849 e 1851, Varnhagen aprofunda seus estudos e pesquisa históricas enquanto viaja pelo Brasil. Escreve inúmeros textos que abrangiam diferentes áreas como literatura, história, arquitetura, etc. "Em 1851, quando esteve no Rio de Janeiro, é eleito 1º. secretário do Insituto Histórico, exerceu este cargo durante quase um ano, promoveu a catalogação da respectiva biblioteca e organizou-lhe o arquivo."[82]Entre abril de 1851 até dezembro de 1851, Varnhagen faz trabalho de destaque no IHGB, no Rio de Janeiro, quando era primeiro secretário. Em sua primeira carta para D. Pedro II, de 1º. de fevereiro de 1852, ele escreve: "vou pela primeira vez ter a honra de gozar da graça que me foi por V. M. I. conferida na véspera da minha partida do Rio, aos 14 de dezembro de 1851."[83] Em fins de 1851, Varnhagen volta para Madri com a possibilidade de dar continuidade a troca de correspondência com o imperador. A troca de missivas entre os dois começou em 1852. A correspondência ativa dele fora publicada por Lessa, totalizando 67 cartas de Varnhagen para D. Pedro II.[84]

As cartas que o historiador escreveu para D. Pedro II são interessantes, pois Varnhagen se julga na liberdade de ser ousado e falar livremente ao imperador. Ele critica a *Confederação dos Tamoios* de Domingos José Gonçalves de Magalhães, colocando-a muito longe de "aspirar às honras da epopeia nacional do século de Pedro 2º e a chama de bestial,"[85] mesmo sabendo que a publicação da obra havia sido custeada pelo próprio imperador. As respostas do imperador ainda não foram localizadas, mas olhando para o vasto número de correspondência ao longo dos anos, é possível inferir que o imperador admitia esta liberdade nas cartas de Varnhagen.

O futuro visconde ainda em Madrid se ocupou do término da sua obra *História Geral*. Em 1854, publica em Paris seu primeiro volume com o título *História Geral do Brasil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado*

---

[82] LESSA, Clado Ribeiro de. *Correspondência Ativa* de Francisco Adolfo de Varnhagen, *coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa....op.cit.*, p. 84.
[83] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência Ativa coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa...op.cit.*, p. 170.
[84] Em uma pesquisa que fiz no Arquivo Histórico do Museu Imperial, pude verificar erros de transcrição paleográfica ao cotejar as correspondências editadas por Lessa com os originais nas cartas de Varnhagen para o imperador D. Pedro II. Esta pesquisa foi apresentada num Simpósio Temático na ANPUH/SP em 2008. Para ver o texto integral: http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Gisele%20Almeida.pdf
[85] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência Ativa coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa...op.cit.*, p. 237.

até declarar-se Império Independente. Esta obra que teve seu segundo volume publicado em 1857 teve grande repercussão no Brasil e fora dele. Para a publicação da obra, Varnhagen chega a não colocar seu nome, por se achar menos brasileiro. Numa carta ao imperador de 5 de fevereiro de 1854, o historiador comenta a insatisfação que teve ao ser considerado pela família real portuguesa estrangeiro e não brasileiro, por causa do nome alemão. Nesta carta, ele justifica porque queria deixar sua obra monumental assinada apenas por um brasileiro, porque no fundo se incomodava com o nome alemão, como escreve para o imperador:

> Ainda que muitas vezes me incomodei vendo-me considerado aos olhos da Europa, - e especialmente da Allemanha, em virtude do meu apellido, como menos brazileiro (motivo porque o Sr. Magalhães era de voto que V. M. I. m'o devia mudar) não pensava já agora separar-me, sem saudade nem extranheza, desse nome que durante perto de quarenta annos procurei illustrar e honrar, illustrando-me e honrando-me; e confesso a V. M. I. que já não tinha esperança, nem aspiração, de o ver trocado por outro. [86]

Essa graça será conquistada através de um decreto imperial de 14 de agosto de 1872 que o tornou Barão de Porto Seguro e depois em 16 de maio de 1874, tornando-se Visconde de Porto Seguro. A própria escolha do título ser Porto Seguro também é interessante por ser a cidade que os navegadores portugueses liderados por Cabral desembarcaram pela primeira vez em 1500. Sobre essa escolha, Varnhagen enfatiza ao imperador que "Porém o mágico nome de Porto Seguro, tão querido para quem tinha levado esses quarenta annos sempre occupado da região de Cabral, operou o prodígio, e até me obrigou a mais , na minha 2ª. edição da *Historia Geral*."[87] Apesar de não ter sido escolhido por ser o historiador, o desbravador da nossa historiografia, parece apropriado pelo que ele ficou conhecido na história da nossa história. Varnhagen ficou como o primeiro historiador brasileiro a escrever a primeira história geral do Brasil. E é no mínimo interessante que nem mesmo o historiador se considerasse esse desbravador, pelo menos não faz essa analogia com a escolha do nome. O mais provável é que o imperador lhe tivesse concedido o primeiro título por conta da sua participação no Congresso de Estatística de São Petersburgo em 1872, representando o país.

---

[86] Idem, p. 371.
[87] Idem, p. 371.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não deu as honras a que o historiador se achava merecedor com a publicação da sua História. Em carta ao imperador de 24 de setembro de 1856, Varnhagen aponta que o atraso que o levou na impressão do segundo volume da História Geral se deve entre suas causas o esmorecimento que teve, "em vista de tanta indiferença oficial, principalmente da parte do Instituto"[88]. Varnhagen fez uma dedidcatória ao Instituto, ao assinar, no princípio como "um sócio do Instituto Histórico do Brasil". E acreditava que merecia as glórias de uma recepção com louvor do IHGB. Nesta mesma carta, achava que estava sendo de alguma forma punido por não adular o "perigoso brasileirismo caboclo". O historiador se envolveu em inúmeras polêmicas[89] vinculadas a sua posição avessa ao romantismo indianista tão valorizado pelos intelectuais do século XIX. Varnhagen foi muito criticado pela forma como abordou o índio em sua obra. Ganhou adversários como João Francisco Lisboa, Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias. Varnhagen foi criticado por Lisboa, quanto a sua ideia de civilizar o índio através da escravidão. Já Magalhães e Dias não concordam com sua ideia de que os índios não podem ser considerados num certo processo de civilização independente da vinda dos europeus.[90] "Aos seus críticos, Varnhagen respondeu em escritos menores, mas antes de tudo com e na *História Geral do Brasil*."[91] O historiador, de acordo com Hausser, escreve em seu Prólogo da segunda edição em 1877, que sempre deu muito atenção aos índios, "tanto em muitos de seus trabalhos que ele tinha escrito sobre os indígenas e a sua língua quanto com a criação de uma seção etnográfica em dentro do IHGB motivado por ele."[92]Hausser atenta ainda que Varnhagen reagiu de outra forma em relação aos seus críticos.

> Enquanto na primeira edição tinha começado com a chegada dos portugueses, na segunda edição Varnhagen põe aqueles capítulos que tinham apresentado na primeira edição os costumes dos índios não mais depois da exposição da descoberta do Brasil pelos portugueses. No novo arranjo, esses capítulos agora

---

[88] Idem, p. 235.
[89] Sobre as polêmicas do historiador com seus pares, ver: NEVES, Victor Hugo Baptista. Tese de doutorado sob o título "A pena em riste: erudição e polêmica na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen (1838-1858)." Orientação: Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política, 2018
[90] Sobre esta questão do índio na historiografia brasileira, Christian Hausser discute em seu artigo: *Civilização e nação: o índio na historiografia brasileira oitocentista*. Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas = Anuario de Historia de América Latina (JbLA), Nº. 44, (2007), p. 235-257.
[91] HAUSSER, Christian. *Civilização e nação: o índio na historiografia brasileira oitocentista*. Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas = Anuario de Historia de América Latina (JbLA), Nº. 44, (2007), p. 253.
[92] Idem, p. 253.

> têm o seu lugar antes da chegada dos europeus, enquanto a seguir os índios são considerados na obra apenas a respeito da sua relevância para a colonização europeia do país. Assim, de uma maneira elegante, Varnhagen de novo pode apresentar os índios como um povo próprio pertencendo à pré-história do Brasil e, portanto, à etnologia. Fazendo principalmente esses reajustes, Varnhagen volta a frisar que a civilização, considerada ter entrado no país com a chegada de Cabral, continua ser a marca divisória.[93]

A mudança dos capítulos na *História Geral do Brasil*, em sua segunda edição, mostra uma preocupação do historiador de formalmente não irritar seus adversários indianistas, porém isso não quis dizer que mudou sua interpretação sobre o índio. Para ele, antes da chegada dos portugueses não havia civilização. Os portugueses trouxeram a civilização para os indígenas, mesmo que isso tenha trazido junto a escravidão e a violência. Precisamos destacar aqui que Varnhagen, apesar de ser brasileiro de nascença, não tinha uma formação brasileira e sim europeia. A visão europeia em relação à colonização era eurocêntrica ainda no século XIX. Varnhagen representava a elite intelectual portuguesa que acreditava que a colonização contribuiu para levar a o ideal civilizatório para a barbárie indígena. Mas a mudança dos capítulos mostra um Varnhagen, talvez, mais maduro e buscando menos polêmica e menos exposição em relação aos seus pares no Brasil.

Sua grande obra foi criticada, mas também foi muito elogiada. Historiadores contempoâneos ao historiador e toda a historiografia que o seguiu até nossos dias reconhece a riqueza da obra do Visconde. Nas palavras de José Honório Rodrigues:

> Entre os inferiores e iguais, Varnhagen paira como um modelo de equilíbrio de todas as virtudes e exigências de historiografia. E foi, provavelmente, este conjunto de faculdades que lhe permitiu a obra geral e complementar mais vultuosa e positiva da historiografia brasileira. (...) Ninguém pode graduar-se em História do Brasil, sem ter lido Varnhagen.[94]

A importância de sua obra e de tudo que contribuiu para a investigação histórica do Brasil o colocou na posição de "pai da historiografia brasileira", reponsável pelo início de uma historiografia de um Brasil independente, mas ainda em formação como Nação,

---

[93] Idem, p. 253 e 254.
[94] RODRIGUES, José Honório. *Varnhagen, Mestre da História Geral do Brasil*. In: José Honório Rodrigues, *História da Historiografia*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes Limitada, 1970, p. 124.

portanto, uma historiografia que por estar ainda tão arraigada das influências da antiga metrópole, só poderia partir dela, a princípio. É com este olhar que é importante compreender toda a contribuição de Varnhagen para a nossa historiografia. Apesar de ser cidadão brasileiro, sua formação e vida veio de influências europeias.. Então, apesar de ter ficado como o primeiro historiador brasileiro a escrever uma história geral do Brasil, suas influência na escrita e na historiografia não era brasileira como destacamos acima.

Ainda em Viena ocupou a segunda presidência do Juri Supremo da Exposição Internacional de Viena, em 1873: "(...) para a segunda vice-presidencia desse juri tivemos a honra de ver nomeado o nosso Enviado extraordinário em Viena, o Sr. Barão do Poro Seguro, (F. A. de Varnhagen) talvez o mais incansável servidor que o Brazil tenha no estrangeiro e um homem de cuja lucubrações literárias os brasileiros têm razão de se orgulhar". [95]

A participação do Barão de Porto Seguro na Exposição de Viena foi fundamental para legitimar a sua imagem na corte imperial. Daí, provavelmente, que veio a iniciativa do imperador, logo depois, de reconhecer seu papel na Exposição e lhe conceder o título de Visconde, uma promoção ao título de Barão. Em carta para o imperador, o mesmo agradece o título e valoriza sua participação da Exposição, mostrando sim, que o título veio por seu trabalho na Exposição.

> Cheio de reconhecimento vou aos pés de V. M. Imperial testemunhar por mim, por minha mulher e meus dois filhos o mais profundo reconhecimento pela nova graça que todos devemos a Vossa Magestade. Os trabalhos, desassocegos, e desgostos que nos deu a tal Exposição que Deus haja, ficam todos esquecidos; lembrando-me só que todos os meus desvelos para sahirmos honrosamente do empenho contrahido, foram por V. M. I. e pelo seu Governo favoravelmente julgados.[96]

É interessante que Varnhagen se destaca na historiografia por seu pioneirismo com a *História Geral*, bem como de toda a sua bibliografia sobre a nossa história, mas os títulos concedidos pelo imperador tenham sido recebidos, provavelmente, por seu papel na liderança tanto do Congresso Estatístico de São Petersburgo em 1872 como na Exposição Universal de Viena em 1873. Ou seja, não estava relacionada diretamente por seu papel de historiador e sim de diplomata.

---

[95]Revista O Novo Mundo, Nova York, 24 de novembro de 1873, p. 13.
[96] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência Ativa*...op. cit., p. 425.

A imagem do patriota foi criada pelo próprio Varnhagen, reforçada por seus biógrafos contemporâneos e eternizada pelos historiadores oitocentistas que o seguiram até nossos dias. Natural de São João de Ipanema, filho de pai alemão a serviço de D. João VI e de mãe portuguesa, viveu apenas oito anos na pátria de nascimento. Teve toda a sua formação portuguesa. Lutou ao lado de D. Pedro I contra D. Miguel, vestindo a farda de português, abidicando assim de sua nacionalidade brasileira. Acompanhou todas as escolhas frustradas do seu pai profissionalmente, ao optar pela lealdade a coroa portuguesa, num período conturbado da História de Portugal. Investiu em duas carreiras e nacionalidades, escolheu pela que lhe deu a carreira que mais facilitou a prática da investigação histórica que tinha aptidão e paixão.[97] Na carreira diplomática, viveu em muitos países europeus e pesquisou arquivos por toda Europa. Contribuiu para o estudo dos limites da nossa nação. Escreveu relatórios sobre as relações com outras nações. Fez críticas contudentes à administração imperial. Foi defensor incansável da monarquia constitucional, julgando quando pôde o autoritarismo espanhol e o federalismo americano. Atuou como representante e líder importante na chancelaria na Europa e nas Repúblicas do Pacífico. Diante da busca exaustiva por documentos coloniais em arquivos europeus e brasileiros, pôde contribuir para a nossa nascente historiografia com obras densas sobre a nossa colonização que o transformaram num cânone. Varnhagen foi um homem do seu tempo. Fez uma carreira de destaque na chancelaria. Se envolveu em polêmicas entre seus pares. E foi um ser humano plural. E em sua pluralidade e experiência, amadureceu, mudou de opinão, escolheu batalhas e foi protagonista da sua própria vida. Exaltar seu patriotismo para legitimar o personagem histórico seria reduzir sua importância. Precisamos ver Varnhagen, além do cânone para entendermos sua trajetória e contribuições em geral para a posteridade.

1.1.5 Fortuna Crítica de Varnhagen[98]

[97] Sobre a trajetória do historiador e esta escolha pelo que mais gostava: "Diversamente dos intelectuais brasileiros do início da formação do Estado, que tinham conhecimento livresco sobre teorias políticas e sociais, Varnhagen tinha uma experiência pessoal de vida política conflituosa até o limite da luta armada, da destruição de vidas, propriedades e de conhecimentos, de limitações financeiras provocadas por crises econômicas, de tal forma que define sempre pela estabilidade e conservadorismo em todas as possibilidades – um trajeto que podemos considerar trágico para um jovem liberal que arriscara a vida por suas ideias. E que depois de vivenciar o caos político e econômico de um reino em crise, um emprego público lhe parecia a melhor oportunidade para fazer o que gostava – ler manuscritos, frequentar arquivos e bibliotecas, escrever sobre o que havia encontrado em suas leituras, polemizar com outros autores que não partilhassem de seus pontos de vista, viajar pelo mundo." In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Varnhagen no caleidoscópio*, Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013, p. 53 e 54.

[98] Título do trabalho de iniciação científica desenvolvido por Gisele Cristina Cipriani de Almeida sob a

Desde a morte do Visconde de Porto Seguro, podemos observar o quanto a historiografia brasileira destaca a importância de sua contribuição, um cânone da historiografia brasileira do Segundo Reinado. A obra deixada por ele está relacionada com a consolidação do projeto político da monarquia e reflete a proposta do IHGB de construção da memória nacional consoante a este projeto. Porém, poucos especialistas se preocupam em devassar as outras faces do polígrafo, melhor dizendo, seus interesses de estudo para além da história.

Seguindo uma ordem cronológica na historiografia, proponho uma análise crítica de sua fortuna crítica desde sua morte. Em 1878, Joaquim Manoel de Macedo faz um discurso que fora publicado na revista do IHGB no terceiro trimestre do mesmo ano. Valorizando o historiador, ele destaca que

> Varnhagen fizera do Santo ócio do maior número dos diplomatas do Império labor santo dedicado às investigações históricas da pátria. Engolfara-se nas bibliotecas, empoeirara-se nos arquivos, compulsara centenas de livros, achara tesouros e fontes de luz em obras raras, descobrira-se em arcas antigas manuscritos e documentos importantíssimos, empregara longos anos em profundos estudos e na acumulação de pecúlio imenso de conhecimentos e finalmente em 1854 e 1857 deu ao prelo a sua História geral do Brasil diadema literário e científico que argui dignamente sua fronte de historiador.[99]

É interessante notar que, como já foi dito anteriormente, Varnhagen não teve a valorização que esperava do Instituto quando da publicação da obra História geral, mas como sócio correspondente do IHGB, teve esse reconhecimento após sua morte. Neste trecho, Macedo defende o lado historiador do Visconde e destaca ainda que o mesmo soube fazer melhor uso do "ócio" da vida diplomática.

Em seguida, Macedo o compara à Rocha Pitta e Southey, destacando que Varnhagen "excedeu-os muito em verificação de factos e de datas, e em esclarecimentos documentados, a espancar dúvidas e escuras nuvens de história, além de avançar não pouco em informações e juízos sobre cousas da época recente."[100] Para Macedo, Visconde fez mais que seus antecessores, cumpriu mais seu papel de historiador das ciências.

---

orientação da professora doutora Raquel Glezer e com Bolsa pela CNPq/PIBIC/USP entre 2006 e 2007.

[99] RIHGB. Tomo XLI. Parte Segunda. Terceiro Semestre de 1878. Número 56. *Discurso do orador o Sr. Joaquim Manoel de Macedo*. p. 486. (grafia atualizada)

[100] Idem, p. 487.

E continua em seguida, apontando que Varnhagen "assumiu por isso o elevado grão de primeiro historiador do Brasil até os nossos tempos, e basta isso para a glorificação do seu nome e para a perpetuidade honorifica de sua memória."[101] Vemos aqui o início da fortuna crítica de Varnhagen após sua morte que vai legitimar esse papel do Visconde de primeiro historiador do Brasil.

Pouco tempo depois do discurso de Macedo no IHGB, Capistrano de Abreu fez um Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen. Capistrano destaca o papel de historiador de Varnhagen em sua viagem pelo Brasil defendendo que "não é só sentimentalismo que lhe guia os passos na peregrinação: é a sina de historiador que investiga cartórios, compulsa as bibliotecas e mosteiros, examina os padrões das outras eras, colhe glossários e tradições (...)"[102] e termina seu texto enfatizando o exemplo do mesmo como historiador: "Nobre e tocante vida voltada ao trabalho e ao dever. Grande exemplo a seguir.[103]

Em 1961, as transcrições de Clado Ribeiro de Lessa foram publicadas na Correspondência *Ativa de Varnhagen*. Essa obra ainda é muito utilizada pela historiografia brasileira até nossos dias. Lessa afirma que "ao ser nomeado adido de 1ª. classe à legação do Brasil em Lisboa (19 de maio de 1842), Varnhagen pôde dedicar-se de corpo e alma às pesquisas históricas, pois os trabalhos da chancelaria não lhe tomavam grande parte do tempo."[104] Ele aponta seu lado historiador mesmo ocupando-se da diplomacia, conseguia se dedicar à pesquisa histórica, deixando implícito que a Varnhagen tendia mais para à investigação histórica do que para o serviço diplomático.

Em 1970, José Honório Rodrigues publica um capítulo sobre Varnhagen em sua obra *História da Historiografia*.

> Entre os inferiores e iguais, Varnhagen paira como um modelo de equilíbrio de todas as virtudes e exigências da historiografia. E foi, provavelmente, este conjunto de faculdades que lhe permitiu a obra geral e complementar mais vultuosa e positiva da historiografia brasileira. E a prova deste seu sucesso é

---

[101] Idem, p. 487.
[102] ABREU, Capistrano. *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro*. Op. cit., p. 129.
[103] Idem, p. 132.
[104] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência Ativa coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa...op. cit.*, p. 83.

> a atração que sempre exerceu sobre todos os historiadores brasileiros.[105]

Rodrigues, neste trecho, defende Varnhagen como um exemplo de historiador no século XIX, alguém que carregava habilidades importantes para o ofício. Coloca a sua obra como a mais importante da historiografia brasileira do Segundo Reinado quando afirma que "Ninguém pode graduar-se em História do Brasil, sem ter lido Varnhagen."[106]

Em 1972, Alice Piffer Canabrava também destaca a importância do Visconde para a historiografia:

> O grande monumento da historiografia do século XIX é a *História do Brasil* (1853) de F. A. Varnhagen, ligada de certo modo aos grandes objetivos do Instituto. Construída essencialmente com documentos, marca nova atitude no trato dos mesmos, com análise crítica e rigorosa. É uma História factual, política e administrativa, mas também uma história das elites, que retrata os prejuízos da classe de seu Autor.[107]

Como se pode constatar, Canabrava corrobora o discurso inaugurado por Macedo nos anos oitocentos, entretanto reconhece que o tipo de história produzida pelo mesmo era coerente com sua época e com a classe ao qual pertencia.

Paulo da Silveira Santos, no artigo *Varnhagen e as fontes da história*, publicado em 1979, valoriza a vocação de Varnhagen para os estudos históricos, dom que no seu entender desenvolveu-se por inspiração ao amor à pátria:

> De fato, para o paulista de Sorocaba, seu amor à terra natal estendeu-se, depois, para todo o país e daí a satisfação com que rebuscou e coligiu a documentação necessária para a elaboração da História Geral do Brasil, obras cuidadosamente redigidas.[108]

Em 1997, Nilo Odália, retoma a reflexão pelo viés marxista ao dizer que "em Varnhagen o pensamento burguês brasileiro encontrou o espírito que, embora falto de imaginação, conseguiu realizar uma síntese admirável dos ideais e objetivos das classes

---

[105] RODRIGUES, José Honório. História da Historiografia. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes Limitada, 1970, p. 124.
[106] Idem, p. 124.
[107] CANABRAVA, Alice Piffer. *Roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira.* ANAIS, Volume II. Encontro Internacional de Estudos Brasileiros. I Seminário de Estudos Brasileiros. São Paulo: Publicação do Instituto de Estudos Brasileiros, 1972, p. 6.
[108] SANTOS, Paulo da Silveira. *Varnhagen e as fontes da história.* Separata Memórias da I Semana da História. Franca, SP, 1979, p. 494.

dirigentes que tomaram a seu cargo a construção da Nação."[109] Porém, reafirma e valoriza o papel desempenhado pelo historiador quando trata que: "Nosso estudo é sobre Varnhagen. Sobre o historiador que podemos considerar o fundador de uma corrente historiográfica brasileira."[110]

A partir da década de 1990, observamos novas tendências nos estudos sobre o Visconde e sua obra. Arno Wehling traz uma contribuição importante para a historiografia brasileira em sua obra "Estado, História e Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional de 1999. Nesta obra o autor faz uma reflexão sobre os anos formativos de Varnhagen, colocando suas influências na filosofia a e na história na Europa, bem como delimita a visão da história para o Visconde fazendo uma diferenciação com a visão histórica dos seus pares, ou mesmo antecessores no Brasil. Para Wehling,

> Varnhagen pertenceu a outra geração, já influenciada pelo romantismo e pelo clima de desconfiança em relação às soluções políticas oriundas do racionalismo da revolução. Ademais, ao contrário de São Leopoldo, que era um jurista, e Januário, um professor de filosofia, Varnhagen foi um historiador profissional, convicto da inadequação das generalizações filosóficas e da importância de pesquisa documental para um trabalho consistente. Varnhagen, portanto, não era mais, como aqueles, um historicista filosófico. Seu perfil e sua obra correspondem ao historicismo romântico-erudito, a que os historiadores alemães das ideias, desde antes de Meinecke, denominaram historismo. Explicação hermenêutica em vez de busca de leis naturais, investigação empírica em lugar de generalizações filosóficas, domínio de técnicas de análise documental e não observação ou experimentação inspiradas na física ou na biologia foram supostos que separaram Varnhagen de seus antecessores no Instituto.[111]

Neste trecho o autor o classifica como historista, á medida em que a "investigação empírica" e o "domínio de técnicas de análise documental" foram características marcantes das suas obras histórica. Porém, aqui ele o coloca no panteão dos historiadores profissionais do Império. E mais a frente destaca que o historiador deixou para seus

---

[109]ODALIA, Nilo. *As formas dos mesmos: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna.* São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 24.
[110] Idem, p. 24.
[111] WEHLING, Arno. *Estado, História e Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 44-45.

sucessores o caminho para a construção da memória nacional.[112] Em seguida, na mesma linha de pensamento sobre a construção da memória seguida por seus sucessores destaca que "todos, de modo invariável, tinham imagem altamente abonadora do mestre, quer pelo valor intrínseco de sua obra historiográfica - mesmo quando reconheciam sua superação parcial -, quer pelo culto à brasilidade de dele emanava". [113] Ou seja, para Wehling, os seus sucessores, mesmo o superando em parte, só teceram elogios ao Visconde, por conta da sua importância para a historiografia e por seu "culto" ao nacional, que legitimava assim a memória histórica de uma identidade nacional.

Renilson Rosa Ribeiro, em sua tese de doutorado de 2009, salienta o papel do historiador-monumento criado pelo Instituto e legitimado pela historiografia nacional. Para ele, essa valorização da herança de Varnhagen no discurso do Instituto conserva a memória do papel do mesmo na construção da memória no Segundo Reinado. "Ele não mais se configuraria como sujeito, mas sim objeto dos discursos que o fabricavam".[114] Ribeiro questiona esse papel determinado pela historiografia de um historiador-monumento em Varnhagen. Importante reflexão para a historiografia, visto que a tendência é de o colocá-lo constantemente nessa imagem, ao invés de problematizá-lo dentro da própria historiografia brasileira.

Da mesma forma, Manoel Luiz Salgado Guimarães faz uma reflexão importante sobre o papel de Varnhagen na historiografia:

> Os estudos publicados sobre Varnhagen são primordialmente de natureza biográfica, apresentando claramente a tendência de salientar seu significado como figura-símbolo da historiografia nacional. Os diversos autores interpretam a obra de Varnhagen a partir de sua inclinação patriótica e nacional. A designação de Varnhagen como "pai da historiografia brasileira" e como aquele que concebeu "um monumento da historiografia brasileira" compartilha estereótipos generalizados.[115]

Manoel Luiz Salgado Guimarães deixa claro que a historiografia sobre o historiador deve ser renovada, principalmente no que diz respeito à essa valorização do da persona de historiador, como se tudo girasse em torno da obra por ele deixada. Novos

---

[112] Idem, p. 73.
[113] Idem, p. 74.
[114] Renilson Rosa Ribeiro. *Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade. Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da ideia de Brasil Colônia no Brasil Império...op. cit.*, p. 33.
[115] GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857...op.cit.*, p. 165.

estudos passam a surgir no século XXI propondo uma análise diferenciada sobre Varnhagen.

Em 2013, seguindo esta linha, Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Raquel Glezer publicam "Varnhagen no caleidoscópio". Esta obra possui um conjunto de artigos de historiadores renomados da historiografia nacional a partir de perspectivas diferentes das que já foram abordadas pela historiografia. Segundo as organizadoras:

> Essa coletânea volta-se, justamente, para algumas das zonas de sombras, que ainda envolvem a biografia de Francisco Adolfo de Varnhagen. Procuramos jogar luz sobre certas passagens de sua história de vida, bem como sobre suas atividades de polígrafo, que foram pouco exploradas pelos estudiosos, muitas vezes devido à falta de fontes, só agora reveladas. E, por certo, ainda há muito que devassar, pois Varnhagen possuía um vasto círculo de interlocutores que se espraiavam por dois continentes, e publicou trabalhos até mesmo na Rússia![116]

Como podemos ver, a coletânea busca jogar luz sobre "sombras" da biografia do Visconde que ainda não tinham sido trabalhadas, tanto por falta de documentação quanto por uma tendência da historiografia no século XX de legitimar a historiografia do século anterior como a pioneira e a que fazia parte de um projeto de estado.

Ainda na introdução, Glezer e Guimarães refletem sobre outros estudos de Varnhagen durante o Segundo Reinado, trabalhos importantes para a diplomacia por se tratar de limites do Império num período em que as definições estavam em pauta nas negociações e nos conflitos com nossos vizinhos.

> Mas o historiador-diplomata não se dedicava apenas aos tempos pretéritos e às escaramuças intelectuais. Preocupava-se com o presente e o futuro. Preparou numerosos pareceres, relatórios e informes para a chancelaria de D. Pedro II, sobretudo no que diz respeito às negociações de limites do império com as repúblicas hispano-americanas e as Guianas.[117]

Neste trecho, destaca-se, assim, a contribuição de Varnhagen na diplomacia, saindo um pouco do papel de historiador que tanto a historiografia gosta de salientar.

---

[116] GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal e GLEZER, Raquel. (org.). *Varnhagen no Caleidoscópio...op.cit.*, p. 21.
[117] Idem, p. 19.

Logo em seguida evidenciam o papel dele como historiador como o dominante na imagem que se criou dele e atentam para a herança que seus críticos e até mesmo que o próprio Visconde criou na historiografia, contribuindo para o estereótipo que Manoel Luiz Salgado Guimarães critica anteriormente.

> A imagem dominante do historiador, porém se impôs sobre a atuação multifacetada do Visconde de Porto Seguro - militar, diplomata e historiador - e a pluralidade de interesses abarcados por suas investigações. Como um jogo de luzes e sombras, outros ângulos da trajetória de Varnhagen foram deixados na penumbra, não apenas por influência dos juízos críticos dos seus primeiros comentadores e biógrafos, mas também pela personagem que ele próprio ajudou a construir.[118]

No mesmo livro, Raquel Glezer chama a atenção a respeito da imagem sobre o Visconde: "de forma geral, é a de uma polemista irascível com as críticas recebidas, mas há aspectos que ainda podem ser mais bem estudados"[119] e continua expondo sua análise que mostra pela primeira vez a relação entre Varnhagen e Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara através das cartas trocadas pelos intelectuais no início de sua carreira. Ao final do texto a autora destaca que "depois de vivenciar o caos político de um reino em crise, um emprego público lhe parecia a melhor oportunidade para fazer o que gostava - ler manuscritos, frequentar arquivos e bibliotecas, escrever sobre o que havia encontrado em suas leituras, polemizar com outros autores que não partilhassem de seus pontos de vistas, viajar pelo mundo."[120] Novamente, o gosto pela história e pela investigação histórica é realçado neste trecho.

Ainda nessa coletânea, o já mencionado Arno Wehling aponta para um encaminhamento diferente daquele que é dominante na historiografia:

> Sabemos que a abordagem histórica nele sempre predomina, mas pelo espectro de seus interesses, ela pode não ser o objeto de alguns de seus trabalhos, como é o caso deste. Isso o torna um de nossos polígrafos, intelectuais capazes de transitar por vários campos, embora quase sempre com desigual desempenho e que acabaram por desaparecer com a consolidação do

---

[118] Idem, p. 20-21.
[119] GLEZER, Raquel. *"Amicíssimo": cartas entre Varnhagen e Cunha Rivara (1839-1849)*. IN: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal e GLEZER, Raquel. (org.). *Varnhagen no Caleidoscópio...op.cit..*, p. 27.
[120] Idem, p. 53-54.

> especialismo nas ciências sociais. Foi, ademais, um membro permanentemente ativo da burocracia imperial ao longo da vida, conjugando as atividades de intelectual, sobretudo, mas não exclusivamente historiador, e de diplomata.[121]

Destaca-se, deste modo, outro ângulo da trajetória de Varnhagen, o do burocrata do Império. Não mais o historiador como vem sendo de praxe colocado na historiografia, mas como de um burocrata do Império. O texto de Wehling evidencia esse papel de Varnhagen com a publicação do *Memorial Orgânico* e o coloca como um publicista no Segundo Reinado, característica muito pouco destacada pela historiografia. Cabe notar que a presente investigação também contempla a imagem do burocrata imperial, convergindo, assim, com a citada análise de Wehling.

Em 2016, a Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG) publicou a obra coletiva "Varnhagen (1816-1878): diplomacia e pensamento estratégico" que reúne vários autores que tratam do papel de Varnhagen na diplomacia, ou seja, como um funcionário do Império. O livro, que reúne contribuições de diversos autores, inaugura uma nova linha de investigação, à medida que centra o foco no papel desempenhado por Varnhagen como diplomata. É claro que a sua importância como historiador é mencionada, mas o tema abordado é outro. Há muita documentação oficial no Arquivo Histórico do Itamaraty que revela a sua atuação no âmbito da chancelaria, aspecto pouco explorado pelas análises historiográficas, quase sempre restritas ao historiador-monumento. Nesta obra, não poderia faltar um artigo de Arno Wehling que vem trazendo a luz da historiografia, como vimos em outros trabalhos anteriores, um Varnhagen polígrafo, publicista, diplomata, ou melhor, um burocrata do Império. Tanto é que no texto ele destaca que

> Varnhagen era um historiador e um publicista de concepções não só firmes, como articuladas e sobretudo constantes. A linearidade que vemos em sua vida intelectual, dos primeiros escritos de fins da década de 1830 aos da segunda metade da década de 1830 aos da segunda metade da década de 1870, quando de sua morte, demonstra um evidente apego a certas ideias axiais em matéria

[121] WEHLING, Arno. *O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político...op.cit.*, p. 160.

> de história, arte, literatura, direito, política, diplomacia e economia.[122]

É muito importante ressaltarmos que suas ideias circulavam por várias áreas que não somente a história. Essa complexa gama de conhecimentos que o interessavam está presente em manuscritos e documentos originais tanto do seu acervo, quanto da biblioteca pessoal, os quais se encontram sob a guarda do Itamaraty. Do mesmo modo, nos ofícios da chancelaria e papeis relativos aos seu desempenho na carreira diplomática, fora outros documentos que ainda se desconhecem, talvez perdidos em arquivos estrangeiros ou na mão de colecionadores, pelos países onde o diplomata serviu.[123]

Também em 2016, no volume 4 da coleção *Os historiadores: clássicos da história*, Lúcia Maria Paschoal Guimarães examina a vida e a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, comenta o pioneirismo das suas investigações, analisa a relação entre o contexto político do Brasil oitocentista e as interpretações históricas por ele propostas, e reflete sobre os estereótipos que lhe impôs a historiografia no século passado.

> Ler a obra de Varnhagen hoje também requer alguns cuidados, seja o leitor um diletante ou graduando de História. Em primeiro lugar, implica deixar de lado os rótulos que a própria historiografia lhe impôs: "historiador das elites, conservador e oficialista", "reacionário bragantino", "cultor e apologista da lei, da ordem, da religião e da autoridade". E até mesmo, esquecer o juízo correto, que lhe fez Capistrano de Abreu, ao afirmar: "A falta de espírito plástico e simpático - eis o maior defeito do Visconde de Porto Seguro". [124]

Outro trabalho interessante e que propõe novas discussões sobre um estereótipo do Visconde é a tese de doutorado de Victor Hugo Baptista Neves. Ele escreve que o discurso de Macedo publicado pela RIHGB no mesmo ano de sua morte e já mencionado aqui neste trabalho "faz uma clara seleção do que estava tratando em relação à Varnhagen: o que importava no que ele chamou de 'memória biográfica' não era sua vida como

---

[122] WEHLING, Arno. *Integridade e integração nacional: duas ideias-força de Varnhagen*. IN: MOREIRA LIMA, Sérgio Eduardo. *Varnhagen (1816-1878): diplomacia e pensamento estratégico.* Brasília: FUNAG, 2016, p. 33-34.

[123] Sobre novos documentos que trazem luz para a biografia de Varnhagen, ver os capítulos de Raquel Glezer, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Guilherme Pereira das Neves, Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Arno Wehling na obra GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal e GLEZER, Raquel. (org.). *Varnhagen no Caleidoscópio.* Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

[124] GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878).* IN: PARADA, Maurício e RODRIGUES, Henrique Estrada (orgs.). *Os historiadores: clássicos da História do Brasil...op.cit.*, p. 59.

diplomata, mas a de historiador". [125]

Victor Neves, ao refletir sobre seu estereótipo historiador-diplomata afirma que

> Suas atividades históricas estiveram agregadas às atividades burocráticas no Ministério dos Negócios Estrangeiros, porém não somente no campo da história que o autor deixou sua marca. Pode-se perceber sua produção no campo da ficção, da literatura, da etnografia, da política, na economia e até mesmo na educação, sem contar com o nosso objetivo principal: polêmicas. Vinculado às estruturas do Estado, funcionário do governo imperial e representando-o em diversos países, Varnhagen não se omitira. Ele ascendera, assim como a própria história; crescera à "sombra do poder" Imperial. Provavelmente, um funcionário ligado ao alto escalão de um governo não faria semelhante projeto, no qual evidenciava os problemas contemporâneos; além de convocar os políticos a não se acovardarem, incitando-os a "tomarem coragem", conforme vimos no *Memorial Orgânico*. Enfim, Varnhagen além de polêmico, foi audacioso, não se pode negar. Já nesta época disparara sem temer: "é por falta e talento? Não. É porque entre nós a política abarca tudo, todos são abarcados pela política.[126]

Victor Neves destaca uma imagem muito criticado pelos pares de Varnhagen, a de polêmico. Para ele, o Visconde levantava polêmicas pela sua sinceridade e um bom exemplo de tamanha sinceridade foi a publicação do *Memorial Orgânico*. Ele destaca a amplitude de interesses do historiador-diplomata saindo dos estereótipos tão repetidos pela historiografia. Porém, mais a frente não deixa de reconhecer a importância do Varnhagen historiador, principalmente em sua obra História geral do Brasil.

> O autor, pela historiografia contemporânea, não foi visto como uma figura simpática por conta de sua "(...) personalidade pouco sedutora". Apesar disso, mesmo "anacrônico", conforme observara Joaquim Manoel de Macedo, ele ainda se impõe; tornando-se "imprescindível" e "irrecusável" para a história da história do Brasil. [127]

---

[125] NEVES, Victor Hugo Baptista. Tese de doutorado sob o título "A pena em riste: erudição e polêmica na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen (1838-1858)." Orientação: Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política, 2018, p. 17.
[126] Idem, p. 262-263.
[127] Idem, p. 263.

Um último estudo que não poderia faltar nessa análise é a mais recente contribuição de Temístocles Cezar, publicada em 2018, intitulada: *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Trata-se de uma biografia renovada do visconde e que traz aportes originais, à medida que discute o papel desempenhado pelo Visconde no âmbito dos e nos estudos históricos oitocentistas como também na contemporaneidade, portanto continuidades e rupturas, porém recai sobre o tradicional estereótipo do historiador-monumento:

Para Cezar, Varnhagen é

> um cânone. Lê-lo, estudá-lo hoje é procurar entender como se constituiu esta retórica da nacionalidade, como ela continua a interpelar os brasileiros e como ela é um dos discursos fundamentais à crença em determinada ideia de Brasil.[128]

Ou seja, a "ideia de Brasil" em Varnhagen ainda faz parte do nosso discurso na sociedade, mostrando o quanto ele ainda está presente na memória histórica fabricada como projeto de Estado no século XIX. Mais a frente no texto, Cezar fala sobre o reconhecimento do Visconde entre seus pares, principalmente no IHGB, depois de fazer uma análise profunda sobre sua sinceridade de historiador atravessar seu papel na diplomacia, mostrando o quanto que ele tinha mais de historiador do que de diplomata. Para Cezar, Varnhagen era protegido do imperador e não muito compreendido por seus pares que não perdiam a chance de criticá-lo. Mas Cezar defende que

> Varnhagen, além de brasileiro, era o historiador que mais havia contribuído para a história brasileira até então. Em todo caso, a nação em seu grau mais elevado, parecia reconhecer nele alguém cuja importância, sobretudo intelectual, era incontestável.[129]

Cezar defende que ele recebeu o reconhecimento do imperador, de Manuel de Araújo Porto Alegre e do Paulo Barbosa da Silva por ter sido o historiador brasileiro que mais contribuiu para a história do Brasil à época. Ele tinha respeito e admiração por parte de alguns e mais importante, por parte do imperador. Mas porque só teve o reconhecimento do imperador com os títulos de barão e visconde já no fim de sua

---

[128] CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. 1a. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. Coleção História e Historiografia, p. 21.
[129] Idem, p. 51.

carreira? Quanto que seu valor apenas como historiador foi de fato reconhecido pelo imperador à época? Com vimos anteriormente, provavelmente, o reconhecimento em títulos veio pela liderança no Congresso Estatístico de São Petersburgo em 1872 e na Exposição Universal de Viena em 1873. E não por sua contribuição para a historiografia. Apesar de Varnhagen vislumbrar um reconhecimento por sua contribuição na história, nem mesmo ele entendia que foi por isso que conquistou os títulos, como vimos anteriorimente.

Em seguida, Cezar reflete que

> como todo discurso científico tem necessidade de um marco fundador, de um início, Varnhagen foi adaptado a essa condição primordial. O que houve antes dele dispersou-se diante de tamanho gigantismo de sua obra. (...) Varnhagen passou a desempenhar para a história do Brasil, o mesmo papel que Cícero atribuiu a Heródoto em relação á história: *pai*.[130]

Ele deixa claro o lugar de Varnhagen na nossa historiografia, o "pai da nossa história", o pioneiro da história da história do Brasil, o Heródoto brasileiro, mesmo achando mais justo que fosse comparado à Tucídides.

Essa imagem de Francisco Adolfo de Varnhagen é importante para entendermos a retórica da nacionalidade que fez parte do projeto do estado imperial. Mas não deve reduzir a biografia do mesmo e até a importância dele à história. Sua atuação foi ainda mais ampla e importante e não deve ser reduzida somente à historiografia. À luz de novos vestígios encontrados no seu rico acervo do Itamaraty, acredito que podemos sair um pouco do estereótipo "historiador-monumento"[131] e adentrar à uma figura bem interessante na corte de D. Pedro II.

1.2 **Entre a história e a diplomacia: as ambições de um funcionário do Império**

> "Ao alistar-me em último lugar entre os cronistas da Terra de Santa Cruz, afanei-me por estremar patrioticamente os factos mais importantes, e por os referir com a maior imparcialidade"[132].

---

[130] Idem, p. 64-65.
[131] BARBOSA, Renilson. *Destemido...op. cit.*
[132] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil, Isto é, do descobrimento, colonização, legislação, desenvolvimento, e da declaração da independência e do império, escrita em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda [Tomo I: Madrid: Imp. V. Dominguez, 1854.*

Varnhagen na dedicatória para D. Pedro II em seu primeiro tomo da *História Geral* se posiciona sobre o seu lugar na história, o lugar de um historiador que alimentado pelo patriotismo foi capaz de coligir os documentos da história nacional e escrever uma história do Brasil imparcial, fiel ao documento histórico.[133] É importante destacar aqui que Varnhagen fazia parte dos historiadores do século XIX que viam o seu papel como a de um cientista em arquivos. Ele foi um erudito na pesquisa em arquivos e na leitura de obras à sua época. Porém, apesar de ter sido experiente pesquisador de arquivos, sabemos hoje que um historiador não consegue estar completamente isento na sua produção historiográfica. O Visconde está dentro do grupo de historiadores que viam a história como uma ciência, onde os fatos, ou melhor, os documentos históricos são as provas dos fatos, logo se aproximam muito de uma verdade histórica e única, até inquestionável.

A publicação desta primeira obra e as que seguiram o colocou como cânone da historiografia brasileira do século XIX, ainda que sua receptividade à sua época não tenha sido boa perto das expectativas do próprio autor. "A recepção pouco favorável do livro-monumento, por certo, feriu fundo os brios de Varnhagen".[134] Ainda na sua dedicatória, Varnhagen, se posiciona sobre o que defende politicamente para o Brasil quando trata que "segue implorando ao Altíssimo que por dilatados anos perpetue o mesmo Augusto Reinado, para felicidade e glória da Monarquia Brasileira"[135]. Varnhagen era um monarquista defensor da Casa de Bragança ligada às origens portuguesas. Defendia a monarquia constitucional. Para ele, a sua bibliografia seria a de um historiador brasileiro imbuído do mais puro “patriotismo” e que teria como dever legitimar a monarquia constitucional do Brasil comandada à época pelo imperador Pedro II, através da história. E assim, o Visconde de Porto Seguro ficou para a história da historiografia até nossos dias: primeiro historiador brasileiro a escrever uma obra sobre a História Pátria, inaugurando uma historiografia brasileira, defensor da monarquia constitucional da Casa de Bragança, diplomata brasileiro em diversas legações estrangeiras, conhecedor de documentação extensa sobre os limites do nosso território, habilidoso pesquisador de arquivos e fontes sobre a história nacional e intelectual, e polemista.

Francisco Adolfo de Varnhagen foi sem dúvida um personagem histórico peculiar. Porém, como novos olhares para a documentação presente no seu arquivo pessoal,

---

[133] Sobre os limites da imparcialidade na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, ler o artigo: CÉZAR, Temístocles. *Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen*. IN: Revista de História. São Paulo: v.24, N.2, P.207-240, 2005.
[134] GUIMARÃES, Lúcia. "Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878)"...op. cit., p. 58.
[135] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. "História Geral"...op.cit.

chancelaria e biblioteca pessoal no Arquivo do Itamaraty, podem nos trazer outros questionamentos sobre essa figura intelectual do século XIX?

Na minha dissertação de mestrado,[136] fiz a transcrição paleográfica do manuscrito e atribuo como título do manuscrito, *Memória da Administração Pública de Francisco Adolfo de Varnhagen.* A *Memória da Administração Pública* é uma obra escrita pelo Visconde de Porto Seguro que não foi publicada e seu manuscrito se encontra na Coleção Francisco Adolfo de Varnhagen, Lata 352, Maço I, no Arquivo Histórico do Itamaraty. Nesta obra, o historiador, faz uma espécie de Tratado sobre como deveria ser a Administração do Brasil Imperial. Ao longo do texto, compara a administração do Brasil com a de outras nações, refutando alguns exemplos, como o dos Estados Unidos. Ele defende a centralização do poder em detrimento da descentralização, seguindo o que defendiam os saquaremas no Brasil Imperial. Detalha as funções de cada instituição, desde o rei até a polícia nos municípios. Utiliza a filosofia para justificar sua teoria administrativa e acima de tudo defende a monarquia constitucional para o Brasil.

A *Memória* não está assinada e não está datada. Mas há uma pista importante que legitima sua autoria no Ensaio Bibliográfico feito por Hans Horch[137]. Nos documentos dispersos do Arquivo Pessoal de Varnhagen n Itamaraty, Horch identificou um manuscrito em que Varnhagen escreve uma lista dos títulos de sua bibliografia escritas entre 1839 e 1850 que se achava à venda em uma loja (livraria), porém não coloca o nome da livraria. Ou seja, Varnhagen fez um catálogo de livros de sua autoria que estavam disponíveis em tal loja para venda. A lista de livros parece seguir uma ordem cronológica (já que algumas já haviam sido publicadas). Um título que aparece próximo às obras publicadas em 1949 é sobre administração pública no Brasil. O título é "A Ciência da administração e a necessidade que tem o Brasil de reformas administrativas em harmonia com os princípios da mesma ciência".[138] Sobre este título Horch destaca que não há registros de obras de Varnhagen sobre Ataualpa e

> "tampouco existe evidência de uma publicação de Varnhagen sobre a necessidade de uma reforma administrativa no Brasil embora tal assunto poderia estar indiretamente relacionado com a orientação fundamental implícita em certos

[136] ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani de. *"Memória da Administração Pública"* de Francisco Adolfo de Varnhagen. Edição de Texto. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências (História) sob orientação da Dra. Raquel Glezer. São Paulo, 2015.
[137] HORCH, Hans. *Subsídios para uma bibliografia.* São Paulo: Editoras Unidas Ltda., 1982.
[138] Idem, p. 19.

> aspectos ao Memorial Orgânico, cuja referência deve o segundo grupo deste catálogo.[139]

É muito provável que a obra não tenha conseguido as assinaturas suficientes para uma publicação à época. E o rascunho acabou-se perdendo entre seus documentos pessoais. E é bem provável que este título presente neste catálogo seja o título da *Memória* visto que é exatamente este o principal conteúdo da obra. E como salienta Hans Horch, não havia sinal de qualquer obra do historiador sobre o assunto até aquele momento, caracterizando-se a *Memória* como um inédito. É importante destacar que Horch também identifica o título com o *Memorial Orgânico*.

Em uma nova pesquisa que fiz no arquivo de Varnhagen do Itamaraty, identifiquei outro documento interessante: um manual, tratado ou memória sobre como se deveria escrever cartas aos gabinetes governamentais de diferentes nações. O documento está identificado como "Formulário para cartas de gabinete" e se encontra na mesma lata da Memória, ou seja, na Lata 352, num maço diferente, Maço V da Coleção Francisco Adolfo de Varnhagen no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Refletindo sobre estes dois documentos encontrados numa mesma lata que foi separada pelo Arquivo como documentos de instrução de administração e podemos chegar a uma indagação: qual seria o objetivo do historiador ao escrever sobre conselhos administrativos e manuais de correspondências oficiais? Poderiam estes documentos trazer novos olhares sobre Varnhagen?

Não é o objetivo desta tese se debruçar no exercício de biografar Varnhagen. Mas sim destacar momentos da trajetória do mesmo que foram pouco estudados e que dizem muito sobre suas publicações. François Dosse reflete que "reconhecendo o caráter plural, construído na narração, da identidade pessoal, o biógrafo procura estudar as metamorfoses do sentido de identidade narrativa do sujeito biografado"[140]. As metamorfoses de Varnhagen são importantes para compreendermos o lugar e o tempo no qual provavelmente escreveu a *Memória.* Apesar de ser um texto que de alguma forma parece dialogar com o *Memorial Orgânico,* acredito que está inscrito num período em que Varnhagen refletia sobre a Monarquia Constitucional. A documentação presente no Arquivo do Itamaraty sobre sua passagem pela chancelaria pode nos trazer mais informações sobre as reflexões que ele se ocupava em relação às questões políticas e

---

[139] Idem, p. 14.
[140] DOSSE, François. O desafio biográfico: escrever uma vida; tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2009, p. 346.

administrativas do Império.

Dosse continua defendendo que nos estudos atuais há uma "variação do enfoque analítico, pela mudança constante de escala que permite chegar a significados diferentes com respeito às figuras biografadas".[141]E continua defendendo seu argumento: “o quadro monista, unitário, da biografia foi desfeito, o espelho se quebrou para deixar aflorar mais facilmente a apreensão da unidade pela singularidade e, ao mesmo tempo, a pluralidade das identidades, o plural dos sentidos da vida.”[142] Ou seja, a pluralidade de Varnhagen, seja como historiador, como diplomata, como intelectual ou como publicista deve ser contemplada nesta tese. Não podemos cometer o equívoco de focar apenas no Varnhagen historiador já que suas obras também trazem um sujeito singular que se movimentou em diversas áreas e não só na historiografia.

Sendo assim, continuando nessa reflexão sobre a pluralidade de Varnhagen, podemos destacar o que Dosse diz mais a frente sobre a biografia de um pensador:

> A biografia de um pensador implica reaver, à maneira de Starobinki, a unidade do gesto que é o seu, próprio de seu ser, sabendo que este é suscetível de múltiplas alterações e modificações. Ademais, o significado de uma vida nunca é unívoco, só pode declinar-se no plural, não apenas pelo fato de as mudanças que a travessia do tempo implica, mas também pela importância a conceder à recepção do biografado e de sua obra que é correlativa do momento considerado e do meio que deles se apropria.[143]

A *Memória da Administração Pública* está inserida na trajetória de Varnhagen. Ela dialoga com o *Memorial Orgânico* que tinha sido publicada há pouco tempo, mas também se relaciona com a *História Geral* que já devia estar em andamento pelo menos um rascunho. Para tanto, as reflexões e a redação da *Memória* podem estar inseridas nessa trajetória dele que fazia sentido de se pensar o Brasil, a política e a administração pública na contemporaneidade dele. Como todo historiador, somos levados à pesquisa histórica inspirados por questões do nosso presente, portanto, nada difícil inferir que o mesmo estivesse fazendo essas indagações em relação ao seu presente e mais especificamente ao Brasil, sua terra natal.

---

[141] Idem, p. 359.
[142] Idem, p. 359.
[143] Idem, p. 375.

Não se pretende aqui fazer um exercício de desconstrução da personalidade até então concebida pela historiografia, mas sim trazer um novo dado, um novo olhar à pluralidade de Varnhagen. Propõe-se perscrutar ambições do Visconde de Porto Seguro ao elaborar documentos que pudessem contribuir para o governo de D. Pedro II e para aprimorar a organização do Estado e as Instituições Imperiais. Seriam esses documentos elaborados como uma forma de aproximá-lo do imperador? Estaria o mesmo ambicionando ser uma eminência parda de D. Pedro II? Ou seja, tenciono examinar suas ambições declaradas através do estudo de alguns documentos elaborados pelo mesmo que se encontram em seu arquivo pessoal no Itamaraty, como a *Memória da Administração Pública*, bem como com o estudo das correspondências enviadas pelo historiador ao imperador e ainda comparando-os com o *Memorial Orgânico* e com *A Questão da Capital: marítima ou interior?* dois dos seus textos administrativos publicados.

Varnhagen foi um diplomata que teve uma carreira excepcional na chancelaria que lhe rendeu seus títulos de barão e visconde. Se tornou cânone da historiografia brasileira pelo pioneirismo e deixou extensa bibliografia. Ao mesmo tempo em que buscava documentos em arquivos sobre os limites das fronteiras do Império com seus vizinhos, encontrou diversos documentos sobre a nossa história. Pesquisou e publicou também artigos sobre etnografia, arquitetura, geologia, geografia, bem como contribuiu com a publicação de diversas biografias para o IHGB. Porém, paralelo a isso tudo, escreveu sobre administração pública, trocou cartas com o imperador, escreveu um formulário de cartas e publicou o *Memorial Orgânico* e a *Questão da capital*. Essas documentações nos dão pistas da pluralidade de Varnhagen. Como um homem do seu tempo, do tempo da corte de D. Pedro II, não era de se surpreender que almejasse algo ainda maior que a chancelaria lhe trazia.

1.2.1 Um olhar através dos documentos

Para entendermos a pluralidade de Varnhagen, em especial na redação da *Memória da Administração Pública* é importante pensarmos sobre como nós historiadores acessamos essa documentação. Ao refletir sobre a história das linguagens políticas através

das análises dos textos de Skinner[144] e Pocock[145], pude levantar alguns questionamentos sobre o papel do historiador no trato de documentos históricos.

Para Skinner, "a missão do historiador das ideias é estudar e interpretar um cânone de textos clássicos"[146]. Para ele, estes textos têm uma "sabedoria intemporal" que se expressa em "ideias universais" e que a sua compreensão por parte do historiador possui uma "relevância perene". Ou seja, que o historiador deve interpretá-lo como se estivesse lendo um texto de um contemporâneo. Se o historiador cair na tentação de estudar o contexto do documento histórico, perderá a noção de sua importância. Para o autor, o procedimento vai no sentido de tentar perceber até que ponto a atual análise histórica da ética, da política, da religião e de outras formas de pensamento está contaminada pela aplicação inconsciente de paradigmas cuja familiaridade, para o historiador, dissimula uma incapacidade de os aplicar ao passado.

Esta proposta de Skinner contradiz o próprio papel do historiador de acordo com Pocock. Para ele, este tipo de intelectual se aproxima mais do filósofo do que do historiador, pois "o interesse deles pela história identifica menos uma multiplicidade de experiências, algumas das quais podem ser reconstruídas, do que uma situação incômoda; eles perguntam o que significa viver na história, e se algo pode ser dito, feito, ou dito existir nessa condição."[147]

Ao colocar o documento histórico como um objeto perene ao tempo, intemporal, Skinner não está levando em consideração a historicidade do mesmo. Para tanto, como afirma Pocock, está sendo mais filósofo do que historiador. O manuscrito de Varnhagen, *Memória da Administração Pública*, possui sua própria historicidade e que é de extrema importância para o desenvolvimento desta tese. Ele deve ser situado não somente no seu tempo histórico, mas também nos significados implícitos na linguagem política da época ao qual dialogava.

Porém, é importante que se tome o cuidado de não "atribuir a um autor significados que ele nunca poderia ter transmitido"[148], ou seja, o historiador deve se atentar em não procurar nos textos doutrinas que já se espera encontrar de acordo com Skinner. Há uma versão mais influente de um tipo de mitologia das doutrinas consiste em

---

[144] SKINNER, Quentin. "Significação e compreensão na história das ideias". IN: *Visões da política*. Lisboa: Difel, 2005, p. 81-126.
[145] POCOCK, J. G. A."Quentin Skinner: a história da política e a política da história". Tempo. Revista de História da UFF, 2012.
[146] SKINNER, Quentin. "Significação e compreensão na história das ideias"...op.cit., p. 81.
[147] POCOCK, J. G. A. "Quentin Skinner: a história da política e a política da história"...op.cit., p. 179.
[148] SKINNER, Quentin. "Significação e compreensão na história das...op. cit., p. 87.

atribuir aos autores clássicos doutrinas que lhes são próprias, mas que eles inexplicavelmente não desenvolveram. O que dá origem a extrapolações a partir do que essas grandes figuras afirmaram de modo a atribuir-lhes crenças que convêm ao observador. Pocock comenta que Skinner no seu artigo "Meaning and Understanding in the History of Ideas", defende que houve uma prática de se interpretar os textos do passado com o intuito de formular corpos teóricos previamente determinados. Daí sua defesa de não ler o texto do passado com uma ideia pré-concebida.

Esta isenção do historiador ao analisar o documento histórico é importante, mas não se pode deixar de considerar que o autor do texto, ou seja, o personagem histórico reflete também ideias e doutrinas pré-concebidas no seu tempo histórico. Estas ideias podem indicar o contexto ao qual o documento histórico está inserido, conferindo-lhe sua historicidade. Ou seja, a leitura atenta de outros autores nas entrelinhas de um documento histórico pode nos dar pistas sobre suas influências e contextualizá-lo.

A *Memória da Administração Pública* está carregada de influências de outros filósofos e intelectuais da época de Varnhagen. Estes dados também são importantes para a compreensão de suas ideias, para a contextualização de sua obra e até mesmo para a confirmação ou negação de determinado posicionamento político do historiador, visto o teor político da obra.

Skinner se propõe a analisar um segundo tipo de mitologia que tende a surgir pelo fato de os historiadores inevitavelmente abordarem as ideias do passado. Para ele, muitos historiadores recorrem ao erro de julgar as coerências ou incoerências dos filósofos assumindo que os mesmos tivessem uma determinada intenção, quando na verdade, não há como saber. Skinner defende que se torna difícil perceber de que forma a insistência segundo a qual devemos procurar a coerência interna do pensamento de um dado autor pode dar origem a algo mais do que as visões mitológicas acerca daquilo que eles realmente pensaram. Ou seja, a tentativa de buscar interpretações dentro do texto do passado pode originar visões que não condizem com a do autor. Acredito ser importante destacar que buscar uma intenção de Varnhagen em escrever sobre determinados assuntos, propósito desta tese, é válido, principalmente, por trazer a luz um novo documento e um novo olhar sobre as ambições dele como parte de uma época em que as publicações e sua recepção entre seus pares diziam muito sobre o seu papel na corte imperial. Algo que como homem do seu tempo, não é de se admirar que quisesse ser reconhecido em honrarias e títulos, como já mostramos anteriormente ter sido ambições dele.

Já Pocock atenta para a importância que Skinner dava para o entendimento por parte do historiador daquilo que o autor do documento histórico estava fazendo ao redigir o texto. Algumas perguntas devem ser colocadas, como o que ele pretendia fazer com o texto (o significado para si) e o que ele tinha conseguido fazer (o significado para os outros). "O ato ou seu resultado haviam ocorrido em um contexto histórico, constituído em primeiro lugar pela linguagem do discurso em que o autor escrevera e fora lido".[149]

A *Memória da Administração Pública* foi escrita por Varnhagen com um determinado propósito individual do mesmo. O resultado disso poderia ter um significado diferente para os que lessem o manuscrito. Como o manuscrito nunca fora publicado e não se tem notícias sobre os motivos que o levaram a não publicação, o que se pode inferir aqui é que o ato de colocar o documento em esquecimento está carregado de um propósito do historiador que deve ser levado em conta. Apesar do manuscrito não ter vindo à luz em vida do autor, ele reflete ideias de uma época que devem ser colocadas em seu contexto histórico para a compreensão do significado dele no seu tempo e também para o seu autor.

Quando pensamos no significado que um dado texto pode ter para nós, torna-se mais fácil, em primeiro lugar, descrever essa obra e a sua alegada relevância de forma a não permitir análises acerca do que o seu autor pode ter pretendido dizer. Esta confusão, destaca Skinner, dá origem a um tipo de discussão que pode ser denominada de mitologia da prolepse, um tipo de mitologia que surge quando estamos mais interessados no significado retrospectivo de um dado episódio do que no seu significado para o autor que o viveu. Para ele, o sinal mais evidente de que estamos perante a mitologia da prolepse é que a discussão fica exposta ao gênero mais violento de crítica que pode ser lançada contra os tipos de explicação teleológica: o episódio tem de esperar pelo futuro para que o seu significado possa ser desvendado. Mesmo quando se tem em devida conta estas observações, o objetivo aparentemente simples de descrever o conteúdo de um dado texto clássico pode também ele dar origem a problemas desse tipo. Daí a importância que o significado das linguagens apreendidas no manuscrito de Varnhagen devem ser postas em evidência para que não se cometa a mitologia da prolepse.

O ato de refletir cuidadosamente sobre os problemas, enquanto introspecção e observação comum aos seres humanos, defende Skinner, não pode ser reduzido a uma

---

[149] POCOCK, J. G. A. "Quentin Skinner: a história da política e a... op. cit., p. 186.

atividade intencional padronizada ou mesmo uniformizada. Pelo contrário, implica uma luta, muitas vezes difícil de suportar, com as palavras e com os significados. E faz-nos frequentemente chegar à conclusão de que as tentativas para sintetizarmos as nossas ideias tanto dão origem a desordens conceptuais como a doutrinas coerentes.

Pocock defende que o historiador não deve inserir a filosofia na história e sim que deve se limitar a dispor de meios linguísticos para "apresentar um ato de teorização política como uma ação executada na história."[150] Esta tese de doutorado deve focar em apresentar o texto político de Varnhagen como uma ação que fora executada num passado, refletindo assim sua historicidade.

De acordo com Skinner, para entendermos um texto clássico, devemos ser capazes de interpretar não somente o significado do que foi dito, mas também a intenção que o autor em questão pode ter tido ao dizer aquilo que disse. Porém, o significado dos termos que utilizamos para expressar os nossos conceitos mudam com o tempo, de tal forma que uma análise daquilo que um autor disse acerca de um dado conceito pode levar-nos a interpretar erradamente o significado do texto. Para tanto, é fundamental que a interpretação do significado da linguagem utilizada por Varnhagen no manuscrito seja colocado em questão e seja cotejado com o significado que se tinha na época.

Pocock ainda destaca que é de extrema importância que ao afirmar a continuidade de um debate político por gerações, o historiador seja capaz de demonstrar: "(1) a continuidade das linguagens nas quais o debate foi conduzido; e (2) as conexões entre os atos de fala cuja elocução assegurou esse desempenho."[151] Ao colocar este problema à luz deste doutorado, é importante que o significado das linguagens defendidas no manuscrito pelo autor sejam colocadas no seu tempo e se estabeleça relações com discussões do seu tempo para com isso aferir se há uma continuidade no debate político executado pelo autor ou não. Ou até mesmo se há uma continuidade ou não no pensamento político do próprio autor que pode estar sujeito às mudanças ao longo de sua trajetória. Pocock defende que

> a história do pensamento político deve consistir, em grande e larga medida, de atores assumindo atitudes que os historiadores do pensamento político insistem que eles não deviam tomar. O trabalho dos segundos consiste em escrever a história dos

[150] Idem, p. 187.
[151] Idem, p. 191.

> primeiros em termos diversos daqueles com os quais eles próprios a teriam escrito; é bom que cada um seja lembrado da presença do outro.[152]

O historiador deve sempre se preocupar em se colocar na sua função de historiador, ou seja, deve sempre apresentar uma história que seja diferente daquela defendida pelo autor do texto do passado, colocando seu objeto de estudo no seu devido tempo e podendo assim trazer à luz da historiografia novos questionamentos ou mesmo novas respostas para questionamento passados. Pocock segue defendendo que o historiador tem o compromisso de interpretar eventos e processos do passado. Já os filósofos, diferentemente dos historiadores, não têm o compromisso com o tempo que se deu estes processos e eventos. Ou seja, pensando na *Memória da Administração Pública*, o compromisso desta tese deve ser no intuito de considerar toda a multiplicidade de questões que envolveram o autor da obra, sua redação, sua não publicação e o contexto ao qual dialogava.

1.2.2 Varnhagen diplomata: os ofícios de Lisboa e Madri

A trajetória de Varnhagen ainda tem lacunas na historiografia. Muito se fala sobre seu papel na historiografia diante de tamanha bibliografia por ele deixada, mas ainda se pode destacar seu papel na diplomacia. Arno Wehling publicou vários trabalhos sobre Varnhagen na diplomacia[153], em especial sua passagem pelas Repúblicas do Pacífico.

Ao fazer uma nova visita ao arquivo histórico do Itamaraty encontrei diversos ofícios escritos pelo diplomata em suas passagens pela Legação Imperial do Brasil em Lisboa e Madri. Documentação essa pouca utilizada pela historiografia que se debruça mais na obra de Lessa[154]. A obra de Lessa inclui

---

[152] Idem, p. 199.

[153] Ver bibliografia de Welhing: "A trajetória: o historiador diplomata e o diplomata historiador." In: Arno Wehling. (Org.). Francisco Adolfo Varnhagen, Memorial Orgânico. 1ed.Brasilia: FUNAG, 2016, v. 1, p. 19-46; Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro): Pensamento Diplomático. In: José Vicente de Sá Pimentel. (Org.). Pensamento Diplomático Brasileiro. Formuladores e Agentes da Política Externa. 1ed.Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão / FUNAG, 2013, v. 1, p. 195-226; Atuação Diplomática de Varnhagem no Peru, Chile e Equador.. In: Fundação Alexandre de Gusmão. (Org.). Varnhagen - Missão nas Repúblicas do Pacífico: 1863 a 1867. 1ed.Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005, v. 1, p. 7-28; Varnhagen, História e Diplomacia. In: Alberto da Costa e Silva. (Org.). O Itamaraty na cultura brasileira. 1ed.Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002, v. 1, p. 39-64;

[154] Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Correspondência Ativa. Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro e Ministério da Educação e Cultura, 1961.

> alguns ofícios diplomáticos, que sem inconvenientes se podem divulgar, ultrapassa duas centenas de peças, algumas das quais bastante extensas. Oriundas da pena de um dos maiores historiógrafos e homens de pensamento deste país, quer versem matéria de erudição, quer assuntos políticos ou diplomáticos do dia, quer ainda, objetos de interesse familiar ou privado, estamos certos de que sua leitura não será destituída de interesse para o público culto do Brasil, cujo empenho em conhecer particularidades do passado nacional, e da vida de seus homens ilustres, cresce promissoramente de dia para dia. Eis porque tomamos a resolução de brindá-lo com a presente coletânea.[155]

Lessa fez uma seleção de cartas e ofícios que lhe pareciam interessantes sobre a trajetória de Varnhagen. Ele fez um recorte que destacava as correspondências mais de cunho pessoal, não dando tanta atenção aos ofícios. Porém, ele mesmo reconhece que o historiador escrevia sobre tudo em suas correspondências. Isso também acontecia em seus ofícios.

Varnhagen, talvez por ser tão dedicado ao seu ofício tanto de diplomata como de historiador, misturava o público e o privado nas entrelinhas de suas cartas e também de seus ofícios. Daí a importância de debruçarmos esta tese sobre os ofícios escritos pelo mesmo quando diplomata. O recorte temporal, entre 1842 e 1858, feito nesta tese se justifica por ser o período de formação do diplomata e também o período de publicação das suas principais obras. Acredito que entre 1842 e 1858, Varnhagen se dedicou a refletir sobre como deveria ser a administração do Brasil Imperial e deixou um rascunho de suas ideias em seu arquivo pessoal, documento que transcrevi no mestrado e trato como a *Memória da Administração Pública*. Diante deste recorte, os ofícios de sua passagem como funcionário do Império em Lisboa e Madri são fundamentais para dialogar com suas correspondências pessoais, mas também para trazer a luz a sua trajetória profissional e o que fazia parte de suas preocupações para o Império do Brasil neste período. Quem sabe assim, podemos mapear mais ao certo a data aproximada que Varnhagen escreveu a Memória. Varnhagen foi adido da Legação Imperial de Lisboa e da Legação Imperial de Madri neste período.

---

[155] LESSA, Clado Ribeiro de. Francisco Adolfo de Varnhagen. Correspondência Ativa...op.cit., p. 7 e 8.

- **Um sagaz copista na função de Adido do Ministro da Legação de Lisboa Antonio de Meneses Vasconcellos de Drummond.**

O primeiro ofício de Varnhagen na Legação Imperial do Brasil em Lisboa é datado de 15 de agosto de 1842 e dirigia-se ao Senhor Aureliano de Souza Oliveira Coutinho[156]. Neste ofício, Varnhagen agradece sua nomeação pelo Decreto de 19 de maio de 1842:

> Tive a honra de receber o officio de V. Exª. de 19 de maio último, pelo qual V. Exª. foi servido participar-me que Sua Magestade o Imperador, por Decreto da mesma data, Houvera por bem nomear-me para logar de Addido de Primeira Classe à Legação Imperial neste Reino, com o vencimento de um conto de reis. Recebi com a maior satisfação esta nomeação que colloca n'uma carreira, em que espero poder, melhor do que n'outra qualquer, prestar-me a trabalhar litterarios sobre o nosso paiz. Apresentei-me logo ao meu chefe: já me acho em exercício, e offerecendo a V. Exª. o meu insufficciente préstimo. Convencido de que foi á proposta de V. Exª., que devi esta munificente Graça de S. M. I., tenho a pedir a V. Exª. o favor de acceitar os meus cordiaes agradecimentos.[157]

No dia 19 de maio, por Decreto Imperial, Varnhagen foi nomeado como adido de Primeira Classe da Legação Imperial em Lisboa. Ele iniciava assim seus serviços oficiais ao Império do Brasil no exterior como diplomata. Qual seria sua função? Entre outras, a

---

[156] Sobre Aureliano de Souza Oliveira Coutinho: "Nasceu em Niterói, RJ, em 21 de junho de 1800, e faleceu em 25 de setembro de 1855, na mesma cidade. Filho de Aureliano de Sousa de Oliveira Coutinho e Francisca Maria de Proença Coutinho. Começou cursando, no Rio de Janeiro, a Academia Militar, mas logo a abandonou para formar-se em Direito na Universidade de Coimbra, a forja de onde saíram os grandes homens do início do Império. Foi juiz de fora e ouvidor em Minas Gerais, província pela qual elegeu-se deputado em 1830. Depois, seria ainda deputado pelo Rio de Janeiro (1838/41) e senador por Alagoas (desde 1842). Presidiu as Províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, foi ministro do Império e da Justiça em 1833, ministro dos Estrangeiros no ano seguinte, embora interinamente, e no "Ministério da Maioridade", em caráter efetivo (1840/43). Foi um dos homens mais poderosos de sua época, especialmente nos primeiros anos do reinado pessoal de D. Pedro II, quando desempenhou com o mordomo Paulo Barbosa da Silva o papel de conselheiro ou mentor do jovem imperador. O retrato que dele fez Heitor Lyra (História de D. Pedro II, v. 1, p. 169) é o de "um dos homens mais maneirosos de seu tempo. Inteligente e bem falante, jogador com uma cultura variada, de um mundanismo insinuante e acolhedor, ele tinha, de fato, todos os predicados para vencer. A elasticidade do seu espírito, aliada a um temperamento cordial e otimista, o predispunha e acomodava às mais difíceis situações. Era desses homens que a gente acolhe com prazer, com uma simpatia sadia e bem disposta". Américo Jacobina Lacombe informa, com base em carta dele a Paulo Barbosa, que cultivava a astronomia e o magnetismo. Foi segundo e primeiro vice-presidente, tendo exercido a presidência em diversas ausências do visconde de S. Leopoldo. A R. IHGB publicou vários discursos seus." IN: https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/adseoliveira.html (acesso no dia 07/12/2018).

[157] Arquivo Histórico do Itamaraty. Comunicações entre a Secretaria e as legações no exterior. Ofício da Legação Imperial do Brasil em Lisboa. Localização: Lisboa. Especificação: Ofício. Período: 1842. Estante: 213. Prateleira: 004. Vol/Maço: 005. Data: 15/08/1842.

de coligir documentos sobre a nossa história nos arquivos da Europa, bem como fazer cópias dos relatórios e ofícios de seu superior na Legação, no caso, António Meneses Vasconcelos de Drummond. Como era formado o corpo diplomático da Legação Imperial em Lisboa? Há junto aos ofícios, folhas de vencimentos da Legação. A folha de vencimento do 1º. quartel do ano financeiro de 1843 à 1844 vem com a seguinte descrição:

Figura 1 – Vencimentos do 1º. Quartel do ano financeiro de 1843 à 1844 da Legação Brasileira de Lisboa.

Funcionário/Despesas	**Reis**	**Libras st. Ao cambio de 67 ½**
O Sñr. Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario Antonio de Meneses Vasconcellos de Drummond	1:500$000	421.17.6
Secretario	vago	
Addido Francisco Adolfo de Varnhagen	250$000	10.6.3
Consignação para despesas estruturaes	144$000	40.10.00
Dª. para despezas da Secretaria da Legação	100$000	28.2.6
Ordenado do Consul Geral Vicente Ferreira da Silva	150$000	42.3.9
Somma RS	2.144$000	603.00.00

Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty. Comunicações entre a Secretaria e as legações no exterior. Ofício da Legação Imperial do Brasil em Lisboa. Localização: Lisboa. Especificação: Ofício. Período: 1842. Estante: 213. Prateleira: 004. Vol/Maço: 005. Sem data.

Como podemos observar, Varnhagen iniciou-se na carreira diplomática exercendo funções intermediárias entre as de cônsul e as de secretário de Legação. E vale também observar que quem é o Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário é Antônio de Meneses Vasconcellos de Drummond, ou seja, o mesmo que havia feito forte apoio para a nomeação de Varnhagen, quando este ainda estava no Brasil, para o cargo no início

daquele ano. Seria Vasconcellos de Drummond um primeiro "padrinho" de Varnhagen na diplomacia? Podemos entender que sim. Ele não só o indicou para o cargo, como o treinou por muitos anos na Legação em Lisboa.

Na pesquisa sobre a documentação desta Legação em Lisboa, observa-se que desde que assumiu seu cargo, Varnhagen encarregava-se de copiar os ofícios remetidos por Drummond para o Ministro do Exterior, no Brasil, dando informações sobre a política e a economia em Portugal. As folhas de vencimento também eram escritas por Varnhagen. São diversos ofícios escritos quase que diariamente por Varnhagen e assinados por Drummond. Então, não podemos dizer que o jovem Varnhagen estava muito ocioso do seu trabalho inicial na Legação como disse Lessa: "Nomeado adido de 1ª. classe à Legação do Brasil em Lisboa (19 de maio de 1842), Varnhagen pôde dedicar-se de corpo e alma às pesquisas históricas, pois os trabalhos da chancelaria não lhe tomavam grande parte do tempo."[158] Ele se dedicou muito ao trabalho na Legação, ao mesmo tempo que se empenhou bastante em coligir documentos da história do Brasil nos arquivos europeus.

O segundo ofício de Varnhagen é datado de 2 de setembro de 1842 e direcionado para o Sr. Aureliano de Souza Oliveira Coutinho. Neste ofício, Varnhagen trata do recebimento de um ofício de 14 de junho de 1842, no qual o Ministro Secretário de Estado dos Negócios da Guerra comentava que o imperador o havia destinado ao Imperial Corpo d'engenheiros, o posto de 2º. tenente. Ele aceitou a nova graça concedida pelo imperador, porém se dizia já por feliz com a nova carreira e que ele poderia ser dispensado do exercício e função do novo posto militar.[159] Ou seja, o imperador o agraciou com um posto militar e ele dispensou por estar contente com a carreira da diplomacia. O terceiro ofício também enviado para o Sr. Aureliano Coutinho é datado de 4 de setembro de 1842. Segue o interessante texto na íntegra:

> O amor que consagro não só ao estudo da História pátria, como atualmente á carreira, em que estou servindo sob as ordens de V. Exª., incitou-me a dedicar parte da minha aplicação a coligir os possíveis factos e documentos, a fim de coordenar algumas memorias sobretudo quanto, concernente ao Brasil no estado de Colônia, se houver tratado diplomaticamente. É a primeira destas memorias na ordem cronológica,

[158] LESSA...op. cit., 1961, p. 83.
[159] Arquivo Histórico do Itamaraty. Comunicações entre a Secretaria e as legações no exterior. Ofício da Legação Imperial do Brasil em Lisboa. Localização: Lisboa. Especificação: Ofício. Período: 1842. Estante: 213. Prateleira: 004. Vol/Maço: 005. Data: 02/09/1842.

> que sob o título = As primeiras negociações diplomáticas respectivas ao Brasil = eu por esta ocasião envio a V. Exª. a cujas luzes desde já confio o seu mais conveniente destino; se V. Exª. se dignar fazer-me a honra de a aceitar. Á primeira vista V. Exª. conhecerá que quase tudo quanto exponho é coligido dos arquivos de Portugal e que é bem possível que alguns pontos, não só desta, mas principalmente das futuras poderão ser ainda mais convenientemente esclarecidas e aparecer em toda a sua luz, quando exames análogos aos de que me tenho ocupado e continuarei a ocupar nestes arquivos, se possam repetir nos de outras nações ˜q. forma partes. Tal qual é meu pequeno ensaio. Tomei a liberdade de o oferecer a V. Exª., esperançado de que a novidade e interesse do assumpto em si, e a boa vontade, que levo de servir meu país tenderão a disfarçar as suas imperfeições. Em todo o caso, espero que as ordens de V. Exª., que muito me honrarei de cumprir, me indiquem como poderei mais á satisfação de V. Exª. empregar os momentos que restarem do serviço regular desta Legação.[160]

Esse ofício mostra logo no início a paixão que tinha pelo ofício de historiador que lhe rendeu fama na historiografia, mas mostra também o empenho do mesmo em mostrar serviço na diplomacia justamente por se dedicar às questões diplomáticas ao longo da história colonial através da pesquisa que realizou nos arquivos portugueses, entregando um ensaio sobre o tema. Acredito que inaugura na diplomacia sua função de historiador quando escreve seu primeiro texto como diplomata que nada mais é que a história das primeiras negociações diplomáticas no Brasil. Ele alia a diplomacia e a história numa mesma pesquisa e elabora um artigo sobre isso. Nas margens do texto está escrito que fora publicado pelo Instituto.

- **A pesquisa no Arquivo de Simancas e a transferência para Madri.**

Até 1846, Varnhagen continuou a fazer seu trabalho na Legação de Lisboa junto ao seu padrinho, Drummond. Fez milhares de cópias de ofícios que eram escritos pelo ministro em Lisboa para o Ministério do Exterior no Brasil com relatórios sobre questões

[160] Arquivo Histórico do Itamaraty. Comunicações entre a Secretaria e as legações no exterior. Ofício da Legação Imperial do Brasil em Lisboa. Localização: Lisboa. Especificação: Ofício. Período: 1842. Estante: 213. Prateleira: 004. Vol/Maço: 005. Data: 04/09/1842. (grafia atualizada)

de política, economia e história entre Brasil e Portugal. Ao final de 1846, fez uma viagem para a Espanha de alguns meses, passando por Madri, Sevilha e Simancas. Se dedicou a pesquisar documentos sobre as fronteiras entre América Hispânica e América Portuguesa. Encontrou rico acervo no Arquivo das Simancas onde dedicou boa parte do tempo que ficou na Espanha. Acredito que Varnhagen já estivesse vislumbrando ou mesmo negociando internamente uma mudança para a Legação de Madri. De acordo com os ofícios, a mudança só teria sido oficializada por decreto imperial em janeiro de 1847.

De acordo com o ofício de 4 de dezembro de 1846 de Lisboa, Varnhagen fez notas de despesas de transporte que pagou nos Arquivos de Sevilha e Simancas, bem como de retorno para Lisboa como se fosse uma prestação de contas para a Legação de Lisboa. Outro ofício de mesma data e local, ele presta contas do que pagou para gráficas e para um indivíduo que trabalhou para ele como copista por dois meses no Arquivo de Sevilha.[161]

O último cargo que ocupou na Legação em Lisboa foi o de secretário adido da Legação de Lisboa. Varnhagen provavelmente aprendeu muito o trabalho diplomático em Lisboa. Foi um sagaz copista de documentos e relatórios extensos, talvez com o objetivo de aprender o ofício de cargos maiores ao fazer desta prática de copista um hábito. Ele, por respeito ao Drummond, sabia, acredito, que não haveria cargo a mais para elevar-se em Lisboa. Seu pai já havia falecido e só sobrara em Portugal sua mãe, suas irmãs e seu amigo, Rivara, que pouco tempo depois também viria a sair de Lisboa para fazer um trabalho na Índia. Mudar para a Legação de Madri parecia uma boa oportunidade de almejar uma ascensão na carreira.

- **Ascensão na carreira diplomática na Legação de Madri.**

Varnhagen deixou a Legação de Lisboa e foi transferido para a Legação de Madri por decreto imperial de 4 de janeiro de 1847 como consta no ofício de maio de 1847 abaixo:

> Tive a honra de receber os Despachos nº. 1 e 2, de 8 e 12 de janeiro do presente ano, pelos quaes V. Ex. participa que sua Magestade O Imperador houve por bem, por Decreto de 4 de janeiro nomear a João Bernardo Dias Vianna serquó para Addido da 1ª. Classe a esta Legação com o vencimento anual de oito centos

[161] Arquivo Histórico do Itamaraty. Comunicações entre a Secretaria e as legações no exterior. Ofício da Legação Imperial do Brasil em Lisboa. Localização: Lisboa. Especificação: Ofício. Período: 1846. Estante: 213. Prateleira: 004. Vol/Maço: 005. Data: 04/12/1846. (grafia atualizada)

> mil reis, ao par de sessenta e sette e meio, remover Francisco Adolfo de Varnhagen, com o vencimento de um conto e duzentos mil reis, ao mesmo par; e ao par indicado o vencimento que percebe o Addido de 1ª. Classe a esta Legação Antônio José Duarte Gondim.[162]

Neste ofício, Varnhagen participa sua remoção de Lisboa e coloca o nome do seu substituto que teria vencimento abaixo do que o mesmo tinha ao deixar o cargo. Porém, logo em seguida, Varnhagen pede licença de saúde. No ofício da Legação de Madri de maio de 1847, Varnhagen avisa ter recebido o despacho de fevereiro e comenta sobre sua licença concedida pelo imperador para tratar de sua saúde por três meses. [163]A licença foi pedida em fevereiro de 1847 e em junho, Varnhagen já estava de volta à Legação de Madri, porém assumiria não só o cargo de secretário, mas também de gestor da Legação como interino enquanto durasse a licença de saúde de José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. O que durou aproximadamente seis meses, terminando em dezembro de 1847. Nada mal para um início de trabalho na Legação de Madri. Ele ganhou não só experiência, como destaque para futuramente elevar seu cargo na mesma Legação. Sobre o pedido de licença de saúde de Albuquerque e a substituição de Varnhagen segue o ofício abaixo:

> Cumpre-me levar ao conhecimento de V. Ex. que o Adido de 1ª. Classe Francisco Adolfo de Varnhagen chegou a esta Corte, e já entrou no exercício de suas atribuições. A cooperação de um empregado servindo de Secretario nesta Legação tornava-se urgente, e agora mais quando á bem da minha saúde e tratamento de pessoas de minha saúde e tratamento de pessoas de minha família, que temos em geral sofrido neste país; instavam os facultativos que nos ausentássemos de Madri por umas semanas, a fim de fazer uso de banhos e de águas sulfúreas nas fontes naturais. Convencido de que com a presença do referido novo empregado, em cuja capacidade e discrição confio, poderei sem prejuízo do serviço sair para alguma distância desta cidade, tenho a honra de dar conta à V. Ex. de que o executarei, levado pelo instinto da própria conservação, e pelas imperiosas afeições da natureza, como marido e como pai. O mencionado

---

[162] Arquivo Histórico do Itamaraty. Comunicações entre a Secretaria e as legações no exterior. Ofício da Legação Imperial do Brasil em Lisboa. Localização: Lisboa. Especificação: Ofício. Período: 1847. Estante: 213. Prateleira: 004. Vol/Maço: 005. Data: 01/05/1847.

[163] Arquivo Histórico do Itamaraty. Comunicações entre a Secretaria e as legações no exterior. Ofício da Legação Imperial do Brasil em Madri. Localização: Madri. Especificação: Ofício. Período: 1847. Estante: 213. Prateleira: 004. Vol/Maço: 005. Data: 18/05/1847.

adido servindo de Secretário, que ficará nesta capital encarregado do expediente ordinário da Legação, me escreverá miudamente quanto ocorrer; e eu, do lugar para onde vou tratar-me terei a satisfação de informar de tudo a V. Ex., seguindo o fio da minha anterior correspondência. E para que, nem sequer em algum ato público que ocorra, possa o serviço por forma alguma padecer, apresentarei o supra dito funcionário ao Sr. Ministro dos Estrangeiros nesta, comunicando o exercício em que fica durante a minha curta ausência. Esperando da benignidade de V. Ex. que não desaprovará o meu proceder, eu aproveito deste mesmo ofício para por intermédio de V. Ex. suplicar a Sua Majestade o Imperador a concessão de uma licença com vencimento por tempo de seis meses. Será, quando por mim alcançada, a primeira que obtenho desde que sirvo; e muito dela necessito para restaurar a minha saúde com uma viagem no Atlântico e com a vista da Pátria. Eu me julgaria feliz se, aproveitando-me de tal concessão, tivesse a honra de ir beijar a mão do Imperador, e dar pessoalmente meus agradecimentos à V. Ex., que Deus guarde

Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor Barão de Cayrú

José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque[164]

Como podemos observar no ofício acima, Varnhagen assumia o posto de adido de 1ª. Classe como Secretário, mas também assumia a Legação durante os seis meses de licença de seu superior em Madri. “Concluída a missão foi chamado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros afim de apresentar subsídios históricos e geográficos aos estudos que a chancelaria realizava para estabelecer as linhas fronteiriças do Império com as Repúblicas hispano-americanas. O tempo de permanência no Rio de Janeiro seria breve.”[165] Em 15 de janeiro de 1851, pede uma licença para receber uma condecoração da Rainha da Espanha, a Comenda da Ordem Americana de Isabel a Católica.[166] Esse tempo no Brasil, junto ao trabalho que fez na chancelaria lhe rendeu bons frutos. “Transferido novamente para servir na Legação Brasileira em Madri (1852-1858), estendeu suas investigações aos Arquivos de Amsterdam, Paris, Florença e Roma. Por sinal, data dessa temporada o lançamento daquela que seria considerada a sua obra maior,

---

[164] Arquivo Histórico do Itamaraty. Comunicações entre a Secretaria e as legações no exterior. Ofício da Legação Imperial do Brasil em Madri. Localização: Madri. Especificação: Ofício. Período: 1847. Estante: 213. Prateleira: 004. Vol/Maço: 005. Data: 17/06/1847. (grafia atualizada)

[165] GUIMARÃES, Lúcia. "Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878)"IN: PARADA, Maurício e RODRIGUES, Henrique Estrada (org.). *Os historiadores: clássicos da história do Brasil...op.cit.*, p. 48.

[166] Arquivo Histórico do Itamaraty. Comunicações entre a Secretaria e as legações no exterior. Ofício da Legação Imperial do Brasil em Madri. Localização: Madri. Especificação: Ofício. Período: 1847. Estante: 213. Prateleira: 004. Vol/Maço: 005. Data: 15/01/1851. (grafia atualizada)

a *História Geral do Brasil* (Madri, 1854-1857).”[167] Em 31 de agosto de 1852, há um ofício de Albuquerque com a promoção de Varnhagen para gestor da Legação de Madri. Segue abaixo o ofício:

> Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor
>
> Inteirado do conteúdo do Despacho em que V. Ex. me comunicou uma cópia do decreto do meu chamamento, em disponibilidade, para a Corte, eu só aguardava que o Sr. Francisco Adolfo de Varnhagen, nomeado para reger a Legação Imperial em Madri, se me apresentasse, afim de que eu pudesse levar à execução as ordens que recebi. Agora cumpre-me informar a V. Ex. que, tendo, com efeito, chegado a esta capital o meu digno sucessor, acabo de entregar-lhe, na devida forma, o posto que eu ocupava. Apenas me foi concedida a audiência que já solicitei da Rainha, terei a honra de pôs em mãos de Sua Majestade a minha credencial, e participarei em direção a Lisboa, e dali ao Brasil para apresentar-me ao Governo Imperial, e oferecer á V. Ex. em particular os meus agradecimentos pela benevolência com que sempre me tratou durante o tempo que servi debaixo das suas ordens.
>
> Deus guarde a V. Ex.
>
> Ilustríssimo Excelentíssimo Paulino José Soares de Sousa
>
> José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque[168]

Ou seja, seu trabalho na chancelaria no Brasil, bem como sua reputação como Secretário das Legações de Lisboa e Madri lhe renderam uma promoção para reger a Legação Imperial do Brasil em Madri de 1852 a 1858. Esse período coincidiria com a publicação de sua obra *História Geral*.

---

[167] GUIMARÃES, Lúcia. "Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878)"IN: PARADA, Maurício e RODRIGUES, Henrique Estrada (org.). *Os historiadores: clássicos da história do Brasil*. Op. cit., p. 48.

[168] Arquivo Histórico do Itamaraty. Comunicações entre a Secretaria e as legações no exterior. Ofício da Legação Imperial do Brasil em Madri. Localização: Madri. Especificação: Ofício. Período: 1847. Estante: 213. Prateleira: 004. Vol/Maço: 005. Data: 31/01/1852. (grafia atualizada)

2 **A BUSCA DE UM ESPAÇO PRIVILEGIADO NA CORTE TROPICAL**

2.1 **Uma sociedade de corte no trópico**

A capital do Brasil Imperial começou a ter ares de corte ainda antes da emancipação de Portugal. A vinda da família real portuguesa em 1808 e todos os empreendimentos mobilizados para recebê-la gerou frutos importantes, principalmente, no Rio de Janeiro. Foi nesta ocasião que os brasileiros começaram experimentar o impacto da vida cortesã. A corte portuguesa foi transferida para o Brasil às pressas com todo o "aparato administrativo português"[169]. Alencastro afirma que por volta de 15 mil pessoas transferiram-se de Portugal para o Rio de Janeiro neste período.

A chegada da corte transformou a rotina da cidade. De um momento para outro, a cidade recebeu uma grande quantidade de fidalgos com seus respectivos criados. Essa transferência mobilizou a dinâmica da cidade justamente pela quantidade de pessoas que passou a circular. Alencastro atenta para o censo que foi feito entre 1799 e 1821, mostrando que a população urbana aumentou de "43 mil para 79 mil habitantes"[170] e aumentou de "20 mil para 46 mil habitantes"[171] livres.

A transmigração da corte de Portugal para o Brasil contribuiu para a aceleração de mudanças estruturais na cidade. A cidade precisava amparar uma corte acostumada com os luxos europeus dos palácios de Mafra e de Queluz[172] o que não seria nada fácil já que as moradias no Brasil eram bem mais simples.[173] Todas essas alterações com a vinda da corte trouxeram transformações que por um lado pareciam bastante positivas, por outro se mostraram bastante caras para os bolsos dos colonos que viviam na América Portuguesa, já que os impostos tiveram que ser aumentados por conta dos custos administrativos que estava se formando para atender as demandas do Estado.[174]

A longa permanência de D. João VI nos seus domínios americanos ensejou a construção de um aparato de governo que ganhou vida própria. Foi uma espécie de experimento real na colônia. Perdia o status de colônia para sede do governo real

---

[169] ALENCASTRO, Luiz Felipe. "Vida privada e ordem privada no Império". IN: NOVAIS, Fernando A. *História da vida privada do Brasil: Império*. Organizador do volume: Luiza Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 12.
[170] Idem, p. 12
[171] Idem, p. 12.
[172] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Brasil: uma biografia.* Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling. 2ª. Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 180.
[173] Idem, p. 185.
[174] Idem, p. 185.

causando um forte impacto político que acabou se tornando irreversível. “Quase Europa, quase império, aí estavam os impasses de um território que, não sendo exatamente metrópole, aos poucos deixava de ser colônia, ao menos no sentido mais tradicional.”[175]

Com o retorno de D. João VI para Portugal, boa parte do aparato administrativo permaneceu aqui. O príncipe D. Pedro permaneceu como regente e deveria seguir as determinações que viriam das cortes portuguesas, ou seja, do Soberano Congresso de Lisboa. Entre essas medidas a que mais causou impacto, principalmente para o príncipe, foi a mudança das províncias do Brasil para províncias de Portugal (províncias ultramarinas), alterando o status do Rio de Janeiro. Antes era o centro da unidade brasileira e passou a ser mais uma província ultramarina, não necessitando assim de um príncipe regente. Ou seja, Portugal voltou a ter o controle geral das províncias em todo o Reino, o Rio de Janeiro deixa de ser a capital dos domínios portugueses e o príncipe D. Pedro não precisaria mais ficar no Brasil.[176]

Estava montada as bases que levariam ao processo de emancipação em 1822. Foi uma independência peculiar se compararmos com os vizinhos, antigas col6onias espanholas do continente. “A emancipação colocava no centro do poder não um presidente, mas um rei: um monarca português da Casa dos Bragança.”[177] Ou seja, a manutenção da monarquia e da influência portuguesa trazia também a conservação de uma corte nos mesmos moldes portugueses. Não houve uma ruptura ou uma mudança de influências. As influências portuguesas foram legitimadas. Rompia-se com a relação metrópole e colônia, mas não com o modo de governar português. Algo que colocou o país numa experiência peculiar em relação às repúblicas vizinhas. Como destaca Schwarcz, criou um Estado e não uma nação, já que manteve as instituições políticas de tradição europeia.

É importante ressaltar aqui esse modelo de Estado que foi construído na independência é um modelo que fora criado para responder as expectativas da elite e não tinha como objetivo incluir a maioria da população que ficou marginal a tudo isso. O nascimento do Estado independente inaugurava o fim das amarras com a metrópole, mas legitimava uma monarquia herdeira das influências que restavam do Antigo Regime.

---

[175] Idem, p. 185.
[176] Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Brasil: uma biografia.* Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling. 2ª. Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 210.
[177] Idem, p. 221.

O Brasil independente trazia uma elite ideologicamente homogênea que defendia a manutenção dos privilégios anteriores à sua emancipação, bem como reforçava a escravidão. [178]É uma elite que vai se adaptar facilmente a essa corte imperial por justamente ter feito parte da experiência no Rio de Janeiro anterior à independência. "A manutenção da escravidão, um compromisso da elite com a propriedade da terra, reforçou mais ainda o aspecto de redução da mobilidade social."[179] Essa redução da mobilidade social vai contribuir para que não houvesse conflitos sociais capazes de causar uma revolução, mas vai ter que lidar com uma parte da elite que não era a agrária de uma forma que esta não ficasse marginal a esse Estado. Daí que surge a necessidade da burocratização da experiência monárquica.

Carvalho destaca que o emprego público se tornou na época importantíssimo, justamente para amparar um segmento da sociedade que não fazia parte da elite agrária. A situação era contraditória para o Estado já que o mesmo dependia das rendas que vinham dessa elite. Ao mesmo tempo essa "burocracia estatal fazia com que o fortalecimento do Estado constituísse para ela não só um valor político como também um interesse material muito concreto"[180]. O Estado era sustentado pela elite agrária, mas se comprometia em manter a escravidão, que assegurava a riqueza da aristocracia rural. Esse jogo de interesse foi conduzido pela monarquia com maestria, tanto que a monarquia só veio a cair quando a escravidão foi abolida.

Em 1831, D. Pedro I abdicou da coroa e retornou para Portugal e pela primeira vez "o governo do país ficou totalmente nas mãos dos brasileiros."[181]Porém, o regime de governo permaneceu o mesmo: aos olhos da elite política a monarquia parecia ser o sistema ideal para manter a unidade territorial e o status quo.

> Nesta fase, tornou-se claro para os que valorizavam a manutenção da unidade do país, entre os quais se encontravam quase toda a elite política nacional treinada em Coimbra, a burocracia do Estado Central, o grande comércio da capital e a nova agricultura cafeicultora da província do Rio de Janeiro, que sem a monarquia o país se fragmentaria.[182]

---

[178] CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial.* 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 39
[179] Idem, p. 40.
[180] Idem, p. 42.
[181] CARVALHO, José Murilo de. "As marcas do período". IN: CARVALHO, José Murilo de (coord.). *A construção nacional 1830-1889.* Volume 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 20.
[182] Idem, p. 22.

De acordo com a Constituição, no caso do trono vago, uma regência provisória seria formada. Assim foi feito e logo em seguida uma Regência Trina foi eleita, seguida depois de duas regências unas. Este foi um período que a elite política mais tomou as rédeas administrativas e traçou o caminho do Brasil. Também foi o período que mais surgiram revoltas no país, justamente pela dificuldade de se verem representados numa monarquia por políticos e não pelo monarca. Esse período fora por muitos entendido como um período de experimento republicano, como aponta Carvalho. O mesmo havia acontecido com as colônias espanhola entre 1810 e 1825, com a diferença que no Brasil conseguiu conservar a unidade territorial a integridade territorial. [183] Mas essa experiência republicana não duraria mais muito tempo. Contrafeitos com a direção de reformas conservadoras da regência de Araújo Lima, os liberais fundaram o Clube da Maioridade e arquitetaram a antecipação da maioridade de d. Pedro. Como destaca Schwarcz, apesar da ameaça republicana das rebeliões, o golpe da maioridade representava uma manobra monárquica liderada pela região centro-sul com o objetivo de manter a integridade territorial com a representação do imperador.[184]

Ou seja, os liberais vão buscar na monarquia a estabilidade que poderia garantir a integridade nacional e, portanto, a manutenção do sistema de governo. Não é à toa que a corte se dedicou muito em forjar uma imagem do imperador que lhe rendesse a representatividade e estabilidade que o país precisava.

> Começava a se forjar, então, uma imagem que acompanharia o imperador até sua morte: o homem de porte impassível, cautela nas palavras e decidido politicamente. A representação de um rei que pretensamente, posicionado acima da política, viria redimir a nação. De acordo com os relatos, a não ser pelas pernas finas e voz estridente, d. Pedro parecia representar a encarnação de um monarca europeu. Com o tipo dos Habsburgo – queixo longo, olhos muito azuis, pela clara, cabelo liso e aloirado –, o príncipe destacava-se me meio à população de seu reino, em boa parte composta de negros e mestiços. [185]

Diante deste cenário de restabelecimento de uma representatividade monárquica, a corte se mobilizava em torno no monarca. Dentro deste grupo social, estava se formando

---

[183] CARVALHO, José Murilo de. "A vida política". IN: CARVALHO, José Murilo de (coord.). *A construção nacional 1830-1889.* Volume 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 87.
[184] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Brasil: uma biografia.* Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling. 2ª. Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 267.
[185] Idem, p. 267.

os luzias e saquaremas. O luzias eram herdeiros do partido dos liberais exaltados e os saquaremas eram liberais moderados, conservadores e antigos caramurus. As bases eram liberais e suas formações vinham de Coimbra. Divergiam quanto a centralização ou descentralização política, debate que ocupou a arena política durante todo o Segundo Reinado. "A elite brasileira de então poderia ser caracterizada ainda como "uma ilha de letrados num mar de analfabetos."[186]

Fazia parte dessa corte também o grupo de ministros, os quais exerciam o poder executivo, que era encabeçado pelo imperador. Em 1847, foi criado o cargo de presidente do Conselho de Ministros. A partir de então, o imperador e este presidente ficavam encarregados de montar o ministério.[187]

Outro grupo que compunha essa elite política imperial era formado pelos senadores que tinham o cargo vitalício. Eles eram escolhidos pelo imperador de listas tríplices eleitas por voto popular. Tinham que ser maiores de 40 anos e deviam possuir renda anual o que colocava apenas uma elite rica nessa posição.[188]

Além dos senadores, havia os membros da Câmara Temporária, os deputados. Para serem eleitos, deveriam ser maiores de 25 anos e ter uma renda anual de 400$000, metade da renda exigida para o cargo de senador. [189]

Acima de todos estava o Conselho de Estado. Esse fora chamado de "cérebro da monarquia" por Joaquin Nabuco[190], criado em 1823, suspenso em 1834 e reinstaurado em 1841 permanecendo até o fim da monarquia. "O cargo era vitalício, podendo ser suspenso pelo monarca, por tempo indeterminado."[191]

De acordo com Carvalho, a burocracia imperial não tinha bem organizado os salários, indicações e promoções deixando de seguir o lado técnico que defendia Weber. Não se valorizava o profissional para determinado cargo baseado no seu conhecimento técnico, mas muito mais pelos interesses que envolviam a classe social, ou seja, através dos apadrinhamentos.[192]Essa prática, como explica Carvalho, era comum nos EUA e na

---

[186] Idem, p. 280.
[187] Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial.* 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 57.
[188] Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial.* 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 57.
[189] Ver: Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial.* 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 58.
[190] Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial.* 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 58.
[191] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Brasil: uma biografia.* Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling. 2ª. Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 281.
[192] Idem, p. 159.

Inglaterra também até meados do século XIX. Mas no Brasil isso vai se estender por mais tempo, gerando altos custos para o Império. Então, havia uma sobrecarga na máquina burocrática gerando custos para administrar essa aristocracia desempregada que precisava trabalhar para viver e acabava sendo empregada pelo Estado, que por sua vez era financiado pelos proprietários rurais. Daí a necessidade de se equilibrar os interesses entre elite agrária e elite política como mencionado anteriormente.

Com isso, o Estado se tornava o maior empregador. Estes acabavam sendo ocupados pelos famosos bacharéis de direito, médicos e jovens com capital social. Schwarcz vai se referir a essa prática como o "clientelismo" da burocracia imperial.[193]

Esse clientelismo acabou se tornando o cabide de emprego dos filhos de fazendeiros e de políticos do Império. É interessante que ao mesmo tempo que o país dependia muito da exportação, principalmente, do café, começava a desenvolver um comércio mais dinâmico nas cidades e tinha uma cara folha de pagamento que incluía não só a elite política, mas toda uma burocracia imperial. Essa burocracia imperial era cara e muitas vezes não trazia o retorno de tamanho investimento, se tornando um peso para o Estado.

Um outro grupo social que passou a ganhar força no Segundo Reinado é o grupo de intelectuais. Não podemos deixar de considerar que o século XIX foi o século dos nacionalismos. Então, os intelectuais passaram a pensar a formação das nações a partir dos nacionalismos. A identidade nacional passará a ser forjada através de uma história, língua, cultura e religião comum.

É nesse contexto que a Monarquia vai buscar as referências no romantismo no sentido de mostrar um Brasil tropical e o símbolo que melhor expressava isso era o do índio. "A saída foi 'esquecer' a escravidão e idealizar os indígenas, os quais, dizimados sistematicamente nas florestas, reapareciam em romances e pinturas oficiais e semioficiais."[194] A Monarquia vai adquirir uma característica peculiar que a diferenciava inclusive da influência portuguesa ao valorizar as características tropicais.

O imperador assumindo o projeto de construir uma Nação que tivesse como representatividade uma monarquia constitucional, herdeira de Portugal, mas com características únicas ao caracterizá-la como tropical, vai ser um incentivador da cultura, das artes, da literatura e da história. O IHGB será a instituição que melhor representava

---

[193] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Brasil: uma biografia.* Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling. 2ª. Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 280-281.
[194] Idem, p. 284.

este projeto de identidade nacional liderado pelo imperador. E Francisco Afolfo de Varnhagen entra aqui nesse contexto. Sua obra reunia todo esse projeto de construção de uma identidade nacional, apesar de não ter adotado a valorização ao índio, sendo até muito criticado por seus pares à época. Mas legitimava sim a herança bragantina, reforçando a monarquia de D. Pedro II. [195]

Essa elite intelectual se reunirá em volta do imperador em muitas sessões do IHGB para debater esse projeto de construção da memória nacional. D. Pedro II irá financiar inúmeros projetos, bem como contribuirá com "75% das verbas da instituição".[196]O Estado passa a ser o principal financiador dessa construção nacional. [197]

O IHGB composto por uma elite intelectual do Império foi o principal instrumento de pesquisa e produção literária e historiográfica da época que fomentava essa construção de uma nacionalidade. O imperador não só gostava de participar das reuniões do Instituto, mas também era protetor do mesmo. Passou a incentivar através de premiações a pesquisa e o trabalho que envolvesse a construção dessa memória e identidade nacional, se tornando esse famoso mecenas do Império. Não é à toa que o IHGB dependesse bastante desta verba da corte para a manutenção dos trabalhos. Schwarcz destaca que o imperador fomentava os seus estudos como se ilustrava Luís XIV, um déspota. Porém, por não ser um déspota, seguia fielmente a Constituição se afastando bastante do autoritarismo de seu pai. [198] Mas não seria essa imagem, reflexo desse investimento, que se teve em forjar o imperador como o mecenas ou mesmo o sábio dos trópicos? Poderia ser um pouco de cada, mas não podemos deixar de considerar que o mesmo acompanhava de perto o fomento cultural e educacional do país, principalmente, nas sessões do IHGB.

Como vimos anteriormente, Varnhagen já era sócio da Academia de Ciências de Lisboa, portanto, já estava inserido no mundo dos intelectuais em Portugal. Lembrando que ainda no início de sua carreira se correspondia com Januário da Cunha Barbosa. Essas missivas estavam carregadas de reflexões sobre pesquisas históricas e obras de grande importância tanto para a Biblioteca de Évora administrada por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, como para o jovem Varnhagen. Na viagem que Varnhagen faz ao Brasil em 1840, começa uma rede de sociabilidade importante ao se tornar sócio correspondente

[195] Idem, p. 284.
[196] Idem, p. 285.
[197] Idem, p. 285.
[198] Idem, p. 285.

do IHGB. Estava o mesmo inserido nessa elite intelectual que passaria anos se dedicando à pesquisa e a produção de conhecimento da História Pátria.

Essa elite intelectual estava inserida na corte imperial. Ela fazia parte do jogo político já que dependia de recursos importantes que viessem da Coroa. Compreender o contexto social que Varnhagen dialogava é fundamental nesta tese. Então, primeiramente, houve forte identificação do mesmo com a elite intelectual. Nada de surpreendente já que o próprio apesar da formação na engenharia, tinha na história forte afinidade.

2.2 **As influências da Europa na sociedade de corte**

Varnhagen nasceu numa colônia e foi com sua família para Lisboa quando o Brasil havia acabado de conseguir sua independência. Teve sua formação em Portugal e lutou ao lado de D. Pedro I contra D. Miguel, época em que o Brasil vivia o período regencial. Quando decidiu mudar os rumos na sua carreira, resolveu a questão da sua nacionalidade e se reaproximou da terra natal já nos tempos de D. Pedro II. Todo o período no qual foi funcionário do Império na chancelaria aconteceu sob a monarquia constitucional de D. Pedro II. Para entender melhor o funcionamento da burocracia e da etiqueta do Império é fundamental também compreendermos as influências europeias que a mesma sofrera ao longo dos anos.

Elias faz uma definição interessante sobre a corte real do Antigo Regime: "A corte real do *Ancien Régime* sempre acumulou duas funções: a de instância máxima de estruturação da grande família real e a do órgão central da administração do Estado como um todo, ou seja, a função de governo."[199] Ou seja, a corte europeia abrange a família real e todo o aparato administrativo.

O cotidiano da corte imperial seguia a etiqueta por todos os envolvidos: família real e funcionários. A administração do Estado abrangia todo o aparato real desde os ministros mais próximos até os soldados e servidores públicos. Dentro do Estado também existiam os funcionários eleitos e os não eleitos. Focaremos aqui nos não eleitos. De acordo com Weber, o funcionário indicado por algum superior normalmente era escolhido de acordo com suas habilidades técnicas. [200]

---

[199] ELIAS, Nobert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Tradução: Pedro Sussekind; Prefácio: Roger Chatier. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 27.
[200] WEBER, Max. *Ensaios de Sociologia.* Organização e Introdução: H. H. Gerth e C. Wright Mills. Quinta Edição. Tradução: Waltensir Dutra. Revisão Técnica: Prof. Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 234.

Como vimos anteriormente, quando Francisco Adolfo de Varnhagen foi indicado para a chancelaria[201], seus conhecimentos sobre a história pátria e sua habilidade em trabalhar com arquivos históricos foram destacados, mostrando que teria competência para coligir documentos em arquivos europeus que fossem de interesse real, o que acabou acontecendo com os documentos sobre os limites do Brasil com seus vizinhos encontrados, principalmente, no Arquivo de Simancas. Mas devemos destacar aqui que apesar de Weber defender que a burocracia moderna destacava a qualificação do funcionário, vimos anteriormente que a apadrinhamento de funcionários era comum e parece ter acontecido com Varnhagen graças à intervenção de Antônio de Meneses de Drummond, ministro plenipotenciário de Lisboa. Porém, esse patriocínio de Varnhagen também seria entendido como a escolha de um funcionário que tinha também habilidades técnicas.

Como já se salientou, o funcionário não eleito está sujeito a promoções de acordo com sua experiência e contribuição na sua carreira. Porém era muito importante que se relacionasse bem com seus pares para ser reconhecido pelo seu trabalho. Afinal, o clientelismo da burocracia imperial também era comum como vimos anteriormente no caso brasileiro. A relação com o rei era muito importante, pois se boa, trazia possibilidades de promoção mais rápida, eliminando a etapa dos chefes diretos.

Como afirma Elias, de alguma forma todas dependiam em graus diferentes do rei. Portanto, as ações do rei com cada um era o que refletia a importância da pessoa na sociedade. Alguns conquistavam mais prestígio e estavam mais próximos ao rei.[202]

A relação com o rei era de suma importância para os não eleitos. Ter uma boa relação com o rei determinava o reconhecimento entre seus pares, bem como o seu papel na corte. E por conta disso, era muito comum a concorrência. Quanto mais se aproximavam do rei, mais prestígio tinham e mais chance de promoções. Essa competição

---

[201] Sobre a carta de Drummond ver: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (1952-1910), *Historiografia e Nação no Brasil:1837-1857,* Rio de Janeiro: Ed. UERJ; ANPUH, 2011, p. 186.
Nas palavras de Drummond: "Recusa também qualquer emprego português, procura o Brasil, sua pátria de nascimento, por amor e porque promete engrandecimento e elevação. É por isso que emprega seu talento em coisas de interesse do Império. E ninguém melhor do que ele está em circunstância de prestar importantes serviços neste gênero histórico e geográfico, não só pelas relações íntimas que tem com os empregados dos arquivos e bibliotecas deste Reino e da Academia Real de Ciências, de que é membro, mas também porque conhece praticamente tudo quanto existe acerca do Brasil, de que faz seu particular estudo em qualquer parte deste Reino...Pretende ser empregado no serviço do Brasil, sua pátria de nascimento, e nós ganharíamos com isso, suponho eu, mormente se ele fosse empregado com o título de adido a esta Legação, com encargo especial de coligir documentos e diplomas para a História do Brasil e diplomática, coordená-los e analisá-los de modo que verifique datas e acontecimentos e apure a verdade do fabuloso que abunda nas relações daquele tempo de propensão maravilhosa."
[202] ELIAS, Nobert. *Sociedade de corte...* op. cit., p. 107.

fora destacada por Elias, como “particularmente intensa e específica por chances de poder ligadas ao status e ao prestígio.” [203]

A competição acontecia, pois, as chances de promoção social e profissional vinham junto com o reconhecimento, principalmente, o reconhecimento do rei. Muitos cortesãos competiam por prestígio entre si sempre almejando a conquista de títulos ou promoção que muitas vezes vinham do próprio rei e em detrimento de outros.

A "batalha pela posição dentro da hierarquia da corte"[204] é resultado, principalmente, da batalha pelo reconhecimento do rei que em troca distribuía títulos de nobreza e promoções na carreira. A preocupação de um cortesão com sua reputação era a mesma que a de um comerciante com seu negócio, como destaca Elias. A ameaça de perda de prestígio significava o mesmo que para um comerciante de perder capital investido. [205]

Diante da possibilidade de perder seu cargo ou mesmo o prestígio, a opinião dos outros era muito importante. "A "opinião" que os "outros" tinham sobre um indivíduo em particular decidia, então, com frequência, questões de vida e ou morte, sem recorrer a nenhum outro meio além da perda de status, da exclusão, do boicote."[206]

Varnhagen acumulou polêmicas entres seus pares. Quando publicou a sua *História Geral* recebeu críticas em relação ao quanto fora duro com os índios e também fora muito criticado pelos indianistas quando colocou como primeiro capítulo a chegada dos portugueses e não a descrição da terra nem a população que aqui já habitava. Naturalmente, num Brasil que colocava o índio como símbolo da construção da identidade nacional, as críticas aos “índios bravos” em sua obra se tornaram contundentes. A preocupação com a opinião do outro, ou mesmo o reconhecimento da elite intelectual fez com que o mesmo mudasse a ordem dos capítulos na segunda edição, bem como retirasse passagens importantes da obra.

Em geral, a vida na corte não era nada fácil. A luta para manter um status dava trabalho e os cortesãos eram obrigados a manter um bom relacionamento entre seus pares para manterem seu prestígio na corte. Mas eram comuns os conflitos oriundos de disputas por maior prestígio em relação ao rei. A rede de sociabilidade entre os cortesãos era fundamental para manter ou elevar um status. Era importante a relação entre os pares e

---

[203] Idem, p. 110.
[204] Idem, p. 108.
[205] Idem, p. 111.
[206] Idem, p. 112.

com o rei. Não havia estabilidade, pois uns podiam prejudicar outros com o objetivo de se destacar em detrimento do outro.[207] Por conta disso, no intuito de sobreviver nessa disputa, faziam associações, principalmente com pessoas que estavam num nível mais elevado. Todos os atos do cortesão deveriam ser bem calculados para não gerar inveja ou mesmo inimizades.[208]

Apesar dos embates que se envolveu com seus pares, em sua passagem pelo Brasil em 1850, Varnhagen conseguiu resultados mais frutíferos do que em 1840. Ocupou durante um ano o cargo de 1º. Secretário do IHGB, promovendo nesse período a catalogação da Biblioteca, a organização da coleção museológica, bem como a organização do Arquivo.[209] Foi removido para a Legação Imperial de Madri onde assumira o posto de Encarregado de Negócios em 1852. Essa passagem pelo Brasil foi fundamental para conseguir dar continuidade à sua carreira na chancelaria. Não é de se surpreender que após o trabalho bem feito no IHGB, conseguisse um cargo de prestígio na Legação Imperial em Madri.

No Brasil, a burocracia da sociedade de corte era fundamental para o bom funcionamento do Império. Existia assim como na Europa, a família real e seus membros e o Estado. Dentro do Estado, existia todo um corpo burocrático complexo e variável dependendo da época, ou melhor, dependendo de qual grupo político dominava o Conselho do Estado.

De acordo com Carvalho, havia toda uma hierarquização da burocracia imperial no Brasil. Para ele, as divisões acabavam contribuindo para a concorrência no jogo político. “Pode-se mesmo dizer que a cada fase da política imperial correspondia, dentro da burocracia, a vitória de um setor sobre outro, ou outros.”[210] Essa concorrência tornava-se ainda mais acirrada na disputa entre os pares em relação à graças concedidas pelo imperador.

Os títulos nobiliárquicos faziam parte do arranjo político da corte desde a Idade Média na Europa. Herança da Dinastia Carolíngia de Carlos Magno, surgiram os títulos de condes, duques e marqueses. Ganhar o reconhecimento do rei através de títulos nobres era algo que dava muito prestígio social, colocando o nobre bem próximo ao rei, ou seja,

---

[207] Idem, p. 120.
[208] Idem, p. 120.
[209] Ver: LESSA, Clado Ribeiro de. *Correspondência Ativa de Francisco Adolfo de Varnhagen.* Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961, p. 84.
[210] CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.* 3ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 146.

reconhecidamente dentro da corte imperial. O título, como destaca Elias, era mais importante do que o prestígio financeiro.[211]

O caso brasileiro no século XIX tinha vários aspectos diferentes do modelo europeu. Um bom exemplo desta diferença era quanto aos títulos de nobreza. Somente os donos dos títulos tinham o prestígio e não podiam passar para os seus filhos. É interessante notar que muitos títulos foram concedidos pelo imperador D. Pedro II, mas não podiam passar para seus herdeiros. “A hereditariedade só era garantida para o sangue real, enquanto a titularidade se resumia ao seu legítimo proprietário.”[212] Importante destacar aqui que Varnhagen não podia passar seu título para seus herdeiros, mas deu ao seu primogênito o sobrenome de Porto Seguro que era o mesmo do seu título de Visconde e Barão. Ou seja, no Brasil, os títulos eram dados por recompensa à serviços prestados e não por sangue real como era no Antigo Regime na Europa. "Só no período que vai de 1870 a 1888, ano do final do reinado de d. Pedro, o monarca criaria 570 novos titulados, os quais correspondiam, por sua vez, à nova elite que acompanhava o jovem imperador."[213]

É interessante que o título de nobreza era concedido pelo monarca seguindo a tradição do Antigo Regime, mas isso não significava que o nobre não recebesse honorários por exercer alguma outra função na corte real. O título por si só não garantia seu sustento e sim o seu ofício. Mas por ser uma sociedade de corte, os títulos eram muito ambicionados pela elite imperial. Era uma sociedade um tanto ambígua quando se prendia às honras do Antigo Regime, enquanto dependia da exportação de gêneros agrícolas para bancar o luxo e o prestígio da sociedade de corte. Essa mentalidade do homem no século XIX era tão marcante que ambicionavam a todo custo honras, graças e títulos amargando com o pagamento de suas contas no fim do mês. Para Elias, essa sociedade do século XIX é bem diferente da sociedade de corte dos séculos XVII e XVIII. Para ele, a sociedade burguesa herdou muitas similaridades da sociedade do Antigo Regime no que tange aos costumes e práticas de etiqueta social da corte, mas se tornava vazia dentro de uma sociedade de massas, visto que não fazia parte daquela realidade.[214]

Ou seja, muito do cultural e da etiqueta da corte herdada das cortes da Idade Moderna foram passadas para a sociedade de corte no século XIX e XX. Por isso, nos

---

[211] ELIAS, Nobert. *Sociedade de corte*...op. cit., p. 94.
[212] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.* São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 160.
[213] Idem, p. 160.
[214] ELIAS, Nobert. *Sociedade de corte*... op. cit., p. 129.

causa certo estranhamento o que foram essas relações profissionais na corte imperial brasileira. Se reproduzia a etiqueta da corte, os títulos, condecorações e graças, enquanto também a corte tinha de empregar boa parte dessa elite imperial que não fazia parte dos ganhos de comércio e da agricultura de exportação. E quem sustentava tudo isso era elite agrária imperial. Não é à toa como já falamos aqui que o imperador equilibrasse o tempo todo esse jogo de interesses entre a elite agrária, a elite política e o restante da corte. Daí torna-se compreensível a manutenção da escravidão por tanto tempo mesmo com tanta pressão da Inglaterra.

Na obra de Lessa, há um *Memorial* apresentado, provavelmente ao Ministro do Império, por Francisco Adolfo de Varnhagen, em fins de 1851, pouco antes de sua partida para a Espanha, a 15 de dezembro no qual Varnhagen pede ao imperador a graça de uma condecoração, no caso, o Oficialato da Ordem do Cruzeiro. Nesse *Memorial*, Varnhagen faz um ensaio elogioso dos seus serviços prestados para a corte do imperador e no final deixa claro o que importava para ele ao exercer todas as funções:

> O Supllicante nunca trabalhou, nem trabalha com o fito na recompensa: trabalha por amor ao trabalho e por ganhar, à custa deste, um bom nome: e ninguém mais que o juízo esclarecido do governo se pode dirigir para obter, por meio de demonstrações públicas, a sancção deste bom nome.[215]

Durante todo o Império, D. Pedro II distribuiu 1439 títulos, embora muitos deles tivessem sido concedidos para uma mesma pessoa, como em casos de elevação ou promoção. Os títulos eram outorgados em momentos especiais, "aniversário de S. M. Imperial", ou por "serviços prestados", ou mesmo por "patriotismo". E é interessante que para um monarca esse número de títulos é considerado bem alto. O que gera uma indagação: o imperador usava essa prática frequentemente no intuito de manter a fidalguia? Ou mesmo o poder da coroa sob seus súditos num período que ideias republicanas ganhavam força dentro e fora do país? Enfim, os títulos fizeram parte da burocracia imperial no Brasil. E por fazer parte de uma prática do imperador, as brigas para conseguir os títulos deviam ser latentes.[216] Porém, havia uma hierarquia nos títulos concedidos pelo imperador. De acordo com Schwarcz, “todos eram nobres, apenas alguns

[215] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência Ativa...op. cit...*, p. 169.
[216] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador. Op. cit...*, p. 161.

eram “grandes do Império”. Ela explica que esse título já vinha junto aos de duque, marqueses e condes, mas somente eram dados aos viscondes e barões com grandeza.[217]

Apesar de terem sido muitos títulos, existia a concorrência entre os nobres de quem tinha mais prestígio de acordo com o título e mais a grandeza. Porém, não era tão simples assim receber o título concedido pelo imperador. O decreto imperial era o primeiro passo para receber o título, mas para poder exercer precisava pagar taxas. Depois de pagas as taxas, esperavam receber a “carta de mercê nova”. Em seguida, seu registro deveria ser feito em livro para completar a legalização do título.[218]

Ou seja, não bastava receber o título pelo decreto do imperador. O nobre deveria ter condições financeiras para pagar as taxas e garantir o recebimento da mercê e registrar no livro. Apesar do motivo que era sempre dado ao conceder os títulos, essa escolha era muito subjetiva. "Afinal, quem eram os escolhidos do rei?"[219]

> Em sua maior parte, a nobreza foi formada por pessoas relacionadas às atividades econômicas produtivas (fazendeiros): parlamentares, militares e profissionais liberais. Em seguida, vinham os ocupantes de cargos públicos - incluindo os cargos da Casa Imperial -, comerciantes e negociantes; por fim, professores, intelectuais, os chamados capitalistas, que viviam de rendas; médicos, diplomatas, banqueiros, sacerdotes.[220]

Os títulos concedidos pelo imperador geralmente eram denominados "conferindo uma qualidade indígena e tropical". [221]Algo que reforçava o nacionalismo exacerbado no século XIX e também a influência indianista. Os nomes dos títulos geralmente tinham alguma relação com à pessoa agraciada: “lugar de nascimento ou de atividade política ou de propriedade ou de batalha. Por vezes, feitos militares eram reconhecidos pela apologia do meio tecnológico e estratégico utilizado.”[222]

A diferença mais substancial da sociedade de corte no Brasil para a sociedade de corte da Europa está na própria nobreza em si. Predomina a chamada nobreza de sangue, ou seja, o indivíduo já nasce nobre, transmitindo aos seus descendentes a herança

[217] Idem, p. 161.
[218] Idem, p. 171.
[219] Idem, p. 173.
[220] Idem, p. 173.
[221] Idem, p. 178.
[222] Idem, p. 178.

nobiliárquica, no Brasil, o enobrecimento vinha do mérito.[223]Ao invés de termos uma nobreza da terra como na Europa, a nobreza no Brasil Imperial representava uma elite que tinha o reconhecimento do imperador por seus feitos e habilidades, algo que mais se aproximava de uma meritocracia burguesa.

Onde entra o Francisco Adolfo de Varnhagen neste cenário? Varnhagen era um diplomata, mas também um historiador. Em suas cartas para o imperador se mostra um tanto preocupado com sua reputação entre seus pares para que não sofresse qualquer tipo de perda, que como vimos podia estar relacionado às promoções e títulos. Com isso, não economizava nas críticas que fazia aos seus concorrentes diretos e também aos seus adversários. Esse jogo político mostrava a arena burocrática do Brasil Imperial. O corpo burocrático da corte de Pedro II se digladiava para conseguir o prestígio social e os títulos nobiliárquicos inerentes a tal prestígio.

Varnhagen conseguiu seus títulos numa fase mais madura de sua vida. Ansiava pelos títulos, provavelmente, muito antes da data em que lhe fora concedido.[224] Desde a publicação da primeira edição da História Geral, Varnhagen ansiava por ganhar uma mercê do imperador. Porém, por anos manteve sua carreira na diplomacia, passando por várias legações pelo mundo, pesquisando em diversos arquivos e se envolvendo em diversas polêmicas. Em sua carta para o imperador mostra sua surpresa ao receber o título:

> Ainda que muitas vezes me incommodei vendo-me considerado aos olhos da Europa, - e especialmente da Allemanha, em virtude do meu appellido, como menos brazileiro (motivo porque o Sr. Magalhães era de voto que V. M. I. m'o devia mudar) não pensava já agora separar-me, sem saudade nem extranheza, desse nome, que durante perto de quarenta annos procurei illustrar e honrar, illustrando-me e honrando-me; e confesso a V. M. I. que já não tinha esperança, nem aspiração de o ver trocado por outro... Porém o mágico nome de Porto Seguro, tão querido para quem tinha levado esses quarenta annos sempre occupado da região de cabral, operou o prodígio, e até me obriga a mais, na minha 2ª. edição da Historia Geral.[225]

Neste trecho fica evidente que o historiador já havia tido esperanças anteriormente, mas já havia desistido de receber a mercê. O interessante é a escolha do

---

[223] Idem, p. 192.
[224] Varnhagen se tornou Barão de Porto Seguro por decreto imperial de 14 de agosto de 1872.
[225] LESSA, Clado Ribeiro de. *Correspondência*...op. cit., p. 371.

nome "Porto Seguro". Varnhagen compreende que esse nome tem relação com todos os seus estudos sobre Cabral. É provável que tenha sido essa a razão. Não há dados que comprovem a escolha do nome pelo imperador.

Varnhagen recebeu os títulos de barão e visconde e após sua participação como vice-presidente do Congresso de Estatística em São Petersburgo em 1872 e como vice-presidente da Exposição Universal em Viena em 1874, respectivamente. Por terem sido participações importantes que foram muito elogiadas entre seus pares, Varnhagen recebeu os títulos do imperador. Daí a importância do reconhecimento do seu trabalho entre seus pares na corte para receber o título nobiliárquico.

Apesar dos títulos concedidos no Brasil Imperial não serem hereditários e sim por mérito. Depois da conquista do título de Visconde em 1874[226], Varnhagen acrescentou ao nome do seu filho Luiz Varnhagen de Porto Seguro, com o objetivo de manter uma herança nobre para o filho. Varnhagen lutou pelo reconhecimento do imperador e conseguiu esse reconhecimento nos últimos anos de sua vida. Apesar desse reconhecimento nobiliárquico ter tido mais relação com sua atuação na chancelaria do que com sua contribuição para a historiografia. Deixou uma larga bibliografia se tornando um cânone da nossa historiografia. Mas para ele o mais importante à sua época era fazer parte da corte imperial. Ser reconhecido e prestigiado entre seus pares. Talvez vir a ser uma eminência parda do imperador. Não sabemos ao certo. O que sabemos é que os títulos de Barão e Visconde vieram a calhar para o historiador, mesmo que muito tardiamente.

Varnhagen fazia parte da corte imperial. Começou como um intelectual e se relacionando com figuras importantes, como o Januário da Cunha Barbosa. Foi apadrinhado por Vasconcelos de Drummond iniciando sua carreira na chancelaria. Foi pesquisador ávido dos arquivos europeus e publicou artigos sobre os limites do Brasil com nossos vizinhos. Assumiu o desafio do projeto de construção de uma história pátria e entregou um História Geral que se baseava em rica pesquisa documental. Voltou ao Brasil e como 1º. Secretário do IHGB organizou o arquivo e a biblioteca. Se aproximou da elite imperial em sua passagem ao Brasil. Foi reconhecido entre seus pares no IHGB e foi nomeado para Legação Imperial de Madri lá fazendo um trabalho muito dedicado de relatórios sobre a monarquia espanhola e sua relação com o Brasil. Conseguiu autorização para se corresponder com o imperador. Depois foi removido para as Repúblicas do Pacífico. E por fim, passou os últimos anos de vida na Legação Imperial

[226] Conquista da elevação do título de Barão a Visconde, com grandeza, de Porto Seguro, foi feita pelo decreto de 16 de maio de 1874. IN: LESSA, Clado Ribeiro de. *Correspondência*...op. cit., p. 425.

de Viena, quando conseguiu liderar os Congressos que lhes trouxe os títulos de Barão e Visconde de Porto Seguro. Faleceu em Viena, como um funcionário e nobre da Corte Imperial.

2.3 **A correspondência para o imperador e as ambições de Varnhagen**

As cartas de Varnhagen para o imperador já vinham me instigando a curiosidade desde a graduação. Tive a oportunidade de ver a documentação original no Arquivo Histórico do Museu Imperial em Petrópolis há algum tempo atrás. Na oportunidade, pude cotejar as originais com as transcrições publicadas na obra de Lessa. Algumas transcrições não foram corrigidas antes da publicação e identifiquei alguns erros que valem futuramente algum trabalho de reedição, pelo menos as que foram escritas para o imperador. Não imaginava que esta tese pudesse de alguma forma examinar novamente essa documentação.

Se pensarmos as cartas junto com a redação da *Memória*, do *Memorial Orgânico*, do Breviário de Cartas e do opúsculo *A questão da capital* chegamos ao provável objetivo de Varnhagen: ser um conselheiro do imperador, talvez um membro do Conselho de Estado. Sempre achei interessante a maneira como Varnhagen escrevia ao mesmo. Hoje, percebo que as cartas trazem importantes pistas sobre suas ambições em relação ao soberano.

As cartas são documentos históricos importantes que podem contribuir para a compreensão de uma trajetória. Porém, nem sempre essas fontes foram reconhecidas como um bom instrumento de pesquisa histórica. Gontijo reflete que há "uma certa resistência contra as cartas ao longo dos séculos. Às vezes são vistas como um gênero menor ou maldito. Outras vezes nem sempre são consideradas como um gênero literário".[227]

Porém, não podemos deixar de reconhecer a importância das cartas na pesquisa histórica, por serem "tidas como testemunho de uma época, de um acontecimento, de um tipo de relação social, podem ser lidas como uma obra plena de significados, suscitando comentários e análises críticas."[228]

---

[227] GONTIJO, Rebeca. *O velho Vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si.* 1ª. Edição. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013, p. 179.
[228] Idem, p.179.

Mas devemos olhar para a carta como um “documento de ordem privada, onde os missivistas emitem juízos que nunca tornariam públicos.”[229]Ou seja, esse jeito que Varnhagen usava para se corresponder com diversos interlocutores e com o próprio imperador é uma arena privada em que ele ficava mais à vontade para escrever algo que não poderia escrever em jornais, livros ou artigos publicados. Daí fazia suas reclamações e apontamentos.

A correspondência como fonte histórica pode nos guiar de duas formas, como Fernando Amed delimita em seu trabalho sobre as cartas de Capistrano de Abreu. Ele afirma que num primeiro plano podemos compreender a correspondência como objeto de estudo. Neste plano entenderíamos qual era a intenção por detrás da prática missivista. No segundo plano, ele afirma que devemos entender a correspondência como fonte de estudo, ou seja, das informações que as mesmas trazem do passado. [230]

Nesse sentido nosso objetivo é examinar as cartas para o imperador como objeto de estudo. Compreender o quanto que as correspondências se articulavam com a ambição de Varnhagen de se aproximar de D. Pedro II, talvez para se tornar um consultor especial de Sua Majestade, ou quem sabe um conselheiro de Estado? Nesse sentido, é possível justificar a escrita das suas obras de caráter político-administrativo.

As cartas podem "evidenciar, assim, com muita clareza, como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo, que decorre por sucessão".[231] Através de sua leitura, podemos observar de que modo Varnhagen atuou em diferentes espaços e tempos, desempenhando diversos papeis como diplomata, historiador, conselheiro, amigo, publicista, político, entre outras.

A publicação da Clado Ribeiro de Lessa da correspondência ativa do Visconde abre um leque de possibilidades para entendermos essa personalidade histórica em sua trajetória profissional e de vida. Nos permite ampliar o conhecimento que temos da rede de sociabilidade e da subjetividade nas relações entre os missivistas.[232] Nos traz à luz os diferentes interesses que guiavam grupos sociais de uma determinada época. Assim como traz também os momentos de conflitos, desapontamentos e de dificuldade na vida do

---

[229] AMED, Fernando. *As cartas de Capistrano de Abreu: sociabilidade e vida literária na belle époque*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 47.
[230] Idem, p. 49.
[231] GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 13.
[232] GONTIJO, Rebeca. *O velho Vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927)...*, op. cit., p. 184.

historiador. Há momentos de animação e de muita ansiedade por parte do historiador em diversas cartas ao longo de sua trajetória.

Porém, devemos tomar o cuidado ao entender essa documentação, pois as cartas estão carregadas de uma subjetividade e intenção do sujeito que a escreve que não pode ser entendida puramente como a expressão da verdade como sinceridade expressa.[233] Ela é carregada de uma intenção por existir um destinatário.[234]Ângela de Castro Gomes reflete sobre as discussões historiográficas a respeito do uso das cartas como documento histórico. Para ela, o historiador deve se atentar ao perigo que a na análise das cartas como fonte histórica pode trazer. Nem sempre a aparente sinceridade do remetente é sinônimo da verdade do que aconteceu.[235]

As cartas também sofrem um recorte histórico. Apesar do caráter privado e de mostrar muitas vezes uma certa “sinceridade”, por terem um destinatário estão carregadas de intenção. O remetente espera uma reação do destinatário, por isso a interpretação de suas reflexões deve ser levada em conta e jamais pode ser compreendida fora de contexto ou mesmo ao pé da letra.

Ler as cartas dirigidas ao imperador por Varnhagen traz à luz uma prática de sociabilidade carregada de uma intenção de Varnhagen. Como vimos anteriormente, na sociedade de corte, aquele que mais próximo estava do rei era mais bem visto por seus pares e consequentemente tinha mais chances de receber benefícios provenientes dessa aproximação. As cartas para o imperador são vestígios importantes dessa aproximação. E

---

[233] Sobre isso, Ângela de Castro Gomes diz: "Nesse aspecto, o tema da verdade como sinceridade, como ponto de vista e de vivência do autor do documento, foi situado e discutido de maneira contundente. Isso porque a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a "sua" verdade. Ou seja, toda essa documentação de "produção do eu" é entendida como marcada pela busca de um "efeito de verdade" - como a literatura tem designado -, que se exprime pela primeira pessoa do singular e que traduz a intenção de revelar dimensões "íntimas e profundas" do indivíduo que assume sua autoria. Um tipo de texto em que a narrativa se faz de forma introspectiva, de maneira que nessa subjetividade se possa assentar sua autoridade, sua legitimidade como "prova". Assim a autenticidade da escrita de si torna-se inseparável de sua sinceridade e de suas singularidades." IN: GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 15.

[234] Sobre isso, Ângela de Castro e Gomes diz: "A escrita de cartas expressa de forma emblemática tais características, com uma particularidade: elas são produzidas tendo, a priori, um destinatário. Assim, tal como outras práticas de escrita de si, a correspondência constitui, simultaneamente, o sujeito e seu texto. Mas, diferentemente das demais, a correspondência tem um destinatário específico com quem se vai estabelecer relações. Ela implica uma interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê - sujeitos que se revezam, ocupando os mesmo papeis através do tempo. Escrever cartas é assim "dar-se a ver", é mostrar-se ao destinatário que está ao mesmo tempo sendo "visto" pelo remetente, o que permite um *tête-à-tête*, uma forma de presença (física, inclusive) muito especial." IN: GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história***.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 19.

[235] GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 15.

como foram muitas, mostram que havia sim certa receptividade do imperador em relação à Varnhagen, pelo menos por um determinado período.

Reforçando esse cuidado ao tratar a carta como fonte histórica, devemos estar atentos a intenção do autor. Devemos ponderar para não cair na ingenuidade de compreender o que está sendo narrado como fato. E sempre que necessário cotejar as cartas com outras fontes. Não é à toa que as cartas entram nesta tese como uma das fontes que contribuem para a formulação da hipótese que intentamos provar.[236]

Ela está vinculada a um dizer que também é um fazer[237], ou seja, a carta pode exercer uma influência no destinatário. Muitas vezes o objetivo dela é exercer influência. "Também serve como meio de agir sobre o mundo ou sobre o outro, uma vez que o ato de escrever mobiliza múltiplos recursos a fim de convencer, influir, exortar, demandar, impor, resistir, reagir etc. a distância."[238] A carta pode se tornar um instrumento político que exerce uma ação sob o destinatário. Sendo em muitos momentos a intenção do remetente. De fato, em certas ocasiões, Varnhagen escreve como um conselheiro do imperador, em outros como uma figura paterna e ainda em outros como um afilhado a um padrinho, ou um artista ao seu mecenas. Em outros momentos, ele usava esse espaço privado com um espaço de desabafo, com o objetivo, talvez, de impactar o imperador ao ponto do mesmo atuar em seu benefício em situações polêmicas.

É fundamental que o historiador tenha a preocupação em compreender as cartas no seu contexto, pois “a carta é uma escrita "em trânsito", pois sua existência é "flutuante e contingente". Mas como quaisquer outras fontes, ela "é um objeto construído, inscrito no tempo e no espaço social.”[239] Sua historicidade não é menos importante do que qualquer outro documento histórico e essa aparente sinceridade está totalmente relacionada ao presente daqueles indivíduos, ou seja, os mesmos não sabiam como com o tempo as coisas viriam a mudar e como mudariam.

Como já foi dito anteriormente, o uso das cartas como fonte histórica pode nos trazer mais informações sobre o personagem estudado. Ela pode afirmar algumas imagens públicas, por exemplo, no caso de Varnhagen, o fato dele ser sim um polemista. Isso fica evidente ao longo de suas correspondências. Trazem também a posição de Varnhagen em relação aos seus pares, como muitas vezes reprovava ou aprovava determinada figura

---

[236] GONTIJO, Rebeca. *O velho Vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927)...*, op. cit., p. 182.
[237] Idem, p. 190.
[238] Idem, p. 190.
[239] Idem, p. 191 e 192.

pública. Por exemplo, quando ele reprova a venda das joias que pertenceram à falecida filha do imperador por seu genro na Europa. As cartas carregam seus juízos de valores e mostram como a moralidade era compreendida pelo mesmo. Isso é um dado importante também para entendermos como um determinado grupo social era regido por princípios e valores da época.[240]

Nas cartas de Varnhagen para D. Pedro II, podemos observar mais de perto como era a relação do historiador com o imperador. Já que não havia uma negativa do imperador em recebê-las e, provavelmente, eram incentivadas já que foram muitas e muitas vezes eram de datas próximas. As cartas nos trazem um dado a mais sobre esse espaço de sociabilidade que ele construiu com o imperador. A correspondência foi iniciada em 1852 e se manteve até 1877. É importante salientar que por serem cartas escritas para o imperador, não havia uma resposta de próprio punho. A réplica vinha através do Mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa. A correspondência que era enviada ao imperador passava pelas mãos do mordomo imperial que era responsável por ler e responder em nome do imperador.

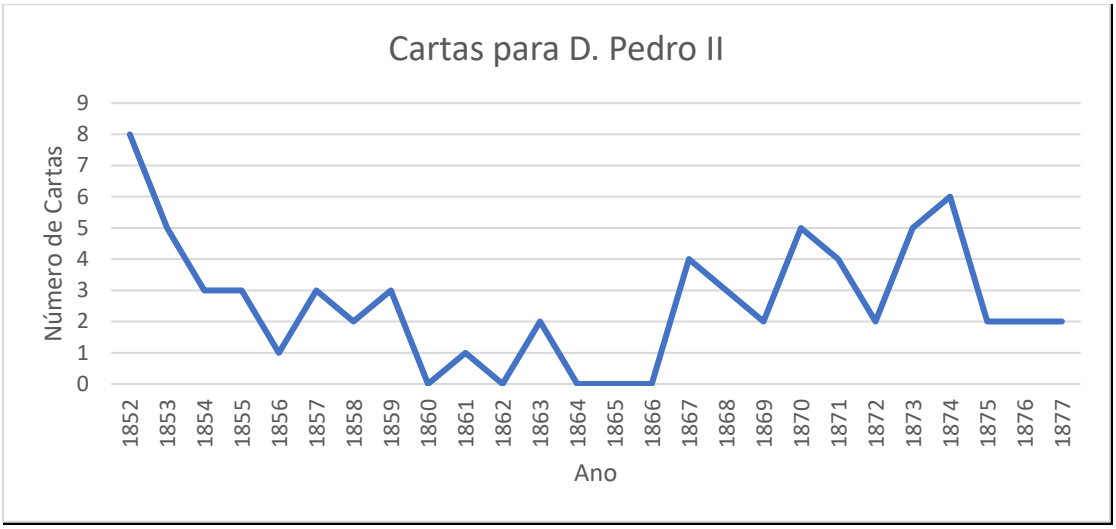
Mais adiante há um gráfico da frequência das cartas de Varnhagen para D. Pedro II. Podemos observar que no início, o historiador escreveu muitas cartas. Logo após, a publicação da *História Geral*, há uma queda na quantidade de cartas enviadas. E volta a crescer a partir de 1967, quando Varnhagen já estava mais amadurecido e já havia conquistado uma posição de destaque na carreira diplomática.[241]

---

[240] Sobre isso ver GONTIJO: "A correspondência – assim como os diários íntimos e os textos memorialísticos – contribuem para a compreensão da personalidade do autor/escritor. As cartas de intelectuais fornecem informações que podem ser utilizadas na elaboração da memória, estimulando o imaginário sobre o mundo dos autores/escritores. Elas podem alimentar, entre outras coisas, a construção de um anedotário, a partir de histórias pitorescas narradas pelos missivistas e da recuperação de palavras e expressões recorrentes na correspondência (pensamento e provérbios, piadas, apelidos, palavrões etc.) O uso da documentação privada pode favorecer a afirmação de uma imagem pública do intelectual, dotando-se de aparência, ao ressaltar determinados aspectos físicos e gestos específicos, mencionados pelos missivistas sobre si mesmos ou sobre outros; falas particulares e sentimentos que fazem parte da sua sociabilidade, como afetos, ódios, ressentimentos, saudades, etc. Cabe conhecer o processo de publicação de uma correspondência, quando isso ocorre, assim como o lugar atribuído às missivas na vida e na obra do autor." GONTIJO, Rebeca. "Paulo Amigo": amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu." IN: GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si. Escrita da história.* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 166.

[241] Para fazermos a análise das cartas, optei por utilizar as cartas publicadas por Lessa em sua obra de 1961, mesmo que tivessem alguns erros de transcrição, como mencionei acima. Os erros de transcrição não alteram a compreensão das cartas. Seguirei a ordem cronológica das cartas, pois a análise das mesmas segue uma trajetória de vida do autor. E para entendermos todo o jogo escriturístico das cartas enviadas ao imperador é necessário seguir essa ordem cronológica.

Figura 2 – Cartas para D. Pedro II



Na primeira carta que Varnhagen escreve para D. Pedro II, do dia dois de fevereiro de 1852, quando estava em Madri, ele se coloca honrado com a permissão que lhe fora concedido de enviar cartas ao imperador. Algo que estava reservado para poucos que faziam parte da corte imperial. Ou seja, sua última passagem pelo Brasil lhe rendeu bons frutos.

> Vou pela primeira vez ter a honra de gozar da graça que me foi por V. M. I. conferida na véspera da minha partida do Rio, aos 14 de dezembro do ano passado. Então beijei mui reconhecido a Augusta Mão de V. M. I., e desde esse momento nem um só dia tem passado sem que eu me sinta mais feliz com essa graça do que com todas as que já havia recebido de V. M. I.[242]

Em seguida, ele mostra sua ambição chegando a comparar sua relação com D. Pedro II que se iniciava com as cartas à relação entre o rei D. Manoel e Pero Vaz de Caminha, por exemplo. Muito interessante essa passagem, visto que ele se coloca como um cronista oficial do Coroa, responsável por contribuir com informações importantes para o imperador. Nesta primeira carta, já podemos ver como o historiador almejava privar da intimidade do imperador.

> - Sim, Senhor, eu que me criei entre papeis e correspondencias daquelles séculos de mais lealdade e civismo em que os subditos escreviam aos reis como Vaz Caminha ao Sr. d. Manoel, ou como Duarte Coelho ao piedoso João 3o., [243]

[242] LESSA, Clado Ribeiro de. *Correspondência Ativa de Varnhagen.* Rio de Janeiro: INL, 1961, p. 170.
[243] Idem, p. 170.

Ele termina a carta mostrando o quanto apreciava o imperador e por se iniciar essa relação de maneira não pública, seria algo quase que íntimo e que não geraria invejas alheias. Outro ponto interessante, as cartas são para ele, literalmente, um espaço privado de sociabilidade. Nesse espaço a concorrência que travava com seus pares não estaria em pauta justamente porque acreditava ser uma relação mais "sincera", quando, na verdade, suas cartas eram carregadas de interpretações que iam além de toda essa suposta "sinceridade". Vale destacar também que apesar de ser um espaço privado, a carta não chegaria de maneira privada ao imperador. Deveria passar, no mínimo, pelas mãos do Mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa.

> - eu que amo tanto a justiça e a verdade, e que tenho encontrado no mundo poucos tão discretos e superiores às mesquinhezas delle, como é o Augusto Monarcha brasileiro, aprecio a honra de escrever a V. M. I. como o maior dom de quantos me podera em seu vasto dominio outorgar o punho imperial; e isso tanto mais quanto, não sendo uma honra pública, não pode excitar invejas, - que às vezes não deixam saborear completamente as proprias recompensas ganhas com o suor do rosto, ou o risco da vida.[244]

Na segunda carta, do dia seis de fevereiro de 1852, apenas quatro dias após a primeira carta, o mesmo começa se desculpando por escrever tão próximo: "Longe estava eu, que prometti a V. M. I. não abuzar da Sua graciosa concessão, da idéa de ter de escrever logo pelo primeiro paquete nada menos duas cartas."[245] Mas logo explica que a sua segunda carta se trata da tentativa de assassinato que a Rainha Isabel da Espanha sofrera no dia dois de fevereiro de 1852 em Madri, aonde Varnhagen morava e acompanhara tudo de perto. Momento delicado da política espanhola que como responsável pela Legação em Madri reportava ao Ministro dos Estrangeiros, mas se viu na obrigação de relatar o que sabia que abrangia assuntos oficiais numa carta privada ao imperador. Acredito que já nessa segunda carta, ele está tentando mostrar serviço, já que havia começado há pouco tempo o trabalho confiado pelo imperador em Madri. Ainda nesta carta, Varnhagen expressa sua preocupação com o Imperador e o aconselha como uma figura paterna aconselha um filho a tomar cuidado. Ou seja, usa o espaço privado

[244] Idem, p. 170-171.
[245] Idem, p. 176.

para tratar de assuntos oficiais que mais tinham a dizer ao Ministro dos Estrangeiros, mas também trata de aconselhar o imperador de uma forma mais íntima.

> Limito-me a supplicar mui encarecidamente a V. M. que se guarde, e que se lembre que fanáticos há por todo o mundo, e que a vida de V. M. I. não é Sua só, é tambem do Brazil todo, é de Sua Augusta Familia, é de seus subditos dedicados, e é, Senhor, da propria glória e nome eterno de Pedro 2o., que com mais 40 ou 50 annos de reinado tem de apparecer entre os soberanos organizadores de Imperios. Nada se faz sem tempo, e para que se tenha tempo para tudo é necessário poupar a vida. Perdoe V. M. I. esta expansão de quem avalia em tanto, para o seu paiz, a preciosa vida de V. Magestade.[246]

Na terceira carta, do dia sete de fevereiro de 1852, ainda em Madri, Varnhagen novamente pede desculpas por estar escrevendo novamente, um dia após a última carta, mostrando tamanha ansiedade do historiador em escrever para D. Pedro II. "Ainda este mez não posso dar folga à minha correspondência com Vossa Magestade Imperial, apezar da promessa que fiz de não abuzar da graça com que fui honrado. "[247] E em seguida, segue aconselhando o jovem imperador, desta vez o conselho é para melhorar a relação do Império com o Príncipe Maximiliano da Alemanha. A ansiedade de Varnhagen em legitimar essa relação mais íntima com o imperador fica evidente nas cartas seguidas que envia. Novamente, aqui usa o espaço privado para dar conselhos ao imperador sobre como deveria proceder na relação com o príncipe.

> O meu zêlo pelo nome e gloria de V. M. I. leva-me até a tomar a liberdade de lhe suscitar a ideia de que produziria na Allemanha muito bom effeito a noticia de que o jovem Pedro 2o. se lembrara do velho Principe Maximiliano, mandando-lhe ao seu retiro do Rheno alguns livros nossos acompanhados do hábito de Pedro Io. ou do grã-cruz de uma de nossas ordens.[248]

Na quarta carta, do dia dois de maio de 1852, Varnhagen chama a atenção do imperador, como um pai chama a atenção do filho, quando aponta que

---

[246] Idem, p. 176.
[247] Idem, p. 177.
[248] Idem, p. 177-178.

> A Deus rendi graças pelo restabelecimento da saúde de V. M. I., e seguirei sempre rogando que lh'a conserve, como todos desejamos e havemos mistér. Por esta occasião repito a V. M. I. as minhas supplicas para que não se exponha tanto, Senhor. Quando em minha 2a. carta, eu já lh'o supplicava, soffria V. M. I. de uma perigosa molestia, que os jornaes attribuiam às frequentes vindas à Cidade, e ao ar infectado do rio Inhomerim. Pro quanto há, Meu Senhor, Poupe uma vida que não é toda Sua.[249]

A preocupação envolvia alguma praga ou vírus que ameaçava as pessoas que circulavam pelas cidades. Em seguida, parabeniza o imperador pelo sucesso do governo no sul. Usa o espaço privado para relatar que está fazendo seu trabalho oficial como esperado. "Officialmente escrevi sobre os triunphos do Exercito Imperial no Sul como um acontecimento que tem de concorrer a illustrar o Reinado de V. M. I. - Oxalá haja meio de alli organizar um governo estavel!"[250]

Na carta seguinte, do dia vinte nove de junho de 1852, Varnhagen pede que o imperador ofereça em seu nome a coleção das revistas do Instituto com o objetivo de agraciar o Príncipe de Wied, o mesmo príncipe Maximiliano de Wied da Alemanha que o historiador já havia pedido uma graça na carta anterior. Dessa vez, pede que o imperador apresente a coleção do IHGB para o príncipe. Interessante que aqui faz as vezes de se preocupar com a relação do imperador com o príncipe e também usa esse espaço real para valorizar o IHGB.

Em seguida, na mesma carta, o historiador é mais ousado e fala que assim o aconselha, pois gostaria que todo o mundo apreciasse o imperador como ele o faz. "Creia V. Magestade Imperial que estimo muito o príncipe, mas que no pedido que faço tenho antes em vista o conquistar de todo mais um coração em favor de Vossa Majestade Imperial. E o meu desejo, Meu Senhor, seria que o mundo todo apreciasse e apregoasse como eu Suas Altas Virtudes."[251] Ou seja, Varnhagen explica a insistência em relação à aproximação do imperador com o príncipe justificando que seu desejo era genuíno. Ele quer que o príncipe aprecie o imperador como ele mesmo aprecia. Em seguida, informa D. Pedro II sobre a imagem negativa que o mesmo tem na Europa sobre sua relação com estrangeiros.

---

[249] Idem, p. 179.
[250] Idem, 179.
[251] Idem, p. 184-185.

> E aqui não devo dissimular, Meu Senhor, que alguma vez tenho tido que combater a errada idéa de que Vossa Magestade Imperial agasalha pouco aos estrangeiros, começando pelos indivíduos do corpo diplomático acreditados em Sua Corte, com os quaes não usa das attençoes a que estão acostumados em outras Côrtes, começando pelo maior generosidade de certas graças, quando se mostram polidos e agradaveis. - Por minha parte ignorando o que haja a tal respeito tenho começado por duvidar e negar até onde posso estes boatos; mas informando delles a Vossa Magestade Imperial creio que cumpro como seu leal servidor. [252]

Chama muito atenção pela forma como Varnhagen critica a atuação do imperador. É bem sútil, mas há uma censura em relação à maneira como o imperador trata os diplomatas estrangeiros que é diferente do tratamento aos diplomatas estrangeiros nas cortes da Europa. Ele se posiciona como se fosse uma ideia errada que divulgam a respeito do imperador, algo que ele combate por ser leal servidor de sua corte. Varnhagen acredita que sua sinceridade pode aproximá-lo ainda mais do imperador, daí a maneira como ele ousa advertir sobre a imagem negativa do imperador na Europa.

Ousando ainda mais, aconselha o imperador a tomar cuidado com as graças que concede, certificando-se de que é político agraciar pessoas para que boatos negativos não prevaleçam. Muito interessante que, novamente, ele critica o imperador por conceder graças não por recompensa por serviços, mas por interesse político. E também enfatiza que não adula o imperador, mas termina o parágrafo fazendo exatamente isso. Aqui fica claro os objetivos de Varnhagen: ele quer receber graças do imperador, mas, diferentemente do que a maioria tem recebido, ele espera que seja por mérito, ou seja, pelo serviço prestado. Varnhagen estava às vésperas da publicação da sua *História Geral*, não era nada estranho que estivesse preparando o imperador para que ele reconhecesse o trabalho dele e lhe concedesse essa graça.

> Como amo demasiado a V. Magestade Imperial para poder adulal-o, ousarei acrescentar que há gente em quem certas graças não se entendem como recompensa de serviços, e a quem às vezes é até político penhorar com dádivas que obrigam pela gratidão a calar murmurações. Ouso ser tão franco, Meu

[252] Idem, p. 185.

> Senhor, porque creio que V. M. Imperial faz a devida justiça aos meus sentimentos de amor e dedicação à Sua Pessoa.[253]

Na carta de dezoito de julho de 1852, Varnhagen aconselha novamente D. Pedro II a dar atenção às Províncias do Norte do Brasil. Aqui, ele o aconselha como um ministro de sua confiança faria. Novamente, Varnhagen faz uma crítica em forma de conselho. Faz uma espécie de aviso sobre a situação das províncias do Norte e já coloca sua sugestão de como o imperador deveria atuar.

> Senhor! Permitta-me V. M. I. lembrar-lhe outra vez, cá de longe, quanto é urgente accudir, com a Sua Augusta Presença, às Províncias do Norte. Político seria até Passar-se para alli com o Governo e as Câmaras, ao menos por um anno. A coisas vão-se figurando muito mal, e nada pode já accudir a certas tendencias senão a Presença Augusta de V. M. Imperial. O exito feliz, Meu Senhor, da recente viagem da Senhora Dona Maria 2a. creio que é para animar.[254]

É surpreendente a ousadia de Varnhagen com o imperador. E isso não deixa de ser uma tentativa do historiador se aproximar ainda mais do imperador. Nesse jogo da "sinceridade" em excesso, ele buscava conquistar a confiança do imperador. Desde a carta de julho, Varnhagen não havia mais enviado cartas ao imperador. Ele ficou 3 meses sem escrever ao imperador, entre os meses de julho e de novembro. Ele se desculpa por ter ficado tanto tempo sem escrever, mas já justifica. Se ocupava da sua *História Geral*. Vai narrando ao imperador o passo a passo da construção sua narrativa histórica como um artista narrando as pinturas encomendadas por seu mecenas. Nesta carta, do dia dois de novembro de 1852, Varnhagen aconselha o imperador a presentear o Sr. Mora que é o atual primeiro redator do "Heraldo"[255].

> Houver por bem tomar que o Sr. Mora, além de ter ganho direitos à contemplação da Nação e a ornar o peito com uma de nossas ordens, muito mais os ganhou particularmente da pessoa de V. M. I., que no meu fraco entender, Meu Senhor, corresponderia perfeitamente com algum presente, v.

---

[253] Idem, p. 185.
[254] Idem, p. 189.
[255] Idem, p. 190.

> gr. uma caixa com Seu Retrato ou as iniciaes de Seu Augusto Nome, no módico valor de a dois contos. [256]

E conclui como já havia feito em outra carta anterior que pedia esse agrado somente por pensar em como a imagem do imperador poderia melhorar. "E creia-me V. M. I. que ao fazer esta lembrança, penso menos do Sr. Mora que na popularidade da gloria de V. M. I.; pois repito o que em outra occasião disse: desejára que o mundo todo o conhecera e admirara como eu."[257] Novamente, justifica o pedido que faz de presentear o redator à sua preocupação de que todos o vejam com os mesmos olhos que o próprio Varnhagen. Muito interessante que essa preocupação de Varnhagen com a imagem do imperador fora do país pode nos fazer refletir sobre dois pontos importantes e que não podemos deixar de mencionar aqui: primeiro, que como representante do corpo diplomático fazia parte de sua função representar o imperador fora do país, daí sua constante preocupação. Segundo, não fica claro (e talvez outros dados em uma outra pesquisa pudessem deixar mais claro) se essa preocupação de Varnhagen era um sintoma do que realmente acontecia, ou seja, o imperador tinha uma fama de não acolher bem os estrangeiros, ou se Varnhagen assim o colocava para usar esse espaço privado para se aproximar do imperador com sua sinceridade. Não sabemos ao certo o que de fato acontecia, mas o importante aqui era que Varnhagen trilhando esse caminho se aproximava sim de uma intimidade com o imperador que continuava recebendo suas cartas e, portanto, acabava por incentivar o historiador à essa prática.

Na carta seguinte, do dia dois de dezembro de 1852, podemos observar uma reposta do imperador. Varnhagen na carta do dia 29 de junho de 1852 pede que o imperador mande um presente ou mesmo que envie a coleção das revistas do Instituto em seu nome para o príncipe alemão, Maximiliano Wied. Nesta carta do dia dois de dezembro do mesmo ano, Varnhagen reconhece o ato do imperador que o ouviu e agraciou o príncipe. O historiador elogia o ato do imperador por saber reconhecer o "mérito modesto"[258].

> Acabo de interromper com a chegada de uma nova carta do bom Principe de Wied. Está louco de contente com o Grão-Cruz que V. M. Imperial lhe Mandou, e ancioso de receber as insignias, com que deve adornar o peito, e

[256] Idem, p. 190.
[257] Idem, p. 190.
[258] Idem, p. 194.

> que talvez seriam confiadas ao Sr. Marcos de Araujo. Pede-me muito que lhe averigue como seu nome foi lembrado. Eu nada mais lhe direi senão que Vossa Magestade Imperial leu aquella Carta delle em que se descobria, tantos annos depois, tanto amor ao Brazil. Pela minha parte não posso deixar de felicitar-me por ter por Soberano quem tão magesticamente sabe premiar o mérito modesto.[259]

Está aí a resposta de Varnhagen. A prova de que o imperador costumava ouvir Varnhagen consta nessa carta. E Varnhagen se orgulha em reconhecer que o imperador fez algo por causa dele, ou seja, que aceitou os seus conselhos. Varnhagen não era um conselheiro especial, mas pavimentava o caminho para que viesse a ser. Por outro lado, não deixa de cobrar o favor que pedira ao soberano, na missiva anterior. "O artigo do Sr. Mora tem aqui produzido o melhor effeito. Espero ancioso a resolução de Vossa Magestade Imperial a respeito delle."[260]Ousado, eu diria. Mas as respostas do imperador foram abrindo espaço para o estreitamento dessa relação.

Na carta seguinte, do dia sete de fevereiro de 1853, três meses desde a última carta, Varnhagen reconhece os serviços de um par seu na Legação de Lisboa e se sente na liberdade para aconselhar o imperador uma promoção ao mesmo.

> Já a esta hora Vossa Magestade Imperial Haverá recebido os cinco volumes das obras, pela maior parte dramáticas de Breton de los Herreros, que lhe remetti por intermedio do meu amigo o Sr. Serra Gomes, addido à nossa Legação em Lisboa, onde tem trabalhado ha tanto tempo, e tão bem, que me atrevo a pedir a V. M. I. que se Digne tel-o em Sua lembrança quanto em qualquer tempo se haja de dar outro destino ao que actualmente occupa alli o posto de secretário. [261]

Na carta seguinte, do dia quatro de março de 1953, Varnhagen agradece o imperador por ter agraciado o Sr. Mora e seu editor. Novamente, aqui, Varnhagen tem a resposta do imperador. Ele ouviu seu pedido e procedeu de acordo. Ele envia junto uma notícia no jornal que elogiava o imperador, justamente por causa do presente que D. Pedro II havia enviado ao primeiro redator da Herald e seu editor. Aqui, Varnhagen, mostra com

---

[259] Idem, p. 194.
[260] Idem, p. 194.
[261] Idem, p. 195.

essa notícia do jornal elogiando o imperador que seus conselhos lhe renderam bons frutos, ou seja, D. Pedro II estava sendo bem visto por conta dos presentes enviados ao estrangeiro. É interessante notar que Varnhagen desde as primeiras cartas assume postura de conselheiro particular e tudo leva a crer que D. Pedro dava ouvidos às suas recomendações, mesmo que não fosse no tempo que ansiava o historiador.

> Beijo a Vossa Magestade Imperial a mão pelas mercês que recebi pelo Paquete passado. Refiro-me às graças feitas ao Sr. Mora e seu editor, graças que não só elles apreciaram como deviam, mas que produziram um effeito muito favoravel neste paiz, havendo-se occupado disso a Imprensa, como Vossa Magestade Imperial poderá ver pelo adjuncto retalho da Gaceta, de 18 do mez passado.[262]

Na mesma carta, Varnhagen faz uma sugestão para um cargo. Ele elogia o Sr. Candido Mendes de Almeida e o indica para a função de oficial da Secretaria do Império e secretário do IHGB. Ele aponta que já havia o referenciado para a função de sócio, mas não tinha tido qualquer retorno e que a intervenção vinda de D. Pedro II seria mais forte. Varnhagen usa seu espaço privado com o imperador para galgar cargos para seus pares. Algo que não teve o retorno esperado por parte do IHGB. Varnhagen

> Constando-me entretanto, e por mui competente autoridade, que meu sucessor pensa em deixar o posto, por motivos domésticos, tomo a liberdade de lembrar a Vossa Magestade Imperial (quando tal succedesse) um individuo bastante illustrado e bastante activo e brioso, que, adimittido primeiro como socio, sem se dizer o intento, seria capaz de desempenhar o cargo. Refiro-me ao Sr. Candido Mendes de Almeida, do Maranhão. Pelo conhecimento pessoal que delle fiz, tive occasião de apreciar sua muita curiosidade; e por isso o propuz para socio; proposta que talvez durma na pasta da commissão d'admissão. (...) O mérito real e modesto do Sr. Candido Mendes, a sua erudição e espirito d' ordem são, quanto a mim, mais que sufficientemente abanados nas duas importantíssimas producções suas, que agora tenho tido occasião de consultar e conhecer bem: O Turyassú e A Carolina. E parece-me que o Sr. Candido Mendes (que agora não é deputado) trocaria com prazer os cargos de professor de Geographia e de Secretario da Provincia do Maranhão por um posto de

[262] Idem, p. 197.

> official (se bem que não inamovivel) da Secretaria do Imperio incumbido da Secção de Instrucção pública, ao qual posto por Decreto se unisse o cargo de Secretário do Instituto. Esta lembrança faço-a mui particularmente a Vossa Magestade Imperial, e, a ter de realizar, muito conviria que se apresentasse como nascida de V. M. I. para ter maior força moral. [263]

Vale destacar também na passagem que essa prática de Varnhagen comum na corte imperial como vimos anteriormente e como ficou conhecido como “clientelismo”. Era essa prática de indicação entre amigos e intelectuais para cargos sem que se precisasse provar aptidão qualquer para o cargo. No caso acima, um ex-deputado, professor de geografia e secretário da Província do Maranhão que estava sendo indicado para um cargo oficial na Secretaria do Império junto também ao cargo de secretário do Instituto. E ele conclui que gostaria que essa iniciativa fosse tomada pelo imperador e que não ficasse a impressão que tivesse partido do próprio Varnhagen. Na altura da vida profissional de Varnhagen, não dá para não reconhecer que essa prática de clientelismo era uma forma de conseguir legitimar o seu papel social na corte imperial. Ele tentava ser uma espécie de conselheiro particular e buscava influenciar o Imperador. A relação dele com o imperador através das cartas era no mínimo muito curiosa.

Ele ainda destaca que apesar de confiar na competência do Sr. Candido, sabe que outras pessoas podem não concordar. "O candidato tem nas suas mencionadas publicações documentos sufficientes para abonar, perante V. M. I., seus méritos, e consta-me que é homem de bem; embora não faltará quem, por espírito de partido, assevere o contrario." Ou seja, já alerta o imperador de que a promoção deste colega pode gerar reprovação por parte de outrem, mas que seriam reprovações infundadas e apenas política, que Varnhagen garante ali que ele reúne as qualidades para ocupação dos cargos. Se de alguma forma essas iniciativas de Varnhagen era conhecidas pela elite imperial além do imperador, não era difícil que o mesmo não tivesse boa fama entre seus pares por questões de interesse político.

As próximas duas cartas, de maio e julho de 1853, o historiador fala sobre a publicação de sua obra e envia a dedicatória para apreciação do imperador. Na carta seguinte, do dia dois de dezembro de 1853, Varnhagen elogia Ferdinand Denis. Mostra sua preocupação com o escritor, pois não consegue nem mesmo financiamento para editar

---

[263] Idem, p. 198.

seus escritos. O historiador não hesita em pedir ajuda ao imperador em nome de Denis. É interessante notar como Varnhagen entendia que D. Pedro II poderia se interessar pela prática do mecenato, talvez dando todo o apoio a sua *História Geral*?

> Em Paris parei só o tempo necessário para me entender com os artistas, e de novo serviu de muito a intervenção do benemerito do Brazil Ferdinand Denis que trabalha tanto em favor de V. M. e do Imperio, que quasi me atrevo a dizer que ainda está por gratificar convenientemente. É um litterato que vive bastante modicamente; e que nem pode imprimir o que tem escrito quando não encontra editor. Assim lhe acontece agora com uma Bibliographia do Brazil que tem prompta, e que por falta de uns dois contos de réis não imprime. Creio que seria bella a occasião para V. M. I. poder, sem lhe offender o melindre, poder gratifical-o das despezas que elle deverá ter feito com o célebre album de que ainda em Paris se falta.[264]

Ainda na mesma carta, Varnhagen assume um papel de conselheiro de viagem. Ele incentiva o imperador a tirar alguns meses de férias e viajar pela Europa. Entende que essa viagem seria necessária para a imagem do imperador. Novamente, se coloca como o conselheiro. E ainda aponta a viagem como favorável a uma futura emigração europeia para o Brasil. Num período próximo, a onda de imigrantes que aportou no país, não é surpresa nenhuma que isso já ocupasse a cabeça de muitos intelectuais à época como Varnhagen.

> Aqui me cabe só dizer, Meu Senhor, que a cada momento me lembrava de V. M. - Ah! por quanto há, Meu Senhor, emprehenda V. M. um pequeno giro pela Europa. Basta-lhe para isso quatro ou cinco mezes de ausencia; dous para a viagem, e, quando muito, trez para ver tudo quanto lhe bastaria ver, e para conhecer as almas de Pedro o Grande, de Frederico 2o. e de Napoleão e as pessoas dos Monarchas mais célebres da actualidade, e para que este conhecessem a V. M. Houve tempo que nenhum de seus Subditos devia lembrar a V. M. tal viagem. Era perigosa. Hoje creio-a conveniente: creio-a necessária. O Brazil ganhava em que a Europa conhecesse o seu Soberano, e que o seu Soberano visse o estado actual da Europa, e arrebanhasse della consigo muitas capacidades de primeira ordem em sciencias e artes, como

[264] Idem, p. 209.

> passou com o Grande Czar. - Uma tal viagem poderia fazer crise favoravel à futura emigração para o Brazil. [265]

E continua incentivando o imperador a fazer tal viagem questionando o que o impediria. E traça o plano de viagem do imperador, aconselhando ainda no que devia fazer, aonde deveria ir, enfim, quase um agente de viagem.

> E haveria por ventura algum inconveniente em tal viagem se uma lei autorizasse? Não poderia S. M. a Imperatriz, durante quatro ou cinco mezes de camaras fechadas, com um Ministério forte, ser fiel depositária do poder imperial? - Convocadas as Câmaras em abril, podiam cerrar-se em julho, e a partir V. M. indo aportar nos principios d' agostoà Inglaterra, donde facilmente passaria à Bélgica e à Hollanda. Depois pelo caminho de ferro, ao Hannover (paiz constitucional como a Baviera, em ambos os quaes se está operando hoje a revolução creadora que a Prussia deveu ao grande Frederico), Hamburgo, Berlim, S. Petersburgo (?), Dresde, Vienna, Trieste, Veneza e Genova; e por barcos de vapor, depois de uma visita a Nápoles e Roma, a Barcelona, Gilbratar, Cadiz, Sevilha e Lisboa, onde V. M. poderia estar em fins de Outubro, para em Novembro seguir viagem e parar em Pernambuco antes do fim desse mez. - Eu me comprometteria a marcar o Itinerário para dous mezes, ficando um mez para as falhas imprevistas que necessariamente V. M. que nunca poderia guardar inteiramente o incognito, Teria que Fazer por attenção aos Soberanos e Familias Soberanas. Perdoe-me V. M. se levado pelo amor a V. M. e ao Brazil entrei nesta digressão, a qual protestei muitas vezes a mim mesmo, durante a viagem, que deveria ousar lembrar, obrando em consciencia. E creio mais, que a melhor época para tal viagem, difficilmente poderá voltar, do que a actual.[266]

Neste trecho é interessante perceber como Varnhagen não hesitou questionar o fato do imperador ainda não ter feito tal viagem. Para ele não fazia sentido que o imperador sendo herdeiro da Casa de Bragança não pudesse conhecer suas origens. A carta é carregada de muita emoção.

Na carta seguinte, do dia cinco de fevereiro de 1854, o historiador fez uma visita a irmã de D. Pedro II, a princesa D. Francisca de Bragança, casada com o Príncipe de

---

[265] Idem, p. 210-211.
[266] Idem, 211.

Joinville, Francisco Fernando de Orléans. Nessa visita, sua irmã não concorda com a viagem de D. Pedro II para a Europa e concorda com a necessidade do imperador visitar as Províncias do Norte. Podemos notar que Varnhagen não só se colocava como conselheiro de D. Pedro II, mas também tentava ganhar apoio de sua família para isso.

Nesta mesma carta, Varnhagen confidencia a sua preocupação com seu sobrenome. Por não ser de origem germânica, passava a imagem de estrangeiro e não brasileiro. Ele aponta ter sido essa a justificativa que o levou a omitir seu nome em sua obra. E ainda nesta carta, pede uma graça ao imperador que pudesse lhe render mais orgulho no seu nome. Fica bem evidente aqui que essa preocupação com nome alemão era o argumento perfeito para que o imperador lhe concedesse um título de nobreza. Varnhagen ao longo das cartas foi construindo toda uma narrativa que através do serviço prestado, graças e condecorações deveriam ser dadas pelo imperador. E usa o espaço íntimo das cartas para pedir essa graça ao entregar ao imperador a sua grande obra, *História geral*.

> Toda a modestia não é bastante para que eu não reconheça que a História do Brazil, ao menos em muitos de seus períodos, fica com a minha obra de uma vez escripta, e que ella viverá (a obra) eternamente, e fará eternamente honra, Deus mediante, ao Brazil e ao reinado do Seu Excelso Protector. Mais: será naturalmente traduzida e já para o allemão e me offereceu a fazel-o o proprio Martius, Afinal resultará que me citarão, e como nem todos são eruditos, nem se occupam de biographias, o meu nome (que Deus sabe se ainda no futuro algum acto de graça expontanea de V. M. I. terá de brasilianizar como fez os Brandts), citado só por si, não a já feita.[267]

D. Pedro II não o reconheceu como era esperado pelo historiador, pois essa graça só foi concedida ao historiador por decreto imperial quase vinte anos mais tarde para o título de Barão de Porto Seguro e pelo decreto do dia 16 de maio de 1874 para o título de Visconde de Porto Seguro. Muito tempo depois do que já almejava o historiador. E foi outorgada não pelo seu papel como historiador, mas sim pro seu desempenho como funcionário da chancelaria; em primeiro lugar por sua atuação no Congresso de São Petersburgo e depois pelo seu trabalho na organização do estande do Império brasileiro, na Exposição Universal de Viena.

[267] Idem, p. 213.

Na carta do dia vinte e oito de fevereiro de 1854, Varnhagen comenta que o havia enviado o índice da História Geral e aconselha o imperador a ler numa sessão do Instituto. "Vossa Magestade resolverá se convem fazel-o conhecido por meio da Revista: Em todo caso creio que nada se perderia que fosse lido em Sessão do Instituto."[268] Na obra de Lessa, o autor transcreve em nota a resposta que deveria ser expedida pelo Mordomo em nome do imperador. O mordomo responde que o imperador ordenou que o índice fosse lido na próxima sessão do Instituto.[269] Essa resposta do imperador mostra que ele havia apreciado a publicação da obra e indicado para ser lida na sessão do Instituto. Mas é interessante destacar aqui que Varnhagen já era sócio do IHGB e já tinha relação com o Instituto. Ao pedir que o imperador peça para o IHGB tratar com a devida atenção sua obra, ele quer, provavelmente, que entre seus pares do Instituto, a obra chegue com o reconhecimento primeiro do imperador. Ele almeja sim, um reconhecimento ainda maior por vir do imperador. Algo que trouxe muita decepção, visto que não teve todos os méritos que esperava por parte do Instituto como veremos mais a frente.

A carta seguinte, do dia sete de outubro de 1854, Varnhagen envia o Tomo 1º. de sua História Geral com uma nova dedicatória para o imperador aprovar. A carta do dia doze de janeiro de 1855, mostra um Varnhagen atarefado e cansado por conta da publicação de sua *História Geral*. Nela, ele pede que lhe seja concedida uma licença para fazer o segundo volume. "Chego a crer que para o 2º. volume melhor me aproveitariam, senão alguns mezes de licença, que aliás não posso pedir sem desvantagens, ao menos várias semanas de estada no Imperio, se viesse a caber-me accesso para alguma das Legações na América do Sul."[270] Aqui talvez almejasse terminar o segundo volume no Brasil, depois de fazer alguma correção cotejando documentos em arquivos.

Na carta do dia vinte de junho de 1855, Varnhagen envia o Tomo Primeiro da História Geral impresso para aprovação do Imperador. Ele fala ao longo da carta sobre as figuras que foram impressas, as que faltarem e sugere que na capa pudesse ter uma imagem de D. Pedro II. "Pensei em collocar no principio da obra o retrato de V. M. I., como fazem alguns com outros Mecenas; porém reflectindo mais assentei de o não fazer. Estou certo que V. M. I. comprehenderá a superioridade dos motivos que tive presentes."[271] Neste trecho, fica evidente que Varnhagen enxergava sua relação com o

[268] Idem, p. 214.
[269] Idem, p. 215.
[270] Idem, p. 217.
[271] Idem, p. 229.

imperador como a de um mecenas que patrocina o artista, no caso, ele o historiador na sua publicação da *História Geral*. Ele aponta sua vontade de adular o imperador, mas reconhece que motivos "superiores" o impediam de fazer. Seria o motivo de ser taxado como um adulador?

Ainda nesta mesma carta, Varnhagen ao falar sobre o andamento do 2º. Volume, pede ao imperador que lhe permita viajar para Lisboa com o objetivo de pesquisar alguns arquivos e terminar a obra. Ao pedir a licença já justifica que seria para terminar seu segundo volume e não por motivos pessoais que viesse a ser censurado por seus pares. É interessante que Varnhagen inúmeras vezes se preocupa com a imagem que possa parecer aos seus pares. Não era tarefa fácil fazer parte da corte imperial.

> Pelo que respeita ao 2º. vol. estou resolvido a entregal-o aqui ao prelo: pois com isso bem ou mal ficará a coberto de extraviar-se. Só me convinha antes de dar por uns dias uma chegada em Lisboa a consultar alguns mss. da Bibliotheca Publica e da d'Ajuda. Não me atrevendo a pedir autorização de V. M. I., ousaria lembrar que agora me poderia V. M. I. favorecer (e ao meu livro) Ordenando-me de passar a concorrer com nossa Legação com a nossa Legação em Lisboa à acclamação do Sr. D. Pedro 5º. se houvesse ainda tempo de chegarem para isso as ordens, o que duvido. Em todo o caso, com o trabalho que ora appresento creio que provo que me occupo deveras do nosso paiz, e que não peço licenças para dar passeios. V. M. I. Ordenará a tal respeito, o que for mais de Seu Agrado.[272]

Na carta seguinte, do dia doze de novembro de 1855, Varnhagen agradece ao imperador por ter lhe concedido a autorização para a viagem para Lisboa que pedira na carta anterior. Outra afirmativa do imperador.

> É já de Lisboa, e depois de levar muito bem aproveitadas as duas semanas que têm decorrido desde que cheguei, que vou aos pés de V. M. I. Lhe beijar a Mão pela graça que me Fez Dando-me licença para aqui vir. Dentro de poucos dias terei concluido tudo quanto necessitava, e regressarei para o meu posto, onde desejo e espero poder estar no dia 2 de Dezembro.[273]

[272] Idem, p. 229-230.
[273] Idem, p. 231-232.

Varnhagen fala de visita que fez ao Reino e que esteve com o rei D. Fernando que prometera uma visita ao Brasil. Também fala das obras que enviara junto à carta para o imperador. E ainda envia uma carta de Humboldt e de Varnhagen Von Ense.

A carta seguinte foi escrita meses depois da última. Essa carta datava de vinte e quatro de setembro de 1856. Interessante que nesta carta, Varnhagen lamenta uma carta de julho que havia enviado, mas que voltara para suas mãos. Ou seja, nunca fora entregue ao imperador.

Esta carta de setembro de 1856 é uma carta muito interessante. Varnhagen desabafa muito com o imperador. Está aborrecido e magoado com a acolhida pouco amistosa da obra, e ainda mais por causa da recepção favorável alcançada pela *Confederação dos Tamoios* de Gonçalves de Magalhães. Ele reclama da pouca aceitação de sua obra no Instituto Histórico.

> Que exemplos, Senhor, "aos seus futuros ecriptores", quer dar esse Instituto, que escolhi para pedestal do nome de V. M. I. na portada da minha obra! - Triste e esmorecido com tanta indifferença, ou talvez antes opposição e miséria, sigo entretanto agora com a impressão; mas creio que V. M. I. não se Opporá a que eu não lance à fogueira inquisitorial do juizo publico, enquanto não receber, senão a censura do Instituto ao 1º., ao menos algumas palavras authenticadas delle, por onde me conste se não levou na consideração que eu lhe quiz dar o titulo com que me apresento no frontispicio, para que no 2º. volume eu possa apresentar-me assim ou de outro modo; v. gr. com as deshonras de "Ex=socio &c.[274]

Varnhagen mostra-se decepcionado com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ele chega a pedir "demissão" como sócio. Ele cobra um posicionamento do imperador em relação ao Instituto. Pensando no quanto Varnhagen usava sua aproximação missivista com o imperador para conseguir o que queria, não era de se admirar que tivesse uma negativa do IHGB. O IHGB era formado por uma elite imperial que disputava com Varnhagen a confiança do imperador. Não imaginaria Varnhagen que a obra sendo indicada para a leitura nas sessões do IHGB pelo próprio imperador tivesse o efeito reverso que queria? Varnhagen quer desfrutar da intimidade de D. Pedro II, mas

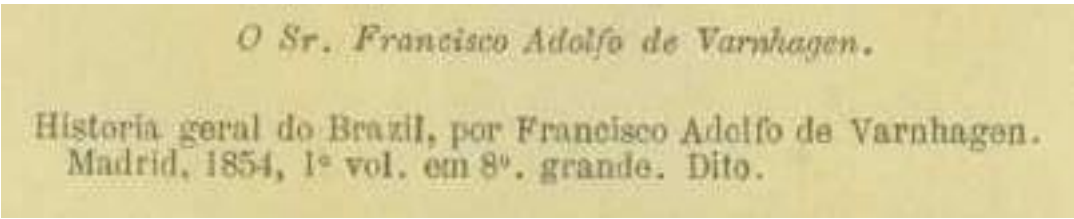
[274] Idem, p. 236.

não aceita não ser reconhecido por seus pares como achava que deveria ser. Não percebia ele que isso causaria ainda mais transtorno entre seus pares?

Para piorar ainda mais, na mesma época, a *Confederação dos Tamoios* teve todas as glórias e homenagens que ele queria para sua obra. Essa carta ao imperador mostra o ciúmes de Varnhagen em relação ao literário Magalhães. E é interessante que Varnhagen tenha se transformado num cânone da nossa historiografia, mas não tivesse à época da publicação da sua obra o reconhecimento que a posteridade lhe reservou.

Na Revista do IHGB, Tomo XVIII, do ano de 1855, na página 569, na parte "Obras e Impressos" há uma linha escrita:

Figura 3 – História geral do Brazil

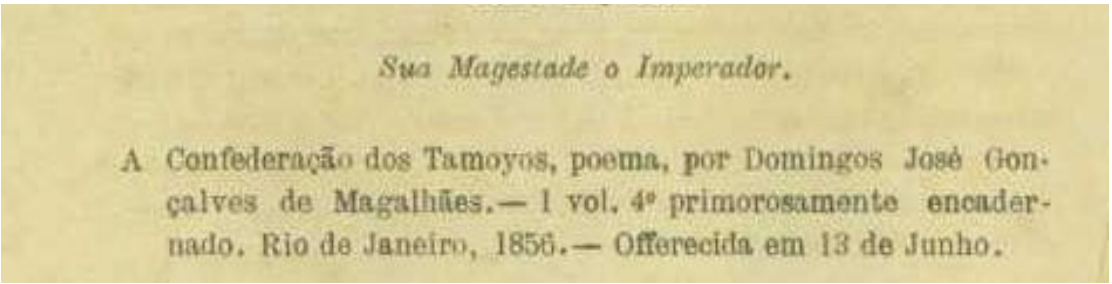

O Sr. Francisco Adolfo de Varnhagen.

Historia geral do Brazil, por Francisco Adolfo de Varnhagen. Madrid, 1854, 1º vol. em 8º. grande. Dito.

Fonte: Fonte: https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?searchword438-from=1839&searchword438-to=1859&moduleId=219&start=10

É interessante notar que essa prática era comum no Instituto em relação às obras impressas pelos sócios. Porém, Varnhagen entendia que sua obra merecia mais destaque na Revista. Mais curioso ainda é que Varnhagen na mesma carta tecerá inúmeras críticas à *Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, poema épico que recebeu edição princeps patrocinada por D. Pedro II e foi divulgado, na Revista do IHGB, Tomo XIX, de 1856, na parte de "Obras e Impressos" também uma linha, mas uma linha tutelada pelo imperador:

Figura 4 – A Confederação dos Tamoyos


Sua Magestade o Imperador.

A Confederação dos Tamoyos, poema, por Domingos José Gonçalves de Magalhães.— 1 vol. 4º primorosamente encadernado. Rio de Janeiro, 1856.— Offerecida em 13 de Junho.

Fonte: https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?searchword438-from=1839&searchword438-to=1859&moduleId=219&start=10

Varnhagen, enciumado, tece as seguintes críticas à obra na carta para o imperador:

> Infelizmente está o poema mui longe de poder, no mais minimo, aspirar às honras da epopeia nacional do século de Pedro 2º. - Nem o assumpto da tal confederação bestial é verdadeiramente épico; nem foi della chefe Aimbire, mas sim Quoniambebe; nem o auctor, excepto na parte descriptiva, tem ao genero épico tendencia, nem tem o saber, nem a robustez de principios, nem a generosidade e grandeza d'alma, que o genero requer; pois nem é muitas vezes homem, e homem de paixões pequeninas. - A par desta ausencia de grandes dotes, ficam a perder de vista as incorrecções ou descuidos, os prosaismos de alguns versos, e as injustiças talvez commettidas com algum pobre de Christo, que lhe terá fornecido alguma idéa; mas que não cita, pois vão citados unicamente Vasconcellos e outros. Como não poz o poeta uma nota para justificar o que tão afoitamente assegura que a Cidade Velha foi na Praia Vermelha? Perdoe, Senhor, V. M. I. mais este pequeno desabafo; e creia-me que ainda quando eu morresse acabrunhado d'injustiças, jamais me queixaria d'aquellas em que no mais minimo envolvesse directa e publicamente o nome de V. M. I., nem dos que, como eu, se gloriam de Sua Alta Protecção.[275]

Varnhagen faz essa crítica da *Confederação* sem pestanejar. Não se preocupa com o fato de a mesma ter sido diretamente patrocinada pelo imperador e amplamente divulgada como a mais apropriada obra que expressava o indianismo nacional. Ele usa esse espaço íntimo para fazer suas lamentações e chega dizer que há erros sobre os indígenas na obra, bem como citações sem pontuar de onde tirou. Critica que não houve método, não houve ciência e que a obra é “bestial”. O que esperava Varnhagen, uma obra histórica ou literária? Mas fica claro que o que incomodava o mesmo era não somente o patrocínio do imperador, mas a atenção dada pelo Instituto que lhe fora negada.

O futuro visconde faz pela primeira vez um desabafo sobre como fora tratado pelo Instituto em relação à sua obra, comparando com o tratamento dado ao indianista: "Perdoe-me, Senhor, V. M. I. mais este pequeno desabafo"[276]. A obra dele não foi colocada na *Revista do IHGB* sob a tutela do imperador, mesmo que tenha sido paga e dedicada ao mesmo, como foi a obra de Gonçalves de Magalhães. Naquele mesmo ano

[275] Idem, p. 237.
[276] Idem, p. 237.

de 1856, a obra de Magalhães não só foi destacada na *Revista*, como também um exemplar fora enviado pelo imperador para o historiador como um presente. Varnhagen critica a obra de Magalhães carregado de emoção, mostrando como estava enciumado.

Na carta seguinte, do dia três de junho de 1857, Varnhagen informa a morte de sua mãe, D. Maria Flávia de Sá Magalhães e suspensão do trabalho por uns dias pelo luto da mãe. Essa carta também veio depois de meses da última carta.

No dia quatorze de julho de 1857, Varnhagen escreve uma carta para o imperador bem extensa. No início desta fala sobre a conclusão do segundo volume da *História Geral*. Ele valoriza todo o seu trabalho na elaboração da obra e aconselha o imperador a indicá-la para leitura e estudo nos colégios, escolas de direito e militares. Ele hesita em pedir que o Instituto lhe conceda qualquer reconhecimento. Em seguida, Varnhagen enfatiza de maneira dramática que "antes de abrir-me com V. M. I. Lhe rogo encarecidamente pela alma de Seu honrado avô, e pelas de Seu heroico Pai e chorados Filhinhos, desditosamente mallogrados, que não revele a ninguem as minhas expansões, rasgando pelo contrario esta, quando se haja inteirado de quanto vou expor-lhe."[277]

Então, Varnhagen destaca o tempo de estudo, pesquisa histórica e trabalho dedicado ao Império nos seus quarenta anos de vida. Mostra-se incomodado com tantas críticas que teve ao longo de sua trajetória e destaca ter se calado ao saber que o imperador deu honras e cargos a pessoas que pouco mereciam em detrimento dele. Acredita que sua trajetória como diplomata, servindo nas legações do Império, suas pesquisas históricas e suas publicações, em especial a *História Geral*, mostram seu trabalho para o Império. Logo adiante, assume-se ambicioso destacando que a honra de um homem está em sua ambição. A ambição leva ao trabalho em prol do Império e não do povo.

Não é surpreendente que depois da recepção pouco calorosa que teve de sua obra pelo Instituto, pelas críticas que recebeu dos seus pares por ser uma história mais europeia e o pouco empenho que pareceu do imperador em recuperar sua imagem na corte imperial, Varnhagen fosse mais a frente fazer novo desabafo ao imperador. E mais, mostra aqui sua indignação pela falta de reconhecimento por seus serviços à Coroa. Já não esperava ser tanto uma eminência parda, talvez, mas esperava que seus serviços para corte imperial lhe rendessem títulos nobres que não hesitava em pedir.

Ele destaca Guizot ao defender a ambição. A ambição estava próxima à glória e a honra dentro da corte imperial. E faz um autoelogio ao expor-se ambicioso, pois não

[277] Idem, p. 243.

almejava a glória de suas obras para a posteridade. Se assim o fizesse, valorizaria o socialismo. Destaca que não adulou as multidões e não defendeu os direitos do povo, mas sim os deveres. Que não defendeu o caboclismo para adular ao imperador. E que não acusou o Brasil de ainda ser escravo literário de Portugal. Novamente, ele usa da sinceridade se expondo ao imperador com o objetivo de ser reconhecido mesmo que soubesse que contrariava o que defendia o próprio D. Pedro II.

> Dirá V. M. I. que sou ambicioso. E porque não, Senhor?! - A maior gloria e honra de um homem é ser ambicioso, diz Guizot. Não é tambem V. M. I. ambicioso de glória? - Mal do Brazil, se o não fôra, como é mercê de Deus. Nós os pequenos temos alguma coisa mais que ambicionar além da glória: temos que ambicionar o ser menos pequenos; pois, contentando-nos só da glória litteraria todos preferiamos deixar obras posthumas e memorias de ultra-tumba. E meu Senhor, mal daquelles que não forem ambiciosos dentro de certos limites; pois ou terão sentimentos baixos, ou desprezarão já, a força de orgulho e de desenganos, as honras sociaes, e estarão neste último caso na pendente para a socialismo... Se eu fôra ambicioso, - fóra da razão, - revolucionariamente, - houvera começado por adular a multidão, em vez de combater suas opiniões erradas; houvera tratado de lhe prégar os seus direitos e não os seus deveres; houvera prégado o subversivo caboclismo, que por fim tinha de contender com V. M. I.; e houvera por último, como certo reptil, dito que o Brazil ainda intellectualmente está escravo de Portugal, etc. etc.[278]

Em seguida, Varnhagen, novamente, fala sobre os que não o reconhecem e o criticam. Aqui fica claro que Varnhagen tinha consciência de como era visto por seus pares:

> Sei que não falta gente que insistindo em considerar-me como meio litterato, meio empregado diplomatico de cortesias (como dizem) fingem não saber tudo quanto eu politicamente, alem do grande serviço desta História, tenho trabalhado em favor de V. M. I e do Imperio; afóra os serviços extraordinários nos proprios cargos por mim exercidos (...). [279]

[278] Idem, p. 245.
[279] Idem, p. 245.

Nesta carta, Varnhagen desabafa e valoriza repetidas vezes todo o seu trabalho condenando todos que o criticam ou o diminuem. Em seguida, ele trata do *Memorial Orgânico*. Comenta que "o empenho principal que me guiou a penna do Memorial Orgânico foi o de promover desde já com maior segurança possível à unidade e a integridade do Imperio futuro, objecto constante do meu cogitar."[280]Aqui nessa passagem temos o objetivo que muitos intelectuais tinham na construção de uma identidade nacional que contribuísse para integridade nacional.

No final da carta, mostra-se aliviado. Destaca que a carta pode ser entendida mais como um testamento ou uma confissão do que uma simples carta:

> Ah! Senhor...Encontro agora o espírito muito mais aliviado do que quando comecei a escrever esta... Usei do desafogo que a propria Igreja reconheceu proficuo quando instituiu a confissão. Quanto acabo de revelar a V.M. I. é tão solemme que quasi poderei intitular esta carta como testamento da minha glória d'hoje avante, se V. M. I. me não levanta o espírito da prostração, em que vai cair, depois do grande esforço que venceu, quasi galvanizando-se, para não desfallecer antes de ultimar a obra...[281]

Essa extensa carta de Varnhagen para o imperador mostra o quanto ele parecia próximo de Sua Majestade. E em vários momentos, ele destaca o nome de Pedro I e familiares da Casa de Bragança. Talvez entendesse que seu contato com D. Pedro I ainda novo[282] o aproximava da Casa de Bragança e coloca D. Pedro II como um filho, ou sobrinho que deve ouvir a voz de um tio mais experiente.

Em 21 de novembro de 1857, Varnhagen escreve para relatar que mandará correspondência para Araújo Porto-Alegre, recomendando a publicação da mesma no Instituto por se tratar da polêmica discussão entre Varnhagen e o Sr. D'Avezac sobre questão do Oyapoc. Nesta mesma carta, Varnhagen pede para ir a Corte no Brasil. Ele pede para ser lembrado e promovido como "plenipotenciário" na Legação do Peru.[283] Ao

---

[280] Idem, p. 246.
[281] Idem, p. 247.
[282] Sobre este encontro com D. Pedro I, Varnhagen: "Lembro-me que o imperador me mediu com os olhos, e disse: já é mais alto que o pai: isso é do sangue paulista". IN: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Réplica Apologética de um escriptor calummiado e Juizo final de um plagiario difamador que se intitula general.* Madrid: Imprensa da viuva de R. J. Dominguez, 1846. Nesta passagem fica evidente que Varnhagen se orgulhava do reconhecimento de D. Pedro I em seu encontro. Como lutou ao lado das tropas portuguesas de D. Pedro I, pode entender que tinha já alguma relação com o pai de Pedro II.
[283] LESSA, Clado Ribeiro de. *Correspondência Ativa*...op. cit., p. 255.

final da carta, pede novamente para ser elevado para outra Legação em categoria. "Se V. M. I. Fosse Servido elevar-me para outra legação em cathegoria, seria graça especial Acreditar-me nella aqui antes de me despedir."[284]

Em 1º. de janeiro de 1858, Varnhagen está em Paris. Varnhagen foi à Paris e disse que ia se encontrar com os Srs. Odorico Mendes e Magalhães. Aponta ter recebido uma carta de Martius elogiando sua *História Geral*. Elogio importante já que Martius era bem respeitado entre seus pares.

Ainda em Paris, no dia seis de março, Varnhagen escreveu uma carta falando que havia tirado seis das quarenta medalhas que estavam no busto do seu pai e as ofereceu ao imperador para expor no Museu Público, em Ipanema, na Escola de Belas Artes, no Instituto e outra no Museu particular de D. Pedro II.[285] Varnhagen acreditava que seu pai e a Fábrica de Ipanema faziam parte da História Pátria, daí sua preocupação em expor suas medalhas. Ele consagrou na sua História Geral um capítulo sobre São João de Ipanema e seu genitor como um personagem histórico importante da nossa história. O que é bem interessante já que se trata de uma história que prioriza a história do Estado, destacar Ipanema e seu pai parece algo peculiar. Acredito que o historiador via a oportunidade de eternizar o pai na história nacional, apesar do pai ter sido um funcionário de Portugal e não do Brasil. Ainda nesta carta, ele informa sobre a boa recepção que teve em Paris sua resposta ao D'Avezac. Varnhagen precisava mostrar aos seus pares que as críticas de D'Avezac não tinham fundamento.

As próximas três cartas são do ano de 1859 e foram enviadas do Uruguai e do Paraguai. Isso mostra que o imperador sempre realizava as vontades de Varnhagen no que diz respeito às mudanças. E em 1860, ele também conseguiu passar pelo Brasil, visitando o Rio de Janeiro e Recife como também havia solicitado ao imperador.

Na carta de Assunção, data de dezoito de agosto de 1859, Varnhagen conta de sua viagem de Montevidéu até Assunção, bem como conta sobre o seu encontro com o presidente do Paraguai, o Sr. Lopez[286]. Nesta carta, Varnhagen fala sobre os conflitos no Paraguai e os problemas com o Uruguai e Buenos Aires. Algo sobre a chancelaria. Ele fala também de um *memorandum* sobre os assuntos do sul do Brasil para o imperador.[287]

---

[284] Idem, p.256.
[285] Idem, p. 265-266.
[286] Pela data da carta, 1959, acredito que o presidente ao qual Varnhagen se refere é o Carlos Antonio Lopez, pai do futuro presidente Francisco Solano Lopez.
[287] Idem, p. 276-277.

Na carta do dia dezoito de abril de 1861, Varnhagen está em Recife. Ele pede que o imperador condecore A. Joaquim Duarte de Souza Aguiar, "mandando-lhe como presente a insignia e o titulo de graça."[288]Nessa mesma carta, Varnhagen mostra-se indignado que o Sr. Leal (Felipe José Pereira Leal)[289] pode receber uma promoção em Madri antes de Varnhagen. E ele, diretamente, questiona tal promoção enfatizando que ele deveria ser ministro residente antes.

> Aqui soube que foi nomeado para meu secretario o Sr. Montezuma que não sei que tal moço é. Tambem ouvi que o Sr. Leal pretende ser em Madrid elevado a Ministro Residente. - V. M. I. conceberá quanto uma tal promoção seria vexatória para mim aos olhos dos outros em Madrid mesmo. Alem de que creio que para ser ministro numa Corte da Europa tenho mais (direitos)[290] que o Sr. Leal, e devo ser contemplado primeiro que elle.[291]

Já em 1861, Varnhagen tinha plena convicção do seu papel na corte imperial e jamais admitiria ser passado para trás por alguém abaixo dele ou com menor experiência. Alega ser algo vexatório para ele diante de seus pares na chancelaria se viesse a acontecer. Isso não impediu que o Sr. Leal se tornasse ministro residente na Argentina em 1863.

Nessa mesma carta, Varnhagen, em Recife, fala sobre a opinião pública moderada no Norte em relação às eleições. Em relação às eleições, ele tem a opinião de que só poderia votar quem soubesse ler e escrever, reduzindo “a chusma dos votantes, e daríamos a esta condição mais consideração; além do estímulo às futuras gerações para haver mais gente aprendendo a ler, etc”.[292] Varnhagen pensa em redução da quantidade de votantes e mesmo uma classificação mais rígida. Acreditava que o

---

[288] Idem, p. 279-280.

[289] Filipe José Pereira Leal nasceu no Rio de Janeiro, em 1812 e faleceu na Bahia, em 1880. Oficial da Marinha desde 1827, ingressou na carreira diplomática em 1843. Foi adido de 1ª classe no Uruguai, Estados Unidos (1845), Paraguai (1852), Venezuela, Nova Granada, Equador, Espanha, Chile e Itália, ministro residente na República da Argentina (1863-1867), ministro plenipotenciário na Venezuela, Peru, Paraguai e Chile. Foi do Conselho do Imperador, veador da Casa Imperial, dignatário da Ordem da Rosa, cavaleiro das Ordens de São Bento de Aviz, do Cruzeiro e de Cristo e grande oficial de São Maurício e São Lázaro. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade Auxiliadora da Indústria. Escreveu \"Correções e ampliações\", \"Memória sobre os acontecimentos políticos que tiveram lugar no Pará em 1822 e 1823\" e \"Memória\" (1860). Fonte: http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/leal-filipe-jose-pereira-1812-1880 (23/04/2021).

[290] Transcrição errada de Lessa. No original está escrito títulos.

[291] Idem., p. 280.

[292] Idem, p. 281.

direito cívico de voto seria motivador para que as pessoas aprendessem a ler e escrever. E sugere que um ato adicional deveria mudar as condições das eleições antes que viessem a trazer problemas para o imperador.

No final desta carta muito interessante, Varnhagen faz outra sugestão ao imperador. Ele sugere que o "Norte do Rio Grande deveria ser do Ceará, o sul da Parayhyba de Pernambuco, e que o resto das duas províncias deve constituir uma só província."[293] Esse comentário de Varnhagen mostra o lado de sua experiência com os documentos sobre os limites com nossos vizinhos. E mostra também o quanto o debate sobre os limites das províncias estava latente a esta época. Novamente, Varnhagen faz sugestões para o imperador que se achava no direito pela liberdade que tinha na troca de cartas. Varnhagen ficará pouco mais de dois anos sem se corresponder através de cartas com o imperador.

Na carta do dia 26 de janeiro de 1863, Varnhagen comenta que estava terminando sua segunda edição da *História Geral* e que almejava um dia entrar em alguma Legação de "paiz civilizado, e com bibliothecas".[294] Interessante que Varnhagen já flerta aqui com a possibilidade de voltar para Europa, possivelmente, já que havia passado boa parte dos últimos anos nas Legações na América do Sul. E para ele o país civilizado é o país que tem bibliotecas e arquivos organizados como os países europeus. E no final da mesma carta pede ao imperador que possa permitir um dia que ele se dedique a ver documentos e livros em países diferentes para sua consciência histórica.[295] Já nesse momento da vida, pensando na sua segunda edição da *História Geral*, Varnhagen já não escondia a pouca motivação na chancelaria e o interesse em se dedicar à história.

De acordo com Lúcia Guimarães, Varnhagen fez duas viagens aos Estados Unidos. A primeira delas foi em 1863, "antes de assumir o cargo de ministro residente na Venezuela. Depois de passar por Cuba e algumas das Antilhas, percorreu parte da região meridional daquele país, na época em plena guerra civil."[296]

A carta seguinte é enviada de Caracas em 20 de julho de 1863 e é muito interessante. Num dado momento, ao saber que será enviado para outro lugar se

---

[293] Idem, p. 281.
[294] Idem, p. 288.
[295] Idem, p. 288.
[296] GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *"Grande Jornada a vapor": um segredo do visconde de Porto-Seguro?* IN: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal e GLEZER, Raquel (org.) Varnhagen no caleidoscópio. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013, p. 111.

mostra animado e comenta que vai cegamente, desde que não seja voltar ao Paraguai.[297]Em seguida, faz um juízo sobre o seu provável substituto. Diz que

> O moço é de caracter teimoso, vingativo, violento, discolo e excessivamente orgulhoso. Sufficientemente ignorante no portuguez, no francez, em geografia, em hsitoria e em todos os ramos do saber humano, não supre essas faltas com talento natural, pois hoje reconheço que é de curta intelligencia. Não direi que seja desaplicado, porque não desgosta de ler novellas inglesas; por mais que lhe aconcelho que se dedique a estudos sólidos e sérios para não vir a fazer um papel ridículo, e indigno de suas grandes pretenções e do nome que leva.[298]

Varnhagen deixa claro sua insatisfação com seu provável substituto que era um funcionário seu que reunia na opinião dele todas as qualidades de um "boa vida", ou seja, alguém que tivesse pouca inteligência e não se esforçasse para mostrar trabalho ou interesse em estudos e afins. Algo que na concepção do mesmo era algo inadmissível para alguém que viria a servir o imperador na chancelaria.

No final da carta, se posiciona em relação à Guerra Civil norte-americana dizendo que "igualmente nos convirá sermos dos primeiros a reconhecer o sul dos E. U., que no meu entender já venceu".[299] Lúcia Guimarães aponta que Varnhagen voltara da viagem convicto da supremacia dos estados confederados."[300] Interessante ele assumir a vitória dos confederados e logo aconselha o imperador a reconhecer a vitória dos perdedores. E mais, sugere que assim que a Monarquia for declarada no México, que o imperador enviasse algum ministro para lá. Termina a carta concluindo que se isso acontecesse no México, salvaria a América.[301]Varnhagen segue fazendo conjecturas e sugestões para o imperador.

Varnhagen fica pouco mais de três anos, provavelmente, sem se corresponder com o imperador. Durante esse período, o futuro Visconde se ocupou dos serviços da chancelaria nas *repúblicas* do Pacífico. "Varnhagen não só passou a alternar sua residência entre Lima e Santiago, como vivenciou o período mais crítico de sua carreira

---

[297] LESSA, Clado Ribeiro de. *Correspondência Ativa*...op. cit., p. 290.
[298] Idem, p. 291.
[299] Idem, p. 292.
[300] GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *"Grande Jornada a vapor": um segredo do visconde de Porto-Seguro?...op.cit.*, p. 111.
[301] LESSA, Clado Ribeiro de. *Correspondência Ativa*...op. cit., p. 292.

de diplomata."[302] Varnhagen presenciou a empreitada do navio espanhol em terras do Peru e noticiou os detalhes das negociações, bem como atuou em defesa dos peruanos. Em 1865, se envolveu na Guerra do Chile contra a Espanha, conseguindo aumentar ainda mais sua impopularidade entre os espanhóis que chegaram a recomendar sua demissão da Legação no Chile.[303]Durante esse período conturbado nas *repúblicas* do Pacífico, Varnhagen não enviou cartas para o imperador, visto que sua atenção estava para o papel que lhe cabia de diplomata.

A carta seguinte é do dia 11 de janeiro de 1867 de Lima. E também é bastante interessante. Varnhagen novamente censura um funcionário do império, no caso, o Dr. Lopes Neto que fazia uma visita a Legação de Lima e conseguiu em pouco tempo reunir alguns desafetos, de acordo com Varnhagen. Diz Varnhagen que o mesmo chamou a diplomacia de ignorante e descuidada e que a única salvação seria se o mesmo um dia viesse a ser Ministro dos Negócios Estrangeiros. E narra alguns episódios infelizes que o Sr. Lopes Neto protagonizou em Lima.[304] Fica evidente que Varnhagen faz esta intriga com o objetivo de mostrar ao imperador que o mesmo não seria digno do cargo de ministro como dizia almejar. A concorrência entre os funcionários da corte imperial era forte. E o futuro Visconde deixa transparecer essa competição, na sua correspondência para o imperador. E tentava de alguma forma persuadi-lo a agir em seu favor. Ao terminar a carta, ele lamenta não ter mais tempo para se dedicar a sua segunda edição da *História Geral* e diz almejar ser promovido a alguma Legação no Sul da Europa.[305] Varnhagen já não esconde mais a insatisfação de ser mantido no Peru por muito mais tempo. Vale destacar que na carta seguinte, Varnhagen se mostra arrependido de ter feito mal juízo do colega e chega a pedir para o imperador rasgar a carta. Desabafa que não quer mais continuar a tratar com governos de nacionalidade espanhola e que gostaria de ser enviado para a terra natal de Américo Vespúcio, ou seja, para a Itália.[306] Ou seja, novamente, Varnhagen faz sugestões de mudanças suas que deveriam vir de decisões do Ministro dos Estrangeiros. Utiliza o canal privado de comunicação com o Imperador para galgar novos

---

[302] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das e NEVES, Guilherme Pereira. *Um bibliófilo liberal: Varnhagen nas repúblicas do Pacífico (1863-1867).* IN: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal e GLEZER, Raquel (org.) Varnhagen no caleidoscópio. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013, p. 71.
[303] Sobre isso, ver: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das e NEVES, Guilherme Pereira. *Um bibliófilo liberal: Varnhagen nas repúblicas do Pacífico (1863-1867).* IN: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal e GLEZER, Raquel (org.) Varnhagen no caleidoscópio. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.
[304] LESSA, Clado Ribeiro de. *Correspondência Ativa*...op. cit., p. 307.
[305] Idem, p. 308.
[306] Idem, p. 309.

rumos profissionais. Na carta seguinte, volta a pedir sua transferência para Itália e pede que antes da mudança pudesse junto com sua família encontrar o imperador.[307]

Varnhagen presenciou ainda outro incidente diplomático antes de seu retorno ao Brasil. "O presidente Mariano Inácio Prado, exercendo o poder como ditador desde a queda de Juan Antônio Pezet, em novembro de 1865, fez duras críticas aos aliados na Guerra do Paraguai."[308]Varnhagen ainda tentou uma saída diplomática com o ministro das Relações Exteriores e até com o presidente, porém sem sucesso.

> Dessa maneira, ao mesmo tempo que solicitava orientação ao Rio de Janeiro, Varnhagen comunicava a possibilidade de passar para o Equador, a fim de "salvar a dignidade do governo e desta Legação, deixando que o tempo ou qualquer mudança traga uma reconciliação". Finalmente, em 22 de julho, em sintonia com as opiniões do governo, como salientou Arno Wehling, deixou lacrados os arquivos da Legação aos cuidados da representação francesa e partiu com a família. A Guayaquil, o principal porto equatoriano, chegou três dias depois, seguindo viagem novamente, rumo ao istmo do Panamá, com a mulher grávida e o filho pequeno, a 26 de agosto. Do Rio de Janeiro, o primeiro ofício data de 22 de outubro.[309]

A saída de Varnhagen das *repúblicas* do Pacífico não foi das mais tranquilas. A coleção de intrigas que se envolveu como representante da chancelaria parece ter feito o mesmo querer retornar ao país às pressas.

Ainda antes da chegada ao Rio de Janeiro, Varnhagen e sua família estiveram nos Estados Unidos, sendo a segunda visita do mesmo. Essa informação consta tanto na biografia de Clado Ribeiro de Lessa[310], como nas memórias do filho primogênito de Varnhagen, Xavier de Porto-Seguro[311], como aponta Lúcia Guimarães.[312]

Há um manuscrito nos papeis do Arquivo Histórico do Itamaraty com o título de "Grande Jornada a vapor – Quinze estados percorridos em 14 dias". Esse manuscrito fora

---

[307] Idem, p. 310.
[308] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das e NEVES, Guilherme Pereira. *Um bibliófilo liberal: Varnhagen nas repúblicas do Pacífico (1863-1867) ...op.cit.*, p. 89.
[309] Idem, p. 89-90.
[310] Ver, LESSA, Clado Ribeiro de. "Vida e obra de Varnhagen". *RIHGB*, nº. 224, p. 231-233.
[311] PORTO-SEGURO, Xavier. *Mémoires, recueilles et mises em ordre par Hippolyte Buffenoir*. 2ème édiction. Paris: Bureaux de la Revue de la France Moderne, 1896. Disponível no endereço eletrônico: http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bp-t6k5557409v.image.f14.langPT. Acessado em 10 de setembro de 2021.
[312] GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *"Grande Jornada a vapor": um segredo do visconde de Porto-Seguro?...op.cit.*, p. 112-114.

identificado por Lúcia Guimarães como uma espécie de diário de viagem de Varnhagen para os Estados Unidos.[313]

Já na carta seguinte, ainda em 1867, Varnhagen já escrevia do Rio de Janeiro. E nessa carta, ele pede novamente que não continue mais em qualquer República, chega a oferecer seu cargo em demissão caso não seja enviado para Europa. Explica que na Europa pode continuar sua segunda edição da *História Geral*. Algo que se tornou inviável na América. Ele ao final da carta chega a comparar sua trajetória com a de outros colegas que eram mais novos que ele na carreira e tiveram promoções antes das dele. É mais uma carta ao imperador em que o mesmo desabafa quanto os rumos de sua carreira e também sobre como o seu serviço prestado não tem o reconhecimento que outros colegas tiveram. Acredito que na altura da vida, ele não tivesse esperanças mais de vir a ser uma eminência parda do imperador. Já havia se convencido de que o melhor cenário seria ir para uma Legação na Europa e que pudesse se dedicar aos estudos históricos para a sua segunda edição. [314]

De acordo com Lessa, Varnhagen conseguiu alcançar o seu intento, sendo removido para a Legação de Viena em julho de 1868 como ministro residente.[315]A primeira carta de Viena, em outubro de 1868, os ânimos estavam bem melhores. Varnhagen faz relatos sobre vários achados sobre a história pátria em Viena. Ou seja, volta à ativa da prática de pesquisa histórica e mostra ao imperador tamanha empolgação. Depois da carta de novembro de 1868 quando aborda suas últimas iniciativas literárias, volta a escrever ao imperador apenas em outubro de 1869, justificando não o importunar por conta da Guerra do Paraguai. Varnhagen já se mostra desanimado em relação aos estudos históricos, provavelmente sofria de depressão.

> Ah! Senhor! Se V. M. soubesse bem quanto necessita de estímulos o meu pobre espírito que decáe! Sinto-me nervoso, doença que nunca sofri, e toda a aplicação me cança e me causa tédio, inclusivamente a dos estudos históricos, cujos trabalhos aturados eram antes para mim um encanto em que passava o tempo sem notar! Se sigo neste andar, com semelhante relaxação (ralação - no original) do

[313] Ver, GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *"Grande Jornada a vapor": um segredo do visconde de Porto-Seguro?* IN: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal e GLEZER, Raquel (org.) Varnhagen no caleidoscópio. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.
[314] LESSA, Clado Ribeiro de. *Correspondência Ativa*...op. cit., p. 314.
[315] Idem, p. 320.

> espírito por outro anno mais creio que despedirei das letras, e começarei nellas a duvidar de mim mesmo...[316]

O historiador mostra sinais de depressão e diz duvidar da sua própria capacidade de atuar no campo dos estudos históricos. Muito diferente das cartas do ano anterior que se mostrava bastante empolgado com as novas descobertas nos arquivos de Viena.

Na carta de dezembro de 1869, Varnhagen reclama do inverno em Viena que dura 6 meses, se queixa da falta de opções de moradia numa cidade com 60 mil habitantes e termina a carta questionando "estaria eu ainda sentenciado a uma quarta remoção sem promoção?"[317] E termina destacando que "em toda a minha vida (já vão 53 annos feitos) tenho trabalhado pela gloria do Brazil e do reinado de V. M. I."[318] Ou seja, parece que Varnhagen estava sendo assombrado novamente pela ameaça de uma nova mudança sem que viesse acompanhada de uma promoção e não deixa de cobrar isso do imperador quando diz que já com seus 53 anos tem uma longa jornada de dedicação às causas brasileiras. Novamente, Varnhagen usa esse espaço privado para apresentar suas demandas ao imperador.

Na carta de março de 1870, Varnhagen ainda vive a ameaça de uma remoção de Viena. No início da carta ele destaca que "Vou hoje ocupar a V. M. I. com um assumpto desagradável e sério, valendo-me ainda da autorização que V. M. I. me deu, nos momentos de despedida, de desabafar com V. M. I. as minhas penas."[319] Essa passagem é importante por trazer um dado interessante: o imperador autorizou Varnhagen a continuar a desabafar em suas cartas. Esse desabafo de Varnhagen geralmente vinha com informações, intrigas ou mesmo delações sobre funcionários da corte imperial que viviam fora do país, ou seja, algo que não podia ser menosprezado pelo imperador. Provavelmente, o imperador fazia um filtro das narrativas de Varnhagen, justamente, por serem muito emotivas e que muitas vezes mostrava até a mudança de opinião do mesmo de uma carta para outra. Varnhagen escrevia ao imperador sempre no calor da emoção, principalmente, nos últimos anos de sua vida.

Ele comenta que somente poderia ir para Bruxelas se fosse Ministro Plenipotenciário, caso contrário, ser removido para um país menor que já tinha sido

---

[316] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência Ativa*...op. cit., p. 334.
[317] Idem, p. 337.
[318] Idem, p. 337.
[319] Idem, p. 337-338.

província da Áustria seria considerado uma humilhação.[320] E no fim da carta, Varnhagen suplica "a V. M. I. que não me mande para nenhuma Republica, nem me mande a outra parte sem melhorar-me de cathegoria, pois qualquer das coisas equivaleria para mim uma verdadeira facada, que não creio ter merecido de ninguém e muito menos de V. M. I.[321] Varnhagen aqui deixa claro que sua passagem pela Repúblicas fora um episódio traumático. Apesar de conhecido sua esposa no Chile, não demonstra qualquer interesse em voltar para o país.

No dia 20 de abril de 1870, Varnhagen escreve uma carta ao imperador felicitando-o pela vitória na Guerra do Paraguai. Ao longo da carta faz suposições sobre ficariam as relações entre Brasil, Paraguai e Argentina.

> Agora, as dificuldades no Paraguay vão ser de outra laia, - incruentas, - menos dispendiosas, mas dependentes de muito tino. Da conservação de tropas nossa lá, como creio que estamos obrigados pelo tratado de aliança, virão causas de desgostos; pois os Srs. Argentinos não deixarão de buscar, em tudo quanto façam os nossos officiaes e soldados, pretextos para hostilizar-nos, e indispôr-nos com os Paraguayos.[322]

Varnhagen usa sua experiência com as repúblicas vizinhas e sugere que o imperador se previna em relação aos argentinos. Ou seja, volta aqui a assumir um papel de conselheiro do imperador, algo que fez em muitas cartas anos atrás. Em seguida, ele escreve um parágrafo extenso sobre quais medidas, ele sugeriria ao imperador fazer para proteção dos rios e das fronteiras para o Brasil.[323] No final da carta, fala sobre o desabafo anterior e diz que confia no melhor julgamento do imperador, que não deixa de ser uma cobrança.

Na carta seguinte, do dia 22 de abril de 1870, Varnhagen fala sobre quando fez publicações com o pseudômino "D. Genaro H. de Volafan", que seria o anagrama do nome dele, com o objetivo de fugir das críticas de D'Avezac. E num tom mais amadurecido, Varnhagen reconhece que o mesmo autor já fez elogios à publicações dele e que não temeria mais suas críticas. [324]

---

[320] Idem, p. 338.
[321] Idem, p. 340.
[322] Idem, p. 342.
[323] Idem, p. 342.
[324] Idem, p. 344.

Na carta de junho, Varnhagen comunica sobre sua mudança de casa. Aconselha o imperador e a imperatriz a visitarem os Estados Unidos e a Europa. Pede ao imperador que o promova a Ministro Plenipotenciário. Não pelo aumento salarial, mas elevação de posto na carreira diplomática. Em seguida, comenta que não conseguiu se ocupar da segunda edição da sua obra por conta da expectativa de alguma mudança que o assombrava e o "dissabor de se lembrar a gente que outros que não crê de maiores serviços lhe passaram adiante". [325]

No final de outubro de 1870, Varnhagen escreve uma carta lamentando o falecimento de sua filha. Sobre suas funções oficiais destaca que para sofrer menos resolveu "representar menos, manter-se na reserva e modéstia possível."[326] Ou seja, Varnhagen acredita que no meio de tanta concorrência e luto por conta da morte da filha, preferiu se afastar e não se expor tanto.

A carta de fevereiro de 1871, Varnhagen começa lamentando falecimento da filha do imperador, D. Leopoldina. Ele não deixa de comparar a dor que sentiu quando perdera sua filha. Varnhagen narra os acontecimentos que levaram ao óbito da mesma, desde os primeiros sintomas, encontro que teve com sua irmã, a princesa Isabel e sua morte. Varnhagen elogia a princesa Isabel: "não posso ocultar a V. M. I. que, em meio de tanto pezar, experimentei como uma espécie de goso ao presenciar tanta virtude na Herdeira do Throno."[327] Essa carta é bem emotiva e transpira um tom íntimo muito grande, visto que trata de detalhes sobre os últimos dias da filha do imperador, momentos esses que foram vivenciados de perto pelo historiador. Algo que somente alguém da corte imperial poderia ter acesso tão de perto. A princesa Leopoldina morreu em Viena, no dia 7 de fevereiro de 1871. A carta é de 15 de fevereiro de 1871.

Seguida da carta sobre o falecimento da princesa, Varnhagen escreve uma longa carta para o imperador delatando o viúvo da princesa, o Duque de Saxe. Ele critica o fato do mesmo já falar sobre um segundo casamento pouco tempo depois do falecimento de sua esposa e bem como sobre joias que o mesmo alega ter sido herança de sua mãe e que não pertenciam à princesa. Ele descreve as joias e acredita que as mesmas são joias da princesa Leopoldina herdadas do imperador e, portanto, deveriam ser designadas à coroa brasileira em nome dos filhos da princesa. E aborda o caso como se o Duque estivesse se apropriando de algo indevido. É uma carta bem íntima na qual o historiador não mede

[325] Idem, p. 347.
[326] Idem, p. 349.
[327] Idem, p. 353.

palavras para julgar o viúvo. Trata também dos trâmites do nascimento no ano anterior de um dos netos do imperador que deveria ter sido lavrado documentação na Legação de Viena por fazer parte da burocracia e não o foi até aquele momento. Conclui com a informação a respeito do andamento de sua dos holandeses no Brasil e de que a segunda edição da *História Geral* que ainda não havia sido finalizada. [328] Esse tipo de delação aconteceu algumas vezes nas cartas de Varnhagen ao imperador. Mas essa entre num âmbito mais íntimo por conta de envolver diretamente os netos do imperador e a honra de sua falecida filha.

É interessante destacar que Varnhagen passou a enviar mais cartas ao imperador nos anos de 1870 e 1871, muito provavelmente por conta da aproximação que passou a ter da família imperial no período que o imperador passou em Viena. Algo que só podia acontecer com funcionários da corte imperial que tivessem autorização.

A carta de maio de 1871, tem dados bem importantes. Varnhagen comenta sobre a viagem para Europa de D. Pedro II, ou seja, o mesmo pode ter considerado o conselho de Varnhagen na carta anterior ou já fosse mesmo o seu plano. Mas nessa carta, ele agradece a sua promoção.

> Beijo a Mão de V. M. I. pela minha elevação a enviado extraordinário. É o caso de se dizer que mais vale tarde que nunca; mas confesso a V. M. I. que não poucos vexames e humilhações soffri aqui nos trez últimos annos de exercicio, entre os dezenove e meio que conto já como chefe de missão. Minha mulher se prosta igualmente agradecida como eu ante os pés de V. M. I.[329]

Varnhagen conseguiu a promoção depois de tanto escrever ao imperador. Foi promovido a Ministro Plenipotenciário em Viena e destaca o tanto de humilhação que passou por conta de não ter sido promovido anteriormente. Na carta seguinte, fala sobre um possível encontro com o Imperador em Viena e sobre ter terminado com sua obra sobre os holandeses no Brasil.

A carta do seguinte é a do dia 25 de agosto de 1872 e foi escrita de São Petersburgo. Varnhagen agradece as honras que recebeu do baronato. Varnhagen foi feito Barão de Porto Seguro por decreto imperial no dia 14 de agosto de 1872. Provavelmente, recebeu o título por conta de sua importante participação no Congresso Estatístico de São

---

[328] Idem, p. 353.
[329] Idem, p. 359.

Petersburgo em 1872. Porém, a data do Congresso foi posterior ao título. De acordo com a correspondência sobre o Congresso publicada por Lessa, o mesmo aconteceu no dia 22 de agosto de 1872.[330]Mas Lessa levanta uma questão importante, não estaria Varnhagen usando o calendário juliano na Rússia?[331]

> "e confesso a V. M. I. que já não tinha esperança, nem aspiração, de ter trocado por outro...Porém o mágico nome de Porto Seguro, tão querido para quem tinha levado esses quarenta annos sempre ocupado da região de Cabral, operou o prodígio, e até me obrigou a mais, na minha 2ª. Edição da *História Geral*.[332]

Varnhagen parece não esperar mais receber uma graça dessa do imperador naquela altura de sua vida. Para designar o seu ingresso na nobiliarquia brasileira o tocou por ser o lugar que estava relacionado à Cabral, objeto de seu estudo por tanto tempo. E se diz agora mais animado a terminar a segunda edição da *História Geral*. Sem dúvida, o título logo após sua promoção como ministro plenipotenciário o colocou nas graças do imperador. Parecia que depois de tanto pedir e depois de tanto servir, Varnhagen havia conseguido o que tanto almejava. Aquele desânimo que havia lhe abatido nos anos anteriores, já eram águas passadas. A carta de outubro de 1872, Varnhagen envia um retrato de D. Pedro I para o imperador. Ele já assina como Barão de Porto Seguro.

A carta seguinte é de agosto de 1873, depois da Exposição de Viena. Varnhagen, novamente, incrimina um colega de trabalho. Carlos de Almeida havia sido designado para trabalhar na Legação de Viena enquanto Varnhagen se dedicava aos trabalhos da Exposição. Varnhagen nessa carta destaca que o mesmo não gosta de trabalhar e que deveria ser removido para outro lugar, não sendo mais necessário em Viena.[333]

A carta de setembro de 1873, Varnhagen escreve longo parágrafo dando conselhos medicinais ao imperador que está acometido de alguma enfermidade.

> Eu não sou médico; mas não sei que instincto ou inspiração me diz que se o podesse vir a ser de V. M. I. o curava, em pouco tempo, com um bom roast beef pouco assado, frequentes banhos de mar indo a cavalo até a praia e voltando também a cavalo, alguma colher de azeite de bacalhao, do melhor, alguma

---

[330] Idem, p. 372.
[331] LESSA, Clado Ribeiro de. *Correspondência Ativa...op.cit.*, p. 371.
[332] Idem, p. 371.
[333] Idem, p. 405.

> pirolasinha de ferro e caldos fortes em que V. M. em pessoa acrescentasse uma colherada de extracto de carne de Liebig, por mais que esteja hoje em moda o escrever-se contra excelente substancia alimentícia.[334]

A carta do dia 28 de outubro de 1873[335], Varnhagen comenta sobre a Exposição de Viena, sobre peças, descobertas e ao final da carta aconselha o imperador em relação à próxima Exposição que acontecerá na Filadélfia. Ele recomenda que para preparação da Exposição fosse nomeado um Comissário Geral que escolheria seus subalternos. Varnhagen deixa aí mais uma sugestão. [336]

Na carta do dia 23 de novembro de 1873, Varnhagen escreve um longo parágrafo sobre o fechamento da Exposição e todo o trabalho que teve para montar toda a Exposição exatamente como imaginava que deveria ficar cada peça. A carta do dia 26 de dezembro de 1873, Varnhagen deseja um bom ano de 1874 para imperador e desabafa: "Elle (Deus) me dê o anno de 1874 mais tranquilo do que o que vae findar, em que tanto soffri, não só de trabalho, como de amofinações miseráveis."[337]Ele conclui a carta comentando sobre algumas caixas da Exposição que chegaria ao imperador.

Na carta de 26 de janeiro de 1874, Varnhagen discorre sobre estratégias de guerra contra os argentinos. Ele faz várias sugestões sobre encouraçados e como o imperador deveria se preparar para uma possível guerra. Lessa explica que esse clima de guerra estava relacionado com os tratados de limites após a guerra do Paraguai que pareciam gerar algum conflito ainda. [338] Na carta seguinte, do dia 17 de fevereiro de 1874, Varnhagen novamente sugere que o imperador se prepare com navios contra os inimigos e faz uma outra sugestão um tanto interessante no caso de uma guerra contra os argentinos: "havendo guerra, declarar livres a todos os escravos que tomem armas contra o inimigo nos municípios que ele ameaçar."[339] Muito interessante essa passagem que mostra que quando viesse ao interesse da proteção da integridade nacional, a libertação dos escravos surgiria como uma opção para enfrentar os inimigos. Novamente, Varnhagen faz sugestões de estratégia de guerra ao imperador. Na carta do dia 3 de maio de 1874, Varnhagen sugere ao imperador que envie uma comissão para tratar diretamente

---

[334] Idem, p. 407.
[335] Essa carta publicada por Lessa não está datada, mas a carta original está datada.
[336] Idem, p. 411.
[337] Idem, p. 414.
[338] Idem, p. 415.
[339] Idem, p. 417.

com as questões na França e enfatiza que irá se ocupar da sua segunda edição da *História Geral*. A carta seguinte, ele trata da segunda edição da história dos holandeses.

Na carta do dia 26 de junho de 1874, Varnhagen agradece a nova graça outorgada de ter seu título elevado de Barão para Visconde de Porto Seguro. Ele destaca os motivos que levaram à essa elevação: "Os trabalhos, desassossegos, e desgostos que nos deu a tal Exposição que Deus haja ficam todos esquecidos; lembrando-me honrosamente do empenho contrahido, foram por V. M. I. e pelo seu Governo favoravelmente julgados."[340]Ou seja, fica claro aqui que seus esforços com a Exposição de Viena foram reconhecidos pelo imperador com a elevação do seu título.

A carta seguinte de setembro de 1874, Varnhagen fala sobre um convite que recebeu do El-Rei Oscar (Oscar da Suécia) para visitar seu palácio do campo e que o mesmo sugeriu que o imperador visitasse seu reino. Varnhagen comenta sobre um convite que recebeu da sociedade geográfica italiana para presidir uma nova edição completa de Américo Vespúcio. Ele pede licença para ir para Roma e reclama sobre altos custos de vida em Viena. [341]

Já na carta de 16 de junho de 1875, Varnhagen trata sobre sua recusa a viagem para Itália. Comenta estar nas finalizações de sua obra *História da Independência.* Muito interessante que ele faz questão de deixar claro ao imperador que fez justiça ao seu pai, D. Pedro I, e o reconheceu como o grande herói da independência. Nada muito diferente do que se podia imaginar vindo de Varnhagen, que as origens portuguesas da casa de Bragança tivessem total relação com a independência.[342]

Na carta seguinte, do dia 6 de outubro de 1875, Varnhagen comenta sobre uma descoberta sua relacionada a origem dos tupis no Brasil e que irá redigir um texto em francês para publicação sobre essa descoberta.

> Provarei pois como os Tupís, invasores da América Oriental, eram descendentes de um povo do Mediterrâneo que, levando a própria língua, passou atravez do Atlantico a esse continente, mais de mil annos antes da nossa era, e segundo o maior número de indicações prováveis, depois da rendição de Troya...[343]

---

[340] Idem, p. 425.
[341] Idem, p. 426.
[342] Idem, p. 432.
[343] Idem, p. 434.

É interessante ressaltar que destaca que tal descoberta fará com que muitos o julguem um visionário ou até louco, mas que como tem provas não poderá ser contestado. Como destaca Temístocles Cezar, a obra sobre a origem dos tupis fora publicada por Varnhagen em Viena em 1876. Para Cezar, assim como a publicação da *Questão da capital: marítima ou interior?* em 1877 era uma resposta às inquietações do *Memorial Orgânico*, a *Origem dos Tupis* "insere-se assim em um quadro de pesquisas destinadas a provar argumentos esboçados ao longo de sua vida."[344] Para Cezar, a reedição da obra *Arte de la lengua guarani, ó mas bien tupi*, do padre Montoya realizada por Varnhagen mostra que o mesmo estava certo em relação as migrações indígenas e portanto é fonte importante para a compreensão da origem dos tupis.

Na carta do dia 19 de janeiro de 1876, ele destaca os motivos que o levaram a tirar a passagem "Duas Palavras" da sua segunda edição da *História Geral*. "Deste último separei para o folheto aqui junto – Duas Palavras – o que me pareceu mais conveniente deixar de fora, segundo o proverbio que roupa suja se deve antes lavar em casa."[345] Vale destacar os planos que Varnhagen faz sobre uma suposta vinda do imperador para Viena.

> Com grande prazer recebi a noticia que V. M. I. virá a Vienna. Imagino que será lá para julho, melhor época para S. M. a Imperatriz aproveitar das aguas de Carlsbad. Aqui terei ocasião de mostrar a V. M. I. todo o embryão da história da independência; e se V. M. I. o Houver por bem terei a honra de lhe ler algumas passagens, com fatos inteiramente inéditos, mas fidedignos.[346]

O historiador trata como um possível plano uma troca mais íntima com o imperador ao ler sua história da independência para o mesmo. Não só ele destaca a importância de sua obra, mas o quanto ficaria honrado em poder vivenciar um momento desse com o imperador.

Na carta seguinte, Varnhagen fala sobre os últimos retoques que faz na sua obra sobre os tupis em francês e deseja ao imperador uma boa viagem aos Estados Unidos, dando sugestões de lugares que deve conhecer.[347]

---

[344] CEZAR, Temístocles. "Varnhagen entre os antigos, os modernos e os selvagens": estudo introdutório de "A origem turaniana dos tupis e dos antigos egípcios". IN: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal e GLEZER, Raquel (org.) Varnhagen no caleidoscópio. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013, p. 331.
[345] Idem, p. 440.
[346] Idem, p. 440.
[347] Idem, p. 442.

Na carta do dia 7 de abril de 1877, Varnhagen fala sobre o prestígio que o imperador desfrutava na corte de Viena.

> V. M. I. continua a ser o tema favorito da conversação nos diferentes círculos vienenses: as pessoas que o conheceram encantadas das reminiscências e as que não tiveram essa fortuna penalizadas ou cheias de inveja. Os jornais são uníssonos nos louvores.[348]

Após a segunda passagem do imperador por Viena em 1877, Varnhagen não deixou de mostrar o seu apreço pela recepção dessa vinda do imperador pela corte de Viena.

A última carta que se tem conhecimento de Varnhagen foi de 27 de setembro de 1877 que ele escreveu ao imperador na Bahia. Em 1877, Varnhagen fez uma viagem ao Brasil na qual se dedicou a estudar a região central do país. Essa viagem foi importante para a publicação da sua obra *A Questão da capital: marítima ou interior?* No início da carta, fala da satisfação que teve de ter encontrado o imperador.

> Na própria hora de seguir para a Europa pelo Elba, vou expressar a satisfação que tive em o haver saudado nesta cidade, o que cheguei a recear que se não realizasse, por haver a corveta Paraense, saída desse porto a 11, e a cujo bordo vim, levado 11 dias na viagem, em virtude dos tempos contrários, que a obrigaram até a arribar ao Espirito Santo, só para tomar carvão.[349]

Ele continua descrevendo sua viagem ao Brasil, narrando suas reflexões e conclusões em relação à nossa história. Uma carta carregada de emoções em relação a sua viagem e descobertas. Relatou passagens por arquivos e que tudo contribuirá para a história pátria.

A correspondência do visconde para o imperador revela aspectos importantes da relação entre ambos. Evidenciam o quanto no começo havia uma ambição de Varnhagen em vir a ser uma figura íntima de D. Pedro II. Ao longo das cartas, como sua trajetória na chancelaria não estava rendendo muitos frutos positivos como ele esperava, houve um desânimo da parte dele nas cartas com o imperador. A mudança para Viena foi

---

[348] Idem, p. 482
[349] Idem, p. 490.

fundamental para Varnhagen se envolver mais com as tarefas da chancelaria e com os estudos históricos. Porém, a demora para receber uma promoção o angustiava como se observa nas cartas dirigidas ao soberano, aqui examinadas. Finalmente, depois de muito insistir e dizer que vinha sendo preterido, acabou conseguindo a promoção. Em seguida, devido aos seus trabalhos no Congresso Estatístico de São Petersburgo foi agraciado com o título de Barão e depois da Exposição de Viena foi elevado à Visconde. Em vida encontrou o imperador algumas vezes, manteve, porém, uma relação privada com o imperador através das cartas, aconselhou, criticou e desabafou. Morreu em 1878 em Viena como Visconde de Porto Seguro já com sua segunda edição da *História Geral* publicada, mas sem ter publicado a *História da Independência*. Varnhagen foi nobilitado e recebeu diversas honrarias. Não obstante, não conseguiu alcançar a posição de conselheiro especial do Imperador, capaz de atuar nos bastidores da corte de São Cristóvão, ou quem sabe, desempenhar o papel de eminência parda do Paço da Cidade do Rio de Janeiro.

Entre os documentos do Arquivo Histórico do Itamaraty, encontrei um breviário de correspondência oficial em que Varnhagen explica como o imperador deveria se dirigir aos representantes de diversas nações amigas do Brasil, fossem repúblicas ou monarquias. Infelizmente, por conta da dificuldade de acesso diante da pandemia, não pude fazer uma nova visita ao Arquivo para estudar mais esse manuscrito.

Esse manuscrito que é uma espécie de manual de como o imperador deveria se dirigir em correspondências oficiais com representantes de outras nações se encontra no Arquivo Histórico do Itamaraty na Lata 352, com o título de Instruções Administrativas, no maço 5 com o título de Formulários para cartas de gabinete que possui 42 folhas. Nessa mesma lata se encontra o manuscrito *Memória da Administração Pública* cujo título dado pelo arquivo fora “Tratado de Administração Pública” com 107 folhas.

Os dois manuscritos não estão juntos na mesma lata por mera coincidência. Acredito que ambos mostram o esforço de Varnhagen em organizar algo que estava fragilizado, no caso, a administração pública. Essa intenção por detrás deste exercício do historiador em pensar em melhorias para a mesma, não seria um indício de que almejasse vir a ser uma eminência parda do imperador?

O Breviário merece sim um olhar mais aprofundado numa próxima oportunidade já que pode trazer maiores informações sobre como as cortes europeias entendiam a etiqueta no tratamento que dirigentes tinham uns com os outros através da correspondência oficial.

3 A MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO CONTEXTO OITOCENTISTA...

A *Memória da Administração Pública* se encaixa no contexto político-cultural oitocentista. Foi redigida por Varnhagen, provavelmente na segunda metade da década de 1840. Portanto, na mesma época em que o polígrafo preparava o seu *Memorial Orgânico* cuja primeira parte fora publicada em 1849 em Madri pela Imprensa da viúva de D. R. J Dominguez sem a assinatura do autor. Não por acaso, percebe-se que os temas de um se repetem no outro e partes da redação dos dois textos guardam grande semelhança.[350] O diplomata estava naquele momento embebecido de reflexões sobre a administração pública. Também não é de surpreender que nesse período ele estivesse de passagem pelo Brasil, a chamado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a fim de apresentar subsídios históricos e geográficos aos estudos que a chancelaria realizava para estabelecer as linhas fronteiriças com as repúblicas hispano-americanas.[351] Não é de se surpreender que fosse o mesmo período que Varnhagen estava de passagem pelo Brasil, quando organizou o arquivo e biblioteca do Arquivo do IHGB. É no contexto dos anos finais de 1840, que inserimos a *Memória*. Para tanto, reservamos esse capítulo para relacionar a *Memória* com ideias e publicações que de alguma forma pudessem informar o pensamento do historiador.

3.1 O diálogo entre os limites da liberdade nos regimes constitucionais na Europa da Primavera dos Povos

É impossível ler e refletir sobre os limites da liberdade no século XIX, sem pensarmos sobre o nosso presente. Vivemos hoje um momento muito conturbado no mundo em relação aos caminhos da democracia. Ao mesmo tempo, no século XXI há uma vigilância constante dos governos por parte das instituições democráticas, da imprensa e do próprio povo.

> E nunca como no final do século XX e no início do século XXI, tantas pessoas se deram conta disso: jamais como hoje os intelectuais estudaram e criticaram com

[350] Sobre as similaridades entre as duas obras, ver: ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani de. *Memória da Administração Pública de Francisco Adolfo de Varnhagen:* Edição de Texto. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.
[351] Sobre isso, ver: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. "Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878)". IN: PARADA, Maurício e RODRIGUES, Henrique Estrada (org.). *Os historiadores clássicos da história do Brasil.* V.4. Rio de Janeiro: Ed. PUC/Rio'Petrópolis: Vozes, 2018, p. 47-65.

> um finalmente alcançado de desencanto todos os tipos de autoritarismo (fascista, comunista, religioso, populista) nunca como hoje existem e funcionam associações dedicadas à defesa dos direitos civis e à denúncia de sua violação, jamais como hoje se mobilizaram tantas manifestações e passeatas de massa em defesa desses direitos.[352]

De um modo geral, hoje, para leigos a liberdade é inerente à democracia. Então, como podemos ver nascer regimes tão autoritários e limitadores de liberdades cujos regimes vigentes são considerados democráticos? Temos, hoje, regimes despóticos que representam a vontade do povo, portanto, se dizem possuir uma igualdade entre todos, como os regimes comunistas atuais. Enquanto temos também, regimes liberais democráticos, cuja vontade da maioria prevalece, mas não uma igualdade entres os cidadãos. Os comunistas podem se declarar democráticos ao defender a vontade do povo e a igualdade entre todos, mesmo que para isso tenha que fazer uso de um governo autoritário. Não veem qualquer problema em terem suas liberdades violadas desde que a maioria viva em igualdade. Mesmo que o Estado não viva sob as mesmas condições do restante do povo. Assim como os liberais podem se posicionar como democráticos ao defender que uma maioria decide sobre as escolhas que representantes fazem em relação às suas liberdades. Eles se dizem defensores da liberdade, mas não da igualdade. Mesmo que a desigualdade provoque uma condição de vida que seja análoga a escravidão e, portanto, retira a liberdade de muitos cidadãos. [353]

Enfim, a discussão sobre os limites da liberdade, que estava na ordem do dia em meados do século XIX, continua a mobilizar a sociedade ocidental na atualidade. Até hoje, há muito debate e pouco consenso entre leigos e os chamados *influencers*[354] sobre os limites da liberdade. Muitos intelectuais se desdobram em estudos e publicações sobre o tema que são apreendidos por alguns, mas que dificilmente chegam às massas que preferem usar as redes sociais como fonte de suas verdades.

As ideias liberais que ganharam força no século XIX, foram responsáveis por mudanças significativas na sociedade do século XX e XXI. As revoluções de 1848 foram o ponto culminante da propagação dessas ideias, mas também das ideias socialistas, ainda

---

[352] MANNI, Franco. “Introdução”. IN:BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia.* Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Edipro, 2017, p. 15.
[353] Sobre essa discussão ler: BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia.* Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Edipro, 2017.
[354] *Influencers* é o nome dado à figura pública que possui muitos seguidores e, portanto, influencia uma boa parte de seus seguidores sem precisar provar suas teorias.

que de maneira mais tímida. Elas de alguma forma movimentaram os povos europeus na luta pelo rompimento de vestígios do Antigo Regime que assombravam os sistemas de governo e que não foram exterminados depois da Revolução Francesa. Apesar de não terem sido bem sucedidas, já que muitas monarquias absolutistas foram restauradas logo depois, elas foram importantes para que o assunto se tornasse pauta nos círculos políticos e intelectuais. Quais seriam os limites da liberdade num governo ideal? Diversos intelectuais, estadistas, historiadores, publicistas e filósofos se dedicaram ao estudo e publicação de obras que justificassem os limites dessa liberdade, claro, que cada um determina esse limite de acordo com o seu posicionamento político. Afinal, em um momento em que as discussões a respeito de qualquer publicação implicariam não só em repercussões entre seus pares políticos, mas também intelectuais e publicistas, a maioria dos quais fazia parte da burocracia de governo.

O primeiro publicista que gostaria de destacar é Benjamin Constant. Suas publicações se destacaram no início do século XIX, mas influenciaram muito os intelectuais que se formaram em meados do mesmo século. Sua trajetória de vida não foi nada monótona. Suíço de nascimento, teve papel de destaque na França de Napoleão nos dois momentos de sua passagem pelo poder na França. A primeira experiência lhe rendeu desafetos com Napoleão em 1802 por conta de suas ideias serem demasiadamente liberais.[355] A segunda experiência foi um tanto interessante. Ao retornar ao poder por 100 dias em 1815, Napoleão convida Benjamin Constant para ser seu *conseiller d'état.*[356]

> A efetiva contribuição constitucional de Benjamin Constant, todavia, não se deu na elaboração desta Carta, mas no *Ato Adicional às Constituições*, conhecida como *Benjamina*, de 22 de abril de 1815, que emendou o texto constitucional na expectativa de viabilizar o "governo dos cem dias" de Napoleão Bonaparte. Redigida a pedido de Napoleão, a *Benjamina*, que procurou acomodar o regime imperial e a Carta (autoritária) de 1814, é um documento que não viabiliza as suas propostas políticas e, mais que isto, mostra as dificuldades constitucionais de seu autor para resistir às pressões de Napoleão.[357]

---

[355] CAPALDI, Nicholas. "Introdução". IN: CONSTANT, Benjamin. *Princípios de política aplicáveis a todos os governos.* Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, p. 27.
[356] Idem, p. 28.
[357] BASTOS, AURÉLIO WANDER. "Introdução Analítica: Constituição e Princípios Políticos na França Revolucionária (1789-1821)". IN: CONSTANT, Benjamin. *Princípios políticos constitucionais: princípios políticos aplicáveis a todos os governos representativos e particularmente à Constituição atual da França (1814).* Organização e introdução Aurélio Wander Bastos; epílogo José Ribas Vieira. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2014, p. 17.

Apesar de aceitar fazer parte do governo de Napoleão, Benjamin teria dificuldades em lidar com ele. Mas mesmo em contradição com seus princípios, redigiu a *Benjamina* com o intuito de legitimar o regime imperial de Napoleão que àquele momento flertava com as ideias constitucionais. Em maio de 1815, ainda durante o governo de Napoleão, Benjamin Constant pulicou *Princípios Políticos Constitucionais*. Nela, ele se coloca mais próximo de suas ideias em relação à consolidação do Estado francês, distanciando-se da *Benjamina*. O modelo de divisão de poderes iria influenciar a redação da Constituição Brasileira de 1824, outorgada por D. Pedro I.[358]

A originalidade de Benjamin Constant, como destaca o jurista Aurélio Wander Bastos, é a proposta de criação do poder moderador. Em sua obra, Constant, defende que o erro das outras constituições era não ter um poder que fosse neutro. Para ele, de acordo com o jurista, a falta de harmonia entre os poderes era a fonte do despotismo. "O monarca não pode nem estar fora nem acima da Constituição. O monarca pode tudo que a Constituição permite, exceto violar a sua própria natureza (sagrada)."[359] Ele diz que em sua obra, Constant, defende a monarquia constitucional em detrimento da absolutista. A legalidade bem delimitada da Constituição permite no jogo político com que a monarquia exerça o seu poder sem correr o risco de se tornar despótica, daí a soberania do povo seria respeitada.

> Definindo-se os limites da legalidade definem-se as possibilidades do poder; reconhecendo-se o espaço possível do poder, identifica-se a soberania. Constitucionalmente o representante da nação não pode fazer aquilo que a nação não pode, assim como o a nação não pode constituir-se para ferir a liberdade individual. A soberania é a expressão da vontade geral, mas ela não pode submeter a vontade individual. Onde começa a

---

[358] Idem, p. 18. Sobre a influência na Constituição Brasileira, Bastos trata mais a frente que: A Constituição Imperial não apenas transcreveu o conceito central do poder moderador como chave de toda organização política (art. 98), exposto nesta obra de Benjamin Constant, como também, obedecendo à orientação do constitucionalista francês, dispunha que o poder moderador deve velar sobre a manutenção da independência, equilíbrio, e harmonia dos mais poderes políticos (art.98), bem como que a Pessoa do imperador é inviolável e sagrada: ele não está sujeito a responsabilidade alguma (art. 99). O mesmo texto constitucional observa ainda a orientação de Princípios Políticos Constitucionais quando afirma: o Imperador exerce o Poder Moderador (art. 101): nomeando os senadores (item I); dissolvendo a Câmara dos Deputados, nos casos em que exigir a salvação do Estado, convocando imediatamente outra que a substitua (item V), nomeando e demitindo os ministros (item V); perdoando e moderando as penas impostas aos réus condenados por sentença (item VIII). IN: BASTOS, AURÉLIO WANDER. "Introdução Analítica: Constituição e Princípios Políticos na França Revolucionária (1789-1821)". IN: CONSTANT, Benjamin. *Princípios políticos constitucionais: princípios políticos aplicáveis a todos os governos representativos e particularmente à Constituição atual da França (1814).* Organização e introdução Aurélio Wander Bastos; epílogo José Ribas Vieira. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2014, p. 24.

[359] Idem, p. 19.

> independência e a existência individual para a jurisdição da soberania. A fonte legítima da soberania é o poder representativo originário da maioria, diversamente do poder ilegítimo originário da força.[360]

Chama a atenção que para Constant a legalidade da Constituição seria garantida pelo poder neutro do monarca e que esse poder emana da soberania do povo. Neste sentido, o monarca garantiria a soberania da maioria, em detrimento das vontades individuais. Essa força neutra e harmônica seria capaz de garantir a soberania do povo representada pela constituição que para ele era sagrada e jamais poderia ser violada.

Para Constant, o poder real, neutro, do monarca é capaz de equilibrar os outros poderes, sem que um se sobreponha ao outro. Ele estaria acima dos fatos. O jurista destaca a originalidade de Constant ao se aproximar mais de um liberalismo, embora de "vocação conservadora"[361], já que resguarda constitucionalmente o poder moderador do monarca à uma "essência sagrada e inviolável"[362] em contraposição com uma "vocação democrática e parlamentar do Estado"[363], como no caso inglês. Ou seja, ele não abre a discussão para o estabelecimento de uma monarquia parlamentar em que o Executivo fosse exercido por um representante eleito. O monarca seria também o representante do executivo.

Nicholas Capaldi diz que no *Princípios da Política*, Constant se mostrava um tanto preocupado com os "perigos da soberania popular."[364] Se não há limites para os representantes do povo, a tirania passa a dominar. Daí a necessidade de sempre se restabelecer as instituições para legitimar a Constituição. Somente a Constituição poderia garantir a soberania popular e o monarca traria essa harmonia. Para Constant, um ato arbitrário "coloca o governo na trilha do despotismo."[365]

Benjamin Constant, em sua obra *Princípios de Política Aplicáveis a todo governo*, discorre sobre os limites da liberdade num governo constitucional. "Os indivíduos precisam gozar de completa liberdade de opinião, seja privada ou pública, desde que tal

---

[360] Idem, p. 20.
[361] BASTOS, AURÉLIO WANDER. "Introdução Analítica: Constituição e Princípios Políticos na França Revolucionária (1789-1821)". IN: CONSTANT, Benjamin. *Princípios políticos constitucionais: princípios políticos aplicáveis a todos os governos representativos e particularmente à Constituição atual da França (1814).* Organização e introdução Aurélio Wander Bastos; epílogo José Ribas Vieira. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2014, p. 22.
[362] Idem, p. 22.
[363] Idem, p. 22.
[364] CAPALDI, Nicholas. "Introdução". IN: CONSTANT, Benjamin. *Princípios de política aplicáveis a todos os governos.* Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, p. 30.
[365] Idem, p. 31.

liberdade não implique ações perniciosas."[366] A liberdade do indivíduo deve ser garantida pelo Estado, desde que não ultrapasse os limites impostos por esse Estado, ou até mesmo os limites do outro.

> Os indivíduos têm que usufruir de liberdade ilimitada no uso de suas propriedades e no exercício do seu labor, desde que, ao disporem de suas posses ou no exercício de seu trabalho, não ofendam os que têm os mesmos direitos. Se o fizerem, a sociedade intervém, não para garantir os direitos de ninguém, mas para garantir os direitos de todos.[367]

Para Constant, os governos despóticos não podem justificar estarem sendo regidos pelos princípios da liberdade, mas sim pelos princípios do governo. Podem fazer o uso da palavra "liberdade", mas jamais podem defender os princípios que regem a liberdade justamente por estarem destituindo a nação da sua liberdade.

> Quando, por exemplo, uma maioria equivocada oprime uma minoria, ou, o que acontece com muito maior frequência, quando uma minoria feroz e ruidosa toma o nome da maioria para tiranizar a sociedade, o que alegam elas para justificar suas afrontas? A soberania do povo, o poder da sociedade sobre seus membros, a submissão dos direitos individuais em prol da sociedade, ou seja, sempre princípios de governo, nunca princípios de liberdade.[368]

Benjamin Constant sustenta a sua argumentação apontando outras situações de violação da liberdade, como é o caso da imprensa. Defensor da liberdade da imprensa, usa esta prerrogativa como argumento para demandar a liberdade geral da nação. Para ele, quando um governo ou uma só pessoa se apodera da imprensa e a transforma em instrumento de sua opinião, está sendo tirânico. [369] Ele adverte que a imprensa deve ter liberdade de opinião e se for dominada pelo governo perde essa liberdade e torna-se instrumento da tirania do governo ao divulgar apenas as ideias defendidas.

---

[366] CONSTANT, Benjamin. *Princípios de política aplicáveis a todos os governos.* Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, p. 630.
[367] Idem, p. 630.
[368] Idem, p. 631-632.
[369] Sobre isso, ler: CONSTANT, Benjamin. *Princípios de política aplicáveis a todos os governos.* Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, p. 632.

> Os princípios da liberdade, tais como definimos, são úteis e necessários para todos porque preservam os direitos de todas as pessoas como indivíduos, os da sociedade e os do governo. Tais princípios são os únicos meios para a felicidade real, para a garantia da paz, para a atividade ordenada, para o aperfeiçoamento, a tranquilidade e a durabilidade.[370]

Constant conclui que a liberdade é tão necessária quanto a existência do próprio governo. Para ele somente os governos que garantem a liberdade que são duradouros e felizes. E no caso, defende o governo monárquico constitucional como o capaz de garantir através da legalidade a soberania do povo.

Benjamin Constant foi um liberal clássico que teve importante papel na burocracia estatal da França, principalmente, nas passagens de Napoleão pelo poder, apesar de defender justamente os limites do poder que o mesmo não queria pra si. Publicou inúmeras obras importantes, principalmente, sobre a Constituição, a monarquia constitucional e os limites da liberdade para o sucesso de uma nação. Influenciou uma geração de intelectuais e publicistas à sua época e depois. Encabeça o grupo de intelectuais que começou a pensar sobre os limites do poder do monarca que implicava diretamente nos limites da liberdade dos indivíduos. Assim como ele, outros navegaram nesse debate no século XIX.

Outro intelectual que também se ocupou de refletir sobre a liberdade e cabe destacar Alexis de Tocqueville, autor da famosa obra *Da democracia na América* (Primeiro Tomo em 1835 e Segundo em 1840). Seu livro foi fruto de suas reflexões quando se encontrava nos Estados Unidos a serviço do governo francês para avaliar o sistema prisional norte-americano.

> O pensamento político de Alexis de Tocqueville foi definido pela confluência de três fatores principais: as transformações provocadas pela Revolução Francesa, com a eliminação do Antigo Regime; as mudanças profundas na vida econômica europeia devidas à Revolução Industrial; e os governos de Luís Felipe e Luiz Napoleão Bonaparte.[371]

---

[370] Idem, p. 635.
[371] WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo.* 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Ed. Gama Filho, 2001, p. 117.

O pensamento político de Tocqueville é de uma geração que ainda luta contra as tentativas exaustivas de governos europeus de manter regimes absolutistas. Ele viu isso de perto nos governos de Luís Felipe e Luiz Napoleão Bonaparte. No caso, Luís Felipe governou a França entre 1830 e 1848 e Luiz Napoleão Bonaparte fora eleito por uma maioria esmagadora de homens votantes adultos como presidente da Segunda República em 1848, porém se tornaria imperador a partir de 1851.[372]

Tocqueville, como destaca Arno Wehling, foi um intelectual muito importante por conta das influências que exerceu nos trabalhos de outros intelectuais. Suas publicações e sua performance política de alguma forma impactaram uma geração de filósofos, sociólogos, historiadores e políticos. O conceito mais importante trabalhado pelo intelectual que causou repercussão na Europa e na América é o conceito de democratização/igualdade.[373]

Wehling assinala ainda que Tocqueville mostrava que o declínio da sociedade de ordens "tendeu a acelerar-se no século XVIII, seja pela via revolucionária francesa, com a abolição dos privilégios e o estabelecimento da igualdade perante a lei, a partir de uma vontade política, seja pela via inglesa,"[374] na qual a Revolução Industrial e as ideias liberais contribuíram para essa transformação. Ou seja, para Tocqueville, a "tendência à igualdade (e à democratização) fundamenta-se politicamente na ação do Estado contra as forças regionais e locais, que constituem os anteparos protetores entre o poder central e o indivíduo."[375] Para ele a mudança vinha das forças políticas no Estado.

Porém, isso não significava que a consumação do processo democrático aconteceria de maneira estática. Para Tocqueville, esse era um processo dinâmico que traria resultados que poderiam trair "os ideais democráticos originais, pois implicaria no estabelecimento de um regime totalitário, cuja retórica igualitária velaria a manipulação do poder pelos grupos dirigentes."[376] Ora não é essa retórica igualitária que justificou governos despóticos socialistas e liberais ao longo do século XX? Daí, Wehling destaca que Tocqueville "não compartilhava dos ideais reacionários (no sentido dos anos de 1830) de uma volta ao Antigo Regime, nem da ilusão burguesa de que a Revolução se deteria

---

[372] PERRY, Marvin. *Civilização ocidental: uma história concisa.* Tradução Wantensir Dutra, Silvana Vieira. 3ª. Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 403.
[373] WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo.* 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Ed. Gama Filho, 2001, p. 117-118.
[374] Idem, p. 118.
[375] Idem, p. 118.
[376] Idem, p. 119 e 120.

na concessão da liberdade ao terceiro estado"[377], já que haveria o quarto estado que faria a sua própria revolução. Ou seja, para Tocqueville, "imbuído de historicismo, acostumou-se a ideia de que o processo era inexorável e de que cabia influir nele e não apenas negá-lo."[378] O processo que leva à desigualdade não pode ser evitado, mas o que podemos fazer para influir no tamanho dessa desigualdade, por exemplo, é que deveria ser um dos focos.

Tocqueville defendia, de acordo com Wehling, que ao longo do tempo, a dinâmica social influenciada por mudanças que vêm do Estado (como a Revolução Francesa e a Revolução Industrial) tendia ao processo de democratização cujo triunfo seria num cenário ideal a igualdade. Para ele, o processo que poderia levar à uma maior igualdade, no caso, da industrialização seria pelo "crescimento das classes médias e pela equalização das rendas"[379]. Veja bem, como um liberal, não defendia uma igualdade de renda imposta pelo Estado, mas sim, uma igualdade de renda fruto do trabalho da classe média. Ou seja, para ele o processo de democratização estava totalmente relacionado ao desenvolvimento da economia capitalista.

No início da obra *Da Democracia da América*[380], consta uma nota da edição francesa publicada pelo autor em 1848. Essa nota é muito interessante pois resume bem o pensamento político de Tocqueville. E justifica a leitura da sua obra, tendo em vista os acontecimentos de 1848 na França, que redundariam na instituição da Segunda República com a eleição Luiz Napoleão Bonaparte no fim daquele ano.

> Por maiores e mais súbitos que sejam os eventos num momento sucedidos ante nossos olhos, o autor da presente obra tem o direito de dizer que não se surpreendeu com eles. Este livro foi escrito há quinze anos, sob a preocupação constante de um único pensamento: a chegada universal, próxima e irresistível da democracia no mundo. Que seja relido: em cada uma de suas páginas se encontrará uma advertência solene que lembra aos homens que a sociedade muda de forma, a humanidade de condição e que novos destinos se aproximam.[381]

Ele expõe resumidamente os objetivos de sua obra: a chegada da democracia no mundo. Ele fala de uma época em que os ânimos estavam exaltados com tantas mudanças.

---

[377] Idem, p. 120.
[378] Idem, p. 120.
[379] Idem, p. 122.
[380] TOCQUEVILLE, Alexis de. *Da Democracia da América.* Tradução: Pablo Costa e Hugo Medeiros. Campinas, SP: VIDE Editorial, 2019.
[381] Idem, p. 11.

Rompia-se com a monarquia de Luís Felipe que durou de 1830 à 1848. As forças políticas se organizavam para a formação da Segunda República. Uma República que inaugurava uma eleição que se aproximava do sufrágio universal, já que todos os homens adultos alfabetizados poderiam votar. Enfim, para Tocqueville, o cenário que se formava se aproximava muito de uma democracia. O que ele não podia prever é que os objetivos de Luiz Napoleão Bonaparte fossem além da democracia e que a França cairia novamente em 1851 nas garras da monarquia.

Nesta nota ele destaca que apesar de ser um futuro incerto ainda sobre como essa República se portaria, o cenário estava tendendo mais para uma República do que para uma monarquia. E atenta para o exemplo dos norte-americanos, dizendo o quanto a democracia praticada pelos americanos funcionava e trazia prosperidade para a Nação. Não diz que a França necessitava "copiar servilmente as instituições"[382], mas que deveria buscar inspiração já que o exemplo dos americanos era de estabilidade e não de guerras. Ele não imaginava que ainda no século XIX, os americanos fossem se envolver numa guerra que quase dividiu o país por conta de divergências em relação, principalmente, à escravidão.

> Ora, esse problema que acabamos de apresentar, a América o solucionou há mais de sessenta anos. Em todo esse tempo, o princípio da soberania do povo, que entronizamos ontem entre nós, ali reina inconteste. Ele foi posto em prática da maneira mais direta, mais ilimitada, mais absoluta. Há sessenta anos, o povo que fez dele a fonte comum de todas as suas leis cresce sem cessar em população, em território, em riquezas; e, observe bem, foi ele durante esse período não somente o mais próspero, mas o mais estável dentre os povos da terra. Enquanto todas as nações da Europa eram devastadas pela guerra ou destroçadas pelas discórdias civis, somente o povo americano no mundo civilizado permanecia em paz. Quase toda a Europa era virada do avesso pelas revoluções; a América não tinha sequer motins; a república não era perturbadora, mas conservadora de todos os direitos. A propriedade individual tinha lá mais garantias que em qualquer outro país do mundo; a anarquia era tão desconhecida quanto o despotismo.[383]

Fica evidente aqui a predileção pelo modelo norte-americano. Mesmo fazendo críticas as falhas do modelo norte-americano ao longo de sua obra, a sua hipótese é de que é o melhor exemplo de República Liberal Democrática. Nas palavras dele, há

[382] Idem, p. 12.
[383] Idem, p. 12.

prosperidade, há estabilidade, não há motins e há sim conservação dos direitos. Há o direito a propriedade individual bem garantido e não existe anarquia ou despotismo. Ele termina a nota concluindo que

> as leis da república francesa podem e devem, em vários casos, ser diferentes daquelas que regem os Estados Unidos, mas os princípios sobre os quais as constituições americanas repousam, esses princípios de ordem, de ponderação dos poderes, de verdadeira liberdade, de sincero e profundo respeito ao direito são indispensáveis a todas as repúblicas; devem ser comuns a todas, e pode-se dizer de antemão que, onde eles não se encontrarem, a república terá cessado de existir.[384]

Ele não destaca que o exemplo americano deve ser seguido à risca. Mas os princípios que regem a sociedade e a constituição norte-americana são condições *sine qua non* para uma República democrática existir. Tais concepções que ele elenca são princípios liberais conservadores: ordem, equilíbrio dos poderes, verdadeira liberdade[385] e respeito ao direito.

Partindo para a obra em si, escrita em 1835, portanto 15 anos antes das lutas de 1848, podemos refletir sobre como o exemplo de democracia encantava o autor já na sua introdução. "Entre os novos objetivos que atraíram a atenção durante minha estadia nos Estados Unidos, nenhum atingiu mais vivamente meu olhar que a igualdade de condições."[386] Portanto, delineia-se claramente o propósito de Tocqueville: mostrar como o modelo americano de democracia garantia uma igualdade de condições como em nenhuma outra república até aquele momento mostraria. E como a Europa caminhava para um processo de democratização, que na em sua defesa deveria buscar inspiração no modelo americano.

No Segundo Tomo, Tocqueville se dedica mais ao tema da democracia na América. No capítulo I, faz uma reflexão sobre como funciona a soberania do povo no governo norte-americano. "Na América, o povo nomeia aquele que faz a lei e aquele que

---

[384] Idem, p. 12.
[385] Interessante ele dizer "verdadeira liberdade". Isso mostra o quanto que o debate sobre os limites da liberdade em 1848 estava latente e que muitos divergiam sobre o que implicaria numa sociedade, num governo determinado, a liberdade. Por exemplo, ele entende como "verdadeira liberdade": a liberdade de imprensa, a liberdade de religião, a liberdade de opinião, a liberdade em relação à propriedade individual, entre outras. Mas não considera como liberdade o fim da escravidão. Afinal, se o exemplo americano de liberdade e democracia é o seu parâmetro, ainda em 1848, os americanos eram escravocratas.
[386] Idem, p. 13.

executa; o povo mesmo constitui o júri que pune as infrações à lei."[387] Ou seja, o povo participa das escolhas em relação às leis que regem o país. "Não somente as instituições são democráticas em seu princípio, mas também em todos os seus desdobramentos".[388] A democracia não é rompida pelas instituições que as usa em todas as suas ações. "Assim, o povo nomeia diretamente seus representantes e os escolhe em geral todos os anos, a fim de tê-los mais completamente em sua dependência."[389] O fato de o povo escolher todos os anos seus representantes cria uma relação de dependência dos eleitos com os eleitores, já que um depende do outro. E continua seu pensamento:

> É, portanto, realmente, o povo que dirige, e, ainda, que a forma do governo seja representativa, é evidente que as opiniões, os preconceitos, os interesses e mesmo as paixões do povo não podem encontrar obstáculos duradouros que os impeçam de projetar-se na direção cotidiana da sociedade.[390]

Aqui, Tocqueville já justifica o que poderia ser compreendido como uma falha no modelo americano de democracia. Em sendo uma democracia representativa, ou seja, o povo elege seus representantes, as paixões, os preconceitos e os vícios não atingem o governo já que os eleitos têm liberdade para agir sem necessariamente ter obstáculos por parte de qualquer oposição.

Tocqueville continua sua reflexão e a estende para todos os governos democráticos: "Nos Estados Unidos, como em todos os países onde o povo reina, é a maioria que governa em nome do povo."[391] Os governos em que o povo detém as rédeas do poder, maioria governa pelo povo. Ele termina essa passagem enfatizando que essa "maioria se compõem principalmente de cidadãos pacíficos, que, seja por gosto ou por interesse, desejam sinceramente o bem do país."[392] Aqui ele assume que todos os eleitos, por não terem herdado o governo e sim por terem sido escolhidos pelo povo, são pessoas querem somente o bem. Para ele, não haveria interesse particular por parte dessas pessoas em corromper o governo, já que foram eleitas pelo povo.

No capítulo V, Tocqueville faz uma reflexão sobre o presente que vivia na França à época, o que mostra como sua obra dialogava com o seu presente. Ele faz uma crítica

---

[387] Idem, p. 235.
[388] Idem, p. 235.
[389] Idem, p. 235.
[390] Idem, p. 235.
[391] Idem, p. 235.
[392] Idem, p. 235.

as divergências política em torno do debate sobre a democracia na Europa. E para isso, valoriza o exemplo americano de democracia. "Na América, portanto, a democracia está entregue às suas próprias inclinações. Sua aparência é natural e todos os seus movimentos são livres."[393] Ou seja, a América é o exemplo natural de democracia. E segue questionando o quanto que os europeus deveriam olhar para o exemplo americano. Daí sugere o que pode levar a França no futuro.

> E para quem mais esse estudo seria interessante e proveitoso senão para nós, que um movimento irresistível arrasta a cada dia, e que marchamos às cegas, talvez em direção ao despotismo, talvez em direção à república, mas seguramente em direção a um estado social democrático?[394]

Chama a atenção quando o autor fala sobre as escolhas feitas pelos americanos ao eleger seus representantes. Ele destaca que "os homens mais notáveis são raramente chamados para as funções públicas."[395] O povo prefere escolher seus representantes dentre os comuns do que entre os homens mais notáveis, em consequência estes homens também não querem se "rebaixar"[396] à carreira política.

Tocqueville continua seu pensamento e reflete o quanto o acesso ao conhecimento e a erudição levaria ao maior sucesso da sociedade não é possível de se alcançar para a maioria da população visto que exigiria tempo e acesso ao estudo que o mundo do trabalho não permite. Por isso, conclui que os intelectuais acabam sendo minorias em qualquer sociedade e assim sempre será. Ele faz a mesma reflexão em relação aos ricos também. E reflete em seguida sobre a igualdade na democracia liberal. Para ele, o homem está sempre buscando a igualdade. "As instituições democráticas despertam e afagam a paixão pela igualdade sem jamais poder satisfazê-la inteiramente."[397] E o povo segue tentando encontrar essa igualdade. "A chance de conquistá-la o comove; a incerteza do sucesso o irrita; ele se agita, se cansa, se amargura."[398] Mas num governo democrático, continua sempre na expectativa de conseguir chegar a essa igualdade. (Não seria o eterno debate sobre o fim das desigualdades sociais no século XX e XXI?) Ou seja, para Tocqueville a igualdade num regime liberal democrático jamais seria alcançada

[393] Idem, p. 261.
[394] Idem, p. 261.
[395] Idem, p. 262.
[396] Idem, p. 264.
[397] Idem, p. 263
[398] Idem, p. 263.

justamente porque as pessoas não estão em igualdade de condições, seja financeira, seja intelectual. Aqui ele mostra o quanto que defende uma democracia liberal que se distanciava do socialismo de Marx. Wehling mostra bem essa diferença entre os dois intelectuais. Para ele, "a igualitarização impulsiona a "propensão à democracia", em Tocqueville, como a industrialização possibilita o predomínio capitalista sobre as antigas formas de produção, em Marx."[399] Para ele, Tocqueville reconhece na sociedade democrática a estratificação social baseada na riqueza, mas entende que está inerente ao próprio processo de democratização da sociedade. O fato era que a sociedade feudal estava rompida definitivamente pelo mundo moderno. [400]

Tocqueville acreditava que o Estado Moderno havia rompido definitivamente com o Antigo Regime, que a riqueza, o acúmulo de capital, o desenvolvimento tecnológico e industrial eram movimentos que se desenvolviam à medida que a sociedade buscava a igualitarização e consequentemente a democracia. Ele não acreditava que as classes sociais tinham condições de dominar a política por muito tempo, diferentemente de Marx que acreditava que a burguesia representava a classe dominante no mundo capitalista industrial. Para Marx, a industrialização foi responsável pelo desenvolvimento capitalista e ao aumento do acúmulo de capital pela burguesia em detrimento da exploração dos operários.

No capítulo VII, da sua obra *Da Democracia da América*, Tocqueville vai se dedicar ao tema que lhe rendeu bastante popularidade: a tirania da maioria. Já no início do capítulo ele destaca que "é da própria essência dos governos democráticos que o império da maioria seja absoluto, pois, fora da maioria, nada há que resista nas democracias."[401] Ou seja, para ele, nas democracias, a maioria tem o domínio de suas escolhas e vontades, portanto, são absolutas diante de uma minoria que pode questionar, mas por ser a força menor não tem o poder de decisão.

> A maioria, assim, tem nos Estados Unidos um imenso poder de fato e um poder de opinião quase tão grande; e, uma vez que ela é formada sobre uma questão, não há, por assim dizer, obstáculos que possam, não digo nem deter, mas retardar

---

[399] WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo.* 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Ed. Gama Filho, 2001, p. 122.
[400] Ver: WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo.* 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Ed. Gama Filho, 2001, p. 122.
[401] TOCQUEVILLE, Alexis de. *Da Democracia da América.* Tradução: Pablo Costa e Hugo Medeiros. Campinas, SP: VIDE Editorial, 2019, p. 315.

> sua marcha e dar-lhe tempo para ouvir as reclamações daqueles que ela esmaga em sua passagem.[402]

Para ele, a vontade da maioria esmaga a da minoria que não tem a menor chance de se quer ser ouvida. O poder da maioria é muito grande na democracia norte-americana. Portanto, o que a maioria quer é o que prevalece. E para ele, "as consequências desse estado de coisas são funestas e perigosas para o futuro."[403]Está aí uma das críticas que Tocqueville fez à democracia norte-americana.

Tocqueville continua suas críticas e faz alguns questionamentos para refletirmos sobre a tirania da maioria: "Afinal, o que é uma maioria tomada coletivamente, senão um indivíduo que tem opiniões e, frequentemente, interesses contrários a outro indivíduo que se chamam minoria?"[404] Aqui ele faz pensarmos na maioria e na minoria como se fossem pessoas com opiniões contrárias num governo. E continua: "Ora, se você admite que um homem todo-poderoso pode cometer abusos contra seus adversários, por que não admite o mesmo para uma maioria?"[405] Não seria a oposição existente entre a maioria e a minoria considerada uma divergência entre adversários? "Os homens, ao se reunirem, mudaram de caráter? Tornaram-se mais pacientes diante dos obstáculos ao se tornarem mais fortes?"[406] Ou seja, o homem no poder abdica de suas vontades e objetivos em nome da harmonia geral entre maioria e minoria? "Quanto a mim, não poderia acreditar em semelhante coisa; e o poder de fazer tudo, que recuso a qualquer de meus semelhantes, não concederia jamais a vários deles."[407] Aqui fica claro seu posicionamento conservador em relação à democracia. Deixar o poder de fazer tudo nas mãos da maioria não é algo que ele ache que funcione. E continua sua reflexão:

> Portanto, quando vejo que são concedidos o direito e a faculdade de tudo fazer a algum determinado poder, seja ele chamado povo ou rei, democracia ou aristocracia, seja ele exercido numa monarquia ou numa república, digo: eis o germe da tirania; e procuro ir viver sob outras leis.[408]

---

[402] Idem, p. 317.
[403] Idem, p. 317.
[404] Idem, p. 320.
[405] Idem, p. 320.
[406] Idem, p. 320.
[407] Idem, p. 321-321.
[408] Idem, p. 321.

Para Tocqueville, qualquer governo, democrático, aristocrático ou monárquico que concede o direito de se fazer tudo por parte dos que compõem o governo é um governo que tende a tirania e ele condena esse tipo de governo. Tocqueville, em sua obra, *Democracia da América*, faz um estudo sobre como a igualdade existe na prática e na teoria na democracia norte-americana. Faz muitos elogios, mas também críticas. Reconhece que a tirania da maioria é o principal mal que poderia levar essa democracia à perdição.

Noberto Bobbio, em sua obra, *Liberalismo e Democracia*, reflete sobre a importância da obra de Tocqueville para o debate sobre os limites da liberdade. Para ele, Tocqueville era antes um liberal que um democrata.[409]

Para Bobbio, Tocqueville estuda o caso americano para entender os limites da liberdade nesta forma de governo democrático. E destaca também o que Tocqueville defende como tirania da maioria. "O princípio de maioria é um princípio igualitário na medida em que pretende fazer com que prevaleça a força do número sobre a força da individualidade singular."[410]

Ele continua refletindo sobre como Tocqueville defende sua teoria: "Para um liberal como Tocqueville, o poder é sempre nefasto, não importa se régio ou popular."[411] O excesso de poder nas mãos do Estado, seja uma democracia, seja uma monarquia, é nefasto. Assim, continua, "o bom governo não se julga pelo número grande ou pequeno dos que o possuem, mas pelo número grande ou pequeno das coisas que lhe é lícito fazer."[412] Para ele, o caminho para um governo despótico é a quantidade de poder que o governo tem para fazer as coisas, ou melhor, fazer tudo.

> Os remédios, que Tocqueville acredita ainda existirem e não se cansará de propor, são os clássicos remédios da tradição liberal, acima de tudo a defesa de algumas liberdades individuais, como a liberdade de imprensa, a liberdade de associação, e, em geral, a defesa dos direitos do indivíduo que os Estados democráticos tendem a desconsiderar em nome do interesse coletivo, e, portanto, o respeito às formas que garantam, ao menos, a igualdade perante o direito e, por fim, a descentralização.[413]

---

[409] NOBBIO, Noberto. *Liberalismo e democracia.* ...op. cit., p. 75.
[410] Idem, p. 75.
[411] Idem, p. 76.
[412] Idem, p. 76.
[413] Idem, p. 77-78.

Bobbio conclui que Tocqueville acreditava que a solução para os problemas da igualdade fundamentava-se na tradição liberal. Ele prezava as liberdades de imprensa, de associação e o direito do indivíduo perante o Estado. Para Bobbio, Tocqueville não era democrata e sim um liberal.

Benjamin Constant e Tocqueville são expressões máximos do intelectual liberal conservador no século XIX. Acredito que as ideias de Benjamin Constant de alguma forma influenciaram os estudos de Tocqueville, porém por não serem tão contemporâneos, divergiam em relação os limites da liberdade em muitos aspectos. Enquanto, Benjamin Constant era defensor do regime monárquico constitucional, Tocqueville apostava em regimes que mais se aproximavam da democracia, como as repúblicas. Não é de se espantar essa divergência, visto que vivenciaram épocas diversas. Constant viveu sob a sombra do Antigo Regime sob as ameaças imperialistas de Napoleão. Enquanto Tocqueville experimentou um período que ficou conhecido pelo fomento de ideias liberais na Europa e na França. Questionando o seu presente ao longo da sua obra, Tocqueville mesmo que sutilmente, faz críticas ao reinado de Luís Felipe (1830-1848). E na nota acrescentada em seu livro, na edição de 1848, já vive outro momento que trazia um pouco de esperança para mudanças significativas na França, as revoluções de 1848 e o início da Segunda República. Enquanto, Constant luta para que a Constituição seja o limite de governos despóticos, no caso francês à época, monárquico, Tocqueville defende não só regimes constitucionais, mas liberdades individuais que garantissem uma sociedade mais democrática. Ambos reprovam os regimes despóticos, o que mostra que a força contra o rompimento definitivo com Antigo Regime era muito maior entre os intelectuais do século XIX. Era algo inevitável.

Acredito que Varnhagen tenha escrito a *Memória* na segunda metade da década de 1840. Esse período na Europa, também ficou conhecido como o período das agitações revolucionárias, das últimas que se inspiravam na luta contra o Antigo regime, na Primavera dos Povos.

> Tem havido um bom número de grandes revoluções na história do mundo moderno, e certamente muitas delas foram bem-sucedidas. Mas nunca houve uma que se tivesse espalhado tão rápida e amplamente, alastrando-se como fogo na palha por sobre as fronteiras, países e mesmo oceanos. Na França, o centro natural e detonador das revoluções europeias, a república foi proclamada em 24 de fevereiro. Em 2 de março, a revolução havia ganhado o sudoeste alemão; em 6

> de março, a Bavária; em 11 de março, Berlim; em 13 de março, Viena e, quase imediatamente, a Hungria; em 18 de março, Milão e, portanto, a Itália (onde uma revolta independente havia tomado a Sicília).[414]

Iniciada com as revoluções de 1848, a primavera dos povos influenciou quase toda a Europa. Várias capitais aderiram às famosas jornadas revolucionárias em 1848 numa onda rápida, daí o nome de primavera como se brotassem quase que ao mesmo tempo em vários lugares diferentes.

Marvin Perry destaca os motivos que inspiravam os levantes: liberdade política e nacionalidade. Ao mesmo tempo que se lutava para estabelecer os limites da liberdade do estado, se buscava determinar o nacionalismo que delimitava o espaço do Estado. [415]

A primavera dos povos foi a luta contra governos opressores e inconstitucionais, fossem repúblicas ou monarquias. Mas foi acima de tudo a afirmação das nacionalidades. Povos se reuniram e delimitaram suas nações. Não foram divididas pela etnia dos povos, mas pelos interesses das elites dominantes. "O critério "histórico" de nacionalidade implicava, portanto, a importância decisiva das instituições e da cultura das classes dominantes ou elites de educação elevada, supondo-as identificada, ou pelo menos não muito incompatíveis com as do povo comum."[416]

> O sucesso inicial dos revolucionários deveu-se menos à sua força do que à hesitação dos governos em utilizar poder superior. Os líderes reacionários da Europa, entretanto, superaram sua paralisia e moveram-se decididamente para esmagar as revoluções. A coragem dos revolucionários não foi páreo para as tropas regulares. Milhares foram mortos e presos, e muitos fugiram para a América.[417]

As revoluções não foram bem sucedidas no final das contas. Os governos reagiram e conseguiram esmagar os movimentos por toda a Europa. "As divisões de classes enfraqueceram os revolucionários."[418] Os liberais burgueses que haviam se unido aos trabalhadores no início dos levantes, se afastaram ao longo do tempo receosos em relação

---

[414] HOBSBAWM, Eric. J. *A era do capital, 1848-1875*. 30ª. Edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020, p. 32.
[415] PERRY, Marvin. *Civilização ocidental: uma história concisa.* Tradução Waltensir Dutra, Silvana Vieira. 3ª. Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 401.
[416] HOBSBAWM, Eric. J. *A era do capital...op. cit.*, p. 141.
[417] PERRY, Marvin. *Civilização ocidental: uma história concisa.... op. cit.*, p. 407.
[418] Idem, p. 407.

a bandeiras sociais desses grupos. "Quando a classe operária se engajava na ação revolucionária, a classe média aterrorizada desertava a causa ou se unia às velhas elites na sujeição dos trabalhadores."[419] Outra fraqueza do movimento foi o próprio nacionalismo em si. "Animosidades nacionalistas intratáveis ajudaram a destruir todos os movimentos revolucionários contra o absolutismo na Europa central. Em muitos casos, as diferentes nacionalidades se odiavam mais que aos governantes reacionários."[420] Os povos prezavam mais pela formação do Estado-Nação do que pelos princípios de igualdade e democracia que esse Estado teria. Para Hobsbawm, no início parecia que as revoluções acabariam rapidamente, mas após 18 meses, todas as monarquias, com exceção da França tinham sido restauradas. Foi uma tentativa fracassada para a maioria dos países o rompimento com o regime absolutista.[421]

Apenas no caso francês, houve uma mudança significativa para a Segunda República, mas que duraria pouco, já que em 1851, Luís Napoleão Bonaparte se tornaria imperador. Elas não tiveram sucesso no que se propunham naquele momento. Mas foram importantes para que novas ideias começassem a ganhar força nos círculos intelectuais, nos artigos e trabalhos de publicistas e nas redações de diversas constituições no século XIX. Também foram importantes para que movimentos ganhassem força, como por exemplo, o socialismo. Nas palavras de Hobsbawm:

> Mil oitocentos e quarenta e oito estava bem longe de ser "o ponto crítico quando a Europa falhou em mudar". A Europa não conseguiu mudar de uma forma revolucionária. Já que tal não ocorreu, o ano das revoluções permanece sozinho, uma abertura, mas não uma ópera principal, um portal cujo estilo arquitetônico não leva a esperar o que se encontra após atravessá-lo.

Varnhagen era engenheiro militar de formação e membro da diplomacia imperial, certamente leu obras escritas por publicistas e intelectuais da sua época. Não há cartas publicadas na obra de Lessa do ano de 1848. A última carta está datada de agosto de 1847, e foi dirigida ao Visconde de Sá Bandeira, de quem foi ajudante de campo, nas tropas constitucionalistas fiéis ao Duque de Bragança, na guerra civil contra D. Miguel.[422]A

---

[419] Idem, p. 407.
[420] Idem, p. 407.
[421] HOBSBAWM, Eric. J. *A era do capital...op. cit.*, p. 33.
[422] Na obra de Lessa, existem algumas cartas ao longo de sua trajetória para o Visconde de Sá Bandeira dando notícias sobre suas viagens e carreira.

carta seguinte com data de 17 de julho de 1849, teve como destinatário Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara. Nesta correspondência, ele relata ao amigo que por conta da preguiça cortou toda a correspondência com seus colegas por um tempo. E retomava naquele momento. [423] A julgar pela sua correspondência, não sabemos ao certo o que ocupou Varnhagen entre agosto de 1847 e julho de 1849, mas pode ter relação com a redação do *Memorial Orgânico (1849)*, da *Memória da Administração Pública (sem data)* e talvez se ocupasse dos últimos ajustes da sua *História geral (1854)*. Sem dúvida se ocupava de reflexões e estudos sobre o que vinha se debatendo na Europa, já que provavelmente estivesse em Madri. Apesar das obras abordarem temas de interesse brasileiro, elas podem ter tido inspiração nas leituras e acontecimentos que presenciou na Europa durante essa época. Os limites da liberdade e a ação do Estado sob seus associados poderia ter feito parte de suas inquietações. E as únicas pistas que temos sobre isso, estão no contexto histórico europeu da época e suas publicações em 1849 e 1854.

Acredito que as ideias de Varnhagen se aproximassem bastante das ideias de Benjamim Constant, visto que ambos defendiam a monarquia constitucional e os limites do poder moderador. Mas também suas ideias não estavam tão distantes assim das de Tocqueville, afinal ambos são liberais conservadores que não toleram governos despóticos e muito menos governos que tolhem a liberdade de imprensa, entendida por ambos como necessária para a garantia da liberdade de opinião entre os associados. Mas também não apoiam deliberadamente um governo revolucionário.[424]

3.2 **Memória da Administração Pública: apresentação da obra**

A *Memória da Administração Pública* é um manual de governança, que muito se assemelhava às obras de Zacarias de Góis Vasconcelos e do Visconde de Uruguai, publicadas na década de 1860.[425]A princípio, poder-se-ia pensar em um estudo comparado entre as três obras. A *Memória*, contudo, provavelmente foi escrita na segunda metade da década de 1840. Portanto, anterior às contribuições supracitadas. Então, não dedicamos a esse estudo nesta tese.

---

[423] LESSA, Clado Ribeiro de. *Correspondência Ativa... op. cit.*, p. 154.
[424] Isso fica bem claro nos ofícios que escreveu na Legação em Madri criticando o absolutismo espanhol da época e a falta de liberdade da imprensa que trabalharemos ainda neste capítulo.
[425] Sobre isso, ver: VASCONCELOS, Zacarias de Góis e. *Zacarias de Góis Vasconcelos*/ Organização e introdução de Cecília Helena de Salles Oliveira. São Paulo: Ed. 34, 2002. Uruguai, Visconde do. *Visconde do Uruguai.* Organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Ed. 34, 2002.

Não chegamos a uma conclusão sobre os motivos que levaram Varnhagen a deixar este projeto de lado. Sabemos que Varnhagen publicou a primeira e a segunda parte do *Memorial* em Madri em 1849 e 1850, respectivamente, anonimamente.[426] Em 1851, a Revista Guanabara publicou o *Memorial* com algumas alterações.[427] O polígrafo só iria retomar o tema em 1877, com a edição do opúsculo *A Questão da Capital: marítima ou no interior?*[428]

Varnhagen aponta na obra de 1877 que o *Memorial* não teve muitos leitores , "como sucede ainda geralmente hoje aos folhetos que não dizem respeito a assumptos da política palpitante, não teve muito maior curso a reimpressão dele no Guanabara, que, como jornal litterario, pouca circulação adquiriu entre nossos políticos."[429] Contudo, em seguida, comenta que foi lida pelo senador Hollanda Cavalcanti, já que o mesmo a menciona na discussão que teve no Senado, no dia 10 de junho de 1853, à respeito do projeto de lei E, que veiculava a criação de uma nova capital para o Brasil.[430]Apesar de Varnhagen comentar que se "poz desde logo uma pedra, e ainda lá dorme" sobre a mudança da capital do Brasil por parte dos nossos políticos, defende a ideia de que o tema é importante e deveria ser retomado. Qual foi a motivação que o Visconde teve para retomar o tema em 1877? Seria um ajuste de contas em relação a baixa repercussão do *Memorial* entre seus pares? Não sabemos ao certo, mas esse silêncio entre 1852 e 1877 é no mínimo intrigante.[431]

---

[426] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial Orgânico que a consideraçam das Assembleas geral e provinciaes do Imperio, apresenta um brasileiro.* Dado a luz por Um Amante do Brazil. Madri: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1849. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial Orgânico. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil.* Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850.

[427] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial Orgânico offerecido á nação.* Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382- 402, out.-nov. 1851.

[428] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *A Questão da capital: marítima ou no interior? Pelo Visconde de Porto Seguro.* Viena: Imp. do filho de Carlos Gerold. Edição por conta do autor, 1877.
[429] Idem, p. 10.
[430] Idem, p. 10.
[431] Fiz uma pesquisa sobre essa publicação do Diário do Rio e consegui retirar a citação que Hollanda Cavalcanti trata do *Memorial*. O debate aconteceu no Senado na sessão de 10 a de agosto de 1853, quando os senadores discutiam sobre o Projeto E de 1852. O Projeto E refletia a possibilidade da mudança da capital, no caso, para o sertão de São Francisco. Em discussão calorosa entre o senador Dantas e o Senador Cavalcanti, o último comenta que: "Não quero tomar tempo ao Senado, mas sempre direi uma cousa acerca das suas noções históricas da capitães. Há ahi uma brochura que contém alguma coisa, que não partilho, mas que responde ao nobre senador nesta parte; suponho que o Guanabara do anno de 1851 nos números de agosto e setembro. Eu li idéas de mudança da capital, idéas que sempre tive, mas ahi se diz, como se tem feito as capitães, não é só nos Estados Unidos que não pode ter a este

Voltando à *Memória*, Varnhagen discute os limites da liberdade, o debate se o poder e a administração devem ou não estar centralizados, exemplos refutados, qual o melhor sistema de governo, as funções da administração central e da provincial, entre outros assuntos pertinentes à governança do Estado. Tratava-se, pois, de uma obra proveitosa para enriquecer o debate sobre o exercício da liberdade.

Outro debate importante presente na *Memória* diz respeito ao papel da moeda e da economia para o Estado. Ele destaca o importante papel do Estado na administração dos bens dos cidadãos. Como acreditava que a liberdade garantida pela Constituição era condição *si ne qua non* para o bom funcionamento da máquina estatal e prosperidade da nação, não podia deixar de lado este tema em sua *Memória*. A formação de engenheiro de Varnhagen também deve ser considerada como um dado fundamental para a visão que tinha sobre infraestrutura, mas também sobre suas ideias em relação a organização da sociedade e dos seus bens. E mais, Varnhagen frequentou o Curso de Economia Política, ministrado na Associação Mercantil de Lisboa, pelo português António d'Oliveira Marreca (1805-1889).[432] Um dado importante para entendermos suas perspectivas político-econômicas na *Memória*.[433]

A formação militar de Varnhagen também deve ser levada em conta principalmente ao tratar da ordem e da justiça em sua obra. Não podemos deixar de lembrar que fruto de sua experiência militar construiu uma rede de sociabilidade que inclui figuras de destaque na política portuguesa, como o Visconde de Sá da Bandeira. Tanto António d'Oliveira Marreca, quanto o Visconde de Sá da Bandeira foram personalidades que se dedicaram a defender a Constituição, bem como as ideias liberais. Dado que é importante para

---

respeito paridade alguma comnosco porque é um governo que não tem corte; há um lugar onde se reúnem representantes, e tanto lhes faz reunirem-se aqui, como em qualquer parte, não tem pois nenhuma paridade comnosco. O nobre senador leia essa Memória que suponho se achará na Bibliotheca e ahi se verá como se formam as capitães." IN: Diário do Rio, nº. 158 de 12 de junho de 1853 de 1853. http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=38556 (visto no dia 25 de setembro de 2021 às 18:04).

[432] Foi também fundador do *O Panorama*, jornal de que Varnhagen foi colaborador. Destacou-se também pelos seus estudos econômicos e políticos (salientando-se a obra de sua autoria *Noções elementares de Economia Política*, para servir de compêndio às pessoas que frequentam o curso desta ciência, fundado pela Associação Mercantil de Lisboa, e dirigido pelo auctor. Lisboa, na Typ. do Largo do Contador mor 1838. Espécie de súmula dos artigos sobre o mesmo assunto disseminados pela Imprensa). Marreca teve uma trajetória interessante, se destacando no início de sua carreira por sua diretriz liberal, passando pelo Parlamento e se dedicando nos últimos anos de sua vida as ideias republicanas. Mas sem dúvida foi um economista importante na formação de Varnhagen.

[433] Na *Memória*, Varnhagen trata do tema sobre estatística: "Emquanto se careça de uma estatística que va aproximando-se cada vez mais à perfeição, dos problemas que afectem à sociedade se resolverão sem pleno conhecimento de causa, a nação, não formará uma família, nem o espirito público será outra coisa mais que uma determinação de de (repetição do autor) vistas sem ponto de convergência uma base donde nunca se elevará a dominadora pirâmide por estar su cúspide indeterminada." IN: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memória da Administração Pública*. Sem data, fl. 34v.

entendermos como essa primeira formação de Varnhagen em Portugal estava carregada de influências liberais. Daí salientamos a visão de Varnhagen na *Memória* sobre os limites do poder central e também a importância da iniciativa privada e do fomento a indústria. Em relação à indústria, não deixa de defender também o incentivo à produção agrícola, grande riqueza do país.

Ao examinar o texto original para fixá-lo, optei por fazer as correções ortográficas para melhor compreensão do seu conteúdo. Para melhor guiar esse trabalho, apresento abaixo o sumário dos assuntos abordados. Entretanto, a obra parece inacabada pois existem capítulos cujos título aparecem apenas enunciados, sem os respectivos conteúdos. A obra, provavelmente, foi escrita na segunda metade da década de 1840, quando se dedicava à elaboração do *Memorial Orgânico*. Como já mencionado nesta tese, há uma pista sobre o original da *Memória.* Num suposto catálogo que Varnhagen elaborou sobre sua bibliografia cronologicamente, aparece um título de uma obra "A Ciência da administração e a necessidade que tem o Brasil de reformas administrativas em harmonia com os princípios da mesma ciência". Possivelmente, esse original que não foi publicado e se encontra perdido, preenche as lacunas da *Memória.*

A obra deixa entrever um Varnhagen visionário, que tencionava contribuir para organizar a estrutura e o funcionamento da burocracia imperial, fundamentado nos princípios modernos de administração pública. Ao que tudo indica, o futuro Visconde aspirava alçar voos mais altos, até ser nomeado *conseiller d'etat de D. Pedro II*, tal como Chateaubriand o foi de Napoleão, se pensarmos que a *Memória* integra um conjunto temático de trabalhos, em que se inserem o *Memorial Orgânico*, o *Breviário de Cartas de Gabinete* e o opúsculo *Questão da capital: marítima ou do interior?* Isso sem falar de numerosos pareceres e relatórios de missões que realizou, incumbido pelo Imperador, como a observação dos métodos de plantação de fumo na Virgínia (EUA), bem como, entre outras tarefas, a de coligir documentos sobre os nossos limites territoriais nos arquivos espanhóis. Experiência que também pode ter contribuído para sua visão, nessas obras, da importância da mudança da capital para o interior, da organização das províncias e dos limites do Império, sem que se prejudicasse o poder que emanava do centro.

Segue abaixo o sumário da *Memória*.

Sumário

Da Administração Pública

Capítulo I. Ideia Geral da Administração

§. I. Definições

§. II. Diferenças em administração e em direito administrativo

§. III. A quem corresponde entrever na administração.

§. IV. Se deve estar centralizada a administração

§. V. Se pode centralizar-se o governo e excentralizar-se a administração

§. VI. Excentralização e a revolução

§. VII. Refutação de exemplos vantajosos

§. VIII. Toda a forma de governo admite administração

§. IX. A Administração é o apoio dos governos

Advertências

Capítulo II. Atribuições da administração

§. I. Serviços Públicos

§. II. Conservação da sociedade com respeito ao exterior

§. III. Conservação da sociedade com respeito ao interior

§. IV. Melhoramento da sociedade

§. V. Administração com carácter privado

§. VI. Polícia administrativa

§. VII. Indústrias

§. VIII. Religião

§. IX. Estatística

§. X. Leis Políticas

Capítulo III. Organização Administrativa

§. I. Ação, conselho, e decisão contenciosa

§. II. Administração suprema

§. III. Administração superior ou principal

§. IV. Administração subalterna ou de partido

§. V. Administração local ou municipal

§. VI. Organização da Polícia Administrativa

§. VII. Polícia Judicial

Recapitulação

§. VIII. Dos funcionários ou agentes administrativos

§. IX. Funcionários de eleição popular

Capítulo V. Ação Administrativa[434]

§. I. Seu carácter

§. II. Ação Direta

§. III. Ação jurisdicional

§. IV. Diferenças entre a ação judicial e a administrativa, e contenciosa

§. V. Auxílio das leis administrativas

§. VI. Ação da administração suprema

§. VII. Ação da administração provincial

§. VIII. Ação da administração municipal

§. IX. Tutela administrativa

§. X. Ação da Polícia

§. XI. Repressão de atentados contra a ordem pública

§. XII. Contratos administrativos

§. XIII. Modo de proceder em administração

§. XIV. Penas administrativas. Interpretação dos pontos duvidosos.

§. XV. Recursos contra a administração: Competências.

§. XVI. Petições, reclamações, e desagrados

Capítulo V. Reformas administrativas no Brasil

§. I. Considerações preparatórias

§. II. Qual haja de ser a base de administração no Brasil

§. III. Dos sistemas propostos em épocas recentes

§. IV. Exame do sistema proposto pelo Ministério

§. V. Princípios que devem reger com respeito a corporações populares

§. VI. Inconstitucionalidade dos projetos do Ministério

§. VII. Fazenda e Justiça

§. VIII. Ocasião malograda das reformas administrativas

§. IX. Corretivo dos males públicos por meio das leis

§. X. Por meio dos funcionários

§. XI. Por meio dos particulares

§. XII. Pensamento fixo capaz de realizar as melhoras

Capítulo VI. Conclusão

§. I. Excelências da administração pública

[434] O autor se equivocou e colocou dois capítulos V.

§. II. Ponto de vista para a administração e a legislação

§. III. Necessidade da administração, sentida no Brasil

§. IV. A administração em distinta esfera da política

§. V. Se a administração poderia estabelecer-se no Brasil de um modo original

§. VI. Excitação aos engenhos que podem difundir as noções administrativas".

Vale destacar, mais uma vez, que Varnhagen, possivelmente, escreveu a *Memória* concomitante com o *Memorial Orgânico*. Ao mesmo tempo em que redigia a sua *História Geral do Brasil*. Nesta ocasião, passou pelo Brasil onde ampliou sua rede de sociabilidade conquistando em seguida o direito de iniciar correspondência privada com o imperador. Ele provavelmente queria conquistar o prestígio que muitos políticos vieram a ter. Mas nunca mostrou interesse em seguir na arena política, portanto utiliza outros meios para o mesmo fim.

3.3 **Memória da Administração Pública: centralizar ou descentralizar?**

Já no início da *Memória*, Varnhagen destaca que nos últimos tempos não se tem aplicado "a análise à investigação e classificação das diferentes operações, que numa nação pratica poder supremo pela conservação, direção e melhoramentos das forças e interesses sociais. A administração é tão antiga como a existência dos governos; porém a sua ciência é muito moderna."[435]

Já no início é possível perceber que a *Memória* apesar de tratar assuntos que os publicistas debateram e publicaram em 1860, é anterior aos mesmos já que ele alega que não há estudos sobre isso suficientes até aquele momento. Voltarei a esta questão. Logo no primeiro parágrafo mostra o propósito de Varnhagen na obra: escrever sobre administração pública. No parágrafo seguinte, ele trata que "três são os atos do poder supremo: pensar, resolver e executar. Pelo primeiro se preparam e propõem as leis; pelo segundo se formam; e pelo terceiro se fazem cumprir. No conjunto destes três atos se encerra a soberania."[436]

---

[435] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memória da Adminsitração Pública.* Sem data, fl. 1.
[436] Idem, fl. 1.

No entender do futuro Visconde é de responsabilidade do poder supremo propor as leis, formar as leis e executar as leis, daí sim a soberania é legitimada. Varnhagen defende que

> O patrimônio do estado tem consistido às vezes em fazendas, e sempre em rendas procedentes dos impostos públicos: o governo tem-se considerado, por abuso como seu dono, em razão como seu administrador. Em tempos tem sido essa administração: a ilustração progressiva a modifica, e a converte em protetora, fazendo-a conhecer que a fortuna pública dependa da fortuna dos particulares. Daí vem um a série de disposições para honrar o trabalho e favorecer a produção: daí vem as medidas para fazer efetiva a seguridade de pessoas e bens, afiançar a tranquilidade pública e a prosperidade geral.[437]

Fica evidente o posicionamento de Varnhagen em relação à propriedade privada. Se as rendas do Estado dependem das rendas privadas, o Estado deve incentivar a produção e garantir a propriedade privada para que haja produção capaz de gerar riqueza para os indivíduos e consequentemente para o Estado. Como se pode observar, ele se aproxima do liberalismo defendido por Tocqueville. E se afasta do socialismo de Marx.

> Nações há também que, sem disfrutar-se os direitos políticos que servem de garantia ou resguardo aos cuidados, se tem proposto os governos a modificar a administração pública, com tanta força levam seus mandatos, dispensando aos povos certa tolerância, dando-lhes boa parte na mesma administração, e pondo-os em possessão de toda a liberdade que lhes faz falta para viver contentes. Esses governos serão muito cegos se não veem por onde caminham, e muitos entusiastas se pensam poder deter-se em sua marcha: os povos se farão exigentes o dia em que, formando os costumes, se pretenda submetê-los a uma arbitrariedade; e felizmente para eles, obterão sem grande custo um câmbio de sistema político, e sem necessidade de uma revolução no país![438]

Varnhagen condena a arbitrariedade de governos que retiram a liberdade dos povos. Ele alerta que esse tipo de governo não dura muito visto que em algum momento os povos "se farão exigentes" e mudarão o sistema de governo. Acredito que aqui ele

---

[437] Idem, fl. 2.
[438] Idem, fl. 2v e fl.3.

esteja condenando os governos despóticos. Como defensor que foi da monarquia constitucional, não nos estranha a condenação que faz de governos que não respeitam a constituição. Varnhagen destaca que

> Administração pública ou o seu negócio tem por objeto a satisfação das necessidades interiores da sociedade, a vigilância sobre seus interesses e o ordenado manejo de seus negócios na intenção do bem estar dos associados, e com sujeição às regras de um superior. Este superior é o poder supremo ou a personificação da mesma sociedade, e suas regras são as leis.[439]

Fica claro que Varnhagen acredita que a soberania do povo está no poder supremo quando diz ser a "personificação da mesma sociedade". Para ele, o poder supremo através da administração pública é responsável pela "satisfação das necessidades interiores da sociedade, a vigilância sobre seus interesses e o ordenado manejo de seus negócios na intenção do bem estar dos associados".

> De maneira que, sendo o poder supremo a vontade social representada na cabeça é a administração o braço que executa, e suas funções compreendem o cumprimento das leis, enquanto ao governo compete juntamente com o cuidado das melhoras, que são o fim e a condição de toda a reunião de homens civilizados.[440]

Para Varnhagen, o poder supremo é a representação da vontade do povo. Aí ele usa a analogia do corpo humano muito usada por filósofos. A cabeça representa o poder supremo, mas quem executa são os braços representados pela administração. O Visconde do Uruguai ao explicar o significado de centralização faz a analogia do corpo humano também. "A centralização, diz, Trolley, é a unidade da nação e a unidade do poder. É ela que leva as extremidades do corpo social aquela ação que partindo do coração e voltando a ele, dá vida ao mesmo corpo."[441] Ou seja, para o Visconde, o coração seria o poder supremo. E assim como Varnhagen, entende que o poder central é que leva até as extremidades a administração.

Mais a frente, Varnhagen destaca que

---

[439] Idem, fl. 3v.
[440] Idem, fl. 4.
[441] URUGUAI, Visconde do. *Visconde do Uruguai*...op. cit., p. 430.

> Quem deve tomar parte na administração? Se os homens fossem bons e incapazes de cometer erros e pecar não necessitariam de leis, nem de governo, nem de administração pública: o mundo seria um verdadeiro paraíso. Se os homens no meio de sua frágil e mísera condição, estivessem dotados de idênticas faculdades intelectuais e se achassem no mesmo grau de instrução para entender e manejar os assuntos públicos, todos deveriam entrevir mais ou menos diretamente neles, porque interessados no bem o conheceriam e lho apropriariam. Porém, sendo evidente a diversa e desigual capacidade dos indivíduos e sendo no menos palpável que mal dirigirá os negócios quem não os entenda, vindo a fazer-se instrumento de alheias miras e paixões, segue-se que o conselho da razão e o interesse da sociedade limita o número do que hajam de influir na administração da causa pública.[442]

Varnhagen procura definir o que concebe como regime de governo ideal. Ele faz alguma referência à Hobbes ao dizer que "se todos os homens fossem bons e incapazes de cometer erros e pecar não necessitariam de leis, nem de governo, nem de administração pública: o mundo seria um verdadeiro paraíso." Ou seja, o "homem é o lobo do homem", justamente porque precisa de um governo para organizar as relações sociais. Em seguida, acredito que ele critica o socialismo de Marx, ao dizer que se todos os homens fossem intelectualmente iguais e tivessem os mesmos interesses comuns não precisariam de um governo de poucos, todos poderiam intervir. Não seria o ideal comunista? Mas reconhece que os homens são diversos e as capacidades são desiguais, portanto, o número dos que influi na administração pública deve ser limitado a poucos capazes de lidar de acordo com suas capacidades. Interessante que Tocqueville entende que na América, a democracia funciona porque todos querem o bem para a Nação, todos são bons. Varnhagen não acredita nisso. Para ele, a pluralidade do ser humano impõe governos de poucos como representante de toda essa diversidade.

O próximo tema abordado por Varnhagen é o da centralização da administração. Esse tema tem total relação com o longo debate que se travou no Brasil sobre a concentração de poder no governo central e a concessão de franquias provinciais.

> A questão complementaria que logo se apresenta é a seguinte: deve estar centralizada a administração e até que ponto? A solução dada à primeira pergunta, deixa preparada a da segunda, que é de aplicação. A forma que ao resolvê-la deduziremos, subordina

[442] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memória da Administração Pública...op. cit*, fl. 5v e fl.6.

> os direitos dos indivíduos à classe de governo de cada país ou a composição do poder supremo.[443]

Interessante que na própria pergunta que ele faz já tem uma resposta: "deve estar centralizada a administração e até que ponto?". Ele acredita que deve estar centralizada a administração e deixa a dúvida sobre até que ponto deveria estar centralizada. Em seguida, diz

> Com efeito, há no Estado interesses gerais, e interesses parciais. Os primeiros afetam a todo o corpo social; os segundos as localidades e aos indivíduos. E, todavia, há outros intermediários, que são os das grandes demarcações territoriais. [444]

Existem num Estado, os interesses de toda a Nação e os particulares das localidades. Existem no Estado, interesses de ordem nacionais e de caráter particular, próprios das localidades. Há também aqueles que envolvem as demarcações territoriais, ou seja, que muitas vezes podem dizer respeito à toda a Nação ou à particulares. E continua seu pensamento, destacando que "os interesses das localidades radicam em cada povoação, são especialíssimos, e formam pequenos grupos municipais afastados, cujo manejo ou direção corresponde essencialmente aos respectivos habitantes."[445]

Ele deixa claro que as questões das localidades devem ser resolvidas nos respectivos municípios, de acordo com a vontade de população. Eles devem ser resolvidos com os seus respectivos municípios junto com os interesses dos habitantes daquela localidade específica. "Enquanto os interesses gerais abraçam a comunidade formada por todas essas localidades, e tem sua direção no centro representado pelo assento do supremo governo".[446] Os interesses gerais estão subordinados ao supremo governo, pois dizem respeito à toda a Nação. "E por conseguinte para que um sistema administrativo seja admissível, há de assegurar neste conceito a correspondência e harmonia entre as operações das localidades e as da sociedade."[447] Aqui fica claro que defende que a harmonia entre os interesses particulares e gerais é de responsabilidade do Estado, em outras palavras, o sistema administrativo admissível é aquele que consegue manter a harmonia entre "as operações das localidades e as da sociedade." Chama a atenção ele

---

[443] Idem, fl. 6v. e 7.
[444] Idem, fl. 7.
[445] Idem, fl.7.
[446] Idem, fl.7.
[447] Idem, fl. 7.

utilizar a palavra harmonia. Não seria essa palavra a usada para designar a responsabilidade do poder Moderador na nossa Constituição? Parece que não foi uma escolha aleatória. De qualquer modo, ele procura a reflexão sobre a centralização do poder, estabelecendo uma analogia com o sistema solar.

> Podem considerar-se os distritos municipais, sem prejuízo de que se formem agregações territoriais ou provinciais, como os corpos planetários, que girando sobre seu eixo têm movimento próprio de rotação e ademais se movem no espaço girando em roda de um centro fixo, de que não podem sensivelmente afastar-se. Se esse movimento de rotação sofresse perturbação, se romperia a harmonia, e se a atração faltasse, se dissolveria completamente o sistema.[448]

Bem interessante a analogia que Varnhagen faz para explicar como deveria funcionar a centralização do poder nas localidades. Os corpos planetários seriam as províncias que deveriam ter movimento próprio de rotação, ou seja, deveriam funcionar sem intervenção direta do Estado. Onde entra a centralização do Estado? Quando os corpos planetários estão girando atraídos na direção de um centro fixo (Sol=Estado). Para ele, se nas localidades houvesse qualquer tipo de perturbação, a harmonia se romperia. Se o Estado não continuasse atraindo as províncias na direção dos interesses gerais, o sistema se dissolveria.

Cabe aqui fazer um breve parêntese, para lembrar que anos mais tarde, o Visconde de Uruguai faria uma outra analogia, desta feita com o funcionamento do corpo humano, para tratar da centralização do poder.

> A centralização é um princípio, cujo tipo se encontra na natureza orgânica. Existe em todas as criaturas viventes um centro de ação e de vida, cujas numerosas ramificações por meio do benefício de um movimento contínuo, levam o sangue a todas as partes do corpo, e o tornam a trazer incessantemente ao coração, donde sai de novo mais nutriente, mais substancial e mais puro.[449]

E continua sua analogia.

---

[448] Idem, fl. 7 e fl.7v.
[449] URUGUAI, Visconde do. *Visconde do Uruguai*...op. cit., p. 440-441.

> O coração não concentra em si toda a força e vida, não absorve por um modo exclusivo, todas as potências e todas as faculdades das outras partes do corpo. Pelo contrário, compraz-se, pelo trabalho incessante de sua maravilhosa evolução vital, em restituir sem cessar o que recebeu, em derramar incessantemente sobre todos os membros do corpo, aos quais dá vida, a beleza, o calor, a inteligência e a força.[450]

Ele reflete que o poder centralizado não necessariamente significa que concentrará tudo, mas que tanto o poder central quanto as localidades se beneficiam dessa conexão que é feita pelo sangue que vai e volta, ou melhor, pela administração que vai e volta. A analogia de Varnhagen também fora feita pelo Visconde ao defender o papel da centralização do poder. Varnhagen continua sua explicação:

> Na ordem da conveniência geral, ou nas indicações da teoria, o movimento próprio das localidades deve ser mais ou menos livre e amplo, segundo o grau de ilustração e suficiência dos habitantes porque as leis do mundo moral concedem uma espontaneidade nas do mundo astronômico. E assim é que o progresso de uma nação cujos indivíduos saibam fazer bom uso da liberdade ou do governo de si mesmos, ainda que com precauções, para manejar seus interesses locais, e o atraso de outra donde a ignorância incapacite para entender em qualquer negócio, há uma extensa escala que devem ir recorrendo as instituições administrativas, ao passo da marcha da civilização e do cultivo da inteligência. [451]

Varnhagen defende que as localidades, ou seja, as províncias devem ter uma certa liberdade em relação ao poder supremo, dependendo da capacidade que possuem. Ele entende que o progresso da sociedade está vinculado ao bom uso que os cidadãos fazem da sua liberdade e do que o governo o pode proporcionar de benéfico. Ele acrescenta que há escala nas instituições administrativas que podem ser consultadas em casos locais que não há perfeito entendimento do que se fazer.

O próximo capítulo que Varnhagen debate é sobre centralizar o governo e descentralizar (excentralizar) a administração.

---

[450] Idem, p. 441.
[451] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memória da Administração Pública...op. cit.*, fl. 7v.

> Este modo de resolver o problema que serve de base à doutrina da administração pública, manifesta claramente o erro dos que tomam como axioma de progresso social, que convém centralizar o governo e descentralizar a administração, pois que proclamam um pensamento falso.[452]

Em seguida Varnhagen destaca que

> Pretende-se dar a entender que todo concernente à conservação e independência do estado e a alguns atos superiores de ordem interior, deve estar submetido à ação, que partindo desde o centro, seja uma, enérgica e preponderante; e que pelo contrário, tudo o relativo a interesses especiais, e ao regime local e provincial, deve subtrair-se ao cuidado exclusivo dos cidadãos em cada ponto do território.[453]

Para ele, o poder supremo deve ser enérgico o suficiente para chegar até as localidades, porém, os assuntos locais devem ser lidados localmente.

> Se a administração é no pessoal o sistema organizado para transmitir e fazer eficaz o impulso do poder supremo, obrigando à observância das leis, não se concebe como pudera estar descentralizada ou independente deles, posto que então o preceito central não teria agentes que o fizessem cumprir, senão que por todas as partes se encontraria com vontades que o sujeitassem à discussão.[454]

Para ele, a única forma da ação do Estado, ou melhor, do poder supremo chegar até as localidades é através da administração. Então, ela não pode estar descentralizada. Pois se assim estivesse, não chegaria até as localidades as ordens superiores ou mesmo a observância das leis. "Sem administração subordinada não há governo, porque não poderá expedir ordens, e só quando muito dar conselhos."[455] E continua seu argumento defendendo que "centralizar é reunir num ponto o conhecimento e direção dos negócios ou o mando das pessoas, de maneira que a vontade geral chegue a todas as partes e produza por igual seus efeitos."[456] Ou seja,

---

[452] Idem, fl. 8.
[453] Idem, fl. 8 e fl. 8v.
[454] Idem, fl. 8v.
[455] Idem, fl. 8v.
[456] Idem, fl. 8v e fl.9.

somente com a centralização que a vontade geral chega até as localidades. Em seguida, ele vai dar o exemplo da França:

> Assim, quando a França fatigada das desordens revolucionárias e da impotência dos governos que delas saíam; se entregou nos braços de um homem rodeado de glória em quem havia descoberto um gênio eminentemente organizador; quando desfeitas as instituições privilegiadas da antiga monarquia, que tanto contiveram o mal como estorvavam o bem, alcançavam pouco crédito as improvisações modernas a cuja sombra se haviam cometido tantos excessos: foi a primeira tarefa do legislador guerreiro estabelecer um sistema administrativo, que partindo de seu braço poderoso se dilatara desembaraçadamente até aos últimos confins do território, para que uniforme e instantaneamente se vissem cumpridas sem obstáculos suas disposições de mando e de fomento.[457]

O exemplo escolhido por Varnhagen é o da França pós Revolução, a França de Napoleão de Bonaparte. Ele argumenta que desfeitas as ordens do Antigo Regime, Napoleão organizou a administração pública, centralizou o poder e fez com que suas ordens chegassem às localidades através do sistema administrativo.

> Então, se centralizou aquela administração do modo mais simples, expedito e eficaz que recorda a história. Os que censuram aquele homem por semelhante modo de proceder, poderiam ter presente que na larga vida das nações é um benefício da Providência o enviar-lhes quem saiba aproveitar o instante fugaz próprio para regenerá-las, porque não era de assembleias deliberantes donde pudera a França esperar por fruto uma boa administração. [458]

Portanto, para Varnhagen, a genialidade de Napoleão consistia em centralizar o poder e organizar a Nação. E pondera que é um "benefício da Providência" a Nação que tem a sorte de ter alguém como Napoleão que tenha força o suficiente para regenerar o sistema administrativo. E continua sua análise:

> Foi certamente excessiva a centralização do império para um país que pensava na liberdade: mas não podia ocultar-se a seu autor, que depois dele tinha que

[457] Idem, fl. 9.
[458] Idem, fl. 9.

> corrigir-se pelo influxo das ideias políticas, que com mais moderação havia necessariamente de continuar seu interrompido curso. Sem aquele antecedente não haveria chegado ao inevitável regime administrativo que hoje desfruta, nem provavelmente a seu acertado governo constitucional.[459]

Por outro lado, Varnhagen reconhece que Napoleão se excedeu houve centralização do governo em um país, onde se derrubara o Antigo Regime. Entretanto entende que se derrubara o Antigo Regime. Entretanto entende que o Império napoleônico abriu caminho para que a França chegasse ao governo constitucional, que estaria em vigor naquele momento. Aliás, esse dado constitui mais uma pista que reforça a argumentação de que o texto foi escrito na década de 1840. Varnhagen se reporta à Monarquia Constitucional do rei burguês, Luís Felipe I. Ele governou a França entre 1830 e 1848. Na opinião de Varnhagen, Napoleão ajudou para que os regimes absolutistas não durassem por muito tempo na França e contribuiu para o sucesso do regime monárquico constitucional da França de Luís Felipe I. Ele não poderia estar falando da Segunda República Francesa de 1848, pois não admirava a República, como vai demonstrar mais a frente. E não imaginava ele que em 1851, um novo Império se instauraria na França com Napoleão III.

Mas vale destacar aqui a valorização que Varnhagen de Napoleão. Interessante que como vimos anteriormente, a medida de dissolução da Assembleia Constituinte em 1823 por D. Pedro I foi compreendida por seus opositores como um ato despótico e o exemplo que fora utilizada era justamente o de Napoleão Bonaparte, como se fosse um péssimo exemplo numa Monarquia Constitucional. E Varnhagen ousa elogiar a genialidade da centralização imperial de Napoleão. Reconhece os exageros na centralização, mas entende como um excelente governo para a história da França. Não tem como aproximar Varnhagen do pensamento dos liberais no Brasil. Sua visão é conservadora. Não é restauradora de regime absolutista, mas sim da manutenção do regime monárquico constitucional no Brasil, prezando pela centralização do poder.

Em seguida, Varnhagen vai debruçar sobre o tema da descentralização.

> Descentralizar é espalhar os tributos de autoridade que existiam num ponto, distribuindo-os mais ou menos amplamente pelos mais pontos da superfície. Desde o momento que os interesses especiais, de localidade e de província, tenham uma administração própria e exclusiva, se transforma o estado em uma

[459] Idem, fl. 9 e fl. 9v. Grifo nosso.

> confederação, composta de pequenas repúblicas, com todas as condições que lhes são inerentes. [460]

Para ele, a descentralização do poder só pode levar ao sistema republicano. Ele entende que os tributos da autoridade são espalhados igualmente para chegar até as localidades. As províncias se transformam em pequenas repúblicas formando uma confederação de repúblicas independentes.

> Em cada uma delas estabelecerá o povo sua assembleia administrativa; elegerá os funcionários que julgue conveniente estabelecer para se encarregar dos diferentes ramos do serviço da comunidade; e por uma consequência natural dos zelos que lhe inspiram seus mandatários no exercício temporal de alguma autoridade delegada, os sujeitará a muito curta duração em seus postos e castigará sua faltas negando-lhes o voto nas sucessivas eleições, perseguindo-os ante os tribunais ordinários, que terão de influir poderosamente na direção dos negócios.[461]

Interessante a visão de Varnhagen sobre as repúblicas. Para ele, as repúblicas estão fadadas à governos curtos que dependem de eleições constantes. E que os eleitos estarão sempre sujeitos à opinião pública nas eleições. E que eventualmente os tribunais ordinários terão um extenso trabalho para julgar o tempo todo as ações equivocadas dos eleitos a pedido dos eleitores. E continua sua crítica:

> Esta ordem de negócios, fundada em que ninguém melhor que um mesmo cuida do que lhe interessa, cria certamente os hábitos da vida pública e liga nos corações aquela espécie de amor à pátria que se confunde com o egoísmo da localidade; contudo afasta as miras e diminui as relações, pois que os povos quase desprendidos de uma cadeia, se impregnam num espírito mesquinho e desdenham as concepções de interesse geral, que não apreciam se não lhes trazem vantagens muito imediatas e muito pouco custosas.[462]

Ele defende que esse tipo de regime incentiva os hábitos da vida pública, do interesse particular em detrimento ao do interesse geral. Parece ser patriótico, mas se mostra egoísta, justamente porque só interessa o que afeta diretamente a localidade. Não

---

[460] Idem, fl. 9v.
[461] Idem, fl. 9v. e fl.10.
[462] Idem, fl. 10.

há um incentivo a ações que beneficiem toda a nação, mas sim aos interesses das localidades. Ele continua explicando que a descentralização faz com que as ações do Estado não cheguem às localidades e quando chegam ficam sujeitos ao arbítrio dos agentes locais.

O Visconde do Uruguai também vai se aprofundar no tema da descentralização em sua obra.

> A palavras descentralização tem dois sentidos que muito importa distinguir. Descentralizar no primeiro sentido consiste em renunciar a que a ação do centro esteja toda concentrada em um ponto, na capital, por exemplo; é disseminá-la pelas províncias e municípios entregando-a aos presidentes outros agentes do governo que o representem. Nesse caso, por mais geral que seja a descentralização, há sempre uma única vontade, embora essa vontade se apresente em muitos lugares, isto é, em todos aqueles nos quais se acha um daqueles funcionários que assim representa o poder central, e obra segundo as suas instituições e espírito.[463]

Para o Visconde, a descentralização pode acontecer de duas formas. Na primeira forma, ele aponta que se renuncia a ação vinda do poder central e se delega aos representantes do poder central nas localidades. A segunda forma "o governo do Estado, em lugar de entregar uma parte de sua ação a seus agentes restitui-a à sociedade. Em lugar de tratar dos negócios do povo, convida-o a tratar por si mesmo deles."[464] Ou seja, a primeira aproxima o governo central das localidades e a segunda afasta ao deixá-la independente da ação administrativa central.

Em seguida, Varnhagen fala sobre como corrigir a excessiva centralização.

> A excessiva centralização se corrige de dois modos segundo os casos: ou distribuindo entre os agentes provinciais e locais o restante de atribuições e incumbências acumuladas no centro; ou então transpassando e confiando às províncias e povos parte das mesmas atribuições. E ambas as coisas podem ter lugar a um tempo. [465]

---

[463] URUGUAI, Visconde do. *Visconde do Uruguai...op. cit.*, p. 434.
[464] Idem, p. 434-435.
[465] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memória da Administração Pública...op.cit.*, fl. 10v.

Para ele, existe duas formas de conter a excessiva centralização: ou se distribui entre os agentes provinciais as atribuições acumuladas do centro. Ou confiando à própria província e povos que lá habitam essas mesmas atribuições. Em seguida mostra o que não funcionaria para descentralizar o poder: "fracionar a administração superior constituindo ramos distintos não sujeitos a quem lhes desse unidade e concerto; ou debilitar por todas as partes a força da ação administrativa."[466] Ou seja, para ele as atribuições centrais podem ser realizadas nas localidades, mas não cabe à localidade a decisão sobre as medidas administrativas. Não se pode romper com a administração.

Mais a frente ele faz uma reflexão sobre os diferentes tipos de governo

.

> A administração injusta, débil ou desigual, é sempre má; a vigorosa, justiceira, e ativa é sempre boa; porém nos governos despóticos vencerá as dificuldades com terror, nos monárquicos puros com a força da autoridade, nos constitucionais com a da lei, e nos republicanos com a do magistrado.[467]

Para ele, os regimes possuem formas diferentes de lidar com as dificuldades. Os governos despóticos usam o terror, as monarquias puras com a força da autoridade, as monarquias constitucionais com a força da lei e as repúblicas com os magistrados. Mais a frente, Varnhagen faz sua conclusão em relação a centralização ou descentralização do poder na monarquia constitucional.

> Na monarquia constitucional, além de estar o interesse do chefe do estado unido sempre ao público, se tem procurado combinar todos os meios que alcança a prudência humana para impedir que o governo seja mau.[468]

Varnhagen entende que nas monarquias constitucionais, os chefes do Estado têm sempre o interesse do povo unido ao seu e dificilmente são corrompidos para fazer um governo mau. A bondade defendida pelo Visconde do Uruguai em relação ao monarca também habitava já o pensamento de Varnhagen.

> Do qual se deduz: 1º. Que a administração deve estar centralizada, enquanto tem de obedecer ao impulso do governo, transmitindo-o a todas as partes, com caráter

[466] Idem, fl. 11.
[467] Idem, fl. 11v.
[468] Idem, fl. 13v.

> de autoridade para o desempenho das leis e direção dos interesses gerais, e com o de proteção e estímulo com respeito dos particulares.[469]

Para ele, a administração pública deve estar centralizada para garantir que o impulso do governo chegue até as localidades com a força da autoridade real para que haja efetividade no desempenho das leis e na direção dos interesses gerais, ao mesmo tempo que deve respeitar e estimular as particularidades das províncias.

> 2º. Que é ociosa a centralização excessiva, seja por juntar incumbências na alta administração, seja por privar aos povos de intervirem no manejo dos seus negócios; e que é igualmente viciosa a descentralização administrativa, que transpassando a ação às localidades, prive ao governo da intervenção e direção convenientes para o melhor serviço do Estado.[470]

Aqui ele deixa claro sua convicção sobre a centralização excessiva e a descentralização administrativa. Para ele, a centralização excessiva é ociosa por duas razões: primeiro porque acumula na alta administração excesso de incumbências sobrecarregando-a; segundo porque priva os particulares da liberdade do manejo dos seus negócios. E a descentralização administrativa é viciosa pois priva o governo de intervir e dirigir os inconvenientes para o benefício geral da nação.

> 3º. Que o excesso de centralização administrativa é próprio dos governos absolutos, e sua falta procede das federações republicanas; e que tudo o que tende a emendar esses vícios é renunciar à rigidez dos respectivos princípios essenciais.[471]

Para ele, o excesso de centralização administrativa é próprio dos governos absolutistas. A falta de centralização administrativa é própria das federações republicanas. E que tudo que se relacione a esses tipos de governos renuncia aos princípios essenciais que ele defende. E diz que: “4º. Que por regra geral onde está verdadeiramente a mola do poder, aí está igualmente a administração.” Ou seja, o poder está totalmente vinculado ao sistema administrativo. No capítulo seguinte, ele vai dar

---

[469] Idem, fl. 13v. e fl. 14.
[470] Idem, fl. 14.
[471] Idem, fl. 14.

exemplos que ele refuta de países e seus respectivos regimes. No caso, os Estados Unidos e a Inglaterra. Ele começa destacando o caso dos Estados Unidos.

> Nos Estados Unidos seguramente a maior parte da administração em cada estado, ou para melhor dizer, em cada localidade; porém ali reside também o essencial do poder, pois o governo central é necessariamente débil, porque assim o institui a susceptibilidade republicana.[472]

Para ele, nos Estados Unidos o governo é débil porque é uma instituição republicana. A maior parte da administração está nas localidades. O governo central é quase que desnecessário.

> Naquela confederação nem o congresso que legisla e governa, nem o presidente que executa, cuidam mais que de um reduzido número de interesses gerais, por meio de uma administração não menos reduzida: a ação do poder central chega até onde alcançam seus meios administrativos. O dia em que a união faça um grande alarde de força em defesa de sua honra ou de seus interesses materiais, não será obra de uma centralização que não existe, senão que será a explosão da opinião pública, rainha soberana disseminada na país e cantada por cabeças, que concorre a influir nos negócios e cujo intérprete é o governo.[473]

Ele destaca que o Congresso não legisla e nem governa, assim como o presidente não executa. Eles cuidam de um número reduzido de interesses gerais. A ação do poder central encontra muitos obstáculos para se chegar até as localidades. Para ele, o dia que a União precisar defender sua honra ou interesses materiais, será por via da opinião pública que domina esse regime e influi nos negócios. Já sobre a Inglaterra, fala que

> Em Inglaterra, nação que vive de tradições, porque as instituições proveem menos da lógica e das leis que do costume, nem está tão centralizado o poder, nem tão descentralizada a administração, como gratuitamente se julga. [474]

---

[472] Idem, fl. 14v.
[473] Idem, fl. 14v.
[474] Idem, fl. 15.

Para ele, na Inglaterra o poder não está tão centralizado e a administração não está tão descentralizada. Ele defende que algo positivo na Inglaterra é a aplicação da razão que serve como regulador em todos os ramos.

> A sorte dos estados depende de ter em cada época homens proporcionados à situação; e na Inglaterra há uma classe predominante, que por largo espaço tem conhecido a necessidade de formá-los e adestrá-los em dois campos, divididos por uma débil barreira. A habilidade e as riquezas atraem o apoio da união pública: eles a empregam e dirigem até onde alcançam; e esta ordem de coisas não é o que menos contribui ao aspecto peculiar e característico que oferece o governo daquele país.[475]

Para Varnhagen, na Inglaterra há uma classe que domina a sociedade. A habilidade e a riqueza contribuem para o melhor desenvolvimento da sociedade já que empregam a população garantindo a prosperidade. Acredito que aqui ele esteja falando sobre a atuação da burguesia e do desenvolvimento industrial.

> A administração inglesa, como sua constituição política, descansa principalmente nessa base, que só ali existe, e cujo esquecimento ou inadvertência tem comprometido a boa intenção de alheios imitadores.[476]

Ele defende que a Constituição inglesa repousa nessa base, ou seja, na liberdade da propriedade privada que contribui para o desenvolvimento e progresso da sociedade. E diz que quem a imita, imita muito mal.

> Uma política invariável e nem sempre escrupulosa, de engrandecimento, de fomento à produção facilitando-lhe consumos, e de preponderância no comércio apartando rivalidades, contenta aquela povoação industriosa, engrandece ao caráter nacional que a prosperidade tem ensoberbecido.[477]

---

[475] Idem, fl. 15 e fl.15v.
[476] Idem, fl. 15v.
[477] Idem, fl. 15v.

Varnhagen confirma aqui que o elogio que está tecendo é em relação ao desenvolvimento comercial e industrial da Inglaterra. Ele destaca que a política inglesa incentiva a produção industrial e o comércio trazendo prosperidade à Nação.

> A grande força reside no espírito público, nos recursos da nação e em que a marcha constitucional consolidada autoriza e sanciona as boas práticas de mando, abrindo o caminho às reformas da administração e consagrando dogmas que respeitam os partidos que até aqui tem tomado parte no manejo dos negócios. [478]

Para ele, a grande força na Inglaterra reside no espírito público. Ele destaca que a Constituição está consolidada e isso ajuda para aprovação das reformas e para a definição de como os partidos políticos tomam conta dos negócios.

O Visconde do Uruguai também vai tratar em sua obra também sobre o exemplo americano e inglês. Enfatiza que herdamos a centralização monárquica dos portugueses e não tivemos tempo de amadurecer a administração.

> Não tínhamos, como formaram os ingleses por séculos, como a tiveram herdada os Estados Unidos, uma educação que nos habilitasse praticamente para nos governarmos nós mesmos; não podíamos ter adquirido os hábitos e o senso prático para isso necessários.[479]

Para o Visconde, não tínhamos condições de estarmos preparados para assumir a direção administrativa como a Inglaterra tinha ou mesmo como os Estados Unidos herdaram dos ingleses. Varnhagen conclui que

> A suma centralização do poder e da administração só existem no governo absoluto. E quando este tenta melhorar seu regime administrativo, já para aumentar com a produção pública as rendas do estado, quando o descentraliza até certo ponto, até esse mesmo ponto se introduz a tolerância política ou a liberdade do fato, relaxando-se a doutrina do mando arbitrário, porque o mundo não progressa dividido, e o homem que produz e se ilustra se apodera do presente, compara e põe o pensamento no futuro.[480]

---

[478] Idem, fl. 16.
[479] URUGUAI, Visconde do. *Visconde do Uruguai.* Organização e introdução de José Murilo de Carvalho...*op. cit.*, p. 429.
[480] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memória da Administração Pública...op. cit.*, fl. 16.

A suma centralização do poder e da administração, para ele, é comum em governos absolutistas. E para o progresso da sociedade através do desenvolvimento produtivo, naturalmente, o poder deve estar menos centralizado. Ele acredita que o homem que contribuiu para a produtividade de uma Nação é um homem que se ilustra e pensa no futuro, portanto, não aceita os mandos de governos absolutistas.

> A suma descentralização do poder e da administração estão no governo republicano e especialmente no federativo; se nele não houver administração localizada e bem disposta, tampouco haverá ordem nem força, e a mesma liberdade será mantida. E a centralização da administração, não estão em parte alguma. [481]

A suma descentralização está nos governos federativos. Para ele, não há ordem, nem força e muito menos centralização da administração em parte alguma. Então, podemos concluir que Varnhagen é favor de centralização do poder e da administração de maneira moderada. Ele acredita que a força do poder supremo deve chegar até as localidades através do sistema administrativo. Que as questões particulares às localidades devem ser resolvidas nas províncias para não sobrecarregar o governo central. Mas as províncias jamais podem ficar independentes do governo central, afinal se assim fizessem não estariam agindo no interesse geral da nação quando fosse necessário e se aproximariam mais a um governo republicano do que um regime monárquico constitucional.

No capítulo seguinte Varnhagen continua refletindo sobre a administração pública.

> O que não quer dizer que a boa administração seja produto exclusivo desta ou daquela forma de governo, posto que a razão e a história demonstram, que a umas e outras lhes tem chegado a sua vez de prosperar ou decair, assim no regime interior como em sua consideração exterior, e dominar ou ser dominadas, segundo varia a combinação de sucessos, em que tem tido não menos parte que os elementos que em si abrigavam, só que se desenvolviam nas nações vizinhas.[482]

---

[481] Idem, fl. 16.
[482] Idem, fl. 16v.

Ele diz que não há fórmula para um bom governo. A História tem demonstrado que uns prosperam enquanto outros declinam. E continua defendendo seu argumento: "em toda classe de governos há boa e má administração porque em todas é possível legislar, ou não, segundo as necessidades do país, ordenar a sociedade, e prover ao cumprimento das leis."[483] Ou seja, todo governo pode ter má ou boa administração. Tudo depende do tanto que a administração se envolve para fazer o bem para a Nação.

> Sem embargo como os censores e moderadores da administração pública são os homens chamados direta ou indiretamente a tomar parte na formação das leis, que na monarquia absoluta é um só, na república são todos, e na monarquia constitucional se aspira a que sejam os capazes; neste último sistema é onde o entendimento encontra melhores e mais sólidas prendas de acerto; como temperamento afastado dos extremos perigosos no presente estado da civilização e das ideias.[484]

Fica claro o posicionamento de Varnhagen a favor da monarquia constitucional. Ele acredita que é o sistema de governo que aspira aos seres capazes para liderar. É o sistema que ele acredita ter mais acerto, pois afasta os extremos perigosos. Ele continua sua argumentação:

> A razoável centralização administrativa é o instinto da nacionalidade: e nas massas é profundo sentimento da necessidade da ordem e nos indivíduos a consciência da debilidade de cada um e da força de todos. Nela está independência do território, a autoridade do governo, e a liberdade dos povos. Porque não é a centralização despótica a que convém às nações, senão a atração e conseguinte convergência dos esforços no sentido da utilidade comum; de maneira que se toda a descentralização política supõe bastante ilustração e patriotismo nos cidadãos influentes para reunir seus esforços para a regularização e melhora da marcha do poder supremo, também a descentralização administrativa supõe a necessária inteligência e probidade para que os chamados por eleição popular a participar na direção dos interesses especiais, preenchem funções sem perder de vista os interesses da generalidade.[485]

---

[483] Idem, fl. 16v.
[484] Idem, fl. 16v. e f. 17.
[485] Idem, fl. 17 e fl. 17v.

Varnhagen defende uma “razoável centralização administrativa”, pois acredita ser essa é a medida que alcança a ordem necessária entre os associados, sendo o instinto de nacionalidade. Ela reconhece a debilidade dos indivíduos e a força de todos unidos. Ele reafirma que o governo despótico não é o ideal. E a descentralização política exige patriotismo e inteligência suficiente para que não se perca de vista os interesses gerais em detrimento dos locais. Ele continua sua conclusão:

> O governo central não há de ser invasor, porém deve ter a suficiente autoridade para evitar e corrigir os abusos de todos os funcionários administrativos, qualquer que seja sua procedência ou delegação: autoridade mais enérgica nas nações de tendências fracionárias ou provinciais e de irregularidade de antecedentes no exercício da antecedentes no exercício da ação municipal.[486]

Para Varnhagen, o governo central deve ter autoridade suficiente para atuar energicamente quando é necessário nas localidades. E continua confirmando essa ideia: “se para vencer a inércia das localidades na via de perfeição social tem-se necessidade no governo de um ativo e constante impulso, quanto maior não será quando não abundem nelas os hábitos da decisão, e a aptidão.”[487] E continua sua conclusão:

> Concentrar prudentemente a luz é dar-lhe maior reflexo; dividir as forças é debilita-las; buscar a liberdade é preparar a ordem; desejar um povo moral é deseja-lo organizado com um governo forte; e querer governo forte, é deseja-lo central. Contudo fugir dos extremos viciosos é condição essencial do equilíbrio das forças ativas e passivas da sociedade.[488]

Varnhagen, novamente afirma sua concepção em relação o poder supremo e o sistema administrativo num governo constitucional. Para ele, a concentração do poder pode ser benéfica porque traz luz. A liberdade está totalmente atrelada a ordem. A moralidade do povo emana de um governo forte e organizado. E por governo forte, se entende centralizado. Mas volta a afirmar que os excessos devem ser evitados para o equilíbrio das forças na sociedade.

No capítulo seguinte, Varnhagen continua sua reflexão:

---

[486] Idem, fl. 17v.
[487] Idem, fl. 17v.
[488] Idem, fl. 17v. e 18.

> A monarquia constitucional, deixando agora de investigar seus afastados futuros, é susceptível de tanto concerto, firmeza e dignidade na parte política, como de regularidade, vigor e justificação na administrativa, sem que a opinião pública as perturba de necessidade, ainda em suas momentâneas senão que o contrário possa servir-lhes de estímulo e de verdadeiro apoio.[489]

Para Varnhagen, a Monarquia Constitucional é a mais susceptível a firmeza e dignidade na política e vigor e justificação na administração pública. E não sofre a pressão da opinião pública.

> Quando os negócios da monarquia constitucional não correm deste modo, ou porque não se entendem ou não se cumprem suas condições. A dificuldade é o que num país mal administrado, e desordenado, e subvertido pelo repentino trânsito às instituições representativas, se estabeleça uma reforma radical e acertada de sua administração ou de sua economia social, porque é concluir, por onde com mais fortuna se devia ter começado. Este árduo problema é, apesar disso o que há que resolver no Brasil, grande e singular espetáculo à atenção do resto do mundo.[490]

Neste trecho, Varnhagen cita o caso do Brasil pela primeira vez. Ele destaca que quando os negócios da monarquia constitucional não seguem o curso normal ao qual se espera, seja por conta de má administração, desordem ou mesmo por conta de mudanças repentinas das instituições representativas, há uma necessidade de se pensar por onde com mais fortuna devia ter começado. Acredito que aqui, Varnhagen, esteja falando das consequências que o Império vinha sofrendo desde que o imperador assumira. Com vimos anteriormente, a década de 1840, foi a de construção das bases que formaram os partidos políticos e as ideologias desses mesmos partidos que de alguma forma estão conectados com os projetos políticos para o Brasil.

No capítulo seguinte, Varnhagen confirma ainda mais sua defesa da monarquia constitucional.

> A monarquia constitucional serve essencialmente para melhorar o que já está estabelecido. Procura evitar os inconvenientes dos governos absolutos e dos

[489] Idem, fl. 19.
[490] Idem, fl. 19 e 19v.

> democráticos, apropriando-se suas respectivas vantagens, e combinando a rapidez da execução, com a madureza das deliberações; da autoridade proeminente à razão esclarecida pela discussão livre; e seguindo os conselhos da prudência, aspira menos que a uma ilusória perfeição precipitada, a ir corrigindo imperfeições.[491]

Diferente do que defendia o Visconde do Uruguai, Varnhagen defende que a Monarquia Constitucional melhora o que já está estabelecido. Para o Visconde, como vimos anteriormente, ela mantém o que já vem dando bons frutos. Ela não ter o poder mudar nada, mas possui a função de mantenedora da ordem vigente, garantindo a manutenção de um status quo que interessa a elite política imperial. Novamente, ele critica os governos absolutos e os governos democráticos e coloca a monarquia constitucional num papel de ágil instituição. Ela é rápida na execução, madura nas deliberações, apoia com autoridade a discussão livre e não é precipitada em corrigir suas imperfeições. E mais a frente reafirma que

> Com a constituição do estado há de pôr-se em harmonia a administração do país por meio das leis orgânicas, dando seu lugar aos costumes, carácter, e atual ilustração dos habitantes, e advertindo que por querer avançar muito, acontece fazer-se muito pouco, e que aos sucessivos legisladores corresponderá mais para adiante seguir com novas leis o movimento moral e intelectual da geração futura.[492]

Varnhagen defende que no governo constitucional a harmonia se consolida através das leis orgânicas criadas pela administração. Essas mudanças vão acontecendo naturalmente enquanto a própria sociedade vai progredindo nos costumes, carácter e ilustração. Não há pressa por parte dos legisladores que podem construir reformas para o futuro.

No capítulo seguinte, Varnhagen faz algumas advertências.

> Em primeiro lugar, ocupar-nos-emos da administração pública com relação à monarquia constitucional brasileira. Os princípios são constantes, porque a ação social que determinam e regularizam se dirige sempre ao mesmo fim; mas a

[491] Idem, fl. 19v.
[492] Idem, fl. 19v. e fl.20.

> aplicação tem de acomodar-se à natureza das instituições políticas, com as quais não cabe antagonismo. E se o tratar estas matérias, solicitar sua discussão, e propagar suas noções, pode ser de utilidade oferecendo um sistema perceptível à boa razão do país, justo e conveniente é que ponhamos a atenção e a vista no nosso.[493]

Varnhagen traz à tona novamente a experiência brasileira. Ele comenta que os princípios são constantes, pois os políticos que o discutem, determinam e o regularizam se dirigem sempre ao mesmo fim. Mas a aplicação dos princípios deve acomodar a natureza das instituições políticas e não podem ser contraditórias em relação aos princípios monárquicos constitucionais. O debate é útil e benéfico para se chegar a um sistema político justo e conveniente, mas a atenção deve ser sempre voltada às nossas peculiaridades.

> Em segundo lugar, observaremos que entre a diversidade de combinações que se tem ideado para organizar politicamente um estado, onde cabe tanta latitude de opiniões segundo os alcances ou os interesses de cada indivíduo, há, sem embargo, bastante experiência acumulada em benefício do gênero humano, para que sejam universalmente recebidas e acatadas as doutrinas que servem de refúgio à sociedade contra o abuso de um e os abusos de muitos.[494]

Varnhagen reconhece a pluralidade de doutrinas que são defendidas nos debates políticos imperiais por indivíduos diversos e afirma que a experiência acumulada pelos seres humanos deve agir em favor de receber e acatar as doutrinas que vão contra o abuso de um (absolutismo) e contra o abuso de muitos (república).

> Determinadas as condições de cada forma de governo, o aceitar suas consequências é cordura, e o dominar os ímpetos do entusiasmo é patriotismo, porque sendo as instituições políticas um meio, a melhora social não se chega senão muito demoradamente com decisão, com perseverança, com retidão de coração, com paciência. [495]

---

[493] Idem, fl. 20 e fl. 20v.
[494] Idem, fl. 20v.
[495] Idem, fl. 20v.

Varnhagen afirma que assim que a forma de governo é definida o resultado social demora a ser alcançado. É um trabalho de longo prazo que exige cautela, zelo e paciência dos associados. Em seguida, fala que a ciência da administração

> Fundada no conhecimento do coração do homem, e no estudo das necessidades públicas, sua missão é satisfazê-las sem distinção, conservar a harmonia que convém a sociedade, e ampliá-la para que melhorando-se prospere. [496]

Para Varnhagen a ciência da administração é fundada no conhecimento do homem e tem como objetivo estudar as necessidades públicas, satisfazê-las e conservar a harmonia da sociedade, sempre trazendo ideias para melhoramentos e progresso. Criada uma boa administração, não nos cansaremos de inculcá-lo, pouco afetam ao Estado as oscilações da discussão política: pelo contrário, sem boa administração as sacudidas políticas se traduzem por transtornos sociais.[497]

Para ele, uma administração inadequada e incompetente gera divergências e debates políticos, que podem provocar insatisfação popular, transtornos sociais e sublevações. "Todos os extremos são viciosos, e alheios da monarquia constitucional, em que tanto lugar têm os termos médios."[498] A moderação é a palavra-chave da monarquia constitucional. Os extremos não são bons para os governos pois levam ou ao absolutismo ou ao federalismo.

Agora, vamos centrar nossa atenção no capítulo III da *Memória.* Neste capítulo, Varnhagen defende a monarquia constitucional. "O supremo administrador do estado na monarquia constitucional é o monarca, que também deve ser o supremo juiz em matérias contencioso-administrativas, sob a responsabilidade de seus ministros."[499] Varnhagen deixa claro os poderes que deveriam ser exercidos pelo soberano em uma monarquia constitucional e quais atribuições caberiam a um Conselho de Estado. Em seguida, ele fala sobre o conselho do Estado.

> O conselho de ministros delibera, prescindindo aqui de alta política, sobre os assuntos de suprema administração, sobre a ação administrativa, polícia geral, segurança de estado, e manutenção da autoridade real. (...) Suas atribuições são

[496] Idem, fl. 21v.
[497] Idem, fl. 21v.
[498] Idem, fl. 21v.
[499] Idem, fl. 41v.

> rigorosamente consultivas, enquanto não pode o conselho sem a aprovação do rei tomar decisões obrigatórias; porém suas deliberações e opiniões são de suma transcendência, enquanto se diferem das do monarca, se encontra este privado do curso de seus ministros, e tem que cambia-los, modificando geralmente o sistema político do governo ou acaso debilitando-o. [500]

Esse trecho chama a atenção, pois mostra o que ele entende como responsabilidade dos ministros do Conselho de Estado. Eles cuidam de assuntos da alta administração. Não podem tomar decisões obrigatórias sem a autorização do rei. As deliberações e opiniões do monarca são importantes e quando são contrariadas pelos ministros, o mesmo pode demitir seu gabinete. Ele reflete sobre os ministros serem responsáveis pelos atos do imperador, mas que não são obrigados a concordar com ele. E em caso de discordância indica que a atitude mais adequada é pedir demissão ao monarca, a quem caberia designar um novo Conselho. Justamente porque seus ministros não querem ser responsáveis por algo com que não concordam e julgam ser prejudicial à Nação.

> É portanto o conselho de ministros o que imediatamente aconselha à Coroa: as ordens desta as comunica e faz executar cada um dos ministros em seu ramo. A par da suprema ou central administração ativa, que reside nos ministros sujeitos às ordens do rei, deve haver um corpo consultivo a quem possam pedir informes em assuntos de entidade e de difuso trabalho. Na monarquia absoluta se veem até certo ponto vagar e merecer-se na arbitrariedade os atos ministeriais, para o qual não se requer outra habilidade mais que a de saber preparar e cobrir os expedientes; mas na monarquia constitucional em que todas as proposições são combalidas, em que todas as faltas podem e deveriam ser notadas, e todos os passos observados, é indispensável, ao dirigir escrupulosa ainda que desembaraçadamente a execução das leis, ter com quem consultar as dúvidas fundadas antes de resolver sobre elas. E ainda quando não se trate mais de atos de execução convém não perder de vista que mais dificuldades oferece executar as leis que o formá-las. [501]

Varnhagen faz uma sugestão interessante. Além do Conselho de Estado deveria haver um corpo consultivo que estivesse à disposição do rei e dos ministros para ajudar a sanar

---

[500] Idem, fl. 42v.
[501] Idem, fl. 42v.

as dúvidas em relação aos atos do Executivo ou sobre as propostas de leis. Ele entende que numa monarquia constitucional, diferentemente da absoluta, todos os atos do Executivo são julgados passo a passo. Nada mais justo que um corpo consultivo esteja a disposição para aconselhar a administração suprema. Ele sugere que esse alto corpo consultivo poderia ser útil para o Brasil. "Um alto corpo consultivo do ministério, ou seja um conselho de estado, é de necessidade o dia que se trate seriamente de organizar nossa administração." [502] Esse alto corpo consultivo que Varnhagen idealiza para o Brasil é uma evidência sobre suas aspirações. É muito provável que ele almejasse integrar este corpo consultivo. Podemos inferir que sua ideia não é lançada aleatoriamente na Memória. Ela está na etapa de conclusão da obra, quando Varnhagen se dedica a refletir sobre soluções para as questões administrativas no país. Mostra, sutilmente, que suas contribuições para a melhoria administrativa do país com a obra, junto com o *Memorial Orgânico* podem sim nos levar a entender suas ambições de ser um dia um *conseiller d'etat*. Apesar desse projeto de Estado não ter tido a repercussão que ele mesmo esperava, como vimos, devido a pouca circulação do *Memorial*, o diplomata conseguiu de alguma forma se corresponder com o imperador e usou esse espaço privado para atuar como um conselheiro em muitos momentos. Longe de ser um conselheiro especial de D. Pedro II, mas foi o mais próximo que conseguiu chegar do que queria. Em seguida, na *Memória*, Varnhagen explica melhor como procederia este corpo consultivo, distanciando-o da função do Conselho de Estado.

> Não para que se lhe peça informe sobre todos os expedientes sem distinção, de modo que se tenha o ministro que resolver com o conselho, convertendo em descansado ofício, (tais medianas e ainda nulidades vão ocupando as cadeiras no que levamos de século, ainda que com honrosas exceções!) senão para ilustrar pontos obscuros, sem participar da responsabilidade imediata, nem da instabilidade e oscilação própria do regime constitucional, para afirmar um sistema de governação fundado em princípios, antecedentes, e tradições atesourar um depósito de boas doutrinas, ratificar erros, educar e preparar administradores avantajados entre os jovens que instruam os expedientes, discutir os projetos de leis, regulamentos, e disposições de administração geral, aliviar, ilustrar, defender, e fortificar ao gabinete sem encadeá-lo, tranquilizar os cidadãos acerca da imparcialidade na execução, espalhar a ordem, a luz, e a unidade em todas as partes do serviço público, e sustentar a prerrogativa da coroa. [503]

[502] Idem, fl. 42v.
[503] Idem, fl. 43v.

Esse corpo consultivo ajudaria a elucidar os pontos "obscuros sem participar da responsabilidade imediata, nem da instabilidade e oscilação própria do regime constitucional". Mas que ajudaria com a ilustração de boas doutrinas, corrigiria erros, contribuiria para "educar e preparar os administradores", discutir os projetos de leis, fortalecer o gabinete, passar uma imagem de imparcialidade e apoiar as decisões da Coroa. Ele enfatiza que a eleição desse corpo consultivo deveria ser feita com muita cautela.

No capítulo IV, Varnhagen explora a ação da administração suprema.

> A ação da autoridade régia manifesta-se de quatro maneiras: ou fazendo o uso da forma discricional e agraciável que nomeia, institui, e revoga os funcionários públicos, e distribui recompensas, e condecorações; ou prescrevendo medidas nos diferentes ministérios, para assegurar o bom serviço; ou tomando disposições supremas que estatuem de uma maneira geral e solene com relação aos interesses públicos; ou resolvendo definitivamente em conselho de estado os assuntos contencioso-administrativos.[504]

Ele define que a ação do monarca está dividida em quatro partes desde a nomeação e condecoração de cidadãos até ao resolver junto ao conselho do Estado os assuntos contencioso-administrativo. Ele continua defendendo seu argumento: "os ministros referendam os documentos que levam a rubrica do príncipe, autorizam como responsáveis os atos emanados da vontade régia, e têm parte no governo como imediatos conselheiros."[505] Os ministros ao referendar a assinatura do rei, se tornam responsáveis pelo mesmo e o são porque são os conselheiros imediatos do poder moderador. Em seguida, ele faz uma crítica ao que tem acontecido no Brasil.

> Executam além disso atos de simples negócio em intervenção nem concurso da coroa. Estes últimos atos que são os mais numerosos, deverão levar o selo exclusivo da autoridade do ministro, pois o invocar o nome do rei para as mais insignificantes disposições, como se faz no Brasil, e perpetuar um costume de tempos muito diversos; desnecessário, porque sabido é que o ministro não tem autoridade senão delegada do monarca; viciosa, porque é contrária a verdade material dos feitos; e inconveniente, porque sem realçar o trono, desnaturaliza o

[504] Idem, fl. 68v.
[505] Idem, fl. 69.

> caráter de seus primeiros agentes, que não parece senão que buscam um escudo, quando eles deveriam servir de tal. [506]

Varnhagen defende que os atos de simples negócios devem ser resolvidos exclusivamente pelos ministros. E que no Brasil, os ministros têm envolvido demasiadamente o monarca em assuntos simples. E acredita que é desnecessário, justamente porque sendo o imperador a autoridade máxima, chefe do Executivo, envolvê-lo em todos os pormenores só mostra que os ministros querem usar o trono como escudo de seus atos, quando eles deveriam ser o escudo do rei.

> A sentença ou a decisão do rei em Conselho de Estado há de receber a aceitação de um ministro, e levar sua firma responsável: mas o ministro que alguma vez se resolvesse instar ao príncipe para separar-se daquela respeitável determinação, usará de um direito que deve economizar muitíssimo: e que é assunto de grave responsabilidade. As instituições se acreditam e mantém pelo bem que delas resulta. Se o Conselho do Estado não adquirisse uma alta reputação de sabedoria, e imparcialidade, minar-se-iam seus próprios cimentos; e se os mesmos se pronunciassem caprichosamente contra as decisões daquele corpo, desconcertariam a administração.[507]

Varnhagen comenta que ao tornarem-se responsáveis os ministros do Conselho do Estado pelos atos do imperador, devem usar com muito cuidado e moderação o direito que têm de ir contra. Eles devem ser imparciais e não usar o capricho para ir contra as decisões do monarca. Ele acredita que as Instituições só se mantêm pelo bem que delas resulta, portanto se abusarem deste direito de negativa, podem ser questionadas sobre a parcialidade. Acredito que esse pensamento o leva mais próximo aos conservadores justamente por estar mais preocupado com a harmonia entre o monarca e seus ministros do que com a responsabilidade que cabe aos ministros aconselhar o monarca em casos de divergência e se demitirem para não serem responsáveis por atos ruins do imperador.

No capítulo V, Varnhagen vai tratar das reformas administrativas no Brasil. Destaca que até aquele capítulo, ele se preocupou em formar uma teoria

---

[506] Idem, fl. 69.
[507] Idem, fl. 69v.

> Porém esta é a marcha natural das ações humanas: pensar para formar juízo e tomar uma resolução, e depois executar. O proceder sem plano concertado, e seguindo os impulsos do momento é pouco menos que caminhar às cegas; e isso é cabalmente o que tem sucedido no Brasil.[508]

Esse pode ser o objetivo explícito de Varnhagen ao construir essa obra: refletir e propor soluções para os problemas administrativos do Estado Imperial. No seu entender, o país recém emancipado estava a "caminhar às cegas", e poucos burocratas se haviam dedicado ao estudo de melhoramentos administrativos que deveriam ser empreendidos.[509]. Pretendia dar andamento à consecução desse projeto. Entretanto, não conseguiu levá-lo avante.

> Convém ao Brasil estabelecer sua administração sobre uma base latamente popular, donde se dê novo excitante ao provincialismo, e se localize essencialmente a ação; ou convém-lhe melhor adotar a unidade e centralização administrativas, com razoável participação das províncias e localidades?[510]

Neste ponto, ele volta a questão inicial, e aponta as características do sistema administrativo a ser adotado no país recém independente:

> O sistema administrativo deve guardar consonância com o sistema político e estando este fixado para o Brasil pela constituição vigente, aquele não pode autorizar-se senão no mesmo princípio, nem se estribar senão no mesmo cimento, sob a pena de produzir uma criação incoerente e ineficaz.[511]

Para ele fica claro que a monarquia constitucional exige uma certa centralização da administração que não deveria nem ser questionada justamente por fazer parte do sistema político escolhido.

---

[508] Idem, fl. 83 e fl.83v.
[509] É válido reforçarmos aqui a nossa escolha de não aprofundarmos o estudo das contribuições do Visconde do Uruguai e de Zacarais Góis de Vasconcelos, visto que não fazem parte do contexto em que a *Memória* fora escrita, já que Varnhagen levanta o problema de não haver trabalhos de burocratas suficientes para pensar a administração pública.
[510] Idem, fl. 86.
[511] Idem, fl. 86.

> O povo brasileiro tem progressado em todos os sentidos durante o curso de suas vicissitudes, e por isso se acha hoje em disposição de compreender e utilizar sua constituição política, e receber uma boa administração em harmonia com ela. Porém, seria notável desacordo o pretender levá-lo mais longe. Se os homens que recusam reconhecer que se equivocavam afetam ainda seguir erguidamente adiante, são bem cegos em não perceber que vão sós, e que se espaçam num mundo que não é o da época, nem o da realidade. E pronto se desenganariam, se em meio de suas abstrações parassem a examinar a sociedade, ou bastante para conhecer que uma boa administração, enérgica, temperada, e muito diferente de suas ilusórias inconstâncias, é o que necessita no Brasil para generalizar a educação e as luzes, acrescentar a morigeração, inaugurar o fomento público, e apresentar perto o estado de prosperidade que todos apetecemos. [512]

Varnhagen reconhece o progresso que o Brasil se encontrava naquele momento e acredita que monarquia constitucional seria o melhor sistema político para o Brasil. Ele atenta que os que não concordam e que incentivam mudanças de sistema político não compreendem que o Brasil não precisa de suas instabilidades e sim de uma administração enérgica e temperada. Só assim o Brasil conseguiria alcançar a prosperidade. Arrematando a Memória, Varnhagen volta a defender a importância da prática da administração baseada em postulados científicos:

> A administração é uma ciência, porque não somente consiste na ação que cuida e assegura o cumprimento das leis, senão que buscando a cada necessidade social sua satisfação e fomentando os interesses legítimos, se encontra nestes diferentes conceitos em contato com todos os indivíduos, e em presença de todas as eventualidades, tendo que confiar uma multidão de coisas à sagacidade, prudência, e ilustração dos agentes. [513]

A administração é uma ciência que consegue dar o suporte necessário para toda a nação desde o cumprimento das leis até a ilustração dos agentes públicos para atuar em benefício de toda a população. Os homens devem fazer bom uso da administração para a prosperidade na nação.

---

[512] Idem, fl. 87.
[513] Idem, fl. 102.

> O mesmo sucede com a administração: se quer fazer-se demasiado, afoga e mata; se não faz o necessário deixa morrer. Assim a má governação de um país não é culpa da ciência, senão dos que a não compreendem ou não sabem, ou não querem aplicá-la do modo conveniente.[514]

A má governação não é culpa da ciência e sim do mal uso que fazem da administração seja por não a compreenderem, ou não saberem ou não optarem por usá-la conscientemente. Mais a frente, Varnhagen vai se dedicar a refletir sobre a necessidade da administração sentida no Brasil.

> A importância da administração é universalmente sentida. No Brasil pode dizer-se que há sede dela, porque o país que lamenta seus males, demasiado conhece que o que lhe faz falta é bom governo, que quer dizer estar bem administrado. Assim é que em poucos anos tem ocupado da matéria, ainda que parcialmente, claríssimos engenhos e acreditados patrícios. [515]

Destaca a necessidade de se pensar a administração pública no Brasil para se ter um bom governo. Destaca que ainda existem poucas iniciativas sobre o tema. Mais a frente, o autor debate se a administração no Brasil poderia se estabelecer de um modo original.

> Um ponto nos fica unicamente por tocar, e é se poderia combinar-se e estabelecer-se uma administração puramente à Brasileira, sem mescla de estranhos usos; pensamento que tem em seu favor ou em sua desculpa o futuro de um instintivo apego ao decoro nacional. [516]

Varnhagen propõe aqui uma indagação: seria possível estabelecer-se uma administração totalmente brasileira sem influências das experiências estrangeiras? Ao longo do texto, ele constrói uma narrativa desfavorável a essa originalidade. Ele acredita que existem muitos países que trazem à luz conhecimentos que podem ser bem úteis a diversas nações e não é diferente com o Brasil. Nesse sentido, mais uma vez, apela para o exemplo da França:

---

[514] Idem, fl. 103.
[515] Idem, fl. 104.
[516] Idem, fl. 105v.

> A nação que mais tem adiantado na administração é a francesa, o que se explica por duas razões. Primeira, porque é a única que num estado avançado de civilização destruiu todas suas instituições antigas, e pôde sem obstáculo formular e plantear um sistema completo fundado em teorias luminosas, que suas diferentes formas de governo tem contribuído a aperfeiçoar.[517]

Para ele, a França é o exemplo de administração constitucional. Ele afirma que a mesma conseguiu romper com tudo o que lembrava o Antigo Regime e avançou com um sistema fundado na ilustração que tem contribuído para o desenvolvimento do governo.

> A segunda, porque o gênio fecundo, lógico, e metódico de seus publicistas, que quando não consegue a iniciativa das grandes ideias, se encarrega sempre de propagá-las, tem encontrado no povo ou seja na opinião pública, a melhor acolhida e cooperação para os progressos da doutrina administrativa, que pronto se tem convertido em feitos pelo comum assentimento o concurso. [518]

A segunda razão do sucesso francês é justamente as contribuições dos publicistas franceses aos estudos da administração pública e acolhida da opinião pública destas obras e empreendimento delas no governo. "A Inglaterra pede por agora leis administrativas à França, assim como a França encarga, também por agora, máquinas de vapor à Inglaterra."[519]

> Não é isto advogar cegamente por causas estrangeiras, não. Que não estrangeiro senão muito brasileiro, o espírito que o tem ditado. Isto é aconselhar que se estude e se medite o bem e que se procure adotar de um modo judicioso e apropriado, aquilo que as mais nações gabam e imitam, aquilo que faz falta na nossa sociedade e que possa implantar-se nela, florear e frutificar.[520]

Mais uma vez, uma das marcas características de Varnhagen vem à superfície: o receio de ser chamado de estrangeiro. Neste sentido, ele se reafirma como brasileiro, capaz de propor soluções para o bem da pátria.

---

[517] Idem, fl. 106.
[518] Idem, fl. 106 e fl. 106v.
[519] Idem, fl. 106v.
[520] Idem, fl. 106v.

> O verdadeiro brasileirismo não há de consistir em desprezar o útil dos estrangeiros senão em elegê-lo, e depois de assimilá-lo ou incorporado a nosso sistema, procurar superá-lo eles. De conseguinte, os que com são ainda que deslumbrando propósito, anhetam uma administração propriamente brasileira, devem penetrar-se de que essa administração se há de formar da reunião do melhor que por todos os lados se visse e adquirisse, e que em seguida toca ao patriotismo o utilizar, aperfeiçoá-la e enaltecê-la.[521]

Para Varnhagen, o verdadeiro espírito patriótico é do brasileiro que assimila as boas lições estrangeiras e molda para as necessidades do próprio país. E não quem despreza. E critica aqueles que querem que a administração seja exclusivamente brasileira, porque não está pensando no que é melhor para a Nação. E continua suas críticas.

> Mas os que com ânimo mesquinho afetam presunçoso desdém pelas instituições forasteiras, quando eles não hão feito toda a sua vida mais copia-las no mau e desacreditado, para traze-lo a infestar nosso solo; os que em que sua pueril insipidez enviam a estudar a com Alemanha o que ignoram que não pode transportar-se ao Brasil porque consiste em temperamento e em costumes, enquanto que em França encontrariam o que pode vir com um pouco de cuidado, que são os bons regulamentos e as autorizadas práticas administrativas...esses não merecem mais que um sorriso de compaixão.[522]

Neste sentido, Varnhagen critica os que desdenham as instituições estrangeiras, apesar de as terem copiado desde sempre. Ele critica os que enviam os filhos a estudar na Europa e não podem trazer as práticas administrativas que lá bem fundem. "O desviver-se pelo que passou e de nada serve, ou por uma originalidade irrealizável, é quimera; o preferir o mediano por ser de um país, desfazendo o bom por ser de outro, é mais que miséria."[523] No final do texto, continua sua argumentação:

> Terminamos protestando a íntima convicção que nos assiste da exatidão das doutrinas espalhadas neste escrito; ainda que as submetemos à censura dos conhecedores e ao critério do público. Ao emitir um ditame de consciência sobre o estado de nosso país, e ao julgar alguma vez os atos e as opiniões, respeitamos

[521] Idem, fl. 107.
[522] Idem, fl. 107.
[523] Idem, fl. 107.

> e deixamos a salvo os partidos, as corporações, e as pessoas enquanto a sua intenção, que constantemente cremos pura, ainda que nem sempre bastante ilustrada. Os falsos amigos dissimulam a verdade, os aduladores torcem-na, os homens de caráter dizem-na.[524]

Preocupado com possíveis censuras, Varnhagen de antemão defende-se de futuras críticas. Características, aliás, da personalidade do futuro Visconde, sempre em guarda e atento para a opinião alheia. Mas ele destaca que não quis entrar no mérito de discutir sobre os partidos, justamente porque acredita que seu trabalho não é de opinião. Não quis tratar de nenhum político ou figura pública diretamente pelo mesmo motivo. E comenta que como homem de caráter ousa dizer a verdade, também algo bem peculiar do discurso de Varnhagen, a preocupação em apresentar os fatos e sempre a verdade. Em seguida, ele sugere que há de se formar uma doutrina a ser seguida da ciência administrativa no país. Será que esse ensaio teria esse objetivo? Será que Varnhagen almejava ser um publicista reconhecido do Império, como fora Guizot ou Constant? Ele sugere que a escola de ciências administrativas deve se formar no Brasil junto às universidades para ajudar a formar os futuros administradores.

> E excitaremos aos engenhos que possuam teoria e praticamente a administração, não somente a trabalhar para seguir difundindo as noções de ciência reunidas em corpo completo de doutrina, senão também a ocupar-se dos ramos especiais, de fazenda e de justiça. A ereção da escola de administração no Brasil poderá dar produtos, porém requer sustentar-se e estimular-se para que oportunamente se estenda a instrução às universidades, provendo o país de hábeis administradores que necessita, e que até agora não tem tido onde aprender nem onde formar-se.[525]

E continua explicando suas ideias sobre como a administração pública no Brasil deveria estar mais instruída e preparada para se ter bons administradores. Reconhece novamente o papel importante na administração entre as atribuições do Conselho de Estado.

> A coordenação já começada e a multiplicação de prontuários e manuais donde se contenham com clareza os direitos e deveres de administradores e administrados, por classes e serviços e donde se recolha a sucessiva jurisprudência, que emane e

[524] Idem, fl. 107 e 107v.
[525] Idem, fl. 107v.

> se desprenda das decisões dos julgados administrativos e do conselho de estado quando estejam criados corpos, é também sumamente interessante e transcendental.[526]

Varnhagen valoriza seu humilde trabalho afirmando que se trata apenas de um esforço, um contributo para aprimorar a organização do Estado imperial.

> Trabalho modesto, que por não ser assunto de parcialidades é assunto de Brasileiros, e que por não ter grande brilho, porém sim muita utilidade, se avém com o genuíno espírito do século, tão pouco aficionado à van palestra, como disposto a admitir e engrandecer todo esforço que conduza a resultados positivos, espécie de culto tributado pelo desengano à verdade de volta de ilusões![527]

Seja como for, a *Memória* é uma obra muito rica, em que Varnhagen se propõe a produzir em bases científicas um tratado de administração pública para o Império brasileiro. Por certo, inspirou-se em autores como Benjamin Constant, Tocqueville e Guizot. Mas sem sombra de dúvida pretendia com a publicação dessa obra fomentar mudanças administrativas no Brasil que implicariam, no seu entender, contribuir para a prosperidade da Nação.

Acredito que mais do que ser reconhecido pela elite política por suas qualidades de publicista, Varnhagen preocupou-se em evidenciar os seus conhecimentos sobre administração pública, o credenciava para pleitear uma posição de destaque na estrutura de governo da monarquia constitucional, que se instituiu no Brasil, após a Independência. Um cargo de envergadura de Conselheiro de Estado, por exemplo. Ou, então, membro do tal corpo consultivo que Varnhagen sugere instaurar no Império, destinado a subsidiar as práticas de governo, segundo se lê na obra aqui abordada. Talvez fosse até longe...almejasse o posto de mentor de Sua Majestade, uma espécie de assessor particular do jovem imperador D. Pedro II.

---

[526] Idem, fl. 107v.
[527] Idem, fl. 107v e fl. 108.

4 VARNHAGEN, O PUBLICISTA

Francisco Adolfo de Varnhagen foi consagrado pela nossa historiografia como o maior historiador brasileiro oitocentista. A publicação da sua primeira edição da *História Geral* em 1854 foi resultado de um longo processo de pesquisa e coleta de documentos históricos em arquivos europeus e brasileiros. Além da *História Geral* escreveu diversos textos para *Revista do IHGB*, sem falar das suas contribuições à literatura, à etnografia, à geografia, à arquitetura e à história. Varnhagen ingressou na burocracia imperial, admitidos no Ministério dos Negócios Estrangeiros e desempenhou funções diplomáticas em legações da Europa e nas Repúblicas de 1842 até o seu falecimento em 1878, fazendo uma carreira respeitada por seus pares. Participou e liderou eventos importantes na Europa, representando o Brasil, levando sendo reconhecido por parte do imperador que lhe concedera os títulos de Barão e depois Visconde Porto Seguro. Em 1849, publicou a primeira parte do *Memorial Orgânico* cujo teor do texto destoava do que vinha publicando.

> O *Memorial Orgânico* de Francisco Adolfo de Varnhagen é obra que se destaca da temática dominante do autor. Embora nela reconheçamos as ideias basilares de sua vida intelectual, o enfoque é diferente daquelas que o identificavam fundamentalmente como um historiador e, ainda que secundariamente, um historiador da literatura.[528]

O *Memorial* inaugura um lado de Varnhagen que ainda não havia sido exposto publicamente, um intelectual preocupado em escrever sobre melhoramentos que deveriam ser empreendidos no Brasil. Conforme Wehling, no *Memorial* se apresenta um Varnhagen "publicista e pensador político que reúne vasta gama de interesses e os articula para embasar seu ponto de vista, que também é um programa de estado".[529] Acredito que esse programa de estado compreende não somente o *Memorial*, mas também a *Memória da Administração* e *A questão da capital: marítima ou interior*. São textos em que o historiador se dedica a pensar ações que possam ajudar à melhoria do governo e à prosperidade da nação. Essa característica em suas obras o coloca no papel de publicista, como destacou Wehling. Ele aponta que no século XIX, o publicista era um "intelectual

---

[528] WEHLING, Arno. "O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político." IN: GLEZER, Raquel e GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (org.). *Varnhagen no caleidoscópio...op.cit.*, p.161.
[529] Idem, p. 160 e 161.

voltado para uma atuação pública com vistas ao aperfeiçoamento da sociedade em que vivia."[530]

Essas preocupações com a sociedade e com as mudanças que acreditava serem em benefício da nação se mostram constantes nas cartas que enviava para o imperador, conforme já foi visto no capítulo anterior. Era um exercício comum à época para intelectuais ligados ao Estado na Europa o pensar soluções para os problemas da Nação. Não podemos deixar de reconhecer que vivemos no século dos nacionalismos e da construção das identidades nacionais, portanto, o preocupar-se em apresentar programas de governança para a prosperidade do Estado, significava estar engajado com a construção da nacionalidade. Francisco Adolfo de Varnhagen contribuiu muito com construção da memória histórica ao publicar suas obras inaugurando a historiografia brasileira. Não era de se espantar que pensasse também navegar em outras áreas que ajudasse ainda mais essa construção da identidade nacional. Esse Programa de Estado formulado por Varnhagen significava elaborar um amplo diagnóstico da situação presente e oferecer soluções para o futuro. Mas Varnhagen já funcionário da chancelaria Imperial, não se satisfazia somente em contribuir para os trabalhos sobre as fronteiras e interesses diplomáticos. Ele buscou por toda a sua carreira produzir uma diversidade de trabalhos cuja natureza o colocariam mais próximo das funções de um conselheiro imperial, o que também se observa na correspondência por ele dirigida a D. Pedro II. Pois bem, temos com a publicação do *Memorial,* um Varnhagen publicista. Acredito que o *Memorial* desvenda o pensador político e as ideias que defendia. Do mesmo modo, o inédito *Memória da Administração Pública* e o opúsculo *A Questão da capital: marítima ou do interior?* junto ao *Memorial Orgânico* completam uma proposta de Estado ambiciosa, apresentada ao Parlamento e às províncias, mas que não foi avante. Porém, acredito que a *Memória* de alguma forma integra esse programa de Estado assim como a obra *A Questão da capital: marítima ou interior.*

4.1 **Memorial Orgânico, Memória da Administração Pública e Questão da Capital: marítima ou do interior? O conjunto dessas obras formava um programa de Estado?**

O *Memorial Orgânico* é uma espécie de opúsculo, escrito e publicado por Francisco Adolfo de Varnhagen, em Madri, em 1849, na tipografia de D. J. R.

[530] Idem, p. 161.

Dominguez. O título completo é *Memorial Orgânico que à consideração das Assembleias Geral e provinciais do Imperio, apresenta um brasileiro*. A primeira parte editada em 1849, alcançava 49 páginas. Em 1850, Varnhagen publicou a segunda parte da obra com 16 páginas.[531] Arno Wehling fez um índice da primeira parte que é bem útil para termos uma visão geral do conteúdo.[532]

Segue abaixo o índice da primeira parte do *Memorial Orgânico:*

Figura 5 – Memorial Orgânico

"Índice
Capítulo I. Alguns Enunciados
Capítulo II. Justificam-se as seis proposições
§. I. Limites
§. II. Situação da Capital
§. III. Comunicações Interiores
§. IV. Divisão atual em Províncias
§. V. Defesa Interna
§. VI. População
Capítulo III. Solução e remédios
§. I. Limites
§. II. Situação da nova capital
§. III. Comunicações internas
Caminhos de ferro
Entradas imperiais
§. IV. Divisão de territórios
I. Preliminares
II. Novos Departamentos
III. Advertências
IV. Classificação dos depart. etc.
§. V. Plano de defesa interior
§. VI. População

[531] Sobre isso, ver: Idem, p. 162.
[532] Idem, p. 287.

I.	Dos Africanos[533]
II.	Dos Índios Bravos
III.	Dos Colonos Europeus[534]”

Segue o índice da Segunda Parte que elaborei na minha dissertação de mestrado[535]

Figura 6 – Memorial Orgânico Segunda Parte

“Índice
§. I. Introdução
§. II. Abertura de comunicações gerais
§. III. Nova divisão de território
§. IV. Situação da capital
§. V. Questão dos Africanos
§. V. Civilização dos Índios por tutela[536]
§. VI. Colonização europeia
Conclusão”

Acredito que o *Memorial Orgânico* foi escrito e publicado na ocasião em que Varnhagen se dedicava à sua *Memória*. Portanto, não nos ocuparemos aqui com o contexto da obra para não ser repetitivo. Mas acho bem válido destacarmos algumas discussões que são levantadas no *Memorial* e que também foram privilegiadas na *Memória*, justamente para entendermos como as duas obras de alguma forma dialogam e compõem o projeto de estado de Varnhagen.

No capítulo primeiro do *Memorial*, Varnhagen coloca o título de “alguns enunciados”. Varnhagen justifica o *Memorial*, assinalando os principais problemas do país recém independente.

> O Brasil é uma nação cujas raias com as vizinhas estão por assinar; um império cujo centro governativo não é o mais conveniente; um país cujo sistema de comunicações internas, se o há, não filho de um plano combinado; um território

[533] No texto lê-se “População Africana”.
[534] No texto lê-se “Colonização da Europa”.
[535] ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani de. *Memória da Administração Pública de Francisco Adolfo de Varnhagen:* Edição de Texto. Dissertação de mestrado.São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015, p. 243.
[536] Varnhagen coloca na edição uma repetição de capítulos (§. V. Questão dos Africanos e Civilização dos índios por tutela).

> enfim cuja subdivisão em províncias é desigual, monstruosa, não subordinada a miras algumas governativas, e procedente ainda no fundo (na beira-mar ao menos) das primeiras doações arbitrárias feitas, há mais de três séculos, pelos reis portugueses.[537]

Diferentemente da *Memória*, no *Memorial*, Varnhagen se mostra mais objetivo. Elenca os principais problemas que ele acredita que devem ser solucionados no Brasil. O primeiro deles tem total relação com sua experiência diplomática. Varnhagen investigou documentação relativa aos limites entre o Brasil e seus vizinhos. Portanto, possui autoridade para afirmar que as fronteiras do Império ainda não se encontram definidas. E, portanto, era preciso fixar os marcos da soberania nacional. Muito havia que se delimitar e definir. Não é à toa que o Brasil se envolveu em sucessivos conflitos com seus vizinhos no século XIX.

O segundo deles é sobre a administração pública no Brasil. No entender de Varnhagen, a localização da capital do Império – o centro governativo do país – não era adequada. Já vimos que Varnhagen se dedicou a esse tema na *Memória*. O terceiro deles é sobre a falta de um plano no sistema de comunicações internas. Algo que ele também debateu em sua *Memória*. O quarto deles é sobre a divisão das províncias. Ele critica a manutenção da herança portuguesa nas divisões territoriais. Acredita que três séculos depois, as divisões deveriam ser alteradas, diante das mudanças que foram impostas pelo crescimento e desenvolvimento do próprio país.

> Ainda mais: assim como não há plano de comunicações internas que fomentem o comércio e a agricultura, também não consta havê-lo de defesa do país, a fim de prevenir, pela simples ocupação desde já de certos pontos decididamente estratégicos que apresenta a inspeção do seu território.[538]

Reforça outro problema que está relacionado à falha nas vias de comunicação interna: o problema do fomento ao comércio e agricultura e a falta de estratégia de defesa do país.

---

[537] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. "Memorial Orgânico. Primeira Parte." Madrid: Na Imprensa da viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. IN: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal e GLEZER, Raquel (org.). *Varnhagen no caleidoscópio.* Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013, p. 203.
[538] Idem, p. 203.

> E que é a nossa população? Para tão [vasto país,] como uma gota de água no caudaloso Amazonas. Mas pior é sua heterogeneidade que o seu pequeno número. Temos cidadãos brasileiros; temos escravos africanos e ladinos que produzem trabalho, temos índios bravos completamente inúteis ou antes prejudiciais, e temos pouquíssimos (infelizmente) colonos europeus.[539]

Aí está uma das suas ideias que não estava somente no *Memorial*, mas que aparece em cartas e na sua *História Geral*: o problema da falta de europeus no Brasil. Para o futuro Visconde, era importante que a maioria branca predominasse na sociedade, daí o incentivo à imigração. Mesmo que Varnhagen estivesse vivendo no período do romantismo indianista do século XIX no Brasil, não hesitava em criticar os "índios bravos". Para ele, diferentemente dos escravos africanos e ladinos que eram úteis por conta da força de trabalho, os "índios bravos" eram inúteis, pois não contribuíam para o trabalho braçal.

Ao longo do texto, ele defende que escreve com o objetivo patriótico de ajudar a prosperidade do país e, portanto, não optou por adulações e sim em trazer verdades mesmo que incomodem. Comportamento um tanto característico do autor.[540]

Varnhagen argumenta que sendo a área do Brasil 250 vezes maior do que a da Bélgica, não é admissível que produza uma receita "menor do que o reino politicamente mais insignificante da Europa."[541] Muito original o seu trabalho, talvez suas aulas de Economia possam ter contribuição importante, pois relaciona o tamanho do território ao que deveria ter de prosperidade e riqueza.

> Em geral os nossos políticos demasiado embebidos no estudo dos livros estrangeiros, e no hábito de adaptar-se às vezes com nímia prontidão os seus preceitos, distraem-se de estudar as necessidades do Brasil pelo próprio Brasil.

---

[539] Idem, p. 203.

[540] Varnhagen defendia a verdade histórica. Na primeira edição da *História Geral* se dedica a este tema num capítulo intitulado "Duas Palavras sobre essa obra". Lúcia Guimarães aponta que esse texto fora suprimido na segunda edição. "Trata-se de um texto pouco conhecido, pois foi suprimido pelo autor na 2ª. Edição do livro. Por conseguinte, também não consta nas edições integrais subsequentes, revistas e anotadas por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, que são as mais lidas atualmente. No fragmento aludido há uma passagem denominada "Duas palavras sobre esta obra", em que o futuro visconde, estrategicamente, inicia um diálogo com o leitor, a propósito de esclarecê-lo sobre o método empregado na pesquisa e a função do historiador." GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. "Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878)". IN: PRADA, Maurício e RODRIGUES, Henrique Estrada (orgs.) *Os historiadores: clássicos da História do Brasil, vol.4: primeiros relatos a José Honório Rodrigues.* Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2018, p. 54.

[541] Idem, p. 204.

> Daqui procedem tantas leis que temos, umas inúteis e sem aplicação, e outras em contradição com o que necessitamos. Se de muitas delas buscarmos o fundo acharemos os originais nos Estados Unidos ou em França ou em algum livro; geradas pela necessidade esta ou aquela.[542]

Essa argumentação também aparece na *Memória da Administração Pública*, sob um prisma diferente, de que os estudos estrangeiros devem ser utilizados para ajudar na administração pública. Porém, compete aos brasileiros assimilar e incorporar conceitos ao nosso sistema para depois superá-los. Ele critica os que querem um sistema puramente brasileiro por não advogarem pelo bem do país por quererem ignorar o que se tem melhor que é fabricado por outros países.[543]

> Convençamo-nos que é dar maior urgência proteger por todos os modos o tráfico interno, e nivelá-lo ao menos ao comércio marítimo, a fim de que a riqueza pública e o bem-estar dos súditos brasileiros dependa o menos possível do comércio externo, e [possa] numa crise nutrir-se a si mesmo.[544]

Embora se manifestasse contrário Interessante essa passagem, pois Varnhagen destaca que o comércio de escravos deve ser estimulado internamente para não se tornar dependente do tráfico marítimo de escravos visto que os britânicos já haviam imposto o fim do tráfico marítimo de escravos. Ele continua falando do seu propósito de apontar problemas e sugerir soluções para a prosperidade do país. E levanta um questionamento para o papel do próprio imperador nessa empreitada.

> O primeiro soberano que viu a América franqueou os portos do Brasil e elevou-o à categoria de reino. O segundo emancipou-o com uma coroa imperial. Qual deve ser a missão do terceiro?...Do primeiro soberano nascido no novo mundo? Respondamos: a de organizar fundamentalmente e assegurar para sempre o seu vasto Império.[545]

---

[542] Idem, p. 204.
[543] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memória da Administração Pública...op.cit.*, fl. 107.
[544] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. "Memorial Orgânico. Primeira Parte." Madrid: Na Imprensa da viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. IN: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal e GLEZER, Raquel (org.). *Varnhagen no caleidoscópio.* Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013, p. 205.
[545] Idem, p. 206.

No capítulo segundo Varnhagen vai justificar as proposições enunciadas no capítulo primeiro. Primeiramente, vai tratar sobre o problema dos limites no Brasil. Ele destaca que o país tem problemas de limites com vários países vizinhos: Montevidéu, República Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Equador e Venezuela, além das Guianas Francesa e Inglesa. Em seguida, ele trata da questão da capital, tema ao qual retornará em 1877, no opúsculo *A Questão da capital: marítima ou do interior?* Ele faz uma narrativa sobre a história da capital no Brasil desde os tempos de colônia.

> Ora pois hoje que já não somos colônias; que não necessitamos de estar em dependência de Lisboa, e que as vantagens de termos a capital sobre o mar não compensam a fraqueza e comprometimentos que daí podem resultar para a nação, e outras muitas vantagens que se colheriam de a transferir para interior, segundo adiante mostraremos, assentamos por princípio que a capital do Império (ainda que fôssemos primeira potência marítima, eventualidade que podia destruir um simples temporal) não deve ser em um perto de mar, sobretudo atualmente, em que graças à invenção dos caminhos de ferro podemos fazer em algumas horas comunicar com o beira-mar qualquer ponto do sertão.[546]

Varnhagen justifica a mudança da capital para o interior do Brasil com dois argumentos: o primeira seria porque o Brasil não era mais colônia e, portanto, não precisaria manter a capital no litoral para ter fácil acesso à Portugal. A segunda seria que com o desenvolvimento das estradas de ferro, o acesso à costa seria facilitado caso a capital estivesse mais guarnecida. Ele fala sobre as comunicações pelo interior do país, ou melhor, a falta dela. Para ele, deveria partir dos ministros do Império um plano que interligasse todo o império.

Varnhagen faz uma digressão sobre as formações das províncias durante o período colonial para chegar à crítica que sobre a repartição do território e da área entre as províncias.

> Depois da independência, por vergonha nossa, é que nem sequer quase se tem pensado a respeito da tão necessária divisão do território. Nem por ocasião do Ato Adicional houve quem pugnasse pela conveniência de estabelecer certo equilíbrio entre os novos estados, antes de assim emancipar de um modo que não

[546] Idem, p. 211.

> deixa de causar alguns embaraços e trabalhos à marcha regular e governativa da nação em bastante prejuízo desta.[547]

O futuro visconde destaca que o Ato Adicional concedeu maior autonomia às províncias, mas não apresentou qualquer proposta de uma nova divisão do território com províncias cujas áreas seriam menos desproporcionais. Ele não deixa de criticar o Ato Adicional e seu impacto negativo na marcha governativa da nação. Vimos anteriormente que Varnhagen na *Memória* manifesta-se contrário à autonomia das províncias em relação ao governo central, apoiando, todavia, algumas franquias provinciais, consoante certas peculiaridades regionais, desde que a ação administrativa pudesse pela força e harmonia emanada do poder supremo chegar até as localidades sem causar prejuízo de falta de conexão entre o poder central e as províncias.

Varnhagen aborda brevemente sobre a defesa interna e já segue para a questão sobre a nossa população. Na *Memória*, Varnhagen não se dedica propriamente à questão da população. Até porque sua proposta era inventariar tudo que tivesse relação com a ciência administrativa. Por temer que a quantidade elevada de escravos pudesse se tornar uma ameaça de um levante, critica a escravidão. Argumenta que o país está refém desse formato de trabalho e que isso pode causar um impacto negativo quando o mesmo se tornasse raro ou fosse extinto. Aponta, assim, a necessidade de tornar útil a mão de obra indígena. Sobre o uso da mão de obra de colonos europeus diz que se aprofundará mais a frente. Mas conclui sobre o quanto é importante o equilíbrio das raças no país.

> É necessário tratar de equilibrar as raças, proteger por todos os modos seu cruzamento, para assim termos, daqui a um ou dois séculos uma população homogênea, condição essencial para evitar no futuro contínuas guerras civis.[548]

Varnhagen defende uma homogeneização da população com o objetivo de evitar no futuro guerras civis ou levantes que pudessem ser fruto da diversidade de povos que habitam o país. E o incentivo à imigração europeia para as forças produtivas vinha no sentido, talvez, de contribuir para que a homogeneização fosse predominantemente branca.

---

[547] Idem, p. 215.
[548] Idem, p. 216.

No capítulo III, Varnhagen irá discutir o encaminhamento de soluções para os problemas levantados. Trata-se do capítulo mais denso do *Memorial*, e que se inicia justamente pela questão dos limites do território. Ele aponta que com a França só falta demarcar porque as fronteiras já foram estabelecidas no Congresso de Viena. Com as repúblicas vizinhas, ele defende que deveria se adotar os tratados de 1750 e 1777. Ao final do texto, destaca que Província Cisplatina deve voltar ao Brasil, mesmo que seja necessária uma nova guerra.

Em seguida, Varnhagen falará sobre a situação da nova capital. Ele elenca inúmeros motivos para que a nova capital seja no sertão. Entre elas, destaca a importância que pode trazer para o melhoramento da comunicação interna. É importante notar que a mesma analogia aparece na *Memória*.[549] "4º. Os governos cuja sede está no interior do país tratam mais que os outros em cuidar de facilitar as comunicações, que são as veias e artérias do Estado, que sem elas definha e morre."[550] E em seguida, coloca outro argumento que vai de encontro ao que defende em sua *Memória*: a importância para o bom funcionamento da administração que as ordens vindas do poder supremo cheguem com força e harmonia nas províncias. [551]"5º. Ao mesmo tempo uma capital central pode distribuir com mais igualdade em diferentes raios sua solicitude."[552] Essa é uma preocupação constante de Varnhagen na *Memória*. Para ele, o poder supremo deve estar centralizado o suficiente de forma que consiga levar as ordens e decisões que impactam a nação em geral para as localidades sem que corra o risco de serem enfraquecidas ou rompidas pela falha de comunicação dos agentes administrativos com os locais. Para além disso, adverte que a capital não deve ser localizada em cidade já estabelecida de alguma província, e defende que a sua construção seja erguida do marco zero, usando, mais uma vez, analogia com o funcionamento do corpo humano.

---

[549] Na *Memória*, Varnhagen usa a analogia ao corpo humano: "De maneira que, sendo o poder supremo a vontade social representada na cabeça é a administração o braço que executa, e suas funções compreendem o cumprimento das leis, enquanto ao governo compete juntamente com o cuidado das melhoras, que são o fim e a condição de toda a reunião de homens civilizados." IN: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memória da Administração Pública...op. cit*., fl. 4.

[550] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. "Memorial Orgânico. Primeira Parte." Madrid: Na Imprensa da viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. IN: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal e GLEZER, Raquel (org.). *Varnhagen no caleidoscópio.* Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013, p. 221.

[551] Na *Memória*, aborda a harmonia entre o poder supremo e as províncias usando a analogia dos corpos planetários: "Podem considerar-se os distritos municipais, sem prejuízo de que se formem agregações territoriais ou provinciais, como os corpos planetários, que girando sobre seu eixo têm movimento próprio de rotação e ademais se movem no espaço girando em roda de um centro fixo, de que não podem sensivelmente afastar-se. Se esse movimento de rotação sofresse perturbação, se romperia a harmonia, e se a atração faltasse, se dissolveria completamente o sistema." IN: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memória da Administração Pública...op. cit*., fl.7 e fl.7v.

[552] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. "Memorial Orgânico. Primeira Parte.", *op. cit.*, p. 221.

> É a em que se encontram as cabeceiras dos afluentes Tocantins e Paraná, dos dois grandes rios que abraçam o Império; i. é, o Amazonas e o Prata, com as dos do S. Francisco, que depois de o atravessar pelo meio desemboca a meia distância da cidade da Bahia a de Pernambuco. É nessa paragem bastante central e elevada, donde partem tantas veias e artérias que vão circular por todo o corpo do Estado, que imaginamos estar o seu verdadeiro coração; é aí que julgamos fixar-se a sede do governo do Império.[553]

Cabe aqui pontuar que a analogia que faz do corpo humano tem total relação com sua defesa da centralização do poder supremo na *Memória*. Para ele, o governo central, ou supremo como se refere, deve estar totalmente conectado através das veias e artérias (sistema administrativo) com as províncias. Estas não podem agir em total liberdade para não correrem o risco de fazer do país um sistema federalista. Ao fim e ao cabo, sugere que o nome da nova capital fosse *Imperatória.*

Abordado o problema da transferência da capital para o interior, Varnhagen passa a se dedicar à questão da abertura das vias internas de comunicação no país. Para ele, as estradas de ferro poderiam ser a ligação entre a nova capital mais ao centro e os portos. Ele defende que o ideal seria ter estradas de ferro como na Inglaterra e nos Estados Unidos, mas que reconhece os custos alto dos empreendimentos. Sugere que o governo assuma um empréstimo como aconteceu na Bélgica.

O exame das vias de comunicação leva o autor a voltar ao quesito de divisão territorial. No seu entender, faltava ao Império uma lei razoável e clara da divisão territorial no Brasil. "Não haverá administração central que se entenda com as províncias, e que verdadeiramente governe, enquanto estas tirem cada uma para a sua banda, e as grandes tratem de engolir as pequenas, à maneira dos peixes no sermão do P. Vieira."[554] É muito significativa a relação deste tópico com os temas abordados na *Memória.* A maior preocupação de Varnhagen naquela obra era com a comunicação entre o poder central e as províncias. Para ele, a monarquia só chegaria até as províncias se o sistema administrativo alcançasse maior capilaridade, por meio da atuação de agentes administrativos eficientes. "O que mais urge é proporcionar-se às províncias mais harmonia, mais igualdade, e fazer que a ação governativa não seja mais eficaz e benéfica em umas que em outras."[555] Não existe harmonia no funcionamento do sistema

[553] Idem, p. 223.
[554] Idem, p. 233.
[555] Idem, p. 233.

administrativo, sendo umas províncias mais beneficiadas do que outras. Ao longo do texto, ele compara a organização política e administrativa de países como a Bélgica, os Estados Unidos e a França. Reconhece que no Brasil teríamos grandes dificuldades em fazer uma divisão territorial tão eficiente, mas indica que fosse concebida a partir das condições naturais, principalmente a partir dos rios.

Em seguida, ele sugere a criação de vários departamentos ao longo do território. E faz uma advertência sobre a divisão territorial. "A nação ganha pagando menos presidências; elas em ficarem com maior consideração e recursos, e menos expostas aos vexames que umas às outras pela má divisão fazem, em prejuízo do comércio."[556] Esse é o objetivo dele em relação às divisões territoriais: reduzir a quantidade de províncias. Isso traria duas consequências, a primeira que o Estado economizaria com os custos das presidências das províncias. O segundo, é que o governo conseguiria ter maior controle das províncias, sendo-as em menor número. Algo que vai de acordo com a sua ideia de fazer chegar as províncias o poder central através do sistema administrativo.

Mais a frente, Varnhagen falará sobre o plano de defesa interior. Esse plano está totalmente vinculado à criação dos departamentos nas províncias interioranas. Para ele, os departamentos seriam montados com força militar e estariam aptos a se apresentar em defesa da nação em caso de ameaça externa.

> Em conclusão: para assegurar o Brasil de modo que este possa pelo menos fazer cara e bater o pé quando o insultem, em vez de se pôr a chorar, não vemos senão dois meios: ou de uma respeitável marinha de guerra, ou da concentração de sua principal força no interior. Se não temos meios para rivalizar com os poderosos na primeira, sejamos pelo segundo meio tão fortes como qualquer outro estado que o seja. [557]

Na sua opinião, na falta de uma marinha poderosa, o ideal é fortalecer nossas forças militares no interior do país ao ponto de conseguir se defender em caso de invasão inimiga.

Mas, na percepção do futuro visconde, a integridade do Império não estaria sujeita apenas às ameaças externas. Ele adverte para o perigo da população de origem africana:

---

[556] Idem, p. 246.
[557] Idem, p. 253.

> Vimos no capítulo precedente o escuro e medonho vulcão que estão preparando ao Brasil os que, sob pretextos de aumentar os braços e a cultura da cana e do café, sustentam como indispensável o tráfico dos africanos. Egoístas insensatos! Sacrificais assim o futuro no vosso país a um conto de réis de menos ou de mais para as alfândegas![558]

Como se constata, as ideias de Varnhagen se aproximavam dos liberais. Varnhagen se aproximava dos liberais quanto à questão da escravidão, pelo menos no que diz respeito ao tráfico de escravos. Mas veja bem, o receio dele era a alta entrada de escravos negros no país.

> A classe média, isto é, a gente não filha de algo, por conseguinte os descendentes dos que poucos séculos antes eram servos; e tardaram tanto tempo porque não havia então constituições, e as leis dos godos contra os escravos eram severíssimas. Quereis, pois, ver o vosso Brasil daqui a séculos igual ao continente da África fronteiro e vossos netos reduzidos talvez à condição de servos dos netos dos africanos?[559]

Varnhagen, destaca que se o Brasil não romper com a entrada massiva de descendentes de africanos pode vir a ser uma segunda África. E chega a destacar que a quantidade de africanos pode ser tão grande que os descendentes europeus seriam servos dos descendentes africanos. A situação seria invertida na opinião dele. Ele sugere que o trabalho no campo no Brasil pode ser feito pelos brancos sim e que não dependeriam dos negros.

> É falso, falsíssimo que não se possa sem os africanos cultivar as terras intertropicais. Não podem os brancos resistir tanto não sol como os negros, é verdade, porquanto no litoral o clima é mais apropriado à natureza destes. Mas que monta? Trabalharão os brancos menos horas ao sol, v.g., desde as 6 às 9 da manhã, e desde as 4 às 6 da tarde. E quem no Brasil trabalhar no campo cinco horas por dia, recolherá mais que o europeu que trabalhe dez. Das restantes seis horas pode aplicar parte ao descanso, parte a caçar pelo mato ou a trabalhar em casa.

---

[558] Idem, p. 253-254.
[559] Idem, p. 254.

A solução para o problema da mão de obra escrava se baseava no emprego da mão de obra do imigrante europeu branco. Ele propunha o trabalho do branco assalariado com o objetivo de contribuir para que o país tivesse mais brancos do que negros. Sua proposta se alinhava a dos liberais, mas não era por reconhecer os direitos humanos dos descendentes africanos, mas o receio de que estes viessem a dominar o país e tornar os brancos servos dos negros.

De acordo com o plano engendrado por Varnhagen, o fim da escravatura deveria começar com a proibição da entrada dos cativos, proibição do uso da mão de obra em cidades com mais de 10 mil habitantes, tornando livres os nascidos filhos de escravos[560] e obrigando o retorno ao continente africano daqueles que permanecessem cativos. A maior preocupação do futuro visconde em relação à escravidão era a de que dominassem o país em números.

> Encaramos a questão dos escravos não pelo sentimentalismo, mas pelo patriotismo; não porque achemos infame o tráfico, mas porque tememos pelo futuro do Brasil, se continuarmos a importar africanos. Foram considerações de Estado, mais que de [economia política,], que pesaram em nossas opiniões. [561]

Ele usa o patriotismo para justificar conter a entrada de africanos no Brasil. E comenta que conter o tráfico não é por ser infame, mas pelo que isso pode impactar no futuro do país.

> Sustentam todos no Brasil que os africanos melhoram de sorte deixando suas pátrias e passando à América, onde são bem cuidados e determinados na fé. Pode ser: mas e seus filhos? Mas eles mesmos depois de doutrinados e civilizados não ganhariam mais em ficar livres? Se os trouxestes da África por bem deles, completai vossa obra. Dai-lhes a liberdade.[562]

Varnhagen se mostra mais solidarizado com a questão da liberdade dos africanos. Ele usa o argumento que muitos usam de que os africanos têm melhor sorte de virem para o Brasil do que ficarem na África, pois encontram a fé cristã e a civilização. Interessante

---

[560] Chama a atenção que Varnhagen sugerisse a mudança na escravidão para os nascidos de escravos muitos anos antes da promulgação da Lei do Ventre Livre (Nº. 2040 promulgada no dia 28 de setembro de 1871).
[561] Idem, p. 257.
[562] Idem, p. 257.

que ele defendesse que depois de doutrinados e civilizados na fé cristã podiam se tornar livres. Pensando na sua proposta anterior, entendemos que ele defendesse a liberdade dos escravos africanos e seu pronto retorno à terra natal. E seus filhos, depois de doutrinados e civilizados na fé cristã, teriam a liberdade e poderiam ficar no Brasil. Mas a maioria dos africanos, voltaria para o continente africano. E em seguida, coloca o seu argumento principal em relação à mão de obra: os índios. Varnhagen não tolera o tratamento que é dado aos indígenas.

> Mas ainda neste caso seria uma sem razão, e até uma espécie de ingratidão, estarmos deixando os índios bravos a guerrearem-se, por tantos sertões nossos e deles, devorando-se uns aos outros; porque em África guardam os cativos; mas os botocudos assam-nos e comem-nos. Porque motivo em lugar de irmos (contra os tratados e expondo aos cruzeiros ingleses navios e capitais) buscar africanos além dos mares para os escravizar, não havemos antes dentro do Brasil prender à força os índios bravos para o desbravar e civilizar? Teríamos com eles um aumento de braços menos perigosos que os dos negros, porque daqui a pouco estariam misturados conosco em cor e em tudo, e então teríamos em todas as províncias – povo – classe social que algumas não possuem.[563]

Em seguida, Varnhagen tratará dos índios bravos. E interessante que ele continua justificando a liberdade dos escravos africanos. Aqui ele defende que ao invés de irmos contra os tratados com os ingleses, expondo os navios e capitais até a África pegar cativos, não fôssemos até os sertões pegar os índios bravos e os civilizar? Ele entende que o uso da mão de obra indígena podia ao longo do tempo contribuir para que houvesse uma homogeneização da sociedade já que os nativos ao se misturarem com os brancos poderia gerar uma nova classe social. Algo que ele considera difícil de acontecer com os negros. Em seguida, ele questiona se consideramos os índios cidadãos brasileiros ou não. Se fossem considerados cidadãos brasileiros deveriam cumprir a lei. Como não são, eles só podem ser considerados estranhos a hostis à Nação.

> Mas alegam os filotapuias. Eles são os verdadeiros donos da terra, expor isso...São os donos da terra? Pois então arranjemos nossas trouxas e toca a marchar; que somos uns criminosos que estamos de posse do que é de outrem;

[563] Idem, p. 258.

> vós augustos e digníssimos senhores representantes da nação, para fora de vossos bancos, que aí devem estar a arengar os tapuias: cidades, vilas, freguesias, arsenais, alfândegas, academias, colégios, misericórdias, conventos, bispos, cônegos, párocos, frades, militares, juízes, empregados, toca tudo a embarcar; porque a terra é dos tapuias!..[564]

Varnhagen é totalmente contra a ideia de que o território nacional pertencesse aos índios. Ele explica que como os índios eram nômades, ou seja, não tinham ponto fixo e só permaneciam enquanto tivesse nele caça, não podiam ser considerados donos da terra. Não tinham essa noção de posse. E ainda levanta a hipótese de que os índios possam ter vindo do Peru por conta da exploração dos Pizarros e Almagros.[565]Ele justifica que os donos das terras são os que a conquistaram. Mostra que na história foram conquistando e expulsando outros povos para formar nações como Inglaterra e Portugal. Então, nada mais justo que o Brasil fosse dos herdeiros europeus que conquistaram o território. Ele sugere que organizem bandeiras para explorar os sertões com o objetivo de ocupar terras e aprisionar índios que deveriam ser doutrinados na religião cristã e serviriam os bandeirantes por 15 anos.

Ainda no que diz respeito ao povoamento e exploração do território, Varnhagen recomenda que seja estimulada a entrada de mão de obra imigrante europeia. Ele trata que deve haver incentivo por parte do governo, garantindo terras, trabalho no campo e direitos de impostos como todo cidadão brasileiro. Ele se refere em alguns momentos a esses europeus como colonos que seriam muito bem-vindos ao Brasil.

Outro tópico contemplado pelo *Memorial* é o incentivo ao ensino no Brasil, assunto cuja abordagem é semelhante ao que se encontra na *Memória*.[566] O autor defende a criação de universidades e centros de pesquisa das áreas das ciências matemáticas e naturais. Por outro lado, critica o costume do Estado bancar a formação de brasileiros na Europa e que estes mesmos quando são obrigados a voltar ao Brasil acabam por esquecer tudo o que aprenderam e passam a se dedicar somente aos assuntos da política. Aliás, faz

---

[564] Idem, p. 259.
[565] Idem, p. 260.
[566] Na *Memória*, Varnhagen aborda o tema da educação: "Vem depois a educação pública, que é o legado de umas a outras gerações e a transmissão da vida social dos povos. Conforme se propaga a educação se diminuem os delitos: sem ela haveria num país habitantes, porém não cidadãos. A educação é física, moral e intelectual; científica e popular; privada ou doméstica, e pública ou nacional. A física e moral é a boa criação, ou a educação propriamente dita: a intelectual é a instrução. A primeira desenvolve as forças do homem, forma seu coração, e o dispõe às virtudes: começa a robustecer-se sob o teto paterno. A segunda ilumina seu entendimento." IN: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memória da Administração Pública...op. cit.*, fl. 32 e fl.32v.

essa crítica aos políticos e destaca que o Brasil não quer se especializar em nada que não seja do interesse dos partidos políticos.[567] Na *Memória,* Varnhagen também destaca a importância de criar escolas superiores que fomentem o estudo da ciência administrativa para formar futuros administradores. E também censura os que enviam seus filhos à Europa para aprender com os estrangeiros e que pouco usam dos seus ensinamentos no país quando voltam. Que por fim, copiam muito mal o que aprendem na Europa.

> Mas os que com ânimo mesquinho afetam presunçoso desdém pelas instituições forasteiras, quando eles não hão feito toda a sua vida mais copia-las no mau e desacreditado, para traze-lo a infestar nosso solo; os que em que sua pueril insipidez enviam a estudar a com Alemanha o que ignoram que não pode transportar-se ao Brasil porque consiste em temperamento e em costumes, enquanto que em França encontrariam o que pode vir com um pouco de cuidado, que são os bons regulamentos e as autorizadas práticas administrativas...esses não merecem mais que um sorriso de compaixão.[568]

Portanto, no projeto de Estado idealizado por Varnhagen o incentivo à educação é fundamental, o que deixaria o país menos dependente da Europa. Defende que deveríamos ter a capacidade de formar engenheiros, cientistas, astrônomos, geólogos, biólogos, administradores, entre outros, especialistas aqui no país.

Como homem da Corte, ele não se esqueceria da necessidade da monarquia de agraciar os súditos com honrarias por mérito e lealdade. Na sua opinião, o Brasil deveria herdar três condecorações de Portugal. E essas honras seriam dadas para pessoas com competências diferentes no Brasil. Ele acredita que essa herança da condecoração pode ajudar a legitimar a monarquia constitucional e sua herança da Casa de Bragança.[569]

No capítulo seguinte, Varnhagen fala sobre outras providências. As questões de natureza econômica também estão contempladas no Memorial, a começar pela reforma do comércio e a regulamentação do valor do papel moeda. Para além disso, propõe outras medidas administrativas, como a criação de uma política capaz de moralizar o país com a energia para coibir roubos e assassinatos:

---

[567] Sobre isso, ver: Idem, p. 264, 265 e 266.
[568] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memória da Administração Pública...op. cit.*, fl. 107.
[569] Sobre isso, ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial orgânico...op.cit,* p. 268, 269 e 270.

> Mal da administração pública enquanto dela mesma deva temer o cidadão benéfico; e que este, quando ofendido no mais mínimo, na sua propriedade, na sua honra ou na sua pessoa pelos abusos da autoridade, não passa logo, logo e sem gastos nem riscos por via criminal, contar com as justas reparações![570]

Também na Memória, a problemática da manutenção da ordem e da segurança pública são alvo da análise do autor:

> Finalmente, há outro elemento de conservação social nas atribuições da administração, uma instituição que planteada em todas as partes de uma ou de outra maneira tem por objeto prevenir ou refrear o crime, tranquilizar a inocência, e evitar a alteração da ordem material: é a polícia de segurança. Desacreditada entre nós, fracionada, e pervertida como tantas outras coisas que poderiam ser boas, anda vergonhosa, informe, e mudando de nomes, sem existência regular e própria por isso mesmo para o dano antes que para proveito. [571]

Ele afirma que para o bom funcionamento da administração há de se investir na polícia de segurança. Ele faz críticas a polícia que está corrompida e trabalhando contra o governo.

> A má polícia altaneira, opressora, e arbitrária, é certamente uma calamidade insuportável; porém, não lhe há de ir chegando a cada nação o dia da temperança, da imparcialidade, do critério, sequer atrás de prolongados tempos de padecer e desenganar-se! Porque nada é mais desconsolador, que o que os povos vejam motivos de escândalo, donde deveriam esperar atos contínuos de justificação e delicadeza.[572]

Ele condena a polícia desviada de seu propósito. Que a polícia deveria ser imparcial e ter temperança. Não pode ser corrupta e se envolver em escândalos. Sintomaticamente, na *Memória* o tema da polícia é explorado com maior minúcia, uma vez que se trata de estabelecer a administração da ordem pública e organizar a proteção da propriedade privada. Mostra como funciona a polícia na Inglaterra e na França e destaca que cada país tem necessidades diferentes na atuação da polícia. E destaca o problema da sociedade e a importância da polícia em atuar diretamente.

---

[570] Idem, p. 274.
[571] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memória da Administração Pública...op.cit.*, fl. 25v.
[572] Idem, fl. 26.

> Em toda sociedade há gente mal inclinada, e a quem só contém o temor do castigo; mas as medidas de repressão participam necessariamente do caráter da época, do estado político, e da legislação vigente. Quando as leis permitem condenar por indícios, suspeitas, e maus informes a respeito dos vadios, e aos reputados malfeitores, estando ao arbítrio das autoridades o purificar as povoações desta maneira de informes qualquer organização de polícia é suficiente, pois não há mais que alargar as prisões e os presídios, a fim de que recebam quanto indistintamente se lhes envie, restituindo-o mais tarde à sociedade no mais alto grau possível de corrupção.[573]

Para Varnhagen, em toda sociedade existe gente mal intencionada e disposta ao crime. E somente a ameaça da lei e da punição pela lei pode conter melhor essas pessoas. Quando a lei funciona, qualquer polícia é eficiente.

> A polícia deverá organizar-se do modo mais adequado à índole e ao estado do país tendo presente que seu caráter e o proteger sem vexar, e seu dever o não fazer-se esperar onde for necessária o estar em todas as partes sem mostrar-se inoportunamente em nenhuma, o acudir aos incêndios, manter a ordem na marcha das carruagens, evitar rixas, deter em flagrante ao que quebrar as leis ou os bandos da autoridade, ou o que de qualquer modo molestar injustamente a outro, o impor saudável terror aos delinquentes, zelar aos suspeitos e proteger as pessoas e bens, sem incomodar absolutamente em nada ao homem bom e pacífico nem inspirar-lhe outro sentimento que o da convicção do importante serviço que lhe presta noite e dia. [574]

Varnhagen defende que a polícia deve estar em todo o lugar sem mostrar-se que está por perto, manter a ordem, evitar rixas, deter em flagrante criminosos, zelar aos suspeitos e proteger, principalmente, as pessoas de bem. Não deve incomodar o homem bom e pacífico. Não pode passar a imagem de que não zela sua paz dia a e noite. O homem bom deve confiar na polícia. Esse trecho se aproxima muito do trecho do *Memorial* que vimos acima.

No último capítulo da primeira parte do *Memorial*, o autor recupera e reforça os problemas do Estado imperial, que no seu entender demandam soluções urgentes: a

---

[573] Idem, fl. 53v.
[574] Idem, fl. 54v. e 55.

divisão política e administrativa mais equilibrada do território e a interiorização da capital. Os outros ele acredita que não têm o caráter de urgência, mas que ajudariam para a prosperidade do país.

Na segunda parte do *Memorial*[575], Varnhagen inicia com uma introdução. Ele destaca as melhorias que havia sugerido na primeira parte e que foram debatidas no Parlamento naquele ano e passaram a fazer parte do plano das reformas administrativas.

> Regozijando-nos ao ver como nas sessões parlamentares deste ano foram tratadas com seriedade as questões do tráfico africano, da necessidade de uma nova divisão de províncias, da segurança de nossas fronteiras, das reformas das nossas academias, e como nestes e outros assuntos governativos a opinião melhorou do ano passado para cá, nos daríamos por mui felizes se aquele nosso escrito houvesse de algum modo contribuído para a nova época de reformas administrativas, que vemos inaugurada no país. Seriam, porém, rejeitadas como utopias outras das nossas ideias?[576]

É muito curioso que Varnhagen admitisse que os temas debatidos no parlamento no exercício anterior teriam sido inspirados pelo seu Memorial. Acredito que era isso que almejava o mesmo com seu programa de estado, para aprimorar as instituições imperiais, ou seja, ter o reconhecimento que tinham muitos publicistas europeus e no mundo que vieram a ser conselheiros especiais de monarcas e chefes de Estado. Apesar do *Memorial* ter sido mencionado por Hollanda Calvacanti no debate sobre a mudança da capital, não há notícias de maiores repercussões da obra no Parlamento como almejasse o historiador. Como salientou Wehling,

> a repercussão do *Memorial orgânico* foi escassa. Varnhagen havia feito distribuir a primeira parte desde fins de 1849 e na segunda observou que os temas tratados no *Memorial orgânico* foram discutidos no Parlamento – o que não significa precedência ou nexo causal, pois quase todos os assuntos discutidos no opúsculo constituíam a pauta política de então. [577]

---

[575] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memorial Orgânico. Segunda Parte. Madrid: Na Imprensa da viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. IN: WEHLING, Arno. *O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político.* IN: Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Raquel Glezer (orgs.), *Varnhagen no caleidoscópio.* Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.
[576] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memorial orgânico. Segunda Parte...*op.cit.*, p. 291.
[577] WEHLING, Arno. "O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político"...*op.cit.*, p. 165.

De qualquer modo, Varnhagen destaca os motivos que o levaram a fazer essa segunda parte do *Memorial*. Ele argumenta que fez a segunda parte,

> Para sustentarmos ou ampliarmos nossas propostas com novos argumentos e novos planos: dispondo-nos só a calar e a guardar reserva nos assuntos em que julgarmos a circunspeção indispensável. Quantas vezes teorias que à primeira vista pareceram impossíveis têm sido depois recebidas como verdades absolutas, e postas por fim em prática pelos estadistas que antes as impugnavam como inoportunas, ou pelos de outros partidos, ou de outra geração. Pensamentos bem felizes (diz Humboldt no seu imortal *Cosmos*) necessitam às vezes de séculos para se entenderem e realizarem.[578]

Varnhagen deixa claro que escreveu sua obra pensando que poderia ser usada por estadistas mesmo que fosse no futuro. Com a edição do *Memorial*, ele almejava tornar-se um publicista do Império, um colaborador da monarquia, estimulado pelo mais puro patriotismo, tendo como exemplo o comportamento político do Senador Paulino, futuro visconde de Uruguai. Mesmo que a opinião pública e a imprensa não tivessem veiculado suas ideias, acreditava que seu compromisso com a verdade estava totalmente ligado ao seu patriotismo e, portanto, continuará expondo as melhorias que acredita poder colocar o país no caminho da prosperidade. Ele cita o senador Paulino:

> É finalmente o patriotismo que nos faz entender e seguir o voto do Sr. Senador Paulino na sessão de 26 de julho deste ano: "ideias que em seu princípio estiveram em minoria e mesmo em unidade tem depois governado..., mas para que triunfem é necessário que ... (o autor) ... não se dispense de sustentá-las.[579]

Mas não seria somente o Senador Paulino que incentivava Varnhagen. Ele também buscava inspiração na obra de Emer Vattel, como se percebe no *Memorial Orgânico* e na *Memória*, embora a propósito de Vattel faça sérias restrições ao péssimo hábito dos brasileiros de adotarem ideias estrangeiras sem a devida crítica:[580] "Repassemo-nos bem da verdade destas poucas linhas do grande publicista; e acabemos

---

[578] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial orgânico...op.cit.*, p. 291 e 292.
[579] Idem, p. 292.
[580] Sobre isso, ver: ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani de. *Memória da Administração Pública de Francisco Adolfo de Varnhagen:* Edição de Texto. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015, p. 246.

de uma vez com o mau hábito de estarmos sempre a traduzir leis e a citar a Inglaterra e macaquear os Estados Unidos."[581] Eis aí novamente a crítica de Varnhagen em relação à Inglaterra e aos Estados Unidos, como o fez na *Memória.* Aliás, ele dedica um texto com o título "Refutação de exemplos vantajosos" na *Memória* sobre isso.

> Todavia é possível que se pretenda sustentar a sentença cuja falsidade acaba de ser demonstrada, alegando o exemplo dos Estados Unidos americanos e o da Inglaterra onde tem sucedido por supor-se localizada a administração, e o governo central enérgico, poderoso e independente; mas o que nos admira é, que entendimentos superiores e observadores perspicazes, se tenham equivocado neste particular, por confundir a força da autoridade com a força da opinião pública.[582]

Varnhagen destaca que a opinião pública atrapalha esses governos justamente por conta do excesso de liberdade que os estados têm, no caso dos Estados Unidos. E o poder central quando diminuído acaba por se tornar refém da opinião pública. Mas podemos ver que tanto na *Memória* quanto no *Memorial,* Varnhagen refuta os exemplos copiados da Inglaterra e dos Estados Unidos. Para ele, o bom exemplo vem da França.

> Ouçamos ao jovem Brasil suas queixas, e apliquemos-lhe o remédio que nos ditem o bom senso e a história da formação das nações. Estudemos bem o nosso território; e à vista dele tratemos de organizar uma administração mais fácil, mais econômica, e um sistema de colonização próprio a civilizar a nação e a formá-la.[583]

Ele sugere que deve haver um estudo do nosso território com o objetivo de organizar uma administração mais adequada e menos onerosa, de modo a civilizar e formar a Nação. Essa sugestão em relação às mudanças da administração pública no Brasil fora também destacada na *Memória.*

> A dificuldade é o que num país mal administrado, e desordenado e subvertido pelo repentino trânsito às instituições representativas, se estabeleça uma reforma

---

[581] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial orgânico...op.cit.,* p. 293.
[582] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memória da administração pública... op.cit.,* fl. 14 e fl. 14v.
[583] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial orgânico...op.cit.,* p. 293.

> radical e acertada de sua administração ou de sua economia social, porque é concluir, por onde com mais fortuna se devia ter começado. Este árduo problema é, apesar disso o que há que resolver no Brasil, grande e singular espetáculo à atenção do resto do mundo.[584]

Ele destaca também a necessidade que tem se de se fazer reformas administrativas e econômicas em países cuja administração está desordenada e tenha passado por mudanças institucionais. E destaca que essa reforma deveria ser empreendida no Brasil.

Como já disse, na segunda parte do *Memorial*, Varnhagen retoma algumas questões abordadas anteriormente e reforça o encaminhamento de sugestões para solucioná-las. Trata, fundamentalmente, da abertura das comunicações; da nova divisão territorial; da situação da capital e do povoamento (questão dos africanos; civilização dos índios por tutela e colonização europeia).

Ele aponta a importância de melhorar a comunicação entre o poder central e as províncias. Algo que ele também trabalhara em sua *Memória*. Ele sugere que se amplie a estrada imperial para chegar até províncias mais do alto sertão. Ele repete algumas vezes que essa melhor comunicação é fundamental para a manutenção da integridade do império.

Na sessão III, ele fala novamente da divisão territorial. Ele expõe o que políticos discutiram sobre as novas divisões do território e acredita que é importantíssima essa nova divisão para organizar a administração e chegar até as localidades o poder central. Coloca que reduzir as províncias e criar novos departamentos nas regiões pode ajudar nos círculos eleitorais.

Na sessão seguinte, ele trata da nova capital. Ele volta a defender a ideia de mudança da capital do litoral para o interior. Ele usa como exemplo, como que a febre amarela recentemente trouxe situação descontrolada para a capital. Ele cita exemplos de países que têm a capital mais ao centro e sugere que pouco a pouco vá se colocando a administração mais para o centro com o objetivo que depois levar toda a corte para o interior.

Na sessão V, ele divide em dois temas: o primeiro vai tratar dos africanos e o segundo vai tratar dos índios. Ao tratar dos africanos, Varnhagen se aproxima muito de um liberal. Ele defende que a escravidão deve a longo prazo ser exterminada. Mas para

---

[584] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memória da administração pública... op.cit.*, fl.19 e fl. 19v.

isso, acredita que algumas mudanças na escravidão devem acontecer para melhorar a situação. Ele sugere uma lei que proíba o tráfico, mas também rompa com a ideia de que o escravo é uma mercadoria. Ele defende que os senhores que já possuem escravos não poderiam adquirir mais escravos e não poderiam vender os que tem. Deveria ser proibida a compra e venda de escravos. Ele sugere também que os escravos possam comprar sua alforria em determinado tipo de trabalho. E que os nascidos no Brasil após 1853, sejam livres após os 12 anos. Varnhagen nesse texto se mostra muito mais próximo aos direitos humanos. Ele defende que as mudanças têm que acontecer por questões humanitárias. Ele destaca revoltas escravas na história como exemplos de possíveis sublevações que podem trazer o caos para o país. Ele atenta ao exemplo da Revolta dos escravos negros no Haiti. E sugere que as mudanças devem acontecer, mesmo que a passos curtos. Essa passagem abaixo resume bem o que defende Varnhagen nesse texto.

> Reformemos esta parte mais odiosa da nossa servidão: esta pode ser uma necessidade, um fato, e não atacar a dignidade do pobre servo; mas a ideia de ser vendido a dinheiro quando já não se é boçal deve ser a mais humilhante para um homem, de qualquer cor, que tenha sentimento. Não plantemos a ignomínia, pois por fruto não pode ela dar senão rancorosa vingança.[585]

Ao tratar dos índios, Varnhagen defende que os índios não têm capacidade de viverem por si só. Eles precisam da tutela do Estado. Para isso, acredita que os índios devem se tornar servos temporários para serem catequizados e civilizados. Ele cita novamente Vattel e o exemplo dos Estados Unidos dizendo que não seria o certo simplesmente os exterminá-los.

Na sessão VI, ele trata da questão colonização europeia. Ele defende que devem incentivar a colonização europeia facilitando a vinda dos estrangeiros. Deve doar terras aos estrangeiros que toparem cultivar próximo a aldeias de índios bravos e nas fronteiras. Mas se deve tomar cuidado para que não habitem nas fazendas do estrangeiro apenas estrangeiros para não corrermos o risco deles se juntarem a outros de outros países e perdermos o nosso território. Ele chega a sugerir aderir uma espécie de servidão feudal com os colonos europeus que fosse temporária. E novamente faz críticas à situação atual do Brasil que se assemelha a uma república aristocrática.

---

[585] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial orgânico...op.cit.*, p. 302.

> A monarquia é entre nós um bem, uma garantia liberal, porque suaviza a oligarquia, que é a representação da parte livre da nação: reciprocamente a aristocracia teria de ser no Brasil, como o foi em Inglaterra, a mais segura salvaguarda popular, se para o futuro algum partido levantasse bandeira por instituições ultra monárquicas. É por não entendermos assim as coisas que os partidos entre nós não se definem: é por isso que temos feito tantas leis prejudiciais ou absurdas, que com sua própria impotência se assassinam.[586]

Varnhagen defende que a monarquia (constitucional) é uma garantia liberal de que a oligarquia não se excederá. É a garantia, como na Inglaterra, de que governos despóticos não assumam o poder. Ele critica os partidos políticos no Brasil que por não se definirem acabam criando leis absurdas ou prejudiciais. Na *Memória* ele também combate os governos republicanos, oligárquicos e absolutistas.

Na conclusão da segunda parte do *Memorial*, Varnhagen destaca que para civilizarmos o Brasil deveríamos acabar com a escravidão ao longo do tempo, prender e civilizar os índios bravos e admitir a "gente branca voluntariamente arregimentada em grupos."[587] Afirma que houver legislação melhor nas províncias, melhorando o contato das localidades com o poder central, o Brasil há de prosperar. E assim termina seu texto:

> Nenhuma nação pode viver sem cumprir uma das duas missões de qualquer existência política: ou a de guerrear para ganhar mais glória com que se faça respeitável, ou a de adquiri-la aperfeiçoando-se quando já não tema agressão externa. A nação que falta a uma e outra destas missões suicida-se: tem de abdicar em mãos estranhas sua nacionalidade. Assim no-lo ensina a história da humanidade; da qual o autor deste escrito, movido pelo patriotismo e auxiliado pela meditação, colheu as ideias que professa, e que graças à imprensa serão a todo o tempo um protesto de que houve quem dissesse ao país, em vez de adulá-lo, muitas verdades amargas; calando só as que a discrição fez calar.[588]

Tal como na *Memória*, Varnhagen conclui o *Memorial* reafirmando sua intenção de contribuir para a prosperidade do império, sem quaisquer interesses pessoais ou comprometimentos político-partidários.

---

[586] Idem, p. 313.
[587] Idem, p. 315.
[588] Idem, p. 316.

> Trabalho modesto, que por não ser assumpto de parcialidades, é assumpto de Brasileiros, e que por não ter grande brilho porém sim muita utilidade, se avém com o genuíno espirito do século, tão pouco aficionado á van palestra, como disposto a admitir e engrandecer todo esforço que conduza a resultados positivos, espécie de culto tributado pelo desengano á verdade de volta de ilusões![589]

O "programa de Estado" proposto por Varnhagen se completa com o *Questão da Capital: marítima ou do interior?* Essa obra procura comprovar empiricamente a tese sustentada na primeira parte do *Memorial Orgânico*, a respeito da necessidade de se deslocar a capital do Império para o interior do país. O livreto é publicado em 1877. Como na *Memória* e *Memorial*, Varnhagen recorre a uma analogia ao funcionamento do corpo humano, para apresentar suas reflexões sobre o tema:

> Antes de termos a menor notícia de que já, em outro tempo, houvera a ideia de se transferir para o interior a capital brasileira, e levados quase unicamente pelo instinto, ao observar o mapa, parecia-nos que estaria ela muita mais resguardada no centro, como está no corpo humano o coração, e não na fronteira, - e fronteira marítima -, limítrofe de todas as nações poderosas do globo, representadas por suas esquadras.[590]

Ele justifica a capital ficar no centro do país assim como o coração está para as demais partes do corpo humano, ou seja, ocupando um ponto ao centro. Em seguida, Varnhagen transcreve fragmentos de partes do *Memorial Orgânico* e destaca que Hollanda Cavalcanti, senador por Pernambuco, não só leu o *Memorial* no Senado, como apresentou aa ideia de construir uma nova capital, na legislatura de 1853, por meio de projeto de lei, na legislatura de 1852. Projeto que não foi adiante, mas que já seria um bom começo na percepção do autor. Ele também lembra que a sugestão da mudança da capital para o interior já vinha sendo feita mesmo antes da independência. Inclusive, já havia tido até a sugestão da capital ser chamada de Brasília. "Porquanto, se todos esses grandes vultos e estadistas do Brasil consideraram a realização do pensamento como

---

589 VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memória da administração pública... op.cit.*, fl.108 e fl. 108v.
590 VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *A Questão da capital: marítima ou interior? Pelo Visconde de Porto Seguro.* Viena: Imp. Do Filho de Carlos Gerold, 1877, p. 7.

praticável, antes da época da independência, quando ainda não existiam as estradas de ferro, ser-nos-á lícito declará-lo utopia em nossos dias?”[591]

Ele relata que tirou licença da Legação de Viena por seis meses e fez uma viagem ao interior do Brasil, mais especificadamente na região de Goiás para verificar uma possível localização para a capital e que fosse apropriada para uma nova colonização na região. Ele destaca que foi feito um diário sobre essa viagem que seria publicado futuramente depois das correções ortográficas, algo que nunca fez, pois faleceu no ano seguinte. Ele apontou que teve total apoio do ministro da agricultura para a viagem e que ficou surpreso por encontrar diversos intelectuais que apoiavam essa ideia e diziam que capital do Rio de Janeiro havia se tornado a capital do comércio e não do Brasil. [592]

Varnhagen reproduz a carta que enviou para a o ministro da agricultura que tem todos os argumentos sobre a mudança da capital após a sua viagem pelo sertão do país. Varnhagen chega à conclusão de que em algumas regiões do sertão país existem chapadões que propiciam o clima mais ameno apropriado aos europeus. Acredita que não é somente no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná que devem se dirigir os colonos europeus como tem acontecido. Ele incentiva a fundação de povoações no sertão que fossem próximas ou mesmo em lugares altos desses chapadões. E destaca que precisam incentivar o estabelecimento de povoações em regiões que estejam próximas aos rios, às estradas imperiais e às estradas de ferro. Ao investir na extensão das estradas de ferro, várias pequenas cidades passariam a existir ao longo do caminho. Ele destaca que o Rio de Janeiro ganharia muito com essa mudança da capital. Estaria livre de sofrer ameaças estrangeiras. Mas salienta que se não for possível essa mudança imediata que as estradas de ferro comecem a levar populações ao interior para ir melhorando o contato com a capital e assim ir se mapeando o sertão para que no futuro se instale a capital em lugar mais bem apropriado.

> Quanto à nação em geral, com a dita transferência (compendiando aqui só as primeiras vantagens) adquiriria ela outra sede de governo mais central, mais segura, mais bem edificada, mais nacional e menos comerciante, mais adequada a civilizar todo o sertão e a desenvolver suas latentes riquezas, bem como o comércio interno das províncias entre si, e finalmente mais sã e mais própria a recomendar ao mundo todo o clima do gigante Brasil; o que não sucede hoje, em

[591] Idem, p. 24.
[592] Sobre isso, ver: Idem, p. 26 e 27.

> que muitos o julgam todo invadido da febre amarela, pelo simples fato de grassar ela na capital, que, por natural instinto, todos creem dever encontrar-se em uma das paragens mais favorecidas.[593]

Ou seja, para ele a transferência da capital para o sertão só traria benefícios para os brasileiros pois estaria mais central, mais nacional, mais segura e mais edificada. Poderia desenvolver o sertão na agricultura e no comércio. E a imagem do país no exterior ficaria melhor, visto que a epidemia da febre amarela que assolou a capital anos antes, passava a ideia de que todo o Brasil sofria a mesma ameaça.

O *Memorial orgânico* e *A Questão da capital: marítima ou interior?* Se complementam de alguma forma. O primeiro foi publicado anonimamente 29 anos antes, quando Varnhagen ainda iniciava sua carreira tanto como historiador, como publicista e como diplomata. A viagem que fez ao Brasil e a publicação desta obra em 1877 foram feitas num período de sua trajetória totalmente diferente. Ele já não buscava aceitação entre seus pares e já tinha conseguido inclusive os títulos de barão e visconde. Mas, Varnhagen, volta a essa publicação com o objetivo de destacar que entre os vários conselhos dados no *Memorial*, o mais importante que via necessidade de ser retomado e cobrado era a da transferência da capital para o interior.

A *Memória da Administração Pública* não trata especificadamente de muitos temas abordados nas duas obras acima, mas como vimos, muitas de suas ideias e preocupações aproximam, melhor dizendo, são compartilhados nos dois textos. A principal delas é a defesa que empreende da abertura de melhores vias de comunicação entre o governo central e os governos provinciais. Na visão dele, um dos principais problemas tanto para a integridade da nação, mas também para que a decisões do poder central chegassem com força às localidades. Só assim a monarquia constitucional poderia tornar-se forte: se do centro (coração) levasse ate as localidades (partes do corpo), as decisões e leis (sangue) pelo sistema administrativo (veias e artérias). Varnhagen não chegou a editar o seu tratado de administração pública. Publicou, porém, o *Memorial* e *Questão da Capital: marítima ou do interior?*, conforme já se disse. Nessas duas obras, porém mostrou-se bastante ousado nas suas apreciações críticas e hesitou em censurar as disputas partidários. Já na redação da *Memória*, uma espécie de ensaio de administração científica, o autor se absteve de condenar as autoridades do poder executivo e as

[593] Idem, p. 32.

rivalidades políticas, reservando suas apreciações aos governos que poderiam servir de exemplos ao jovem império. O que as três obras têm em comum: conselhos para melhorias a serem empreendidas para a prosperidade da nação. E se voltarmos ao que explica Wehling sobre a função do publicista no século XIX, "intelectual voltado para uma atuação pública com vistas ao aperfeiçoamento da sociedade em que vivia"[594], podemos considerar Varnhagen um publicista. Ainda que a *Memória* tenha permanecido inédita e o *Memorial Orgânico* não tivesse obtido grande repercussão no meio político, o futuro visconde procurou identificar os problemas do país recém independente, estudá-los e oferecer sugestões para o aperfeiçoamento da sociedade imperial. Mesmo que a *Memória* não tivesse sido publicada e que o *Memorial Orgânico* não tivesse tido tanta repercussão entre seus pares, ele procurou escrever conselhos para aperfeiçoamento da sociedade brasileira. Sendo reconhecido ou não à sua época como publicista, não podemos deixar de acrescentar entre as muitas de suas funções no Império a de ser um publicista. E no final, ficou para a sua "triste sepultura" a mudança da capital para o interior, já que Brasília foi fundada em 1960, no governo de Juscelino Kubitschek como capital do país, deixando o Rio de Janeiro de exercer essa função. [595]

Defendo aqui a função de publicista de Varnhagen, pois acredito que assim como Benjamin Contant e Guizot foram publicistas que de alguma forma se tornaram conselheiros de seus imperadores, Varnhagen almejava ser essa pessoa para o imperador D. Pedro II. E nada como além de outras funções da corte imperial, atuasse e fosse reconhecido como um conselheiro a ser ouvido pelo imperador que normalmente acontecia com os publicistas, vide os exemplos acima. As três obras formam um conjunto de textos que são um programa de estado elaborado por Varnhagen. Não foi compreendido assim à sua época, mas não podemos deixar de destacar o significado dessa tentativa do mesmo. Significava sim que Varnhagen almejava muito mais do que o ofício de historiador e diplomata lhe rendeu na história.

---

[594] WEHLING, Arno. "O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político." IN: GLEZER, Raquel e GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (org.). *Varnhagen no caleidoscópio...op.cit.,* p.161.

[595] Interessante que a capital no Rio durou tanto tempo que até os jornais que dominam a impressa local são mais globais do que regionais. Por exemplo, em São Paulo temos a Folha de São Paulo e o Estadão. Enquanto no Rio, temos o Globo, Jornal do Comércio, O dia, entre outros. Demoraram 112 anos para a transferência da capital para Brasília, mas aconteceu.

4.2 Varnhagen: liberal ou conservador?

Varnhagen não ingressou na carreira política como muitos intelectuais à sua época. Zacarias Góis de Vasconcelos, o Marquês de São Vicente e o Visconde do Uruguai fizeram uma carreira política até chegarem ao gabinete do imperador. Publicaram obras como publicistas e tiveram o reconhecimento mesmo que também críticas de seus pares. Varnhagen não teve tanto reconhecimento nem a sua época, nem depois do seu lado publicista.

Varnhagen em suas obras não se envolveu com as questões partidárias, aliás, colocou na conta de políticos a escolha sempre pelos interesses partidários em detrimento das reais reformas tão necessárias no país, como vimos anteriormente. Acredito que nem o próprio Varnhagen se reconhecia com a dicotomia liberal ou conservador, ou melhor, luzia ou saquarema. Apesar de se mostrar inclinado a concordar com ou outro político, como se mostrou convergir com as ideias do Visconde do Uruguai. Precisamos entender que a formação de Varnhagen, apesar de brasileiro, foi europeia. E boa parte de sua vida ocupou posições em legações europeias.

Outro dado importante, diz respeito a própria formação dos partidos políticos no Brasil que como vimos no capítulo anterior, foi um tanto diversa da Europa contemporânea. Na época da publicação do *Memorial*, os partidos conservador e liberal ainda estavam se legitimando e eram fruto de fracções políticas que se organizaram ainda no Primeiro Reinado. As bases que fundaram os partidos liberal e conservador do Segundo Reinado vieram dos liberais moderados e exaltados. Então, apesar de divergirem em muitos pontos, convergiam em muitos deles, por exemplo, quanto a manutenção da monarquia constitucional na liderança do imperador D. Pedro II e quanto a manutenção da escravidão que era a principal mão de obra utilizada para produção dos gêneros agrícolas de exportação. Ambos os partidos eram contra governos despóticos e contra governos federativos, salvo algumas exceções dentro dos partidos. A própria alternância no ministério de D. Pedro II durante o Segundo Reinado, mostra que as diferenças eram mais pontuais do que substanciais.

Mas voltando à formação europeia de Varnhagen, seria interessante que pensássemos quais foram os postulados ideológicos que influenciaram suas ideias. Vale lembrar que o mundo ocidental atravessava uma fase de forte afirmação dos nacionalismos. No rearranjo das nações, projetos de construção de identidades nacionais

passaram a fomentar estudos e publicações em diversas áreas. Na área da economia, o investimento na industrialização e na urbanização da sociedade contribuíram para o fortalecimento de correntes liberais e socialistas. Diante de tantas mudanças, não era de se espantar que o modo como os homens entendiam a história também viesse a mudar. É nesse período ganhou força um movimento que ficou conhecido como historicismo/historismo. A história passa a ganhar um papel de destaque no campo do conhecimento e passa a ser entendida como a ciência da história, ou seja, "a vida e a realidade são história e apenas história".[596] É importante destacar que

> Tal crença não era exclusiva de historiadores. Não se tratava de discurso interno de uma corporação de intelectuais; tratava-se de um ponto de vista amplamente compartilhado por economistas, etnólogos, juristas, sociólogos, filósofos e recém-chegados cientistas políticos.[597]

O historicismo exerceu forte influência sobre as mais diversas áreas do conhecimento. Num século de construção de memórias para formar a história pátria, pensar a história como guia era o que habitava o pensamento desses intelectuais.

O historicismo combate as ideias do iluminismo, ou melhor, do "racionalismo abstrato"[598]. O iluminismo defendia que a "realidade pode ser dividida em supra história e história"[599]. As ideias e valores impostos por essa supra história para a história é que permite que a história imperfeita se torne uma realidade racional e perfeita. O historicismo critica essa ideia de que os modelos de história tidos como universais, na verdade, são particulares de uma época ou período. Cada momento histórico tem sua peculiaridade.[600]

Collingwood explica que o limiar entre iluminismo e a história científica é o que ficou conhecido como romantismo. Para ele, Rousseau era "filho do Iluminismo"[601], mas acabou inovando e se tornando "pai do movimento romântico"[602]. Ele defende que Rousseau chegou à conclusão de que o déspota não poderia dar para o povo somente aquilo que o povo concordava em receber. O povo teria uma vontade que era expressa

---

[596] CROCE, BENEDETTO. *História como história da liberdade.* Tradução: Júlio Castañon Guimarães. Prefácio Claes G. Ryn. Rio de Janeiro: Topbooks editora e distribuidora de livros ltda, 2006, p. 93.
[597] WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo.* 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Gama Filho, 2001, p. 21.
[598] CROCE, BENEDETTO. *História como história da liberdade...op.cit.,* p. 93.
[599] Idem, p. 93.
[600] Idem, p. 93.
[601] COLLINGWOOD, R. G. *A ideia da história*. Rio de Janeiro: Editorial Presença, 1981, p. 117.
[602] Idem, p.117.

pela vontade geral. “Enquanto o Iluminismo fundamentava as suas perspectivas utópicas na esperança de conseguir encontrar déspotas iluminados, os românticos baseavam as suas na esperança de formar um povo iluminado, por meio da educação popular.”[603]

Neste sentido, para Rousseau a educação deveria partir do povo. Um povo ilustrado poderia contribuir para o progresso da nação. Assim também defendeu Varnhagen em sua *Memória*. Aliás, Varnhagen dedicou um subcapítulo ao tema da educação.

> Vem depois a educação pública, que é o legado de umas a outras gerações e a transmissão da vida social dos povos. Conforme se propaga a educação se diminuem os delitos: sem ela haveria num país habitantes, porém não cidadãos.[604]

Para Varnhagen, a educação pública é fundamental numa sociedade para formar os cidadãos e conter os delitos. Ela é responsável por passar as instruções de geração para geração e assim transmitir a vida social dos povos.

> A educação é física, moral e intelectual; científica e popular; privada ou doméstica, e pública ou nacional. A física e moral é a boa criação, ou a educação propriamente dita: a intelectual é a instrução. A primeira desenvolve as forças do homem, forma seu coração, e o dispõe às virtudes: começa a robustecer-se sob o teto paterno. A segunda ilumina seu entendimento.[605]

Para ele, existe dois tipos de educação do cidadão na sociedade: a que vem do berço e a que vem da instrução. A primeira define o caráter das pessoas e a segunda o entendimento que podem ter da sociedade e do seu papel na mesma. Ele continua no texto defendendo que o governo deve disponibilizar educação para todas as idades e sexos para o progresso da nação. Deve criar bibliotecas, museus, jardins botânicos, academias e coleções de história natural para instruir a população. Deve zelar para que o povo aprenda as leis e as respeite. Diz que o Brasil vem investindo bastante na educação, mas que ainda há que aprofundar a instrução pública. Assim, o tema educação deve fazer parte da administração pública. E conclui:

---

[603] Idem, p. 117.
[604] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memória da Administração Pública...op. cit.,* fl. 32 e fl.32v.
[605] Idem, fl. 32v.

> E o complemento da educação geral por parte da administração, consiste em aproveitar toda a ocasião de elogiar e recompensar as ações generosas, em distinguir e premiar os pensamentos, os trabalhos, e os descobrimentos úteis em todos os ramos, e em favorecer o desenvolvimento da povoação, comprovar seu movimento por meio de censuras exatas, e dirigi-las para as ocupações e profissões benéficas ao país.[606]

Varnhagen vivia esse momento no Brasil. O momento das gratificações e reconhecimentos por parte de produções que ajudassem na construção da nossa memória. Varnhagen esperava ser premiado por suas publicações e se tornou prática do próprio imperador junto ao Instituto, como vimos anteriormente, fazer esse tipo de incentivo que muito se aproximava a da prática do mecenato.

Collingwood defende que o romantismo tinha uma visão otimista em relação à história, ou melhor, ao passado histórico. A história passa a ser compreendida como um "progresso, um desenvolvimento da razão humana ou a educação da humanidade."[607]Ou seja, para eles, a história, ou melhor, os estágios da história da humanidade levaram ao nosso presente. Esse presente é o reflexo do progresso que continuamente acontece nas civilizações ilustradas.

> O âmbito do pensamento histórico foi consideravelmente alargado, começando os historiadores a pensar em toda a história do homem como um simples processo de desenvolvimento desde o princípio, a selvajaria, até ao fim – uma sociedade perfeitamente racional e civilizada.[608]

Para os românticos, seguidores de Rousseau, a história passou a ser vista de maneira mais ampla. Desde o estado natural do homem que não é civilizado, ou seja, a barbárie, até à sociedade plenamente civilizada e ilustrada. Varnhagen ao tratar dos "índios bravos" deixa claro que sua barbárie os coloca marginal a sociedade. Que os mesmos precisam ser "desbravados e civilizados" para serem inclusos na nossa sociedade.

> Ora, os nossos índios ou são cidadãos brasileiros ou não: para o serem não cumprem nenhuma das obrigações das leis, e andam vadiando e com as orelhas e

---

[606] Idem, fl. 33v.
[607] COLLINGWOOD, R. G. *A ideia da história*. Rio de Janeiro: Editorial Presença, 1981, p. 119.
[608] Idem, p. 120.

> beiços furados, em vez de serem guardas nacionais e vestir uniforme etc. Não sendo, ou não estando nesse gozo, por incapacidade moral, como diz a Constituição, não pode a lei – o direito civil – ver neles mais que uma gente estranha ao pacto social, que abusa da piedade que com eles se tem, não só para estarem nos matos e impossibilitarem que estes se transitem e se cultivem, mas até para darem assaltadas cruéis às nossas fazendas suas vizinhas, que em algumas partes se têm visto obrigadas a ceder-lhes o campo até hoje.[609]

De toda sorte, é muito sugestivo que o polígrafo questione se os índios seriam cidadãos ou não. Se são cidadãos devem pagar por seus delitos. Se não são, como afirmava a Constituição, significa que devem ser considerados marginais e hostis ao pacto social já que usam da violência contra os cidadãos da sociedade. Em seguida, justifica porque não apoia a ideia de que o Brasil pertencia aos índios como muito "filotapuias" defendiam. "Ignorantes! Não sabeis que essa gente era e é nômade, e sem assento fixo; e que só aproveita do território enquanto nele acha caça? E quem diz que essa raça, que está bravia, não veio em grande parte ao Brasil expelida do Peru à força pelos Pizarros e Almagros?"[610] Para ele a falta de civilidade levando-os ao nomadismo e a barbárie era motivo suficiente para se defender que os mesmos não tinham a ideia de posse da terra, portanto, não podiam ser considerados donos da terra.

Arno Wehling faz uma separação clara e fundamental para entendermos as etapas do historicismo no seu livro *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. A primeira etapa que ele denomina de historicismo filosófico abrange os filósofos do século XVIII até as obras de Kant e Hegel. Foi o movimento que confrontou os iluministas. Abandonava a ideia das generalizações históricas. Isso não significava que abandonassem as leis e as regras da sociedade. Eles pensavam na peculiaridade de acordo com cada realidade histórica.[611]

Como Arno Wehling destacou Kant e Hegel são os últimos intelectuais do historicismo filosófico cuja ideia era romper com o racionalismo dos iluministas. A etapa seguinte do historicismo, segundo ele, ficou conhecida como historicismo romântico. Compreende publicações de filósofos, juristas e historiadores até meados de 1850. É o auge do antiracionalismo. Os intelectuais negavam a existência de leis históricas de cada

---

[609] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial orgânico...op.cit.,* p. 165.
[610] Idem, p. 167.
[611] WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo.* 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001, p. 33.

povo.[612] Leopold von Ranke se tornou o desbravador do historicismo romântico no século XIX e influenciou muitos intelectuais do seu tempo. A afirmação de Ranke que passou a se tornar símbolo do pensamento histórico moderno foi a de que na história, o historiador deve "apenas mostrar como realmente aconteceu."[613] Ranke ficou conhecido por defender que a história estava nos documentos históricos, como destaca Wehling, e o trabalho do historiador seria apreender o passado histórico através dos documentos históricos. Ele também destaca que a valorização da ciência e dos métodos de pesquisa, colocaram o trabalho de Ranke em tamanho destaque que veio a se tornar escola.

> A razão pela qual tornou-se "escola" o trabalho de Ranke foi uma só: o crescente prestígio da ciência e dos métodos objetivos de pesquisa, interpretação e explanação, de que foi o iniciador. Este, o primeiro sentido de se "estudar o passado como realmente foi: a multiplicidade de correntes que chamaríamos hoje não científicas, exigindo uma definição clara de objetivos, por sua parte, e em conselho de probidade.[614]

Ranke foi o iniciador da interpretação e explicação do passado através do método científico em que os documentos históricos passam a fazer parte da metodologia de se fabricar uma narrativa histórica. "Na verdade, esta foi a primeira vez que fontes históricas passaram a integrar uma obra, no sentido que entendemos hoje: nem mero arrolamento de documentos, nem história invertebrada, opinativa, com a consulta eventual às fontes que confirmassem a tese do autor."[615]

Wehling, porém, faz uma crítica ao trabalho de Ranke ao dizer que o uso exclusivo das fontes oficiais trazia como resultado um trabalho de história parcial, visto que dependia exclusivamente de documentos do Estado e por se propor a escrever uma história política se afastava dos aspectos econômicos, culturais e sociais da história. Para Ranke, a história era compreendida através do que o Estado produzia de vestígios oficiais para o historiador.[616]

Wehling destaca que apesar do rigor metodológico e afastamento de engajamentos partidários, Ranke se afastava do historicismo cientificista. Ele se apresentava mais como

---

[612] WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo.* 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001, p. 33 e 34.
[613] Sobre isso, ver: WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo.* 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001, p. 97.
[614] Idem, p. 100.
[615] Idem, p. 100 e 101.
[616] Idem, p. 104.

um historicista romântico erudito (historismo alemão) do que como um positivista como Fustel de Coulanges, se opondo assim a historiografia filosófica.[617]

Para Wheling, as contribuições de Ranke para a historiografia refletiram nas origens da historiografia científica. "O rigor documental, o levantamento de fontes e a crítica à historiografia existente, separando nela o concreto do opinático, valem como um método científico." Ou seja, a sua metodologia científica foi apreendida pelas gerações posteriores que desenvolveram um rigor científico que culminou no historicismo científico cujas influências perpassaram a história, ampliando para a antropologia, direito, sociologia, economia, ciência política e psicologia. As vertentes mais conhecidas, destaca Wehling, seriam a do evolucionismo, positivismo e marxismo. O rigor científico passa a propor leis para a regularidade do processo histórico. [618] Daí o distanciamento de Ranke dos positivistas, como destaca Wehling.[619] Ele influenciou o historicismo cientificista, mas representava o historicismo romântico erudito, ou seja, representava a chamada fase puramente "historista".[620]

E Varnhagen? Onde se encaixava? Arno Wehling faz uma reflexão interessante sobre Varnhagen ser ou não ser um romântico em sua obra *Estado, história e memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Porque é tão importante entendermos onde Varnhagen se encaixava durante a influência historicista na Europa? Porque ele foi um historiador e intelectual do seu tempo. As influências refletiam em suas publicações. E compreender bem as suas influências historicistas nos traz dados importantes sobre seus posicionamentos políticos, mesmo que tentasse se afastar das disputas partidárias, como dizia. Até porque como vimos anteriormente, o movimento historicista abrangeu diversos intelectuais diferentes. Influenciou desde publicista e literários até historiadores e cientistas políticos.

Como vimos, o primeiro momento do historicismo, o historicismo filosófico, representava o rompimento com o mecanicismo e antiracionalismo dos iluministas. Numa segunda etapa, tivemos o historicismo romântico que durou até metade do século XIX. É aí que Varnhagen se encaixa. Portanto, no contexto historicista romântico, as obras que refletimos ao longo dessa tese foram escritas, provavelmente, até 1850. Mesmo a sua monumental *História geral*, apesar da primeira parte ter sido publicada em 1854, fora

[617] Idem, p. 113.
[618] Idem, p. 34.
[619] Idem, p. 113.
[620] Idem, p. 34.

desenvolvida ao longo do da década de 1840, ou seja, ainda sujeita as influências românticas.

Ao refletir sobre Varnhagen ser ou não romântico, Arno Wehling, separa sua reflexão em dois tipos diferentes de Varnhagen: o historiador e ou historiador/crítico literário. Como historiador, ele defende que Varnhagen não podia ser considerado um romântico e sim um rankeano.[621] Mas, assim como Ranke, acreditava que muitas vezes o Estado tivesse que atuar de forma mais intensa para o bem geral, o que o aproximava do racionalismo dos iluministas.

> Por tais razões, não é possível considerá-lo romântico – no conhecimento histórico – senão com um grande número de restrições. Varnhagen era romântico apenas no que se refere à concepção geral da organicidade da cultura, o que corresponderia melhor a um "culturalista". Mais apropriado é considerá-lo um historista, historicista erudito com traços de filosofia racionalista do século anterior.[622]

Como homem do seu tempo, é inquestionável a influência da escola rankeana na obra de Varnhagen. Seu rigor metodológico se aproximava muito do que defendia Ranke. Suas críticas a falta de fontes documentais em obras publicadas em sua época foram exaustivamente destacadas em suas correspondências. E a preocupação com o papel do historiador e o rigor com as fontes documentais, bem como com verdade está muito bem colocado na primeira edição da *História geral* e convenientemente retirado na segunda edição. Digo, convenientemente, porque se o historicismo romântico dominou o campo intelectual até 1850, a partir de desta data a historiografia cientificista ganha sua força e legitimidade. Então, não fazia mais sentido manter o mesmo discurso.

Antes de refletirmos sobre essa passagem do volume I da primeira edição, cabe refletirmos sobre o título de sua obra. Já no título, no primeiro volume da primeira edição, Varnhagen mostra-se um historicista romântico erudito, como Ranke, ao detalhar que a sua história foi escrita a partir da pesquisa de "muitos documentos autênticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda".[623]Voltando a passagem

---

[621] WEHLING, Arno. *Estado, história e memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional...op.cit.,* p. 61.
[622] Idem, p. 63.
[623] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brazil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, por*

da *História geral* que ficou conhecida como *Duas palavras sobre esta obra.* É uma passagem muito interessante, pois mostra a influência que teve de Ranke em sua obra. E assim ele mostra as etapas metodológicas que o levou à edificação de obra.

> Tal é o assunto da História Geral do Brasil que nos propomos escrever, se as forças nos não faltarem para levar avante nosso empenho. De mui tenros anos levantamos a essa árdua tarefa nosso pensamento, desejosos de prestar este serviço ao país em que nascemos. Começamos por coligir notas e documentos; trabalho improbo que nos consumiu muitos anos; mas que era indispensável para se apurar a verdade em muitos fatos, desconhecidos uns, outros transtornados ou ofuscados pelo tempo.[624]

Está aí o historicismo romântico de Varnhagen. A valorização do documento para a construção da narrativa histórica. Algo que para ele era fundamental para se apurar a verdade dos fatos. Ou seja, o compromisso de através do rigor metodológico "apenas mostrar como realmente aconteceu".[625] Em seguida, Varnhagen continua sua reflexão sobre o propósito desta obra.

> A história que empreendemos escrever, bem que envolva algumas noções, fundadas em fatos, interessantes à antropologia, e algum conselho para os que venham a ter a alta missão de governar ou de organizar estados novos, é mais de aturados trabalhos e de adversidades que de brilhantes glórias.[626]

Portanto, a obra não deixa de ter um caráter pragmático: deve esclarecer o presente através dos fatos do passado. Ela pode ilustrar futuros estadistas, mas não tem o objetivo de valorizar "brilhantes glórias", pois é um trabalho carregado de "aturados trabalhos", no caso de pesquisa documental. Do mesmo modo, Varnhagen reafirma o seu compromisso com a imparcialidade em sua obra, criticando os manuais de história do século anterior ou mesmo às crônicas históricas sem qualquer compromisso com a fonte histórica. Bem como, valoriza seu afastamento emocional característica do historicismo romântico.

---

um sócio do Instituto Historico do Brazil, natural de Sorocaba. 1ª. Edição. Rio de janeiro: em Caza de E. e H. Laemmert, 1854.

[624] Idem, p. 10 e 11.

[625] WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo.* 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001, p. 97.

[626] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brazil...op. cit.,* p. 11.

> Não compreende ela discórdias entre príncipes, nem tremendas vinganças, nem horríveis crimes, próprios ao paladar de grande número de leitores, que, no saborear tais alimentos do espírito, sem piedade se esquecem das vítimas à custa de cujo sangue eles se condimentaram. Assim pare de ler quem nas histórias dos povos busca o deleite, ou as emoções, digamos assim, dramáticas. Pare de ler quem não aprecia como primeiro dote do historiador a fria imparcialidade no exame da verdade. Pela nossa parte em atingir esta, até onde a podemos apurar pelos documentos conhecidos hoje, pusemos todo o desvelo: convencidos de que ela, e só ela, pode oferecer harmonia eterna entre os fatos; ao passo que a falsidade, mais dia, menos dia, é punida pela contradição que o tempo não tarda a manifestar.[627]

Varnhagen acreditava ser fiel a verdade histórica. E para ele a verdade histórica estava nas fontes históricas. De maneira dramática, ele traça a linha dos seus leitores. Seus leitores deveriam esperar uma obra preocupada em mostrar a verdade histórica com a prova documental.

> Assim fosse possível ao historiador possuir, quando escreve, a messe de esclarecimentos que só pouco a pouco vai colhendo a investigação de muitos, e que nos faz quase invejar a melhor situação, em que, para julgar alguns sucessos, poderão encontrar-se os literatos dos séculos que hão de vir!...[628]

Varnhagen destaca que até mesmo os historiadores acabam investigando e descobrindo vestígios que podem trazer informações diferentes daquelas de quando ele estava escrevendo sua história. Daí o motivo de sua segunda edição ter sido tão diferente da primeira. Ele assume que os esclarecimentos mudam ao longo do tempo para os historiadores à medida que novas fontes trazem novas informações.

> Entretanto como temos a persuasão (fundada, não no nenhum mérito intelectual de nosso trabalho, mas no grande número de fatos apurados que esta obra vai compendiar pela primeira vez) de que vamos escrever, não só para a geração atual, como para as vindouras, tão pouco se espere a adulação ou o temor nos inspirem nem sequer uma frase.[629]

---

[627] Idem, p. 11.
[628] Idem, p. 11.
[629] Idem, p. 12.

Novamente Varnhagen destaca seu lado historicista valorizando que a obra tem seu mérito por conta do grande número de fatos apurados, ou seja, de fatos comprovados pelos documentos históricos e também que é um trabalho pioneiro, ao menos no Brasil. Ele fala do valor de sua obra para a posteridade. E destaca novamente o seu compromisso com a imparcialidade e seu afastamento do emocional ao narrar sua história. No momento, não vem ao caso debruçarmos sobre este problema, porém cabe destacar que nem sempre o historiador seguia o caminho da imparcialidade. Basta lembrar da história do seu próprio pai, na Fábrica de São João de Ipanema.

> Narraremos os sucessos segundo no-los hajam apresentado, em vista de documentos, a reflexão e o estudo; e alguma que outra vez, sem abusar, tomaremos a nosso cargo fazer aquelas ponderações a que fomos levados por íntimas convicções; pois triste do historiador que as não tem relativamente ao seu país, ou que as tendo, não ousa apresenta-las, quando os exemplos do passado lhe ajudam a indicar conveniências do futuro.[630]

Aqui novamente reafirma seu comprometimento com uma narrativa histórica que se apresenta exatamente como o documento histórica lhe apresenta. Mas destaca uma outra função que acreditava estar vinculada ao historiador: a de ser um oráculo. Croce destaca essa função que fora exercida por Ranke. Ele era frequentemente consultado sobre respostas para o futuro. Assim disse Croce sobre Ranke:

> Sua fama como historiador era grande, e a ele se atribuía o conhecimento dos segredos do futuro, sendo consultado como um oráculo sobre o que se deveria fazer no presente, pois há pessoas que acreditam que a historiografia pode pronunciar respostas oraculares referentes ao que é criado apenas pela espontaneidade da ação; daí os insistentes pedidos a ela para que prescreva um caminho para a poesia, a filosofia e a ação prática, um esboço para o futuro; a todos, o pensador sério responde *age remtuam.*[631]

Era esperado de Ranke uma resposta para o futuro. A historiografia romântica era entendida pela a sociedade como a responsável por resolver os problemas da posteridade já que o futuro era sempre melhor justamente por usar os exemplos do passado para indicar as conveniências do futuro como afirma Varnhagen na passagem acima. Daí os

---

[630] Idem, p. 12.
[631] CROCE, Benedeto. *História como história da liberdade...op. cit.,* p. 127 e 128.

historiadores serem colocados para a sociedade como um oráculo responsável por trazer a solução baseada nos erros do passado.

Voltando a reflexão sobre as influências de Varnhagen, Wehling destaca que o historicismo romântico erudito e o estatismo formam as ideias de Varnhagen. Ele explica que o historicismo coloca a história no lugar de um conhecimento capaz de explicar os acontecimentos dentro uma sociedade de maneira profunda. E o estatismo porque Varnhagen entendia que o "Estado era a maior e mais cabal realização do espírito humano na história."[632]

Para além de examinar a formação historista de Varnhagen, faz-se necessário refletir sobre a sua defesa do estatismo. Primeiramente, é importante lembrarmos que no século XIX o nacionalismo ganhou força e se tornou a mola propulsora dos conhecimentos que poderiam contribuir com a construção das identidades nacionais das nações. Wehling atenta que tanto para Ranke, quanto para a historiografia *whig* inglesa, como para Guizot e Thiers,

> a obra de elaboração de uma história nacional era paralela à da edificação – ou reedificação – do Estado pós-estamental permeando-se ambas as tarefas, pela difusão do ensino nos níveis elementar, intermediário e superior. Este duplo objetivo, no qual finalidades historistas e idealistas pós-ilustradas (e frequentemente contrárias a esta) viabilizam-se numa proposta nitidamente iluminista da generalização do conhecimento, foi reconhecido expressamente por Varnhagen no prefácio da primeira edição da *História geral do Brasil*, quando afirmava imodestamente que o país já estava representado entre as nações civilizadas pelo ponto alto que as caracterizava: um Estado organizado sob a forma monárquica de governo e uma história nacional.[633]

Em outras palavras, isto significa que uma história nacional fazia parte do projeto político de construção do Estado. Os investimentos na difusão da instrução pública em diversos níveis passaram a fazer parte também deste programa com o objetivo de fomentar esse conhecimento para a construção da identidade nacional. E Varnhagen confirma esse duplo objetivo na sua obra *História geral* ao reconhecer que nos territórios da antiga América portuguesa já havia um Estado cuja história nacional, antes mesmo de

---

[632] WEHLING, Arno. *Estado, história e memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional...op. cit.*, p. 75.
[633] Idem, 82.

passar pelo crivo da crítica. Todos os requisitos para a formação deste programa, na percepção de Varnhagen, já estavam sendo preenchidos com a publicação de sua *História*. Diga-se de passagem, bastante pretenciosa a postura de assumir que a sua *História* integrasse esse projeto nacional, antes mesmo de passar pelo crivo da crítica.

Segundo Arno Wehling, na concepção de Varnhagen cabia ao Estado desempenhar as funções de condutor e tutor da sociedade. A maior preocupação de Varnhagen era a da manutenção da unidade territorial, portanto, o Estado entrava como o responsável por equilibrar as forças e organizar a nação. Isso aparece no *Memorial* assim como na *Memória*. Neste sentido, Wehling o qualifica de "hobbesiano-hegeliano" em matéria de relações estatais. E vai mais longe, reforça esse perfil, ao advertir que: "O Estado forte, maior do que a sociedade, criador da nação e aperfeiçoador pedagógico e étnico do povo – eis o ideal de Varnhagen."[634] E reafirma esse perfil de Varnhagen em outro capítulo ao apontar que

> Derivado do hobbesianismo e do hegelianismo difusos do século XIX, esse estatismo se consubstanciava-se no princípio que atribuía ao Estado, o ente "histórico" e "civilizador" por excelência, a capacidade de enformar a nação e estimular seus elementos vitais.[635]

A visão estatista de Varnhagen se encontra presente na *Memória.* A noção do Estado como um ente histórico, civilizador e que estimula os elementos vitais da Nação está muito presente em algumas passagens de sua *Memória* o aproximando do hobbesianismo e hegelianismo do século XIX.

> Qualquer que seja a forma de governo ou a organização do poder supremo numa nação, competem à parte dele, e às vezes à sua delegação encarregada de fazer cumprir as leis, as atribuições necessárias para desempenhar satisfatoriamente seu cometido. Porém, as atribuições inerentes ao cargo de fazer cumprir as leis, têm por objeto: as outras nações; ou os cidadãos em seus direitos e deveres com referência ao corpo do Estado; ou os indivíduos em seus interesses com respeito à comunidade; ou os indivíduos em suas relações entre si.[636]

---

[634] Idem, p. 91.
[635] WEHLING, Arno. "O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político." IN: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal e GLEZER, Raquel (org.). *Varnhagen no caleidoscópio...op. cit.,* p. 192.
[636] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memória da Administração Pública...op. cit.,* fl.1 e fl. 1v.

Ou seja, o papel do Estado é coordenar o cumprimento das leis tanto na esfera internacional, quando na nacional. Na nacional do que diz respeito a garantir os direitos e deveres do cidadão em relação ao próprio Estado, bem como em relação à comunidade e nas relações entre os indivíduos. Fica claro aqui que o papel do Estado é garantir a ordem em todas as esferas. O cumprimento das leis é o papel de civilizador que Varnhagen espera do Estado.

> Se se busca a consequência das ideias no decurso do passado ao presente, conhecer-se-á que constantemente se tem reconhecido no estado, corpo político, e qualquer que tenha sido sua representação; a necessidade de alegar recursos pecuniários para conservar sua independência, ao mesmo tempo que a ordem na sociedade. [637]

Ele reconhece que o Estado necessita de recursos financeiros para se manter independente e garantir a ordem social.

> O patrimônio do estado tem consistido às vezes em fazendas, e sempre em rendas procedentes dos impostos públicos: o governo tem-se considerado, por abuso como seu dono, em razão como seu administrador. Em tempos tem sido essa administração: a ilustração progressiva a modifica, e a converte em protetora, fazendo-a conhecer que a fortuna pública dependa da fortuna dos particulares. Daí vem uma série de disposições para honrar o trabalho e favorecer a produção: daí vem as medidas para fazer efetiva a seguridade de pessoas e bens, afiançar a tranquilidade pública e fomentar a prosperidade geral.[638]

Ele critica o Estado por se achar proprietário dos impostos recolhidos dos cidadãos, mas garante que o Estado é administrador desses recursos. E que o Estado depende desses recursos para sobreviver e manter a Nação. Para isso deve fomentar a produção e a prosperidade geral. Wehling destacou essa dualidade em Varnhagen:

> Varnhagen, como tantos outros historicistas e liberais, não vislumbrava a possibilidade de queimar etapas evolutivas, mas admitia direcionar as ações públicas para o seu estímulo das potencialidades da sociedade/nação, utilizando-se para tanto da própria experiência histórica ou da de outros povos. Isso explica

[637] Idem, fl. 1v. e fl. 2.
[638] Idem, fl. 2.

> por que um historicista e um liberal pode afirmar o papel do fomento no "desenvolvimento da riqueza pública".[639]

Liberal e historicista, Varnhagen acreditava que a ação do Estado em algumas etapas do desenvolvimento da nação era fundamental. E o fomento do desenvolvimento da riqueza pública era o que viabilizaria esse progresso da Nação.

> Porque com efeito, quem administra reconhece dependência. Por este motivo, a administração pública ou o seu negócio tem por objeto a satisfação das necessidades interiores da sociedade, a vigilância sobre seus interesses e o ordenado manejo de seus negócios na intenção do bem estar dos associados, e com sujeição às regras de um superior. Este superior é o poder supremo ou a personificação da mesma sociedade, e suas regras são as leis.[640]

Cabe ao Estado gerir essa sociedade para o próprio bem e interesse da mesma. Fica claro aqui seu posicionamento mais próximo dos liberais em reconhecer que o Estado é a representação do povo, afastado das ideias iluministas de que o déspota estava separado do povo. Para Varnhagen, fica evidente que o Estado só existe pelo povo e para o povo. Isso não significava a desordem. "Se a monarquia não é já, como noutros tempos, uma religião, é a forma política mais acomodada para introduzir e manter a ordem na liberdade."[641] O poder supremo representado pela monarquia constitucional seria a forma mais apropriada de garantir a ordem na liberdade, ou seja, ele defende que a liberdade só pode ser garantida pela monarquia já que a mesma com sua força mantém a ordem dos membros da sociedade.

Wehling destacou que essa necessidade de um liberal conter os excessos das liberdades na sociedade o aproximava mais da configuração do *estado de direito* do que a concepção contratualista, "definindo os direitos fundamentais como inderrogáveis, mesmo contra a vontade geral."[642] Se fosse necessário, o Estado haveria de intervir mesmo contra a vontade da maioria dos cidadãos.

---

[639] WEHLING, Arno. "O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político." IN: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal e GLEZER, Raquel (org.). *Varnhagen no caleidoscópio...op. cit.,* p. 194.
[640] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memória da Administração Pública...op. cit.,* fl. 3v.
[641] Idem, fl. 93.
[642] WEHLING, Arno. "O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político." IN: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal e GLEZER, Raquel (org.). *Varnhagen no caleidoscópio...op. cit.,* p. 195.

Cabe aqui salientar que, em 1852, quando desempenhava as funções de representante diplomático do Império em Madri, costumava criticar nos seus relatórios as medidas autoritárias do governo. Como bom liberal, qualquer medida despótica por parte da monarquia. No ofício de 2 de fevereiro de 1852, por exemplo, Varnhagen fala sobre as mudanças que vem acontecendo na política na Espanha.

> As sessões das Cortes já suspensas por um decreto foram por outro declaradas fechadas, terminando assim a legislatura. O ministério sofreu uma pequena modificação com o ser chamado à pasta da guerra o general Ezpeleta[643], em vez do Sr. Lersundi[644]que a ocupava. Explica-se essa modificação pelos sentimentos sempre liberais de Lersundi; mas tampouco me é dado ainda apreciar tal fato.[645]

Vale destacar que fazia parte da função dos encarregados das Legações Imperiais enviar relatórios políticos sobre a situação dos países que estavam localizados. Varnhagen já comenta sobre o fechamento da legislatura por decreto imperial e comenta a mudança no ministério da guerra. Essa mudança aconteceu, de acordo com ele, por conta das ideias liberais de Lersundi.

> O governo segue forte e vai legislando, como se estivesse munido de poderes ditatoriais. Há quem creia e espalhe que ele quer dispensar-se por uma vez, do incomodo que dão as Cortes abertas. Muito erraria se as dispensasse; porquanto na Espanha, como em Portugal, chegar-se ao absolutismo é dar força, aos Pretendentes, legitimar representantes do mesmo absolutismo. Nota-se, porém, grande favor para o que foram carlistas, e não deixa de ser verdade que a Esperanza órgão dos desse partido é o jornal menos hostilizado pela polícia que persegue os desmandes da imprensa.[646]

Varnhagen destaca que o governo que está legislando já que as cortes foram fechadas. Ele critica esse fechamento definitivo destacando que o governo se aproximaria do absolutismo. E destaca que esses atos que se aproximariam de atos despóticos favorecem os carlistas que defendiam a volta ao Antigo Regime e não reconheciam a rainha Isabel II. O diplomata conclui o ofício afirmando: “devemos, porém, esperar que

---

[643] Joaquín Ezpeleta Enrille.
[644] Francisco Lersundi Hormaechea.
[645] Ofício de Francisco Adolfo de Varnhagen para o Ministro das Relações Exteriores, Paulino José Soares de Souza, de Madri com data de dois de fevereiro de 1852. Localização: Chancelaria Espanha. Espécie: Ofícios. Estante 220. Prateleira 001. Vol./Maço: 005. Arquivo Histórico do Itamaraty. Fl. 1v.
[646] Idem, fl. 1v. e fl.2.

no interesse da Rainha Isabel, o governo se vá ponderando na sua marcha retrógrada."[647]Como liberal, o futuro visconde espera que o governo da Rainha Isabel volte a respeitar a Constituição.

Nos ofícios seguintes, Varnhagen narra o episódio de tentativa de assassinato da Rainha Isabel por um ex-frade na Espanha. Em um dos ofícios, ele discorre sobre como atos da realeza têm sido censurados pela opinião pública.

> O governo fez queimar o cadáver do regicida Merino o que foi geralmente censurado, não tanto por que lembrasse este fato os processos da Inquisição nem é porque com ele se horrorizasse o povo de Madri, tão exaltado contra as demonstrações de cinismo e frieza do condenado, mas porque se viu em tal arbítrio mais uma prova de que o governo delibera como superior a lei.[648]

Novamente, Varnhagen, defende de maneira clara seu posicionamento mais liberal fundamentando na defesa e respeito à Constituição. Ele critica a monarquia espanhola comparando seus atos aos praticados pela Inquisição. Chama a atenção para a forte oposição da opinião pública ao governo, principalmente por conta do fechamento indefinido das Cortes. Censura também a rainha por escolher queimar o corpo do criminoso em sinal de exemplo aos cidadãos. Outros deixarão de ficar notórios por cometer crimes contra a realeza só por conta da forma que não seriam sepultados? Ele faz uma crítica forte ao ato da realeza, considerando que na prática não impedirá outros de cometer tais crimes. E em seguida, fala da repressão que a imprensa vem sofrendo, mostrando novamente seu posicionamento liberal em defesa da liberdade de opinião que se aproximava muito do que defendia Tocqueville.

> A imprensa não se desculpou desta questão; porque não foi isso permitido pelo ministro, que a segue reprimindo a seu bel prazer, como fazia o General Narváez[649]. Número de jornal que contém qualquer expressão que possa desagradar ao poder, é suprimido, ao romper d'alva, e antes de se haver distribuído um só exemplar. [650]

---

[647] Idem, fl. 2 e fl. 2v.
[648] Ofício de Francisco Adolfo de Varnhagen para o Ministro das Relações Exteriores, Paulino José Soares de Souza, de Madri com data de quinze de fevereiro de 1852. Localização: Chancelaria Espanha. Espécie: Ofícios. Estante 220. Prateleira 001. Vol./Maço: 005. Arquivo Histórico do Itamaraty. Fl. 1.
[649] Ramón Maria Narváez.
[650] Idem, fl. 1v. e 2.

Em seguida, ele critica esse ato também por conta das despesas que os jornais têm por não serem ressarcidos dos gastos com a publicação que não é autorizada de acontecer. Em abril de 1852, Varnhagen dirigiu um ofício à chancelaria imperial, em que comenta a lei de Imprensa decretada pelo ministério espanhol, sem o juízo das Cortes. Que permaneciam fechadas:

> De quarenta a tantas disposições, com força da lei, que o Ministério tem publicado por sua conta depois que encerrou a Corte, esta última, tão transcendente, chama mais que todas a atenção, por não conter por derradeiro artigo, como as outras, a cláusula de que o decreto seria submetido algum dia a aprovação das mesmas cortes. Assim o Ministério, apesar de invocar ainda o sistema constitucional, legisla, já não como ditadura provisória, mas absolutamente. Em todas as providências anteriores sobre a imprensa havia penas para os delitos contra a constituição, e para as ofensas às Cortes. O decreto passou isso por alto, declarando (no parágrafo 1º. Art. 27) delinquir contra a segurança do Estado quem atacar a forma de governo estabelecido.[651]

O diplomata mostra-se indignado. Julga arbitrário o decreto de censura à imprensa e considera o ministério absolutista, por não o submeter à aprovação das Cortes. Mais uma vez, Varnhagen se mostra mais liberal no sentido de proteger a Constituição e a liberdade da opinião pública, garantia da liberdade do povo que a razão da existência do Estado.

Em um ofício posterior volta a criticar a lei da imprensa. "A lei da imprensa bem trabalhada como está, inclui artigos que a constituem verdadeiramente uma lei, não de liberdade, mas de despotismo da imprensa."[652] No mês seguinte, em documento datado de 24 de maio segue descrevendo a marcha autoritária do governo. "Por aqui se vê que o governo segue ainda com força, e proposto a aproveitar-se da sua quase ditadura, para realizar novas medidas no sentido retrógrado em que caminham os principais estados

---

[651] Ofício de Francisco Adolfo de Varnhagen para o Ministro das Relações Exteriores, Paulino José Soares de Souza, de Madri com data de doze de abril de 1852. Localização: Chancelaria Espanha. Espécie: Ofícios. Estante 220. Prateleira 001. Vol./Maço: 005. Arquivo Histórico do Itamaraty. Fl. 1. E fl. 1v.

[652] Ofício de Francisco Adolfo de Varnhagen para o Ministro das Relações Exteriores, Paulino José Soares de Souza, de Madri com data de onze de maio de 1852. Localização: Chancelaria Espanha. Espécie: Ofícios. Estante 220. Prateleira 001. Vol./Maço: 005. Arquivo Histórico do Itamaraty. Fl. 2.

deste continente."[653] Existem muitos ofícios ainda que consiste em demonstrar que Varnhagen rechaçava as práticas absolutistas do ministério espanhol, evidenciando a sua opção pelo sistema constitucional.

Diante do exposto, fica a questão em aberto: Varnhagen era liberal ou conservador? É difícil classificá-lo. O representante diplomático brasileiro foi sem dúvida um historicista hobbesiano hegeliano, conforme viu anteriormente. Por outro lado, sua formação aponta para um liberal nos moldes europeus, tal como indicam os ofícios encaminhados de Madri à chancelaria imperial. Não obstante, apesar de se manter equidistante dos dois partidos que dominavam o cenário política do Segundo Reinado brasileiros, suas ideias aproximavam-se bastante do ideário conservador apregoado pelo Visconde de Uruguai, como já se viu no segundo capítulo desta tese. Ressalta-se, porém, que o futuro visconde de Porto Seguro sempre se mostraria preocupado com o excesso das ações centralizadora na administração pública, de forma a dificultar as práticas despóticas, conforme consignou na sua *Memória*. Fica então a dúvida: Varnhagen seria liberal na Europa e conservador no Brasil?

Arno Wehling chega a uma conclusão muito instigante em relação ao historiador, diplomata e publicista (o grifo é nosso): tratava-se de um "conservador reformista". Perfil que mais se aproximava de um "liberal moderado" o que remete para a afirmação discutível de que Varnhagen seria liberal e conservador ao mesmo tempo. De fato, ele possuía formação liberal e sustentava os preceitos do liberalismo econômico no regime monárquico constitucional. Reprovava o absolutismo e as práticas políticas e de governança do Antigo Regime. Acima de tudo mostrava-se adepto da supremacia das leis. O Estado seria a representação da soberania do povo, expressa através da Constituição, cujas normas legais jamais poderiam ser desrespeitadas.[654]

4.3 Varnhagen e Guizot: cruzando trajetórias de publicistas consagrados como historiadores

[653] Ofício de Francisco Adolfo de Varnhagen para o Ministro das Relações Exteriores, Paulino José Soares de Souza, de Madri com data de vinte e quatro de maio de 1852. Localização: Chancelaria Espanha. Espécie: Ofícios. Estante 220. Prateleira 001. Vol./Maço: 005. Arquivo Histórico do Itamaraty. Fl. 1.

[654] Sobre isso, ver: WEHLING, Arno. "O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político." IN: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal e GLEZER, Raquel (org.). *Varnhagen no caleidoscópio...op. cit.,* p. 198.

Francisco Adolfo de Varnhagen e François Guizot foram historiadores oitocentistas consagrados pelas historiografias brasileira e francesa, respectivamente. Varnhagen ganhou notoriedade com a sua *História geral do Brasil (1854-1857)*, mas também por outras obras como a *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654 (1871)* e a *História da Independência do Brasil (1917)*, este último, livro póstumo. Isto sem considerarmos as edições de monografias e opúsculos, além de colaborações em periódicos como *O Panorama* e a *Revista do IHGB.* Não obstante, foi sua *História geral* que lhe conferiu o prestígio e o lugar destacado que até hoje ocupa na nossa historiografia.

François Guizot também ficou célebre na historiografia por seus cursos na Sorbonne a publicação de volumosa bibliografia em que que se incluem, dentre outros livros, *Essai sur l'histoire de France(1823), Collection des mémoires relatifs à l'histoire de France depuis la fondation de la monarchie française jusqu'au XIIIe siècle (1823-1835)Histoire de la Révolution d'Angleterre (1825), Histoire générale de la civilisation en Europe depuis la chute de l'empire romain jusqu'à la révolution française (1828), Histoire de la civilisation en France depuis la chute de l'empire romain jusqu'en 1789 (1830) Histoire des origines du gouvernement représentatif en Europe(1851), Histoire de la fondation de la république des Provinces-Unies, la Révolution des Pays-Bas au XVIe siècle (1859-1860) e Histoire parlementaire de la France, recueil complet des discours prononcés dans les chambres, de 1819 à 1848 (1863).*

Ambos se notabilizaram pela produção do conhecimento histórico. Mas não só. Deixaram contribuições importantes em outras áreas do saber, como aliás, era comum aos letrados da época. A par disso, cabe acentuar que o intelectual do século XIX era quase sempre um homem do Estado, e como tal procurava participar do processo de formação da identidade nacional. Tanto Varnhagen, como Guizot dedicaram trabalhos às letras, à geografia, as artes, como ainda procuraram refletir sobre o aprimeoramento do Estado e da sociedade, ou seja, foram publicistas. fizeram publicações sobre literatura, geografia, linguística, arquitetura e ciências políticas. Como homens que integravam o aparato do Estado, publicaram obras como publicistas. Para tanto, vamos refletir sobre a trajetória de ambos os intelectuais no século XIX.

François-Pierre-Guillaume nasceu em Nîmes na França no dia 4 de outubro de 1787. Sua família era uma família de protestantes e seu pai, um girondino, fora guilhotinado durante a fase do Terror de 1793-1794. Após a morte do pai, a família toda se mudou para Genebra na Suíça, onde teve sua primeira formação básica em estudos

diversos, como era de praxe para os filhos da elite na Europa. Em 1805, ele fora para Paris seguir seus estudos na área do Direito. Ficou logo conhecido entre os intelectuais parisienses, tanto que em 1812 foi admitido como professor de História Moderna na Sorbonne, quando tinha apenas 25 anos de idade. [655]

Francisco Adolfo de Varnhagen nasceu em Sorocaba no Brasil no dia 17 de fevereiro de 1816, filho de pai alemão e mãe portuguesa. Em 1823, se mudou com sua família para Lisboa onde teve os seus primeiros estudos básicos no Real Colégio da Luz. Em 1832, se matriculou na Academia da Marinha e no ano seguinte se voluntariou para lutar ao lado de D. Pedro I contra as forças miguelistas, ainda antes alcançar a maioridade. Ingressou na Academia de Fortificações onde se formou engenheiro. Começou a se interessar pela pesquisa histórico nos Arquivos da Torre do Tombo. Passou a ficar conhecido nos círculos intelectuais lisboetas. "Dentre os inúmeros achados, descobriu por códice o apógrafo do Roteiro do Brasil, de Gabriel Soares de Sousa, cuja edição crítica lhe serviu de proficiência para ser admitido na Academia Real de Ciências de Lisboa."[656] Foi admitido na Academia real de Ciências de Lisboa em 1839 com apenas 23 anos de idade.

Tanto Varnhagen, quanto Guizot deixaram a terra natal, com as respectivas famílias, ainda muito novos. Varnhagen mudou-se de Sorocaba (São Paulo) para Lisboa e Guizot saiu de Nimes (França) para Genebra. Seguiram cursos diferentes de formação, o primeiro de engenharia militar e o segundo de direito. Embora de formações diferentes, cumpriram trajetórias semelhantes à de outros homens de letras do século XIX. Ambos se destacaram no panorama intelectual muito jovens. Varnhagen contava 23 quando admitido na Academia de Ciências de Lisboa, em virtude da descoberta do verdadeiro autor do manuscrito "Roteiro do Brasil", a principal descrição dos domínios portugueses na América no século XVI. Por sua vez, Guizot ingressou no quadro docente da Universidade da Sorbonne aos 25 anos, como professor de história moderna. Essa precocidade diz muitos sobre os dois intelectuais, sobre as suas habilidades, mas também sobre o foco deles em se dedicar ainda novos a empreendimentos de grande erudição e destaque entre seus pares. Sem dúvida, a carreira que aspiravam ter não seria de pouco prestígio. Havia uma promessa de notoriedade diante de tamanha precocidade intelectual.

---

[655] Sobre a biografia de Guizot, ver: CRAIUTU, Aurelian. "Introdução à edição do Liberty Fund". IN: GUIZOT, François. *A história das origens do governo representativo na Europa.* 1ª. Edição brasileira. Rio de Janeiro: TOPBOOKS EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROD LTDA, p. 9.
[656] GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. http://www.usp.br/labteo/varnhagen/ (acesso dia 19 de junho de 2021, às 13:15).

Varnhagen em 1840 fez uma viagem para o Brasil com o objetivo de requerer a nacionalidade brasileira. Logo depois, em 1841, tornou-se sócio correspondente do IHGB e foi reconhecido súdito do Império, o que lhe possibilitou ser nomeado adido de 1ª. Classe à representação diplomática em Lisboa. Lá trabalhou, exaustivamente, copiando relatórios para seu "padrinho"António de Meneses Vasconcelos de Drummond. Aprendia com seu padrinho o ofício de encarregado da Legação, principalmente, na elaboração de relatórios extensos sobre política. Paralelamente, se dedicou à função que lhe fora confiada e pesquisou por diversos arquivos históricos. Apesar de aprender muito sobre política nos relatórios de Drummond, se mostrou mais interessado na história do que em qualquer outro tema. Nesse período também se correspondeu com Heliodoro da Cunha Rivara e em suas cartas podemos ver o interesse que ambos tinham sobre publicações e descobertas históricas.[657]

Guizot seguiu no princípio uma carreira diferente da de Varnhagen. Seguiu numa carreira política que provavelmente conseguiu por conta das relações de sociabilidade que fez quando professor da Sorbonne. Em 1814, se tornou secretário-geral do Ministério do Interior. Após o governo de 100 dias de Napoleão, fora chamado pelo rei Luís XVIII para ocupar o cargo de Ministro da Justiça e fez parte do Conselho do Estado. No Conselho de Estado foi responsável pela aprovação de várias leis liberais importantes tanto para a imprensa como para civis. Essa sua experiência política lhe rendeu publicações importantes como publicista, como a obra *On Representative Government (1816)* e *Philosophical, Political and Literary Archives (1818)*. Assume um posicionamento liberal e passa a lutar pela constitucionalidade nos governos europeus. Em 1820, fora expulso do Conselho de Estado quando um governo ultraconservador ascendeu ao poder na França. Porém, continuou a publicar obras de teor político mesmo afastado da corte. Publicou *On the Government of France (1820)* e *On the Means of Government and Opposition in the Current State of France (1821).* Também publicou nessa época uma outra obra densa de política *Political Philosophy: On Sovereignty*. Foi nessa época que começou a desenvolver tamanha admiração pelo constitucionalismo britânico.

Varnhagen e Guizot nessa etapa da vida traçaram suas trajetórias um tanto diferente. Varnhagen vai se dedicar a pesquisa histórica e aos serviços de adido da

---

[657] Sobre isso, ver: GLEZER, Raquel." 'Amicíssimo': cartas entre Varnhagen e Cunha Rivara (1839-1849)." pp. 26-54. In: Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Raquel Glezer (orgs.), *Varnhagen no caleidoscópio*, Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

Legação Imperial de Lisboa. Guizot se envolve diretamente na política. Consegue ainda novo papel de destaque na arena política. O principal deles seria a de participar do Conselho de Estado num período mais liberal na França. Isso fez com que amadurecesse suas ideias liberais e encontrasse seus pares na corte de Luís XVIII. Esse papel importante na política acabou lhe rendendo a fama de publicista com importantes contribuições bibliográficas sobre política e sua constante defesa da lei e da Constituição nos governos europeus. Acredito que Varnhagen nesse momento de sua vida, ainda se preparava para ambicionar posições importantes entre intelectuais da corte do imperador d. Pedro II. Mas ocupava um papel tímido ainda se compararmos ao de Guizot que já uma referência internacional como liberal. Varnhagen também teve uma formação liberal e defendia a Constituição e a lei. Mas seu momento publicista ainda estava por vir.

Em 1847, Varnhagen viaja para a Espanha para coligir documentos sobre os limites do Brasil, principalmente, no Arquivo das Simancas. Essa pesquisa e posterior publicação lhe rendeu a fama de especialista sobre limites no Brasil. Em 1849, Varnhagen se destaca pela primeira vez como publicista ao publicar o seu famoso *Memorial Orgânico.* Em 1851, fez uma viagem ao Brasil que lhe rendeu muitos frutos. Tornou-se Primeiro Secretário do IHGB, sendo o responsável por organizar a biblioteca e o arquivo da instituição. Lá, se aproximou de seus pares e também do próprio imperador iniciando extensa correspondência com o mesmo no ano seguinte. No final de 1851, por decreto imperial foi designado para ocupar o cargo de encarregado de negócios entre Brasil e Espanha na Legação Imperial de Madri. Nesse período, passou a desempenhar a mesma função que Vasconcelos de Drummond exercia. Também tinha o costume de enviar relatórios sobre a situação política no reino da Espanha, para o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, o conservador Paulino José Soares de Sousa, futuro visconde de Uruguai. Nos ofícios dirigidos ao Ministro, Varnhagen se mostra bastante contrafeto com as arbitrariedades praticadas pelo Ministério da rainha Isabel II. Principalmente, por terem fechado as cortes por tempo indeterminado e por decretarem leis censurando a imprensa. Nessa documentação, percebe-se a postura liberal do futuro visconde, preocupado com a falta de respeito aos preceitos constitucionais do governo, que chega a comparar aos regimes absolutistas. Em 1854, publica o primeiro tomo da sua *História geral do Brasil* em Madri e no Rio de Janeiro. E o segundo tomo em 1857. Varnhagen presidiu esse cargo na Espanha até 1858. Entre 1849 e 1854, temos um Varnhagen voltado para a consolidação do Estado imperial: primeiro como publicista, com a apresentação do *Memorial* e depois como historiador, com a sua *História geral do Brasil.* Acredito que

foi na segunda metade da década de 1840 que Varnhagen produziu a *Memória*, para servir de complemento ao *Memorial*, uma espécie de fundamentação científica às premissas ali formuladas. De qualquer modo, os dois trabalhos o credenciavam para se tornar o publicista que talvez aspirasse a ser.

Guizot descreveu o caminho oposto. Em 1828, voltou a lecionar história, passou a influenciar diversos discípulos, entre eles, Tocqueville e compilou suas palestras numa obra que lhe rendeu muita fama na historiografia: *Histoire de la civilisation en Europe.* Em 1830, foi eleito para a Câmara dos Deputados, apoiando a Revolução de Julho que tirou Carlos X do poder, rompendo com a Restauração Francesa e inspirando as Revoluções de 1830. "Durante o reinado de Luís Filipe (1830-1848), ocupou várias posições ministeriais e demonstrou ser um especialista em administração parlamentar, cujas habilidades eram reconhecidas tanto por seus amigos íntimos como por seus críticos mais ferozes."[658] Entre 1832 e 1837, Guizot ocupou o cargo de Ministro da Educação inaugurando um sistema de escolas primárias. Em 1840, se torna sócio correspondente estrangeiro do IHGB. Ainda em 1840, Guizot entra na diplomacia por um breve período ao se tornar embaixador da França em Londres. Porém, no mesmo ano fora chamado para Paris com o objetivo de ajudar o rei a formar um novo governo para por fim a uma crise ministerial. Ele liderou este gabinete de 1840 até 1848, sendo o gabinete mais longo na França. Durante esse período fora ministro das relações exteriores e porta-voz da Câmara dos Deputados.

Varnhagen, mais jovem que Guizot, nesta etapa da vida, conseguiu escrever e publicar suas principais obras, alcançou um cargo de confiança na chancelaria na Espanha e aumentou sua rede de sociabilidade quando primeiro secretário do IHGB. Acredito que essa etapa da vida dele foi fundamental para colocá-lo a altura dos grandes intelectuais que formavam a corte do imperador. Não é difícil compreender que projetasse um grande futuro à sua frente e ficasse extremamente decepcionado com a tímida recepção que teve entre seus pares, principalmente por parte do IHGB, da sua *História geral.* Porém, acho que as suas publicações da época junto com as correspondências com o imperador de alguma forma inspiraram o a aspirar exercer as funções de conselheiro do Imperador, quem sabe até um conselheiro particular? Por seu turno, Guizot ao se afastar da política, retomou as aulas da Sorbonne e a redação dos seus livros de História. Entretanto, mais

[658] CRAIUTU, Aurelian. "Introdução à edição do Liberty Fund". IN: GUIZOT, François. *A história das origens do governo representativo na Europa.* 1ª. Edição brasileira. Rio de Janeiro: TOPBOOKS EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROD LTDA, p. 15.

uma vez voltaria à arena política, com grande destaque no reinado de Luís Filipe. Entre 1830 e 1840, ocupou cargos ministeriais importantes já beirando os 54 anos. Mas nada comparado ao que conseguiria entre 1840 e 1848, liderar o gabinete do rei, tornando-se referência entre seus pares no que diz respeito aos governos constitucionais. Essa fase da sua vida, mais madura, é a fase de maior brilho em sua carreira. Por ter sido a pessoa escolhida para resolver uma crise ministerial que se seguiu a um momento de grande estabilidade ministerial, acabou sendo o ministério mais longo de Luís Filipe, lembrando que foram 14 ministérios entre 1830 e 1840.

Em 1858, Varnhagen se iniciou na carreira diplomática como adido à Legação em Portugal e na Espanha. Em 1858, veio para a América do Sul, já no posto de ministro residente primeiro no Paraguai (1858-1861), e depois na Venezuela (1861-1863), sendo também responsável pela Colômbia e o Equador. Em 1863, transferiu-se para Lima onde também era responsável pelo Chile e Equador.[659] A sua passagem pela América do Sul foi muito negativa, tirando o fato de ter conhecido sua esposa e constituído uma família. Varnhagen não simpatizava com as ideias republicanas e, com sua experiência europeia, estava saudoso do clima europeu. Em suas cartas ao imperador pediu para ser transferido para qualquer lugar que não fosse uma república. Foi nesse período de insatisfação que provavelmente fez sua viagem com a família para o Estados Unidos da América.[660]

Com o momento revolucionário de 1848, Guizot afastou-se da política, talvez por não compactuar com um liberalismo revolucionário. Passou os últimos anos de sua vida se dedicando aos estudos religiosos e históricos. Em 1851, publicou a obra *The History of the Origins of Government in Europe* que lhe rendeu muitos elogios da crítica. Faleceu em 1874, aos 82 anos de idade.

Esse período de Varnhagen na América do Sul vai na direção oposta de suas expectativas, acredito eu. É bem possível que essa passagem pelas repúblicas, assim como sua viagem aos Estados Unidos, tenha contribuído para o Varnhagen tão liberal da Espanha se aproximasse mais de um Varnhagen conservador. Assim como Guizot, Varnhagen não simpatizava com as revoluções e deixou claro no *Memorial* que a própria

---

[659] Sobre esse período e os polêmicos ofícios enviados por Varnhagen ao Ministro das Relações Exteriores, ver: WHELING, Arno. *A missão Varnhagen nas Repúblicas do Pacífico: 1863-1867.* Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática, 2005.

[660] Sobre essa viagem e um documento inédito (um diário de viagem) de Varnhagen, ver: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. "Grande Jornada a vapor: um segredo do visconde de Porto-Seguro?"IN: Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Raquel Glezer (orgs.), *Varnhagen no caleidoscópio*, Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

quantidade de escravos no país poderia levar a uma sublevação, algo que deveria ser contido. De qualquer modo, a última etapa da vida de Guizot não foi menos prestigiosa por não ocupar altos cargos públicos. Publicou importante obra para a historiografia que viria a influenciar diversos historiadores. Mas, sem dúvida, foi um momento mais calmo e de maior serenidade sem muito envolvimento com as suas causas político-liberais. Não era para menos, afinal entre 1852 e 1870, assistiu o que mais reprovava: um governo para lá de não constitucional com um imperador autoritário, Luís Napoleão III. Provavelmente, para Guizot a França vivia o retrocesso. Deixou extensa e diversa bibliografia ficando famoso tanto na história como na política.

A última etapa da vida de Varnhagen foi bem diferente das experiências vivenciadas nas repúblicas sul-americanas. Ele foi designado ministro-residente da Legação Imperial de Viena em 1868, ou seja, o imperador acabou satisfazendo seus desejos de voltar para Europa. Na capital austríaca, aproximou-se da corte de Habsburgo, ao se relacionar com a família da filha do imperador, a princesa Leopoldina. A mesma faleceu em 1871 de febre tifoide com apenas 23 anos. Varnhagen em carta ao imperador relata detalhes dos seus últimos dias, mostrando ser bem próximo da família, como consta nas cartas para o imperador. Em 1872, representou o Brasil no Congresso Estatístico de São Petersburgo, como vice-presidente da comissão permanente, que lhe rendeu o título de Barão de Porto Seguro no mesmo ano. Elegeu-se vice-presidente da Exposição Universal de Viena, em 1873, cargo que lhe granjeou elogios entre seus pares e ensejou a elevação do seu título pelo imperador, para Visconde de Porto Seguro. Em 1877, Varnhagen pediu uma licença de 6 meses e fez uma excursão pela região central do Brasil. Essa viagem serviu de inspiração para a publicação da obra *A questão da capital: marítima ou interior?* Conforme já se disse, este trabalho aprofundava as principais reflexões externadas no *Memorial Orgânico*, sobre a necessidade da interiorização da capital do Império. Faleceu em 1878 em Viena.

Varnhagen foi um historiador, diplomata e publicista. De todas as funções que desempenhou ao longo de sua vida pública, Varnhagen recebeu maior reconhecimento como historiador e diplomata, agraciado por D. Pedro II com os títulos de barão e depois visconde de Porto Seguro. Não obstante, embora nobilitado pelo imperador não obteve grande notoriedade como publicista, apesar dos esforços dispendidos. Porém, apesar de conseguir os títulos nobiliárquicos, não alcançou um posto mais elevado nos altos escalões da monarquia: um conselheiro de Estado, por exemplo, ou o cargo de primeiro-ministro, tal como François Guizot. De qualquer forma, Varnhagen e Guizot foram

monarquistas convictos e pensaram alternativas para as monarquias representativas que aliassem as liberdades com os limites constitucionais. Ambos alncançaram maior notabilidade por seu legado à historiografia, o que não significa que não devam ser reconhecidos por suas contribuições como publicistas. No caso especial de Varnhagen, há que salientar seus projetos e reflexões para o aperfeiçoamento da sociedade e da governança do Estado Imperial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, deixou uma vasta bibliografia que o colocou na posição de cânone da historiografia brasileira. Para além de sua importância na historiografia, construiu uma trajetória importante na diplomacia brasileira, cujo fruto lhe rendeu os títulos nobiliárquicos. Contudo, não restringiu suas contribuições ao campo da historiografia e da diplomacia. Se aventurou em muitos outras áreas, contribuindo com pesquisa, publicação de artigos e de opúsculos. A Revista *O Panorama* e a *Revista do IHGB* publicaram diversas matérias do historiador.

O historiador viveu no século XIX durante o Segundo Reinado. Tornou-se personagem importante na construção da história pátria justamente pelo gosto que tinha pela pesquisa histórica. Durante sua passagem pela diplomacia (1842-1878), conseguiu publicar suas obras de maior destaque, bem como iniciou uma longa troca de missivas com o imperador (1852-1878). Na sua dedicatória ao imperador no primeiro tomo da *História geral do Brasil*, Varnhagen mostra a importância do imperador como "mecenas" do Instituto e do conhecimento histórico

> O Brasil todo sabe que ao generoso amparo da Vossa Majestade Imperial deve o seu Instituto Histórico a sua existência, e que dele Imediato Protetor de fato, Vossa Majestade Imperial o fez instalar no próprio Paço e assiste às suas sessões literárias no intuito de fomentar o estudo da Pátria História tão importante ao esplendor na Nação, à instrução comum e até ao bom governo do país. [661]

D. Pedro II foi um incentivador dos estudos que pudessem legitimar a História do Brasil, bem como outras áreas de conhecimento como a geografia, etnografia e a literatura. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tornou-se principal instrumento dessas iniciativas com diversas publicações de intelectuais que, como Varnhagen, buscavam ganhar notoriedade entre seus pares. Essa preocupação com o conhecimento produzido da Nação que estava em formação, aparece no *Memorial Orgânico.*

> Ouçamos ao jovem Brasil suas queixas, e apliquemos-lhe o remédio que nos dite o bom senso e a história da formação das nações. Estudemos bem o nosso território; e à vista dele tratemos de organizar uma administração mais fácil, mais

[661] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brazil...op.cit.*, p. 5.

> econômica, e um sistema de colonização próprio a civilizar a nação e a *formá-la*.[662]

Varnhagen escreveu três obras importantes que desviavam de sua área de maior dedicação: o *Memorial Orgânico*, a *Memória da Administração Pública* e a *Questão da capital: marítima ou do interior?* Estes trabalhos do autor o colocam muito próximo da função de um publicista por se proporem a pensar soluções para os problemas administrativos do país. A *Memória da Administração Pública* é um tratado sobre administração pública no país. Nela, o publicista se aprofunda na ciência da administração, nos exemplos vantajosos e não vantajosos de outras administrações, terminando por refletir sobre os melhores caminhos para a prosperidade da Nação. O *Memorial Orgânico*, publicado em duas partes, é muito mais objetivo e conciso do que a *Memória*. Mas tem o mesmo propósito. O opúsculo *A Questão da capital: marítima ou do interior?* reforça as ideias ventiladas no *Memorial Orgânico* muitos anos depois da publicação do Memorial. As obras dialogam entre si, se complementam, mas mais que isso, não seria a *Memória* um compêndio redigido com o intuito de dar suporte científico ao *Memorial Orgânico?*

Varnhagen defende na *Memória* a criação de um corpo consultivo, diferente do Conselho de Estado. Nele estariam as pessoas mais qualificadas para aconselhar a administração imperial com o objetivo de solucionar possíveis obstáculos administrativos que estivessem emperrando o desenvolvimento do país.

> É portanto o conselho de ministros o que imediatamente aconselha à Coroa: as ordens desta as comunica e faz executar cada um dos ministros em seu ramo. A par da suprema ou central administração ativa, que reside nos ministros sujeitos às ordens do rei, deve haver um corpo consultivo a quem possam pedir informes em assuntos de entidade e de difuso trabalho.[663]

Na *Memória*, então, o publicista sugere este corpo consultivo que seria formado por conselheiros que tivessem o domínio da ciência da administração. Algo que o mesmo se mostrava especialista na obra e no *Memorial.* Esse dado reforça a nossa hipótese de que ele almejasse ser um conselheiro especial do imperador. E, talvez, por isso, tenha preparado este compêndio que não chegou a ser publicado.

---

[662] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial orgânico...op. cit.*, p. 203.
[663] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memória da Administração Pública...op. cit.*, fl. 42v.

No último capítulo da *Memória*, Varnhagen conclui sua obra mostrando a importância da ciência administrativa e do papel do administrador no governo.

> A administração é uma sciência, porque não somente consiste na acção que cuida e assegura o cumprimento das leis, senão que buscando a cada necessidade social sua satisfação e fomentando os interesses legítimos, se encontra nestes diferentes conceiptos em contato com todas as eventualidades, tendo que confiar numa multidão de coisas à sagacidade, prudência e ilustração dos agentes. Como sciencia que ensina a conhecer as necessidades e os interesses, e o melhor modo de dar-lhes satisfação e fomento segundo os casos, tem sua teoria, ou o que é o mesmo, seu systema de princípios methodicamente ordenados; que são os que até aqui se tem procurado enunciar. E a aplicação da teoria à practica constitue a arte dos administradores. A prosperidade do paiz é seu objeto; fazer o bem é seu meio; e o zelo ilustrado é um movil. Não é sciencia van a da administração, nem escusado seu estado; pelo contrario é tão importante e transcendental, que dela dependem a grandeza das nações e a existência dos estados.[664]

Varnhagen destaca que a ciência administrativa contribui para que os administradores sejam capazes de por em prática a teoria. O futuro e o progresso do país dependem da racionalidade que vem da administração como ciência. Apresentando uma obra sobre a ciência administrativa e sua utilidade para o país, não estaria Varnhagen se apresentando como um publicista, ou consultor administrativo da monarquia? Acredito que a obra em si é o que ele achava que poderia o colocar no rol de conselheiro ou consultor da monarquia, afastado da política, mas parte desse corpo consultivo que o mesmo sugere.

Ainda vale destacar que o *Memorial Orgânico* foi publicado antes da *História Geral do Brasil*, mostrando intenções mais próximas de vir a ser um publicista ou parte deste corpo consultivo do imperador. Refletindo sobre o título da primeira parte, "*Memorial Orgânico que à consideração das Assembléias geral e provinciais* do *Império, apresenta um brasileiro*. Dado à luz por um amante do *Brasil*", temos mais um dado que reforça a hipótese de que ele quisesse mesmo trilhar outros caminhos que o aproximasse mais de alguém que pudesse orientar a monarquia na busca

[664] Idem, fl. 101.

de soluções administrativas. O que levaria um funcionário do Império na chancelaria a se dedicar à ciência da administração? Ou mesmo a publicação de obras de teor administrativo? Estaria ele somente exercendo seu mais genuíno patriotismo?

Ao analisarmos suas cartas para o imperador, seus conselhos ao mesmo, sua audácia muitas vezes ao elevar o tom quando incomodado com algo, temos um ingrediente a mais para compreendermos quem Varnhagen era e quem, talvez, aspirasse ser. Se juntarmos a isso, o *Breviário de Cartas de Gabinete* que é uma espécie de manual de tratamento e etiqueta ao se corresponder com autoridades estrangeiras, temos mais uma tentativa de empreender algo que o levasse à um papel de maior notoriedade no Império do Brasil.

Varnhagen talvez almejasse ser um *éminence grise*[665] do imperador. Aspirasse ser um Pero Vaz de Caminha "ao Sr. D. Manoel, ou como Duarte Coelho ao piedoso João 3º."[666] Ou um François Leclerc du Trembley para o cardeal Richelieu da França. Ou um François Guizot para Luís Filipe III da França. É muito provável que quisesse ser um conselheiro especial de D. Pedro II. Trilhar caminhos privados nos bastidores do Império. Ser um personagem que realmente pudesse orientar as ações do imperador. E é possível que por isso tenha escrito a *Memória*, publicado o *Memorial* e *A Questão da capital*. Se achava com conhecimento suficiente para aplicar a ciência da administração para a prosperidade no país.

A tímida recepção do *Memorial* no campo político e mesmo entre seus pares, aliado a mudanças significativas na sua trajetória na chancelaria, Varnhagen talvez tenha deixado de lado o tema e somente voltou a pensar sobre isso no fim de sua vida. *Varnhagen* tinha um "horizonte de expectativa"[667] grande em relação ao seu papel na corte imperial num dado momento de sua vida, possivelmente, no fim da segunda metade da década de 1840, quando escreveu a *Memória* e publicou o *Memorial*.

O "espaço de experiência" até a Revolução Francesa era um espaço de experiência que gerava um horizonte de expectativa limitado para pessoas que não nasciam filhos de algo. O rompimento com o Antigo Regime, as mudanças tecnológicas empreendidas pela revolução industrial, o desenvolvimento de uma diversidade de ideologias, o profundo

---

[665] Eminência Parda em francês.
[666] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência Ativa de Varnhagen...op. cit.*, p. 170.
[667] Sobre o horizonte de expectativa e espaço de experiência na meta-história, ler: KOSELLECK, Reinhart. "Espaço de experiência" e "horizonte de expectativa: duas categorias históricas."IN: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.* Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

debate dos limites da liberdade e o estabelecimento de novas relações de sociabilidade entre os pares nas cortes imperiais das monarquias constitucionais que estavam se formando no século XIX ainda gerava uma esperança de que novos tempos estavam por vir. E por que não gerar um horizonte de expectativa que levasse Varnhagen a ser um conselheiro do imperador?

Varnhagen ficou famoso pela historiografia, principalmente, após seu falecimento. Esperava, como demonstrou em suas cartas ao imperador, que ainda em vida tivesse o prestígio de historiadores famosos no século XIX e fosse reconhecido por seus pares como tal. Não o foi em vida como foi após sua morte. Porém, entendermos o personagem histórico apenas pelo alcance de cânone da historiografia seria o mesmo que olhar apenas para os vestígios oficiais do Estado como enxergavam os historicistas românticos do século XIX. Precisamos entender o Visconde em toda a sua pluralidade e complexidade. Através dos vestígios deixados pelo mesmo nas cartas para o imperador, no *Breviário de Cartas de Gabinete*, na *Memória da Administração Pública*, no *Memorial Orgânico* e na *Questão da capital: marítima ou interior?* podemos trazer sim um Varnhagen com aspirações de um conselheiro privado do imperador.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. _____. *Ensaios e Estudos* (Crítica e História). Liv. Briguiet, 1931.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A. *História da vida privada do Brasil:* Império. Organizador do volume: Luiza Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani de. *"Memória da Administração Pública"* de Francisco Adolfo de Varnhagen. Edição de Texto. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

_____. Francisco Adolfo de Varnhagen: um alemão, um português, um brasileiro ou um carreirista? In BELCHIOR, Luna Halabi; PEREIRA, Luisa Rauter; MATA, Sérgio Ricardo da (orgs). *Anais do 7o. Seminário Brasileiro de História da Historiografia* – Teoria da história e história da historiografia: diálogos Brasil-Alemanha. Ouro Preto: EdUFOP, 2013. Cd-rom.

_____. Correspondência Ativa de Varnhagen - Análise da edição. *Anais do XIX Encontro Regional de História da Seção São Paulo da ANPUH:* Poder, violência e exclusão. 08 a 12 de setembro de 2008. FFLCH/USP - São Paulo.

_____. Fortuna crítica de Varnhagen. Painel de IC. *Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP* – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006, Cd-rom.

AMED, Fernando. *As cartas de Capistrano de Abreu:* sociabilidade e vida literária na belle époque. São Paulo: Alameda, 2006.

AYRES, Christovam. O historiador brasileiro Varnhagen na Academia e na Torre do Tombo. In: *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Letras, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1951. Tomo V

BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica:* o poder moderador e a política imperial. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2001.

BASTOS, Aurélio Wander. Introdução Analítica: Constituição e Princípios Políticos na França Revolucionária (1789-1821). In: CONSTANT, Benjamin. *Princípios políticos constitucionais:* princípios políticos aplicáveis a todos os governos representativos e particularmente à Constituição atual da França (1814). Organização e introdução Aurélio Wander Bastos; epílogo José Ribas Vieira. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2014.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador.* Prefácio: Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira: Lília Moritz Schwarcz; tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia.* Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Edipro, 2017.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *A Monarquia Constitucional (1807-1910).* Portugal: Texto Editores, Lda., 2010.

CANABRAVA, Alice Piffer. *Roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira.* ANAIS, Volume II. Encontro Internacional de Estudos Brasileiros. I Seminário de Estudos Brasileiros. São Paulo: Publicação do Instituto de Estudos Brasileiros, 1972.

CAPALDI, Nicholas. Introdução. IN: CONSTANT, Benjamin. *Princípios de política aplicáveis a todos os governos.* Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. (org.) A Construção Nacional, 1830/1889**.** In: *História do Brasil Nação,* dir. Lilian M. Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva/Fundação Mapfre, 2012. Vol. 2

_____. As marcas do período. In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). *A construção nacional 1830-1889.* Volume 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 20.

_____. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). *A construção nacional 1830-1889.* Volume 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 87.

_____. *A Construção da Ordem:* a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Introdução. In: URUGUAI, Visconde do. *Visconde do Uruguai.* Organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Ed. 34, 2002.

CERTAU, Michel de. *A escrita da história.* Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX*: o caso Varnhagen. 1a. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. (Coleção História e Historiografia).

_____. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi,* v. 8, n. 15, p. 159-207, jul./dez 2007.

_____. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. *Revista de História,* São Paulo, v.24, n.2, p.207-240, 2005.

COLLINGWOOD, R. G. *A ideia da história*. Rio de Janeiro: Editorial Presença, 1981.

CONSTANT, Benjamin. *Princípios políticos constitucionais:* princípios políticos aplicáveis a todos os governos representativos e particularmente à Constituição atual da França (1814). Organização e introdução Aurélio Wander Bastos; epílogo José Ribas Vieira. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2014.

_____. *Political Writings.* USA: Cambridge University Press, 1988.

CRAIUTU, Aurelian. Introdução à edição do Liberty Fund. In: GUIZOT, François. *A história das origens do governo representativo na Europa.* 1ª. Edição brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks editora e distribuidora de livros ltda,

CROCE, BENEDETTO. *História como história da liberdade.* Tradução: Júlio Castañon Guimarães. Prefácio Claes G. Ryn. Rio de Janeiro: Topbooks editora e distribuidora de livros ltda, 2006.

DELACROIX, Christian. *As correntes históricas na França:* séculos XIX e XX. Tradução: Roberto Ferreira Leal. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

DIÁRIO DO GOVERNO. *Necrologia de Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen*. In: Diário do Governo (1842), pp. 1359-1360.

DOSSE, François. *O desafio biográfico:* escrever uma vida. Tradução: Gibon César Cardozo de Souza. São Paulo: Ed. USP, 2009.

ELIAS, Nobert. *A sociedade de corte*: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução: Pedro Sussekind; Prefácio: Roger Chatier. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FAORO, Raimundo. *Os donos do Poder:* formação do patronato político brasileiro. 2 ed. rev. e aumentada. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

FLEURY, Renato Sêneca. *Varnhagen O Visconde de Porto Seguro.* São Paulo: Edições Melhoramentos, s.d.

GARCIA, Rodolpho. Ensaio Biobibliográfico sobre Francisco Adolfo de Varnhagen. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal.* 3 ed. Integral. Volume 2. São Paulo: Companhia melhoramentos de São Paulo, 1927.

GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano:* Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si. 1ª. Edição. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

_____. Paulo Amigo: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu.” In: GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si. Escrita da história.* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

GLEZER, Raquel." 'Amicíssimo': cartas entre Varnhagen e Cunha Rivara (1839- 1849)." pp. 26-54. In: Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Raquel Glezer (orgs.), *Varnhagen no caleidoscópio.* Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal e GLEZER, Raquel (org.). *Varnhagen no caleidoscópio.* Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. (Coleção Memória do Saber).

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteçào imperial:* Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). 2ª. ediçào. Prefácio: Arno Wehling. São Paulo: Annablume, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil 1838-1857.* Tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2011.

GUIZOT, François. *A história dos governos representativos na Europa.* Traduzido do francês para o inglês por Andrew R. Scoble ; Introdução e notas de Aurelian Craiutu ; Tradução de Vera Lucia Joscelyne. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

HAAG, Carlos. A ferro e fogo. *Revista FAPESP*, n. 202, 2012.

HARTOG, François. *O século XIX e a história:* o caso de Fustel de Coulanges. Tradução: Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2003.

HAUSSER, Christian. *Civilização e nação:* o índio na historiografia brasileira oitocentista. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas = Anuario de Historia de América Latina (JbLA),* nº. 44, 2007.

HOBSBAWM, Eric. J. *A era do capital,* 1848-1875. 30ª. Edição. Rio de Janeiro ; São Paulo: Paz e Terra, 2020.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O processo de emancipação. In: *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II – O Brasil Monárquico – 1º volume.* São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

HORCH, Hans. *Subsídios para uma bibliografia.* São Paulo: Editoras Unidas Ltda., 1982.

HÖRNER, Erik. Partir, fazer e seguir: apontamentos sobre a formação dos partidos e a participação política no Brasil da primeira metade do século XIX. In: MARSON, Izabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles (org.). *Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil:* 1780-1860. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas, CArlos Almeida Pereira; revisão de tradução: César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KUGELMAS, Eduardo. Introdução. In: São Vicente, José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de. *José Antônio Pimenta Bueno, marquês de São Vicente.* Organização e introdução de Eduardo Kugelmas. São Paulo: Ed. 34, 2002.

LE GOFF, Jacques. *História e memória.* Tradução: Bernardo Leitão. 5ª. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2003.

LESSA, Clado Ribeiro de. *Correspondência Ativa Varnhagen.* Rio de Janeiro: INL, 1961.

_____. LESSA, Clado Ribeiro de. Formação de Varnhagen 1816-1841. *Revista do IHGB* (Separata), Rio de Janeiro, v. 186, 1945.

MANNI, Franco. Introdução. In: BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia.* Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Edipro, 2017.

MARSON, Izabel Andrade e OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. *Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil:* 1780-1860. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema.* 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

MILL, John Stuart. *O governo representativo.* Tradução de Manuel Innocêncio de L. Santos Jr. Brasília: Ed. UNB, 1981.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. A vida política. In: SILVA, Alberto da Costa e (coord.). *Crise colonial e independência*: 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

NEVES, Victor Hugo Baptista. *A pena em riste*: erudição e polêmica na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen (1838-1858). Tese (Doutorado em História) -Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ODÁLIA, Nilo (org.). FERNANDES, Florestan (coordenador). *Varnhagen*. São Paulo: Ática, 1979. p. 07 (Coleção Grandes Cientistas Sociais; 9).

ODALIA, Nilo. *As formas dos mesmos:* ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Introdução. In: VASCONCELOS, Zacarias de Góis e. *Zacarias de Góis Vasconcelos*. Organização e introdução de Cecília Helena de Salles Oliveira. São Paulo: Ed. 34, 2002.

PERRY, Marvin. *Civilização ocidental: uma história concisa.* Tradução Wantensir Dutra, Silvana Vieira. 3ª. Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PINSKY, Jaime. *Por que gostamos de História.* São Paulo: Contexto, 2013. p. 18.

Revista O Novo Mundo, Nova York, 24 de novembro de 1873.

RIHGB. Tomo XLI. Parte Segunda. Terceiro Semestre de 1878. Número 56. *Discurso do orador o Sr. Joaquim Manoel de Macedo*.

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil.* 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1978.

_____. Varnhagen, Mestre da História Geral do Brasil. In: RODRIGUES, José Honório. *História da Historiografia*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes Limitada, 1970.

RODRIGUES, José Carlos. Francisco Adolfo de Varnhagen. *Periódico Ilustrado do Progresso da Edade O Novo Mundo*. Vol.3, n. 31, p. 2, 1873.

RIBEIRO, Renilson Rosa. *"Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade."* Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da ideia de Brasil Colônia no Brasil Império. Orientador: Dr. Paulo Celso Miceli. UNICAMP, 2009.

SANTOS, Paulo da Silveira. Varnhagen e as fontes da história. *Separata Memórias I Semana da História,* 1979.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Brasil:* uma biografia. Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador:* D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SOUSA, Paulino José Soares de Sousa (Visconde de Uruguai). *Ensaio sobre o direito administrativo.* Organização e Introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Ed. 34, 2002. (Coleção Formadores do Brasil).

SILVA, Jussara Rodrigues. *Épocas, notas e citações:* a prática historiográfica de Francisco Adolfo de Varnhagen na História Geral do Brasil (1854-1857;1877). Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, 2013.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Da Democracia da América.* Tradução: Pablo Costa e Hugo Medeiros. Campinas, SP: VIDE Editorial, 2019.

TORRE DO TOMBO. *O historiador brasileiro Varnhagen na Academia e na Torre do Tombo*. Comunicação à Classe de Letras, (1949).

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memorial Orgânico. Segunda Parte. Madrid: Na Imprensa da viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. IN: WEHLING, Arno. *O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político.* IN: Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Raquel Glezer (orgs.), *Varnhagen no caleidoscópio.* Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

_____. *História da Independência do Brasil:* até o reconhecimento pela antiga Metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

_____. *História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal.* Tomo V. Revisão e notas de Rodolfo Garcia. 8ª. edição integral. São Paulo: Ed. Melhoramentos e Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1975.

_____. *História da Independência do Brasil até o reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até esta data.* Anotada pelo Barão do Rio Branco e por uma comissão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 3a. edição revista e anotada pelo Prof. Hélio Viana. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1957.

_____. *A Questão da capital:* marítima ou interior? Pelo Visconde de Porto Seguro. Viena: Imp. Do Filho de Carlos Gerold, 1877.

_____. *Memorial Orgânico que a consideraçam das assembleas geral e provinciaes do imperio.* Apresentada por um brazileiro. Dado a luz por um amante do Brazil. Madrid: na Imprensa da viuva de D. R. J. Dominguez, 1849-1850.

_____. *História geral do Brazil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, por um sócio do Instituto Historico do Brazil, natural de Sorocaba.* 1ª. Edição. Rio de janeiro: em Caza de E. e H. Laemmert, 1854.

_____. *Réplica Apologética de um escritor calumniado e juízo final de um plagiário difamador que se intitula general,* Madrid: Na Imprensa da viúva de R. J. Domingues, 1846, p. 6.

VASCONCELOS, Zacarias de Góis e. *Zacarias de Góis Vasconcelos.* Organização e introdução de Cecília Helena de Salles Oliveira. São Paulo: Ed. 34, 2002.

VATTEL, Emer de. *The Law of Nations, or Principle of the Law of nature, applied to the conduct and affairs of Nations and Sovereigns, with three early essays on the origin and Nature of Natural Law and on luxury.* USA: Liberty Fund, Inc., 2008.

WEBER, Max. *Ensaios de Sociologia.* Organização e Introdução: H. H. Gerth e C. Wright Mills. Quinta Edição. Tradução: Waltensir Dutra. Revisão Técnica: Prof. Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

WEHLING, Arno. Integridade e integração nacional: duas ideias-força de Varnhagen. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. *Varnhagen (1816-1878):* diplomacia e pensamento *estratégico.* Brasília: FUNAG, 2016.

_____. O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político. In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; GLEZER, Raquel (orgs.), *Varnhagen no caleidoscópio.* Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

_____. A trajetória: o historiador diplomata e o diplomata historiador. In: WEHLING, Arno (Org.). Francisco Adolfo Varnhagen, Memorial Orgânico. 1ed. Brasilia: FUNAG, 2016, v. 1, p. 19-46; Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro): Pensamento Diplomático. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). Pensamento Diplomático Brasileiro. Formuladores e Agentes da Política Externa. 1ed.Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão / FUNAG, 2013. v. 1.

_____. *Varnhagen - Missão nas Repúblicas do Pacífico:* 1863 a 1867. 1. ed.Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005, v. 1, p. 7-28; Varnhagen, História e Diplomacia. In: SILVA, Alberto da Costa e. (Org.). O Itamaraty na cultura brasileira. 1ed.Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002, v. 1.

_____. *A invenção da história:* estudos sobre o historicismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Gama Filho, 2001. p. 117.

_____. *Estado, História e Memória:* Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

APÊNDICE - Fontes Manuscritas

Fiz uma seleção de fontes manuscritas que podem ajudar na pesquisa baseando-me na cronologia dos documentos históricos que encontrei na pesquisa do mestrado sobre o Visconde de Porto Seguro.

TABELA DE FONTES

Instituição	Referência	Descrição	Datação
Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional	I- 46, 13, 37, nº. 2	Assentamento de Batismo de Francisco Adolfo de Varnhagen.	São João de Ipanema, 19 de março de 1816.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1443 de Frederico Luis Guilherme de Varnhagen, cx 22.	Esboço biográfico de Friderico Luis Guilherme de Varnhagen.	Lisboa, 26 de fevereiro de 1825.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1443 de Frederico Luis Guilherme de Varnhagen, cx 22.	Requerimento de Friderico Luis Guilherme de Varnhagen, pedindo ao rei que pagasse as despesas da vinda da família do Brasil para Portugal.	Sem data.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1443 de Frederico Luis Guilherme de Varnhagen, cx 22.	Requerimento de F. L. G. V. ao rei pedindo que seu filho, Francisco Adolfo de Varnhagen, possa ingressar como aluno no Real Collegio Militar de Lisboa.	Marinha Grande, 8 de junho de 1825.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1443 de Frederico Luis Guilherme de Varnhagen, cx 22.	Requerimento de F. L. G. V pedindo à Rainha que admitisse seu filho Thimotheo	Lisboa, 4 de outubro de 1826.

		de Varnhagen, na Alemanha, como oficial do Exército de Portugal.	
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1443 de Frederico Luis Guilherme de Varnhagen, cx 22.	Requerimento de F. L. G. V. pedindo ao rei que pagasse as despesas que teve de transporte de sua família do Brasil para o Reino de Portugal.	Sem local e sem data.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1443 de Frederico Luis Guilherme de Varnhagen, cx 22.	Requerimento de Friderico Luis Guilherme de Varnhagen pedindo à rainha que lhe concedesse a promoção do posto de coronel do Real Corpo dos Engenheiros.	Lisboa, 3 de dezembro de 1831.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1134 de Francisco Adolfo de Varnhagen, cx 44.	Nota de informação a um requerimento em que pede para servir em Artilharia.	Lisboa, 09 de agosto de 1833.
Fundos documentais da Academia Real de Ciências de Lisboa.	Processo de Francisco Adolfo de Varnhagen. Eleito dia 22 de maio de 1839.	Carta do Bispo Conde D. Francisco sobre *As Reflexões Críticas* de Francisco Adolfo de Varnhagen.	Lisboa, 7 de fevereiro de 1839.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1134 de Francisco Adolfo de Varnhagen, cx 44.	Ofício comunicando à respeito da Portaria de 22/10/1839.	Lisboa, 4 de novembro de 1839.

Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional	I-28, 31, 016 nº001	Carta a Januário da Cunha Barbosa, comentando as atividades históricas de Varnhagen em Lisboa, e enviando um dos exemplares intitulado "Reflexoes Criticas".	Lisboa, 10 de novembro de 1839.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1134 de Francisco Adolfo de Varnhagen, cx 44.	Requerimento pedindo para passar para a engenharia.	Lisboa, 16 de dezembro de 1839.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1134 de Francisco Adolfo de Varnhagen, cx 44.	Ofício de remessa de requerimento.	Lisboa, 7 de janeiro de 1840.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1134 de Francisco Adolfo de Varnhagen, cx 44.	Nota de informação sobre requerimento.	Lisboa, 11 de janeiro de 1840.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1134 de Francisco Adolfo de Varnhagen, cx 44.	Minuta de ofício dando conhecimento do despacho.	Lisboa, 14 de março de 1840.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1134 de Francisco Adolfo de Varnhagen, cx 44.	Requerimento pedindo promoção a capitão.	(Lisboa), 22 de junho de 1841.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1134 de Francisco Adolfo de Varnhagen, cx 44.	Ofício de remessa do requerimento anterior.	(Lisboa), 1 de julho de 1841.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1134 de Francisco	Minuta de ofício comunicando o despacho.	(Porto), 30 de setembro de 1841.

	Adolfo de Varnhagen, cx 44.		
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1134 de Francisco Adolfo de Varnhagen, cx 44.	Requerimento pedindo a demissão do posto que ocupa.	(Porto), 1 de outubro de 1841.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1134 de Francisco Adolfo de Varnhagen, cx 44.	Ofício de remessa do mesmo requerimento.	(Porto), 2 de outubro de 1841.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1134 de Francisco Adolfo de Varnhagen, cx 44.	Requerimento pedindo a demissão.	Lisboa, 14 de fevereiro de 1842.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1134 de Francisco Adolfo de Varnhagen, cx 44.	Ofício de remessa do requerimento acima.	Lisboa, 17 de fevereiro de 1842.
Arquivo Histórico do Itamaraty	Lata 352, Maço 1.	Instrução para a administração pública.	Sem autoria e sem data.
Seção de Manuscrito da Biblioteca Nacional	SO, 03, 006 nº. 053.	Álbum de autógrafos coletados por Maria Luiza Alves de Azevedo. (Dedicatória em forma de Poema)	Rio de Janeiro, 9 de junho de 1851.
Seção de Manuscrito da Biblioteca Nacional	I-32, 18, 5 (22,1, 040)	Memória sobre os trabalhos que se podem consultar nas negociações de limites do Império, com alguma lembrança para a demarcação.	1851

Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 117 - Doc. 5818	Cartas (7) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II falando da necessidade do imperador visitar as porvíncias do Norte entre outras coisas.	01/02/1852; 07/02/1852; 29/06/1852; 18/07/1852; 02/11/1852; 02/12/1852.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 119 - Doc. 5940	Cartas (6) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II sobre a *Historia Geral do Brazil* entre outras coisas.	Madri: 07/02/1853; 04/03/1853; 06/05/1853; 08/07/1853; 18/02/1853; 02/12/1853.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 120 - Doc. 6036	Cartas (4) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II sobre sua visita a Sevilha entre outras coisas.	Madri: 05/02/1854; 28/02/1854; 07/10/1854 e uma sem data.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 122 - Doc. 6093	Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II oferecendo o 1º. Volume de *Historia Geral do Brazil.*	Madri, 20 de junho de 1855.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 122 - Doc. 6114	Cartas (2) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II remetendo um exemplar de poesias, entre outras coisas.	Madri, 12 de janeiro de 1855. Lisboa, 12 de novembro de 1855.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 123 - Doc. 6158	Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II desabafando sobre a	Madri, 24 de setembro de 1856.

		indiferença do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com a sua obra.	
Arquivo da Casa imperial (POB)	Maço 124 - Doc. 6234	Cartas (3) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II comunicando-lhe, entre outras coisas, a conclusão da Historia Geral.	Madri: 03/06/1857; 14/07/1857; 21/11/1857.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 126 - Doc. 6236	Cartas (2) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II sobre D'Avezac.	Paris: 01/01/ 1858; 05/03/1858.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 127 - Doc. 6314	Cartas (3) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II comentantando a questão do Paraguai.	Montevideo: 16/07/1859; 30/07/1859; 18/08/1859.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 130 - Doc. 6386	Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II dando notícias sobre sua viagem para a Bahia.	Recife, 18 de abril de 1861.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 132 - Doc. 6483	Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II dando sua opinião sobre as Repúblcias do Pacífico.	Ilha de S. Thomas, 26 de janeiro de 1863.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 132 - Doc. 6516	Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II comentando, entre	Caracas, 20 de julho de 1863.

		outras coisas, sobre a sua transferência.	
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 137 - Doc. 6735	Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a Otaviano de Almeida Rosa sobre Pareja.	Santiago, 10 de dezembro de 1865.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 140 - Doc. 6840	Cartas (4) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II comentando, entre outras coisas, o desejo de voltar para a Europa.	Lima: 11/01/1867; 21/01/1867; 20/04/1867; 26/10/1867.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 142 - Doc. 6893	Cartas (2) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II remetendo trabalhos.	Lisboa, 12 de maio de 1868. Viena, 16 de novembro de 1868.
Arquivo da Casa Imoerial (POB)	Maço 143 - Doc. 7019	Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II sobre a história do Brasil.	Viena, 20 de outubro de 1868.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 148 - Doc. 7182	Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II remetendo trabalhos.	Viena, 20 de outubro de 1869.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 149 - Doc. 7210	Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II comentando sobre o aniversário do imperador.	Viena, 6 de dezembro de 1869.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 156 - Doc. 7285	Cartas (2) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro	Viena: 09/03/1870; 20/04/1870.

		II solicitando, entre outras coisas, a transferência para Bruxelas.	
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 156 - Doc. 7306	Cartas (4) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II comentando sobre um trabalho seu em espanhol., entre outas coisas.	Viena: 22/04/1870; 25/04/1870; 20/06/1870; 31/10/1870.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 160 - Doc. 7397	Cartas (2) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II sobre as joias da d. Leopoldina.	Viena: 04/03/1871; 30/05/1871.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 160 - Doc. 7426	Cartas (2) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II dando os pêsames em relação à morte de d. Leopoldina.	VIena: 15/02/1871; 17/07/1871.
Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.	I-02, 21, 062.	Concessão de título de Barão de Porto Seguro ao Francisco Adolfo de Varnhagen.	Rio de Janeiro, 24 de julho de 1872.
Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional	I-03, 04, 018	Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a José Carlos Rodrigues agradecendo a publicação no Novo Mundo de um esboço de sua biografia.	Viena, 12 de maio de 1873.

Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 166 - Doc. 7658	Cartas (5) do Barão de Porto Seguro a D. Pedro II sobre a Exposição de Viena, entre outras coisas.	Viena: 08/08/1873; 01/09/1873; 28/10/1873; 23/11/1873; 26/11/1873.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 169 - Doc. 7735	Cartas (6) do Barão/Visconde de Porto Seguro a D. Pedro II, comentando sobre o conflito com Buenos Aires, entre outras coisas.	Viena: 26/01/1874; 17/02/1874; 03/05/1874; 09/06/1874; 26/06/1874; 10/09/1874.
Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional	I-02, 08, 055	Carta de concessão do título de Visconde de Porto Seguro.	Rio de Janeiro, 09 de maio de 1874.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 172 - Doc. 7873	Carta de Visconde de Porto Seguro a D. Pedro II sobre a *História da Independência do Brazil*.	Viena, 16 de junho de 1875.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 173 - Doc. 7899	Carta o Visconde de Porto Seguro a D. Pedro II sobre uma grande descoberta.	Viena, 06 de outubro de 1875.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 175 - Doc. 7956	Carta do Visconde de Porto Seguro a D. Pedro II sobre a 2ª. edição de Historia Geral.	Viena, 19 de janeiro de 1876.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 175 - Doc. 7957	Carta do Visconde de Porto Seguro a D. Pedro II desejando boa viagem para Nova York.	Viena, 25 de janeiro de 1876.

Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 177 - Doc. 8081	Cartas (2) do Visconde de Porto Seguro a D. Pedro II sobre pesquisa no Brasil.	Viena, 7 de abril de 1877. Bahia, 27 de setembro de 1877.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 180 - Doc. 8222	Carta do Visconde de Porto Seguro a D. Pedro II sobre trabalhos seus.	Viena, 20 de outubro de 1878.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 149 - Doc. 1097 - Cat. B	Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen ao conde D'Eu sobre notícias à princesa Isabel.	Sem data
Arquivo Histórico do Itamaraty	Chancelaria da Espanha – Francisco Adolfo de Varnhagen	Espécie: Ofícios. Estante 220. Prateleira 001. Vol./Maço: 005.	Madri ofícios de janeiro à junho de 1852.
Arquivo Histórico do Itamaraty	Chancelaria de Lisboa – Francisco Adolfo de Varnhagen	Espécie: Ofícios. Estante 213. Prateleira 004. Vol./Maço: 005.	Madri ofícios de agosto de 1842 à maio de 1847.